

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/374641023>

Construindo territórios: projetos de dominação e resistência dos povos do sul global

Book · October 2023

CITATIONS

0

READS

1,503

6 authors, including:



Ricardo Luigi

Universidade Federal Fluminense

29 PUBLICATIONS 33 CITATIONS

SEE PROFILE



Leandro Bruno Santos

Universidade Federal Fluminense

71 PUBLICATIONS 177 CITATIONS

SEE PROFILE



Vanuza da Silva Pereira Ney

Universidade Federal Fluminense

4 PUBLICATIONS 22 CITATIONS

SEE PROFILE

onde atua no curso de História e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP).

Maria do Socorro Bezerra de Lima

Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela UFRRJ (CPDA/UFRRJ/ 2008). Mestre em Geografia pela UFSC (1998). Graduada em Geografia pela UFAM (1992). Realizou estágio de pós-doutoramento em Geografia na UFAM (2018). Professora da UFF, atuando no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP), onde também é coordenadora.

Ricardo Luigi

Doutor em Geografia pela Unicamp (2017). Mestre em Geografia pela Uerj (2011). Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela UFRJ (2008). Graduado em Relações Internacionais (Bacharelado) pelo Centro Universitário Internacional (Uninter/ 2018). Professor da UFF, onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG).

Vanuza da Silva Pereira Ney

Doutora em Produção Vegetal (Linha de Pesquisa: Engenharia e Economia na Agricultura) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/ 2010). Mestre em Economia pela UFES (2001). Graduada em Ciências Econômicas pela UFES (1998). Professora da UFF, onde atua no Departamento de Ciências Econômicas de Campos e no Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP).



Este livro é resultado da produção dos pesquisadores do NERU, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, com a participação relevante de pesquisadores do Brasil, da Colômbia, do México e de Moçambique. A edição também comemora os 12 anos do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, o NERU. O Núcleo iniciou as suas atividades em 2010, quase ao mesmo tempo que a expansão do Reuni na UFF em Campos dos Goytacazes. Ao longo desses anos, o núcleo vem realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão. A dinâmica sempre foi pautada por trabalho coletivo, com a realização de reuniões, seminários, grupos de estudos e trabalho de campo, tudo conectado por temas interdisciplinares e transversais.

O tema do livro é “Construindo Territórios: projetos de dominação e resistência dos povos do sul global”. O livro está dividido em três partes. A primeira, intitulada Processos de Reprimarização e Digitalização do Espaço na América Latina; a segunda parte, Agricultura Familiar e Gênero na América Latina; e a terceira parte, Educação, Cidadania, Resistência e Reexistência.



SANTOS, LUIGI, SANTOS, LIMA,
NEY E SANTOS (Orgs.)

CONSTRUINDO TERRITÓRIOS

CONSEQUÊNCIA

Leandro Bruno Santos
Ricardo Luigi
Erika Vanessa Moreira Santos
Maria do Socorro Bezerra de Lima
Vanuza da Silva Pereira Ney
Leonardo Soares dos Santos
ORGANIZADORES

CONSTRUINDO TERRITÓRIOS

Projetos de dominação e resistência dos povos do sul global

CONSEQUÊNCIA

O NERU, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, da Universidade Federal Fluminense, comemora os seus 12 anos com esta edição. A obra conta com a participação de pesquisadores do Brasil, da Colômbia, do México e de Moçambique e retrata parte dos temas de pesquisa a que esse núcleo tem se dedicado. O NERU iniciou as suas atividades em 2010, quase em sincronia com a expansão da UFF em Campos dos Goytacazes, em consequência do Reuni. Ao longo de sua trajetória, o NERU vem colaborando para ser resistência na “construção de territórios”, de forma interdisciplinar e transversal, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Erika Vanessa Moreira Santos

Doutora (2012), mestre (2007) e graduada (licenciatura/ 2003) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Presidente Prudente). É professora na UFF, onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG).

Leandro Bruno Santos

Doutor (2012), mestre (2008) e graduado (2005) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Presidente Prudente). Realizou estágio sanduíche na Facultad de Economía, Benemérita Universidad Autónoma (BUAP). Professor na UFF, onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG).

Leonardo Soares dos Santos

Doutor (2009) e mestre (2005) em História Social pela UFF. Graduado em História pela UFF (2003). Professor e pesquisador na UFF,

Construindo Territórios

Projetos de dominação e resistência dos povos do sul global

LEANDRO BRUNO SANTOS
RICARDO LUIGI
ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS
MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE LIMA
VANUZA DA SILVA PEREIRA NEY
LEONARDO SOARES DOS SANTOS
ORGANIZADORES

Construindo Territórios

Projetos de dominação e resistência dos povos do sul global

CONSEQUÊNCIA

© 2023, dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br
BlogdaConsequência

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial

Alvaro Ferreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves (*In memoriam*)
João Ferrão
João Rua
Marcelo Badaró Mattos
Márcio Piñon de Oliveira
Marcos Saquet
Martina Neuburger
Ruy Moreira
Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico: Consequência Editora

Revisão: Cristiane Fogaça

Diagramação: Oliveira e Filho

Capa: Tiago Rodrigues

Imagem de Capa: Paul Klee, *An den Wassern zu Babel*, 1918.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

C758 Construindo territórios: projetos de dominação e resistência dos povos
do sul global / Ricardo Luigi...[et al.]. - Rio de Janeiro : Consequência
Editora, 2023.
298 p. : il. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-87145-72-3

1. Geografia. 2. Territórios. 3. Sul Global. 4. Dominação. 5. Resistência. I. Luigi,
Ricardo. II. Santos, Leandro Bruno. III. Santos, Erika Vanessa Moreira. IV. Lima,
Maria do Socorro Bezerra de. V. Ney, Vanuza da Silva Pereira. VI. Santos, Leo-
nardo Soares dos. VII. Título.
2023-2634

CDD 910
CDU 91



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

A América Latina frente aos desafios das reprimarização e digitalização do espaço

CAPÍTULO 1. O sentido político do processo de reprimarização no Brasil	17
<i>Lisandra Pereira Lamoso</i>	

CAPÍTULO 2. Tendências locacionais de propagação da indústria 4.0 pelo território brasileiro	41
<i>Leandro Bruno Santos, Camila Totti Andrade</i>	

CAPÍTULO 3. Marketing digital en Twitter y ciudad. Análisis de texto de Twitter en la Ciudad de México.....	71
<i>Alejandro Sánchez-Zárte</i>	

CAPÍTULO 4. Desenvolvimento regional e os limites das “smarts cities”. Uma análise do Norte Fluminense.....	91
<i>Lívio Bissonho de Almeida Pinheiro, Vanuza da Silva Pereira Ney</i>	

Agricultura familiar e gênero na América Latina

CAPÍTULO 5. Reflexiones sobre la agricultura familiar en Colombia en clave de género	125
<i>Sandra Milena Franco Patiño, Hellen Charlot, Cristancho Garrido</i>	

CAPÍTULO 6. Café feminino e busca pela igualdade de gênero no Sul de Minas. As mulheres da COOPFAM.....	165
<i>Ana Rute do Vale, Tamyris Maria Moreira da Costa, Thais de Cássia Silva Lemos</i>	

CAPÍTULO 7. MST e Coletivo LGBT Sem Terra. Passos em busca da revolução colorida	193
<i>Paula Junqueira Braga do Carmo Fontanha, Erika Vanessa Moreira Santos</i>	

Educação, cidadania, resistência e reexistência

CAPÍTULO 8. Educação geográfica, cidadania, resistência e reexistência	217
<i>Ricardo Luigi, Paula Ramos Mendonça</i>	

CAPÍTULO 9. O livro escolar de Geografia e as competências para a vida	231
<i>Alice C. Binda Freia</i>	

CAPÍTULO 10. Saúde Como Capacidade de Luta e Escalas Antirracistas em Porto Nacional – TO	249
<i>Rosemberg Ferracini</i>	

CAPÍTULO 11. Comunistas e Ligas camponesas em Campos dos Goytacazes. O caso da ocupação das terras do Imbé (1962-1963)	271
<i>Leonardo Soares dos Santos</i>	

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	291
-------------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado da produção dos pesquisadores do NERU, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, com a participação relevante de pesquisadores do Brasil, da Colômbia, do México e de Moçambique. A edição também comemora os 12 anos do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, o NERU. O Núcleo iniciou as suas atividades em 2010, quase ao mesmo tempo que a expansão do Reuni na UFF em Campos dos Goytacazes. Ao longo desses anos, o núcleo vem realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão. A dinâmica sempre foi pautada por trabalho coletivo, com a realização de reuniões, seminários, grupos de estudos e trabalho de campo, tudo conectado por temas interdisciplinares e transversais.

O tema do livro é “Construindo Territórios: projetos de dominação e resistência dos povos do sul global”. O livro está dividido em três partes. A primeira, intitulada *Processos de Reprimarização e Digitalização do Espaço na América Latina*; a segunda parte, *Agricultura Familiar e Gênero na América Latina*; e a terceira parte, *Educação, Cidadania, Resistência e Reexistência*.

A primeira parte, intitulada *Processos de reprimarização e digitalização do espaço na América Latina*, reúne quatro capítulos que abordam, em diferentes escalas espaciais, o avanço da reprimarização e o desmonte industrial, a disseminação desigual e seletiva das tendências da indústria 4.0, o papel da cidade no marketing digital por meio de textos do Twitter e a prevalência da lógica mercadista nas experiências de *smart cities*. O texto “O sentido político do processo de reprimarização no Brasil”, escrito por Lisandra Pereira Lamoso, desmistifica a associação direta entre desindustrialização e reprimarização e relativiza a “culpa” da China no processo de reprimarização da economia brasileira. A autora mostra que as combinações geográficas do fenômeno da reprimarização (condições naturais, fundos públicos, controle da terra, etc.), reforçadas pelo sentido político dado à produção e comercialização dos recursos naturais, conformam um projeto

que aprofunda nossas desigualdades. No texto “Tendências locacionais de propagação da indústria 4.0 pelo território brasileiro”, Leandro Bruno Santos e Camila Totti Andrade, com base em indicadores de Tecnologias da Informação e de operações de crédito de instituições públicas, indicam a força da inércia locacional sobre a disseminação desigual e seletiva das tendências da indústria 4.0, com prevalência das principais metrópoles e entornos metropolitanos, capitais estaduais e cidades médias e de porte médio. Alejandro Sánchez-Zárate, no texto “Marketing digital en Twitter Y Ciudad. Análisis de texto de Twitter en la Ciudad de México”, explora a dimensão urbana e territorial nas novas maneiras de marketing e consumo realizadas nas redes sociais. Após levantamento e tratamento de milhares de textos de uma amostra do Twitter, identifica as centralidades comerciais de consumo elitizado, a segmentação do consumo e a atuação do prosumidor (consumidor e divulgador das marcas). No texto “Desenvolvimento regional e os limites das ‘Smarts Cities’: uma análise do Norte Fluminense”, Lívio Bissonho de Almeida Pinheiro e Vanuza da Silva Pereira Ney mostram que, apesar dos vultosos *royalties* do petróleo, os municípios do Norte Fluminense não diversificaram suas estruturas produtivas e tampouco adotaram sistemas de gestão urbana integrados e participativos relacionados às ferramentas e recursos das *smart cities*.

A segunda parte do livro é intitulada *Agricultura Familiar e Gênero na América Latina* e é composta por três artigos que abordam e tratam, numa perspectiva de gênero, sobre as mulheres e a comunidade LGBT, a construção de lutas e estratégias de participação e emancipação no meio rural, em especial no desenvolvimento das atividades agrícolas. O primeiro artigo intitulado “Reflexiones sobre la agricultura familiar en Colombia en clave de género”, de autoria de Sandra Milena Franco Patiño e Hellen Charlot Cristancho Garrido, traz a discussão da agricultura familiar e camponesa na Colômbia na perspectiva de gênero, com análise dos aspectos geracionais, étnicos e geográficos. O segundo artigo “O café feminino e a busca pela igualdade de gênero no Sul de Minas: as mulheres da COOPFAM”, as autoras Ana Rute do Vale, Tamyris Maria Moreira da Costa e Thais de Cássia Silva Lemos, analisam a experiência das mulheres na Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM, localizada no município de Poço Fundo-MG, no Sul de Minas. A cooperativa é resultado do Programa Café Feminino, implementado em alguns países

da América Latina, cujo objetivo é ter como protagonistas as mulheres. O artigo discute a independência econômica, emancipação e empoderamento, que culminaram na igualdade de gênero na cafeicultura orgânica. E, por fim, no terceiro artigo, “MST e Coletivo LGBT Sem Terra: Passos em busca da Revolução Colorida”, as autoras, Paula Junqueira Braga do Carmo Fontanha e Erika Vanessa Moreira Santos, analisam, sob a perspectiva da luta pela terra, a articulação entre a diversidade sexual e de gênero a partir do Coletivo LGBT Sem Terra, evidenciando a importância da visibilidade no território como forma de luta e de resistência.

A terceira parte, denominada “Educação, Cidadania, Resistência e Reexistência”, é composta por quatro capítulos. O primeiro dos quatro capítulos tem o objetivo de fazer uma reflexão geral sobre os temas que dão título à mesa, com enfoque na Educação Geográfica. Em “Educação Geográfica, Cidadania, Resistência e Reexistência”, Ricardo Luigi e Paula Ramos Mendonça discutem as concepções de educação para abordar de que forma a educação geográfica contribui para a discussão sobre a cidadania. Esse é o pano de fundo para se propor de que forma a educação é uma forma de resistência e colabora para a reexistência, ao promover a emancipação humana. Em “O Livro Escolar de Geografia e as Competências para a Vida”, segundo capítulo, de autoria de Alice C. Binda Freia, discute-se a educação geográfica em Moçambique com base na análise dos livros didáticos. Com base na pedagogia das competências, que em 2007 passou a fazer parte, oficialmente, do Plano Curricular do Ensino Secundário do país, discutem-se as transformações na sociedade e o quanto o ensino de Geografia em Moçambique se movimentou para dar conta dessas mudanças. O terceiro capítulo, de autoria de Rosemberg Ferracini, chama-se “Saúde Como Capacidade de Luta e Escalas Antirracistas em Porto Nacional -TO” e se propõe a discutir Educação Geográfica no contexto da Equidade Racial à Saúde. Algumas ações da organização Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE), que atua em Porto Nacional, no Tocantins, foram analisadas, em suas diferentes escalas, para uma melhor compreensão do desenvolvimento de processos socioespaciais de saúde da população negra. Finalizando essa parte, o quarto capítulo, intitulado “Comunistas e Ligas camponesas em Campos dos Goytacazes: o caso da ocupação das terras do Imbé (1962-1963)”, de autoria de Leonardo Soares dos Santos. Neste texto, o autor analisa uma das primeiras iniciativas de tomada de terras pú-

blicas para fins de desapropriação no Brasil, a ocupação das terras do Imbé, ocorrida em 1963, em Campos dos Goytacazes. Este acontecimento foi um marco na história dos movimentos sociais do campo no Brasil, com grande contribuição para o entendimento da educação do campo.

A obra traz reflexões acerca da expansão de novas formas e mecanismos de renovação do capital. O predomínio do capital fictício sobre o capital produtivo tem levado a investimentos em ativos tradicionais como a terra e *commodities* agrícolas e minerais. Neste cenário, os países da América Latina em particular, e os do Sul Global têm sido foco do interesse do grande capital internacional materializado na expansão e consolidação de acumulação capitalista a partir da espoliação dos bens comuns como água, florestas, recursos minerais e terra e expropriação dos territórios para a construção de megaempreendimentos de infraestrutura, energéticos e projetos imobiliários. Este modelo gera consequências diretas sobre os sistemas agroalimentares, em particular sobre aqueles de base familiar, afetando diretamente os modos de vida das populações do campo e da cidade, face ao desmonte dos sistemas tradicionais de produção, a constantes processos de desterritorialização camponesa com reais e potenciais danos socioambientais.

Entendendo que a cooperação Sul-Sul não deve se restringir apenas a iniciativas governamentais, mas também ao campo acadêmico e aos diferentes movimentos sociais, pois inclui projetos e necessita de articulação entre os diferentes atores sociais, o Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU), organizou neste livro com o tema *Construindo territórios: projetos de dominação e resistência dos povos do sul global* uma reflexão com pesquisadores e parceiros institucionais sobre as transformações impostas pelo atual estágio de desenvolvimento do capitalismo neoliberal internacional que domina os processos de acumulação por espoliação e envolve tanto a mercantilização e privatização da terra, a reprimarização e digitalização do espaço, estruturas histórico-econômicas que sustentam a desigualdade de gênero e a natureza interseccional da subordinação feminina, assim como, os impactos resultantes da internacionalização da educação no Sul Global.

Além disso, não podemos deixar de trazer para a discussão a participação dos movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais e suas lutas pela democratização do acesso à terra e à alimentação, bem como suas práticas e estratégias de reexistência diante da expansão

dos processos de apropriação neocolonial da terra e dos recursos naturais em diferentes escalas e territórios. Estes movimentos, há pelo menos duas décadas, engajaram-se ativamente em ações transnacionais coletivas envolvendo os países do Sul Global, trocando experiências, realizando intercâmbios de conhecimento sobre economia solidária, produção agroecológica, agricultura urbana e projetos de cooperação técnica, alguns exemplos concretos destas relações.

Deste modo, convidamos a todos e a todas para lerem esta obra e esperamos que os temas aqui abordados contribuam no conhecimento científico visando a construção de um projeto democrático e inclusivo de sociedade. Aproveitamos, ainda, para agradecer o apoio da FAPERJ com o financiamento da edição deste livro.

Maria do Socorro Bezerra de Lima
Vanuza da Silva Pereira Ney

A América Latina frente aos desafios das reprimarização e digitalização do espaço

CAPÍTULO 1

O sentido político do processo de reprimarização no Brasil¹

Lisandra Pereira Lamoso

A produção sobre desenvolvimento econômico na América Latina é marcada pelos esforços teóricos dos intelectuais da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que foi produtiva na busca por estratégias de superação do subdesenvolvimento e popularizou expressões como “industrialização por substituição de importações”. Entre suas contribuições estão o mecanismo da Deterioração dos Termos de Intercâmbio, a Teoria da Dependência e o Desenvolvimento do Subdesenvolvimento². O pensamento independente³ do brasileiro Ignácio Rangel trouxe para o debate os ciclos de acumulação⁴ (longos e médios, com fases expansivas e depressivas). As fases de expansão estão relacionadas com a maior necessidade de matérias-primas pelo centro do sistema, funcionando como motor das exportações e do aprofundamento da divisão internacional do trabalho. A proposta de Rangel, que relaciona o desenvolvimento da industrialização

1 A autora agradece ao Instituto de Geociências da Unicamp e ao Prof. Dr. Ricardo Castillo pela oportunidade do estágio de pós doutoramento que permitiu tempo para reflexão das ideias apresentadas neste texto. Agradece, também, ao apoio do CNPq.

2 Respectivamente, contribuições de Raúl Prebisch (1986), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1980) e André Gunder Frank (1969).

3 Como foi denominado por Ricardo Bielschowsky (2000).

4 Os ciclos longos ou ciclos de Kondratieff explicam processos de expansão e depressão em ciclos de longa duração, em torno de cinquenta anos. Nas fases depressivas, o centro do sistema reduz o ritmo econômico, ocorre a contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia e nas fases de expansão, o movimento contrário (Mamigonian, 1995).

e a organização das estruturas produtivas em função das demandas do centro dinâmico da economia capitalista, é uma chave teórica para compreender o processo de reprimarização da pauta exportadora. Reprimarização e desindustrialização são dois fenômenos que têm ocorrido simultaneamente, o que denota correlação e não, em nossa interpretação, uma relação de causa e efeito⁵.

No Brasil, a substituição de importações foi caracterizada pela implantação do Departamento II (bens de consumo) precedendo o Departamento I (bens de produção), de forma escalonada, um setor após outro, até que a dinâmica do uso da capacidade ociosa foi interrompida pelas limitações que estavam postas pelas condições insuficientes dos serviços públicos.⁶ A fase depressiva no ciclo longo, em coincidência com a fase depressiva no ciclo interno de acumulação⁷ configuram a crise dos anos oitenta, que se arrasta e se agrava com as medidas neoliberais adotadas nos anos noventa, compondo o cenário de enfraquecimento do processo de industrialização e a retomada da expansão do papel de fornecedor de matéria-prima para o centro dinâmico, após a crise financeira de 2008. A crise de 2008, nos Estados Unidos, provocou um recuo das exportações brasileiras para o país, espaço que foi ocupado pelo mercado chinês.

Se tomarmos a medida mais clássica de desindustrialização⁸, que considera a participação da indústria no Produto Interno Bruto, vemos que a indústria brasileira chegou a representar 21% do PIB no ano de 1985, vindo de um crescente de 12,1% em 1947, para 16,9% em 1961, queda após o ano de 1985, tendo se mantido abaixo de 17% após a implantação do Plano Real

5 Para Pochmann (2019), o que há de comum é a financeirização.

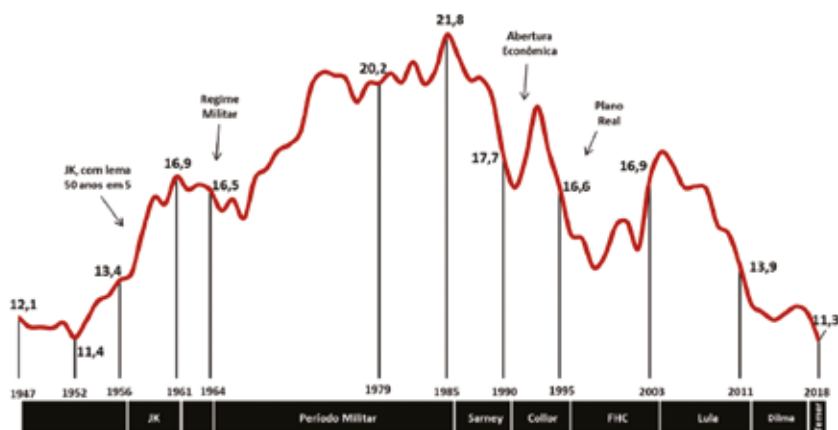
6 Considerado por Rangel como um ponto de estrangulamento, os serviços públicos se constituíram como oportunidade de investimento para o capital privado, pelo encaminhamento político que foi adotado, de transferência para iniciativa privada, via contratos de concessão. Os anos noventa foram marcados pelas concessões e privatizações neoliberais e a indústria não teve melhor sorte que os serviços públicos.

7 Ciclos de Juglar utilizados para entender o desenvolvimento econômico brasileiro, também estudados por Rangel (2001).

8 O debate sobre o processo de desindustrialização brasileira ganhou força na literatura com a queda de participação da indústria no PIB, embora essa não seja a única forma de quantificação. Para mais informações sobre o processo de industrialização/desindustrialização, consultar Gonçalves (2011), Cano (2012), Nassif (2008), Selingardi-Sampaio (2020), Medeiros (2021), Morceiro (2021), entre outros.

(governo Fernando Henrique Cardoso). Um pequeno aumento foi seguido da tendência de queda após 2002, mesmo com a iniciativa de políticas industriais⁹ e maior intervenção estatal nos dois mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no governo de Dilma Rousseff (que teve seu segundo mandato interrompido pelo golpe de 2016). Em 2019, a participação da indústria no PIB foi de 11%, menor nível da série histórica desde 1947 (ver Figura 1).

Figura 1 – BRASIL – Participação da indústria de transformação no PIB, em %.



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: FIESP

A participação da indústria no PIB não é o único critério para constatar desindustrialização. Há uma literatura variada sobre o fenômeno que não será objeto de discussão neste texto. Alguns geógrafos têm buscado compreender o que ocorre com a indústria (principalmente, com a indústria

9 Governos Lula da Silva (2003-2010) com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); governo Dilma Rousseff (2011-2016), Plano Brasil Maior.

de transformação¹⁰). Pereira Junior¹¹ e Tunes¹² chamam a atenção para as transformações nos processos produtivos como motores de novas configurações espaciais, processos que eram desenvolvidos no interior da unidade industrial transbordando para terceirizadas na forma de serviços ou etapas cuja mensuração, pela metodologia empregada, não é creditada à indústria. A geografia tem um papel importante quando atenta para o espaço e produz conhecimento nos trabalhos de campo, porque considera que as formas de medir são historicamente definidas; a realidade tem se apresentado muito dinâmica e se altera de forma acelerada neste início de século. Outros autores, como Sugimoto e Diegues¹³, caminham na linha do desadensamento da estrutura produtiva e confirmam que isso ocorre sob influência da economia chinesa e norte-americana na indústria de transformação brasileira.

Como as medidas e critérios são historicamente construídos, precisamos prestar atenção se estas medidas continuam representando o fenômeno. O que conhecemos por indústria tem tomado novas formas devido ao avanço tecnológico incorporado, às terceirizações e à transformação no setor de serviços. Por hora, vamos considerar a participação da indústria

10 A Classificação Nacional de Atividades Econômicas é a base estatística oficial para as atividades econômicas. Nela temos 21 grandes grupos. Destes, três são destacados tanto pelo volume quanto pelo montante de pessoal empregado: 1) Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; 2) Indústrias Extrativas; e 3) Indústria de Transformação. Esta última é a referência principal dos estudos sobre desindustrialização. Está formada pela fabricação de produtos alimentícios; bebidas alcóolicas; produtos do fumo; produtos têxteis; confecção de artigos de vestuário e acessórios; produção de couros e seus artefatos; produtos de madeira; fabricação de celulose, papel e produtos de papel; impressão e reprodução de gravações; fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis; produtos químicos; produtos fármaco-químicos e farmacêuticos; produtos de borracha e material plástico; fabricação de produtos minerais não metálicos, metalurgia; fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; máquinas e equipamentos; veículos automotores, reboques e carrocerias; equipamentos de transporte exceto veículos automotores; fabricação de móveis; produtos diversos; manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

11 PEREIRA JUNIOR, E. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p.1-20, 2019

12 TUNES, R. H. A perspectiva da Geografia Econômica sobre a dinâmica industrial do Rio de Janeiro. **Revista Geoece**, v. 9, p. 81-96, 2020.

13 SUGIMOTO, T. N.; DIEGUES, A. C. A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. **Nova Economia**, v.32, n.2, p.477-504, 2022.

no PIB como, ao menos, um sintoma de que a mesma tenha se fragilizado.

Chama atenção a pouca visibilidade que o tema da industrialização recebe na Geografia brasileira. Apesar da produção existente, ela nos parece limitada, justamente quando deveria ter se ampliado para dar conta da compreensão e da importância do processo. Em texto publicado em 1986, Mamigonian¹⁴ comentou que o tema da industrialização só despertou o interesse dos professores universitários após a publicação de “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, e complementou que “No fundo, até então, a universidade não julgava a temática relevante, pois não percebia as dimensões econômico-sociais e políticas que o processo de industrialização já alcançava”¹⁵.

A indústria é importante pelos efeitos multiplicadores que provoca, a jusante e a montante, não padece de demandas elásticas, pode obter melhores termos de intercâmbio no comércio internacional, cria demanda para serviços mais sofisticados, divisas para que o país consiga adquirir o que não é produzido internamente e, em alguma medida, alguma soberania na oferta de necessidades materiais para a população. Apesar dos efeitos positivos, ela não é a solução para os problemas brasileiros, é apenas parte da solução.

No modo de produção capitalista, o desenvolvimento industrial não ocorre sem a exploração do trabalho, sem passar por crises de acumulação e, de forma cada vez mais acelerada, tem provado efeitos ambientais negativos. Mesmo com o crescimento da oferta de bens e serviços, em economias capitalistas industrializadas, as necessidades sociais plenas não foram atendidas (e, provavelmente, nunca serão), atendê-las não faz parte do capitalismo.¹⁶

A desindustrialização é parte do processo de reprimarização da pauta exportadora, pois a participação da indústria de transformação não conseguiu acompanhar o desempenho do setor primário. Quando tratamos de reprimarização da pauta exportadora, o próprio nome remete a uma maior exportação de bens primários após o país já ter alcançado situação inversa,

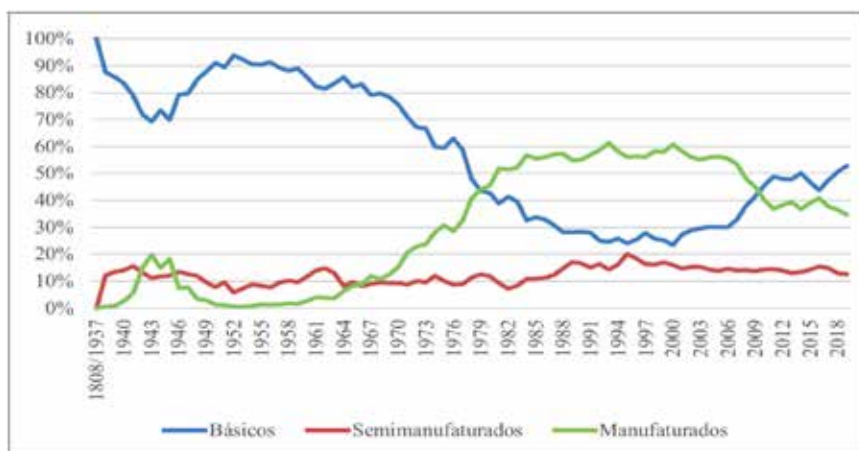
14 MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. In: BECKER, B. *et al.* (orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. Hucitec, 1995.

15 Idem, p.65.

16 É de Joseph Schumpeter o reconhecimento da dinâmica capitalista e, fruto dela própria, seu colapso, abrindo as possibilidades para o socialismo. SCHUMPETER, J. [1943]. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2017.

de exportar, em termos relativos, mais bens semimanufaturados e manufaturados. Esse movimento pode ser observado na série histórica construída por Lopes (2020), que marca a predominância dos bens primários a partir do ano de 2009 (ver Figura 2), tendo se mantido até 2018, com tendência de ampliação.

Figura 2 – BRASIL – Exportação brasileira por fator agregado em % (1937-2018)



Fonte: Victor Tarifa Lopes, 2020

A reprimarização não é um fenômeno extensivo a toda América Latina porque alguns países nunca deixaram de exportar predominantemente produtos básicos, também conhecidos como baixo valor agregado, *commodities* minerais e agrícolas. O que acontece com o Brasil, país no qual a indústria teve um importante papel nas exportações e no processo de urbanização? Por que os bens básicos, oriundos da agropecuária e da indústria extrativa, voltaram a ter maior participação nas exportações e, principalmente, qual a expressão geográfica desse fenômeno chamado reprimarização? Se parte importante do pensamento cepalino insistia na indústria como forma de superação do subdesenvolvimento, no país no qual ela ocorreu, por que não conseguiu definir uma dinâmica diferente da agrário-exportadora que a reprimarização representa? Nesse estágio das reflexões, nem todas as perguntas têm suas respostas. Nosso objetivo é apresentar alguns caminhos de leitura trilhados para a compreensão do fenômeno da reprimarização.

A reprimarização da pauta exportadora: sobre *commodity* e valor agregado

Antes de mais nada, é necessário registrar que a metodologia de classificação dos bens foi alterada. As exportações por fator agregado, que chamamos básicos, semimanufaturados e manufaturados passaram a ser classificadas com ênfase na atividade produtiva como: a) Indústria de transformação; b) Agropecuária; c) Indústria extrativa; e d) Outros produtos. A alteração atende às normas dos principais órgãos internacionais e permite que as estatísticas brasileiras sejam comparadas com outros países¹⁷, embora o acompanhamento da série histórica nacional tenha ficado prejudicado. Mesmo com a mudança, entendemos que o processo de reprimarização da pauta exportadora persiste, pois nas exportações brasileiras ainda permanece a maior participação de produtos da Agropecuária e da Indústria extrativa, que estavam anteriormente classificados como produtos básicos com predomínio de *commodities agrícolas* e minerais.

Para construirmos o conteúdo da reprimarização, precisamos ir além da tradução de *commodity* como mercadoria. Em termos gerais, considera-se uma mercadoria que possui baixo valor agregado; produzida, comercializada e transportada em larga escala; seus preços são definidos no mercado internacional; sua lucratividade limita-se à redução de custos, visto que a

17 A classificação em primários, semimanufaturados e manufaturados era a forma de divulgação dos dados da balança comercial através da Plataforma AliceWeb, disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), acessada mediante cadastro. Este ministério foi extinto em 2019 e suas atribuições passaram para o Ministério da Economia (que incorporou, também, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério do Trabalho). A extinção do MDIC deu lugar à Secint – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. A classificação atual apresenta: Indústria de transformação; Agropecuária, Indústria extrativa; e Outros produtos. As informações sobre comércio exterior brasileiro estão disponíveis no sistema Comex Stat (disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>) e organizadas na plataforma Comex Vis (disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>) agrupadas na metodologia ISIC – *Stand Industrial Classification of All Economic Activities* criada pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas). A classificação desloca a atenção do produto para centrar para a estrutura da atividade produtiva. A justificativa para a adoção do ISIC pode ser consultada em https://balanca.economia.gov.br/balanca/metodologia/Nota_ISIC-CUCL.pdf). Para os objetivos deste trabalho, manteremos, ao longo do texto, o emprego da denominação de bens primários como sinônimo de produtos básicos ou *commodities*.

diferenciação do produto é restrita; exige sistemas de infraestrutura com capacidade de transporte de grandes quantidades a preços baixos, por isso prioriza ferrovias, hidrovias, portos (marítimos e fluviais). Nas exportações brasileiras, temos as *commodities* agrícolas (soja, milho, açúcar, café); mineiras (minério de ferro) e as energéticas (sendo o óleo bruto de petróleo a mais comum).

Esta definição, à primeira vista operacional, não é suficiente. Não devemos considerar *commodities* apenas como bens primários, mercadorias, objetos, produtos, no sentido dado pela economia neoclássica, pois Appadurai nos alerta que isso seria uma simplificação e importa compreender que ela carrega um papel analítico que é mediado pela política¹⁸. Pela política, entendemos que a *commodity* faz parte de uma “lógica territorialista”¹⁹. Nesta lógica, o processo de acumulação não ocorre sem o domínio territorial e, no caso, a terra é o principal fator de produção, e é um recurso finito, o que torna a apropriação uma expressão de poder.

A produção dessa mercadoria específica acontece a partir de uma combinação de variáveis, proposta que tomamos de Cholley²⁰. O autor apresenta a interessante noção de combinação de variáveis dadas pelos fatores físicos (como solo, geomorfologia, clima, condições edafoclimáticas em geral), biológicos (podem ser insetos ou microrganismos que interferem na produção) e humanos em diversas escalas. Com o passar dos anos e os resultados da Revolução Verde, os elementos físicos, dados pelo meio natural, tiveram sua importância secundarizada, porque os investimentos públicos e privados e um conjunto significativo de ações construíram as famosas vantagens comparativas. Porém as vantagens absolutas dadas pelas condições naturais não são menos importantes, principalmente para a

18 APPADURAI, A. **The social life of things**. Cambridge : Cambridge University Press, 1986.

19 Lógica territorialista é uma expressão que tomamos de Arrighi (2017), utilizada em um contexto diferente, o autor analisava conflito armado. A lógica territorialista pressupõe domínio do território.

20 CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (1ª parte). **Boletim Geográfico**. n. 179. p.139-145, 1964a. A ideia de combinações é parecida com as “múltiplas determinações” de Marx. Elas abrem a possibilidade de compreender a interação de determinantes físicos e humanos. É por isso que destacaremos, ao longo do texto, que a reprimarização tem uma lógica territorialista, porque os fatores físicos que estão dados pelo território são tão relevantes quanto as determinações políticas e econômicas.

agricultura e para mineração no Brasil. A extensão do território, topografia, clima e insolação são fatores que distinguem a capacidade de produção brasileira frente aos demais países. Poucos, como Estados Unidos e Rússia, são detentores de tanto espaço físico para produção de grãos como o Brasil.

Em se tratando de agricultura, não há que se fazer a distinção “porteira para dentro, porteira para fora”. Esta ideia pretende passar a imagem de que o proprietário/arrendatário é eficiente na gestão, em contraposição ao “Custo-Brasil” que a produção enfrenta com a circulação/tributação, que seriam de responsabilidade do governo. Só que a eficiência “porteira para dentro” não é exclusividade da administração privada e de sua capacidade de gestão. O trabalho da Embrapa, a maior parte da mão de obra qualificada formada em instituições públicas, os subsídios, linhas de crédito, desonerações, tarifas de importação, produtos financeiros²¹, são elementos com ativa presença do Estado que contribuem para a competitividade²² da produção. Na agricultura científica globalizada²³, não há que se falar do *self made man*. Os esforços individuais não acompanham todas as necessidades que estão colocadas para que a produção se torne competitiva, pois são elevados os custos das novas e imprescindíveis tecnologias, dos produtos químicos, das máquinas e implementos. O produtor não suporta o custo sozinho, embora acredite que sim, há sempre a presença do Estado.

Além do domínio territorial, as *commodities* também representam o que Pessanha²⁴ chamou de “presentificação da mais-valia”, com o surgimento do mercado de futuro. O mecanismo conta com a produção que ainda não ocorreu, endividando e subordinando produtores em uma atividade de risco, caso a produção não ocorra. Em ocorrendo, há os custos do crédito. O

21 Por exemplo, Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são produtos criados e regulados por normativas do Banco Central. São mecanismos “fora da porteira” que também auxiliam na competitividade do produto. Também poderíamos citar os Fundos Constitucionais, o suporte do Banco do Brasil no financiamento de safra, o orçamento do Plano Safra, entre outros.

22 A competitividade neste sentido é aquela definida por Castillo (2013, 2015), um parâmetro mundializado de desempenho de agentes econômicos e de qualidade e custos dos produtos.

23 Expressão de Milton Santos, em **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

24 PESSANHA, R. M. A “**indústria**” dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

mercado de futuro é mais uma expressão política das *commodities*, que se realiza na esfera das finanças, pois todo mecanismo das finanças é uma construção social apoiada em relações de poder.

Na produção agrícola e nas atividades extrativas minerais, é fundamental a análise da qualidade e da disponibilidade dos recursos. Não se produz duas safras de milho em qualquer lugar, mas com maior eficiência em determinadas condições de insolação, chuvas, temperatura, topografia, etc. Há vantagens que são naturais e que ajudam na competitividade do produto. Essas condições estão em espaços definidos que não possuem mobilidade geográfica. Uma unidade industrial pode fechar em um país e abrir em outro, até com condições superiores de lucro. No caso da produção de *commodities* minerais (no Brasil, a principal é o minério de ferro), ela tem uma lógica territorialista que não pode ser desconsiderada, porque a produção possui rigidez locacional, rigidez que é definida pela ocorrência mineral. É preciso deter as concessões de lavra e, não menos importante, organizar os lobbies para que as regras sejam favoráveis ao processo de acumulação, vide as mudanças no novo Código de Mineração²⁵.

O lucro que ela dá é apropriado por quem detém o meio de produção principal, sem o qual essa produção não acontece, que é a terra ou as concessões de lavra, no caso da mineração. A terra concentrada, concentra a distribuição do lucro gerado pela produção de *commodities*. A particularidade da formação socioespacial brasileira é a concentração da terra e o compartilhamento dos custos de produção com o Estado, que é o principal agente a arcar com parte dos prejuízos, na medida em que renegociar dívidas, reduzir impostos, fazer políticas de desoneração ou mesmo investimentos que beneficiem o setor é parte intrínseca do êxito da produção primária.

Diferente das *commodities* agrícolas, as energéticas e minerais quando disponíveis no subsolo são exclusividade da União. A própria União explora ou concede a exploração seguindo as normativas dos regimes de autorização e concessão. Apenas gás natural, petróleo e substâncias minerais radioativas são protegidas pelo monopólio (ficam a cargo da União) as de-

25 Ver SILVA, J. M. P.; CHAGAS, S. F. P. das. Para quem serve o novo código da mineração? *EntreLugar*. V.11, n.21, 2020.

mais podem ser exploradas com autorização.²⁶ Na atividade do petróleo, o retorno para o orçamento público depende do modelo que rege a empresa exploradora, no caso, a Petrobrás. Desde 2018, a exploração do pré-sal tem aumentado a geração de riqueza e, o que parece um paradoxo, ao mesmo tempo ficam mais caros os produtos com combustíveis e gás de cozinha no mercado interno. A normativa que rege as atividades da Petrobrás tem funcionado em favor do acionista, das corporações concorrentes, dos detentores dos títulos da dívida pública. A prioridade conferida ao pagamento de dividendos e o atrelamento de preços ao mercado internacional eleva os preços no mercado consumidor doméstico. A produção exitosa, decorrente das condições geográficas e décadas de investimento público é lucrativa para frações de classe.

Além disso, o que constitui uma empresa lucrativa no setor do petróleo é o conjunto de atividades de extração, refino e comercialização. Com a privatização do refino e da distribuição e a predominância do interesse do acionista privado, o êxito das exportações de óleo cru amplia a reprimarização, com pouco benefício para a população.²⁷ A exploração do petróleo, após a descoberta do pré-sal, elevou a posição exportadora no cenário internacional e foi objeto de políticas específicas para que a demanda de investimentos fosse internalizada pela indústria, como a política de compras que priorizava o conteúdo nacional, além da proposta de recolhimento de parte da riqueza para um fundo soberano que financiasse gastos sociais, proposta abortada com o golpe parlamentar no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2016).²⁸

As rendas das *commodities* energéticas estão, de forma acelerada e perversa, sendo transferidas para fora do país, são lucros não reinvestidos, que não participam de estratégias de desenvolvimento nacional. O produto que está depositado nas camadas do pré-sal é recurso natural, finito, cuja localização geográfica não pode ser transferida. No caso dessa rigidez, transfe-

26 As regras estão elencadas no Guia do Minerador: regimes de autorização e de concessão. Disponível em http://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/Guia/Guia_2.htm.

27 Vários trabalhos apresentam como ocorre a apropriação nas atividades intensivas em recursos naturais, no caso do petróleo, sugerimos Piquet (2003), Costa (2012), Pinto (2020).

28 Pinto (2020) chama de “nacionalismo energético” as circunstâncias da descoberta do pré-sal, que tornou o país relevante produtor e exportador, e as políticas adotadas voltadas à expansão nacional de bens e serviços envolvidos na exploração.

re-se as rendas através das relações de dominação que são definidas com a mediação da política. Assim, não se trata simplesmente da produção de *commodities*, mas de entender qual o sentido político dessa produção. No Brasil, o sentido político da comercialização da *commodity* energética é concentração de recursos em frações de classe e externalização da riqueza para fora do país. Com o enfraquecimento econômico da empresa, dada pela venda de refinarias e distribuidoras, ela perde seu papel de motor de tração do desenvolvimento tecnológico, da demanda por inovações tecnológicas e novos processos, como a diversificação da matriz energética, voltada para alternativas menos poluentes que os combustíveis fósseis. O sentido político das *commodities* energéticas tem sido o do prejuízo nacional.

No caso das *commodities* minerais, a principal é o minério de ferro, que já foi largamente explorado pela empresa estatal privatizada em 1997. Enquanto a Companhia Vale do Rio Doce fazia investimentos em ampla carteira de minerais em várias regiões do país, a Vale privatizada é seletiva. Seu projeto de negócios é verticalizar a exploração do minério de ferro, comercializando-o como granulado, forma mais bruta possível. A empresa foca na maior rentabilidade no curto prazo, apoiada nos preços que oscilam em função da demanda chinesa. O mercado aquecido eleva a exploração, pressiona os limites das condições naturais, prioriza pagamento de dividendos em desfavor de investimentos na melhoria dos processos e na relação com a comunidade imediata. Além disso, fortalece o *lobby* pela defesa da redução de custos, como por exemplo, pagamento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cefem).²⁹

A exploração das *commodities* minerais e energéticas, em termos locais, é mais concentrada que a produção agrícola. A mineração de ferro está no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, na Serra de Carajás, no Pará e na Morraria do Urucum, Municípios de Corumbá e Ladário – Mato Grosso do Sul. Na pauta de exportações minerais do Brasil, no segundo semestre de 2019, 69,2% foi minério de ferro, com 52,8% para o mercado chinês e 78,2% do total da arrecadação da Cefem (ANM, 2020). A con-

29 Ver trabalhos de Lamoso (2017), Belluzzo e Sarti (2019), Oliveira e Oliveira (2020), Milanez (2021), entre outros. Há, também, produção sobre a exploração mineral e suas consequências publicadas pelos pesquisadores do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

centração não é apenas geográfica, também ocorre nas empresas. A Vale responde por 71,90% e a Companhia Siderúrgica Nacional por 10,15% da produção nacional. Da mesma forma que na mineração, a produção de grãos também tem atuação de grandes empresas e de forma concentrada, as *tradings* – companhias especializadas nas operações de exportação – que não têm incidência dos encargos tributários como IPI, ICMS, PIS e Cofins.³⁰ São elas ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, Multigrain (subsidiária da Mitsui & Co.).

Sobre o baixo valor agregado, também temos algumas reflexões. Petróleo é uma *commodity*, portanto, em tese, de baixo valor agregado, pois é a base para produtos de maior preço, como a gasolina ou óleo diesel. Extrair petróleo é mais complexo que colher café. Ambos são *commodities*. Guardadas as devidas proporções, para ambas as atividades é necessário investimento em ciência e tecnologia, tanto para os processos envolvidos na extração na plataforma continental quanto para os processos de aperfeiçoamento do grão, cultivo, torra e moagem. Quem produz um café acima de 84 pontos, melhor remunerado pelo mercado externo, sabe o conhecimento ali acumulado³¹.

Extrair petróleo no subsolo do oceano também não é um processo corriqueiro. Não significa que baixo valor agregado não contenha processos resultantes de P&D. No Brasil, levou de 1953 (criação da Petrobrás) até 2007 (ano que marca a descoberta do pré-sal) para ter êxito na produção. Para isso foram consumidas dezenas de bilhões de dólares de investimento em uma atividade de risco. Soja também é *commodity* e incorpora outros milhões de dólares em pesquisa, muito trabalho de cientistas e conhecimento acumulado através da experiência na atividade. Mesmo assim, pela classificação atual, café, petróleo e soja são consideradas *commodity* ou produto básico. Mesmo os produtos “básicos” levam tempo e investimento, não se trata de produção amadora, aleatória.

30 DIAS, J. S. S.; SANTOS, E. V. M. O território e o agronegócio brasileiro. In: SANTOS, L. B.; SANTOS, E. V. M. (orgs.) **Estado, capital e dinâmicas de internacionalização**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p.203-225.

31 Pontuação para uma escala de qualidade que vai de zero a cem, definida pela *Specialty Coffee Association of America*, por meio do *Technical Standards Committee* (TSC), que elaborou uma planilha de avaliação sensorial por meio da qual dez diferentes atributos do café são avaliados.

No processo de produção há uma trajetória de investimentos que não deve ser desprezada³², embora esta seja comprovadamente insuficiente para tornar um país, que apenas dependa desses produtos, uma economia desenvolvida. A “deterioração dos termos de intercâmbio”³³ está presente nas relações de trocas entre os países de forma cada vez mais sofisticada, devido a um padrão técnico e organizacional que reorganizou os processos produtivos, a circulação, a comercialização da produção, além da financeirização acentuada.

Soft power e imperialismo norte-americano: tudo é “culpa” da China

Invariavelmente, reprimarização está associada a participação da economia chinesa, pois os dados apresentam uma correlação entre demanda e exportação³⁴. A China exerce papel geopolítico de contraponto à intenção de hegemonia norte-americana, algo já reconhecido tanto por cientistas políticos quanto pelas próprias lideranças políticas norte-americanas.

A expressão de Joseph Nye, *soft power*, explica o que é esse tipo de influência, que não tem base na força militar, é um poder brando, sutil e não menos eficiente³⁵. Antes de Nye, o sempre atual Lênin enfatizou o conceito de Imperialismo, que nos parece ainda atual em sua capacidade de explicação das relações hierárquicas impostas pelos Estados Unidos. Parte da interpretação ocidental sobre o que a China representa no mundo contemporâneo reflete o que os Estados Unidos querem que o Ocidente pense que a China representa.

É muito sintomático que o ônus da primarização e da reprimarização sejam creditados a China e os Estados Unidos pouco apareçam nas análises.

32 Ver BELLUZZO, L. G. M. *et al.* (orgs.). **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2014.

33 PREBISCH, R. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **Revista de la Cepal**. Santiago: Nações Unidas/Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1986.

34 Por exemplo, SANTOS, A. O. *et al.* Reprimarização e desindustrialização: os impactos da Lei Kandir e do comércio com a China no complexo soja. **Organizações rurais & Agroindustriais**. Lavras. V.18, n.4, p.289-303, 2016 e QUINTAMAR, D. A. A.; GONZÁLEZ, P. W. China y el efecto de reprimarización en América Latina. **3Ciencias**. Investigación y pensamiento crítico, v. 8, n. 3, 118-149, 2019.

35 NYE, J. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

A China é o foco por conta do protagonismo que tem apresentado no comércio mundial, parte pela ocorrência da pandemia do covid-19, que colocou o país no centro da discussão, invariavelmente recebeu um tratamento parcial por parte da imprensa hegemônica. As notícias que pautaram as origens do vírus tiveram destaque maior do que matérias sobre as medidas sanitárias e a colaboração efetiva que a China prestou à comunidade internacional, doando vacinas e fazendo parcerias para fabricação das mesmas.³⁶

Os autores Bolinaga e Slipak³⁷ chamam a dependência latino-americana do fornecimento de *commodities* para China como Consenso de Beijing, um paralelo ao que foi o Consenso de Washington. Para os autores, há uma imposição autoritária sobre a América Latina, em parte pelas assimetrias, que reforçam o padrão de relação entre países centrais e periféricos. No caso argentino, a análise é muito semelhante ao caso brasileiro, de que a dependência de exportações pouco variadas agrava a dependência do setor externo dificultando o desenvolvimento de atividades geradoras de alto valor agregado³⁸.

Para problematizar a relação China e reprimarização, elencamos quatro pontos.

Primeiro ponto: A reprimarização é fortalecida devido à demanda chinesa porque o elemento da demanda internacional está posto, com vigor e regularidade na última década e com possibilidades de assim continuar ainda por mais alguns anos. A produção capitalista é orientada pelo mercado e para o mercado, salvo interferências e controle de instituições que tenham o objetivo de regular ou redirecionar o peso da tal “mão invisível do

36 No capítulo “A globalização da América Latina: da crise do neoliberalismo à crise do neodesenvolvimentismo”, do livro “A nova América Latina”, dos autores Fernando Calderón e Manuel Castells, há um subitem intitulado “O modelo neodesenvolvimentista e a nova globalização: a China e o Sul global”, o capítulo destaca China e não há qualquer menção aos Estados Unidos. É um risco que a influência norte-americana no continente seja silenciada, em que pese todas as ações diretas e indiretas para a instabilidade política que asfixia as economias sul-americanas.

37 BOLINAGA, L.; SLIPAK, A. The beijing consensus and the reprimarization of the productive structure in Latin America: The case of Argentina. **Problemas del Desarrollo**, v. 46, n. 183, p. 33-58, 2015.

38 SLIPAK, A. M. Un análisis de las consecuencias socio-económicas para la Argentina de sus relaciones con China. Las contradicciones del modelo y la reprimarización de la economía. **Jornadas de economía crítica**, p. 1-26, 2012

mercado”, que o senso comum julga existir. No caso brasileiro, a economia já apresentava sinais de enfraquecimento da base industrial e as *commodities* agrícolas e minerais sempre participaram das exportações nacionais. A China ocupa o espaço da economia norte-americana após a crise de 2008.

Segundo ponto: Falta ao Brasil um planejamento econômico estratégico do Estado, que carece da construção de alternativas que promovam a maior densidade do setor industrial. Salvo pequeno período de implementação de políticas industriais (governos Lula da Silva e Dilma Rousseff³⁹), esse esforço não foi implementado, nem de forma mal-sucedida pelo governo Temer, menos ainda pelo governo de Jair Bolsonaro. Mesmo sendo implementado um contínuo e sistemático esforço de industrialização, não significa que as *commodities* perderiam a relevância nas exportações brasileiras. Com o fortalecimento das exportações de manufaturados, é possível uma perda relativa na participação em valor, não necessariamente em volume. A ausência de um projeto para a indústria nacional não é responsabilidade da economia chinesa.

Terceiro ponto: Caso a China não representasse demanda para produção agrícola, esta receberia menos investimentos? As fazendas capitalistas estariam orientadas apenas para abastecimento do mercado interno? Não. O campo brasileiro já é favorecido por um conjunto de políticas de crédito e por mecanismos de apoio que reforçam a exploração das vantagens naturais tanto quanto as vantagens construídas. É um território organizado para exportações, pela produção de excedente que o coloca sempre entre os maiores produtores de grãos. A noção de “inércia dinâmica”⁴⁰ é muito útil para explicar a resistência das estruturas produtivas já instaladas. A transformação das mesmas é algo que leva tempo e exige um planejamento estratégico significativo. Mesmo com um choque negativo de preços no mercado internacional, as estruturas produtivas de *commodities* agrícolas e

39 Governos Lula da Silva (2003-2010) com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); Governo Dilma Rousseff (2011-2016), Plano Brasil Maior. Para mais informações, consultar Cano e Silva (2010).

40 Milton Santos (1980) em Por uma Geografia Nova trabalha a noção sartreana de prático inerte para refletir sobre a inércia dinâmica. Para Santos (1990, p.112), “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para novas etapas”, da mesma forma que a redistribuição tem estreita relação com as condições preexistentes e tanto as formas naturais quanto o meio ambiente construído são partes entre as formas herdadas (Santos, 1990).

minerais levariam um tempo para se readequarem ou serem substituídas. Sua permanência e expansão são resultados das heranças espaciais, não é exclusividade da presença da China no mercado internacional.

Quarto ponto: O aumento da participação de *commodities* agrícolas e minerais na pauta exportadora é um dado relativo, ocorre em função da perda de participação dos produtos da indústria de transformação, não é só um efeito China. O par reprimarização/desindustrialização tem ocorrido simultaneamente. Se analisarmos a balança comercial, há uma dependência no mecanismo gangorra, se aumenta a participação relativa das exportações primárias, é porque a participação de manufaturados diminuiu. O comportamento das exportações apenas sinaliza que em determinado período há êxito de um ou de outro em sua capacidade de participar do comércio internacional.

A economia chinesa tem mais méritos que defeitos em todo esse processo. O que a China tem feito, Jabbour e Gabriele (2021) apresentam como “nova economia do projeto”⁴¹, é um conjunto de estratégias que orienta o país a um sistema de produção diferente do capitalismo. Se é socialismo que se trata, se é socialismo de mercado ou outro nome, o tempo e os estudos dirão. O fato é que o país tem obtido taxas de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, utiliza seu crescimento para redução da pobreza e para emancipação da sua população de uma forma que o capitalismo não conseguiu oferecer a nenhuma sociedade até hoje. Enfim, é um tema polêmico, que extrapola nossa competência, apenas não julgamos adequado a análise externa sem nos darmos conta das contradições internas da sociedade brasileira e sua incapacidade política de reduzir a primarização e a reprimarização.

Considerações finais

O processo de reprimarização da pauta exportadora, para além de ser um fenômeno facilmente mensurado, é um processo de características eminentemente geográficas. A competitividade dos bens primários depende dos

41 JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

fatores clássicos (toda rede de suporte do Estado) e, também, das condições naturais (solo, chuvas, topografia, insolação, temperatura, localização/latitude, extensão/área...), retomando a proposta de combinação de variáveis de Cholley⁴².

A mecanização da agricultura, com a introdução das modernas colheitadeiras, que podem ser utilizadas inclusive no período noturno, favorece as grandes extensões produtoras de grãos, assim como as aeronaves de pulverização, cada vez com capacidade de cobertura de áreas maiores em menor tempo. São poucos os países que são receptivos a essa tecnologia. Essas condições naturais favoráveis não têm a mobilidade de uma planta industrial, que pode ser deslocada para uma região ou país em função dos custos. A terra, principal fator de produção, inclusive o subsolo com a presença das jazidas minerais, é a estrutura da lógica territorialista. Sua apropriação privada, de forma concentrada, é parte da explicação das desigualdades e manifestam o sentido político da economia baseada em commodities agrícolas, minerais e energéticas.

Quanto às vantagens competitivas construídas, demais países podem oferecer de forma igual ou superior às existentes no Brasil. O meio natural é mais difícil de reproduzir, ainda que a ciência contorne as adversidades como, por exemplo, selecionando sementes mais aptas, o território brasileiro possui condições que não são reproduzidas em outros países. Isso não significa que desconsideremos todo avanço tecnocientífico que produziu essa “agricultura científica globalizada” (Milton Santos).

Quanto mais o tempo passa, mais a materialidade se acumula de forma favorável à produção primária porque a classe que tem lucrado com essa produção atua para permanência desta dinâmica. Propriedade de terra é poder econômico e poder político. Essa burguesia agrária que se fortalece com a reprimarização nunca deixou o poder político. Por algumas décadas, o processo de industrialização trouxe a acumulação pela manufatura,

42 Cunha (2017) detalha a proposta de Cholley para explicar a expansão da soja no Brasil como resultado de combinações econômicas, políticas e naturais dadas por: incentivos fiscais para abertura de novas áreas, estabelecimento de firmas produtoras e processadoras de carnes e grãos, baixo valor da terra, topografia favorável à mecanização com baixo emprego de mão de obra, condições pedológicas propícias a partir da calagem. Uma combinação de variáveis para explicar as exportações de carne e soja também foi utilizada por Espíndola (2016).

com o crescimento da classe operária e a intensificação da urbanização. A indústria deixou de se apresentar como motor do crescimento econômico e, por desdobramento, os serviços criados são pouco sofisticados, remuneram mal, tem ampla base na informalidade (sem contar os efeitos da última reforma trabalhista).

As condições do mercado externo (sim, a China tem peso no comércio exterior brasileiro) agudizam as relações internas porque oferecem a orientação da acumulação que privilegia um setor que tem poder político para disputar, com vantagens, o fundo público. Esta disputa é desigual porque esta classe está representada nas diversas esferas do Estado (seja no executivo, legislativo, judiciário) e nas escalas municipal, estadual, federal. A Frente Parlamentar da Agricultura, mais conhecida como “bancada ruralista” é a materialização da defesa de classe que tem pautado o congresso, pautado a mídia hegemônica e as disputas eleitorais recentes.

Para funcionar bem, esta produção precisa especializar o território, e, ao especializá-lo, o torna propenso a “vulnerabilidades territoriais”⁴³ que é uma expressão geográfica do processo de reprimarização da pauta exportadora. No Brasil, a expansão das exportações retroalimenta a política de dependência da economia brasileira às exportações de primários. Esta engrenagem é fortalecida pelo esgarçamento do processo de industrialização, que tanto deixa o país refém da obtenção de divisas e, assim, ser utilizado de forma hegemônica pela fração de classes que se apropria das rendas obtidas com as *commodities* agrícolas (reprodução do agronegócio primário-exportador), energéticas (corporações privadas internacionais, detentores de ações e títulos públicos da dívida da Petrobrás) e minerais (poucas empresas de capital privado com títulos de lavra de minério de ferro e forte política de distribuição de dividendos). Os lucros da atividade não estão canalizados para a construção de maior complexidade econômica.

Não se trata de uma *plantation* moderna, de formas tradicionais agrário-exportadoras, a reprimarização da pauta exportadora comporta sofis-

43 Segundo Santos e Castillo (2020, p.513), a vulnerabilidade territorial representa “a propensão dos lugares a transtornos ou danos (econômicos, sociais, ambientais) decorrentes de crises (setoriais ou macroeconômicas) ou a implicações socioambientais de alguma atividade econômica”. A vulnerabilidade territorial já foi objeto de estudo de vários autores, como Camellini e Castillo (2012), Faccin (2019), Frederico (2013), Santos *et al.* (2020), entre outros.

ticação produtiva em seus produtos agrícolas, minerais e energéticos. O que não significa dizer que isso seja suficiente, pois nem Brasil nem país algum conseguirá sustentar qualquer melhoria das condições de vida da população se ficar na dependência dessa estratégia. Por isso chamamos a atenção para o que ocorre com a indústria nacional, seja na forma de desindustrialização, reestruturação produtiva, desadensamento das estruturas produtivas, perda de complexidade econômica, enfraquecimento do tecido industrial em alta e média densidade tecnológica, todas manifestações, a nosso ver, que representam a deterioração dos termos de intercâmbio e com isso a dificuldade de resolver a carência material da sociedade brasileira.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Informe mineral 2º 2019**. Brasília : ANM, 2020.
- APPADURAI, A. **The social life of things**. Cambridge : Cambridge University Press, 1986.
- ARRIGHI, G. **O longo século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- BELLUZZO, L. G. M. *et al.* (orgs.). **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2014.
- BELLUZZO, L. G.; SARTI, F. Vale: uma empresa financeirizada. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. 10 fev. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/> Acesso em: 4 mai. 2022.
- BIELSCHOWSKI, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOLINAGA, L.; SLIPAK, A. The beijing consensus and the reprimarization of the productive structure in Latin America: The case of Argentina. **Problemas del Desarrollo**, v. 46, n. 183, p.33-58, 2015.
- BRASIL. DNPM. **Guia do Minerador: Regimes de Autorização e de Concessão**. Disponível em: http://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/Guia/Guia_2.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CALDERÓN, F.; CASTELLS, M. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- CAMELINI, J. H.; CASTILLO, R. Etanol e uso corporativo do território. **Mercator**, v.11, n.25, 2012.

- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p.831-851, 2012.
- CARDOSO, F. H; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1969].
- CASTILLO, R. A expansão do setor Sucroenergético no Brasil. In: BERNARDES *et al.* (orgs.). **Espaço e energia**: mudanças no setor Sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p.75-84.
- _____. Dinâmicas recentes do setor Sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**. Niteroi, n.35. p.95-119, 2015.
- CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos** (1ªparte). Boletim Geográfico. n. 179. p.139-145, 1964a.
- CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. (2ªparte).Boletim Geográfico. n.179. p.268-277, 1964b.
- COSTA, P. A. **A cidade do petróleo**. Guarapuava: Unicentro, 2012.
- CUNHA, R. C. Ensaio geoeconômico: custos produtivos na cadeia produtiva da soja no Brasil. In: ESPÍNDOLA, C. J. (org.) **Estruturas e estratégias geoeconômicas** – estudos de cadeias produtivas específicas. Jundiaí : Pacco Editorial, 2017,
- DIAS, J. S. S.; SANTOS, E. V. M. O território e o agronegócio brasileiro. In: SANTOS, L. B.; SANTOS, E. V. M. (orgs.) **Estado, capital e dinâmicas de internacionalização**. Rio de Janeiro : Autografia, 2020. p.203-225.
- ESPÍNDOLA, C J. A dinâmica geoeconômica do agronegócio brasileiro de carnes e soja. In: L. P. LAMOSO (Org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. pp. 19-53. Íthala, Curitiba : Íthala, 2016.
- FACCIN, A. C. T. M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul**:competitividade regional e vulnerabilidade territorial. Campo Grande : Life, 2019.
- FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. Rio de Janeiro : Brasiliense, 1980.
- FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**. V.1. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8153>. Acesso em: 8 jun. 2022.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil** [1958]. 17ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1980.
- GONÇALVES, J. S. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-

2010. **Análise e Indicadores do Agronegócio**. n.12, dez. 2011. Instituto de Economia Agrícola
- JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LAMOSO, L. P. Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo. **Geosp**. v.21, n.3, 2017.
- LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v.5, n.3, 2020. p.174-203.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. In: BECKER, B. *et al.* (orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. Hucitec, 1995, p.64-76.
- MEDEIROS, M. C. Crise e desindustrialização no Brasil atual. In: GÓMEZ, M. T. *et al.* (orgs.). **América Latina: repercusiones espaciales de la crisis política**. Madri: Asociación Española de Geografía, 2021.
- MILANEZ, B. Economias extrativas e desenvolvimento: contradições e desafios. **Geographia**(UFF), v. 23, p.1-25, 2021
- MORCEIRO, P. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **BrazilianJournal of PoliticalEconomy**. v.41, n.4, out./dez, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4HDjr3pgty8TcPJVPQn-Qx5g/?lang=pt> Acesso em: 8 jun. 2022.
- NASCIMENTO, C. A. *et al.* Brasil: reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. Anais XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.28, n.1, p.72-96, mar. 2008.
- NYE, J. **O futuro do poder**. São Paulo : Benvirá, 2012.
- OLIVEIRA, F. J. G. de; OLIVEIRA, L. D. de. Circuitos espaciais da produção e a economia do petróleo no estado do Rio de Janeiro: as transformações territoriais por ação dos níveis superiores da economia. **Geoece**. v. 9, p.8-32, 2020.
- PEREIRA JUNIOR, E. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p.1-20, 2019. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/56942> Acesso em: 31 ago. 2023.

- PESSANHA, R. M. A “**indústria**” dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- PIQUET, R. **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- PINTO, E. C. Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: retomada interdita. **Oikos**. v. 19, p. 142-163, 2020.
- POCHMANN, M. Desindustrialização e reprimarização: retrato da dominação financeira no Brasil. **Rede Brasil Atual**. 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/2019/11/desindustrializacao-dominacao-financeira/> Acesso em: 4 abr. 2022.
- PREBISCH, R. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **Revista de la Cepal**. Santiago: Nações Unidas/Comision Economica para América Latina y el Caribe, 1986.
- QUINTAMAR, D. A. A.; GONZÁLES, P. W. China y efecto de reprimarización em América Latina. **3Ciencias**. Investigación y pensamiento crítico, v. 8, n. 3, 118-149, 2019. Disponível em: <https://www.3ciencias.com/articulos/articulo/china-y-el-efecto-de-reprimarizacion-en-america-latina/> Acesso em: 31 ago. 2023.
- RANGEL, I. M. Dualidade básica da economia brasileira [1957]. **Obras reunidas**. v.1. Rio de Janeiro : Contraponto, 2005.
- SANTOS, A. O. *et al.* Reprimarização e desindustrialização: os impactos da Lei Kandir e do comércio com a China no complexo soja. **Organizações rurais & Agroindustriais**. Lavras. v.18, n.4. p.289-303, 2016.
- SANTOS, H. F.; CASTILLO, R. Vulnerabilidade territorial do agronegócio globalizado no Brasil: crise do setor sucroenergético e implicações locais. **Geosp**. v.24, n.3, p.508-532, dez. 2020
- SANTOS, H. F.; SAMPAIO, M. A. P.; MESQUITA, F. C.; PEREIRA, M. F. V. Crise del sector sucroenergético em Brasil y la vulnerabilidad territorial de los municipios productores de caña de azúcar. **Eure – Revista latinoamericana de estudios urbanos regionales**. v.48, p.1-26, 2022.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo : Hucitec, 1996.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S. Da euforia à crise: uma visão geográfica das trajetórias erráticas da economia e da indústria no Brasil, no século XXI, em meio a problemas, carências e desafios. **EntreLugar**, v.11, n.21, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12047> Acesso em: 4 abr. 2022.

- SCHUMPETER, J. [1943]. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo : Unesp, 2017.
- SILVA, J. M. P.; CHAGAS, S. F. P. das. Para quem serve o novo código da mineração? **EntreLugar**. V.11, n.21, 2020.
- SLIPAK, A. M. Un análisis de las consecuencias socio-económicas para la Argentina de sus relaciones con China. Las contradicciones del modelo y la reprimarización de la economía. **Jornadas de economía crítica**, p.1-26, 2012.
- SUGIMOTO, T. N.; DIEGUES, A. C. A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. **Nova Economia**, v.32, n.2, p.477-504, 2022.
- TUNES, R. H. A perspectiva da Geografia Econômica sobre a dinâmica industrial do Rio de Janeiro. **Revista Geoece**, v. 9, p. 81-96, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/3489> Acesso em: 9 set. 2022.

CAPÍTULO 2

Tendências locacionais de propagação da indústria 4.0 pelo território brasileiro

Leandro Bruno Santos

Camila Totti Andrade

Introdução

A indústria 4.0, tratada de forma controversa na literatura como parte de um novo paradigma técnico-econômico, é caracterizada pela adoção de uma série de tecnologias e sistemas, como CPS (Cyber physical systems), Chips RIFD (Radio Frequency Identification), Internet das Coisas (Iot), Big Data, Computação em Nuvem, entre outras, e apresenta uma forte vinculação com as tecnologias da comunicação e da informação. E o seu desenvolvimento não ocorre de forma casual e espontânea, ao contrário, se insere no bojo de políticas estatais – principalmente da Alemanha e dos Estados Unidos – com o propósito de recuperar protagonismo na produção industrial frente ao avanço da concorrência intercapitalista.

As inovações tecnológicas recentes que perfazem a indústria 4.0 estão introduzindo uma nova relação da sociedade com o espaço, com implicações sociais e espaciais ainda pouco conhecidas. O desenvolvimento e a incorporação desigual de novas tecnologias contribuem para mudanças na estrutura social *pari passu* que precisam de uma adequação da estrutura espacial (Sánchez, 1988). Considerando que o desenvolvimento e a disseminação dessas inovações ocorrem de maneira ainda mais concentrada e seletiva no território, no sentido de ampliar as desigualdades espaciais preexistentes, os estudos geográficos sobre a difusão dos processos sociais assumem maior relevância (Silva, 1995), particularmente das transformações da organização produtiva, das relações de trabalho e do território.

Os modos de produzir, circular e consumir bens, serviços e ideias têm sido modificados com a introdução das novas tecnologias. Essas alterações na estrutura social são acompanhadas por reorganização dos territórios e das sociedades. Não apenas a dimensão produtiva senão também a reprodução social está sendo alterada, pois a disseminação das tendências da indústria 4.0 tem engendrado maior automação em larga escala de diversas tarefas (das rotineiras às intelectuais), maior flexibilização dos processos produtivos, usos nos transportes (autônomos, logística, etc.), na distribuição de energia, na saúde, entre outros.

Essas mudanças sociais e espaciais também reforçam a centralidade das políticas tecnológicas direcionadas para a dinamização da indústria e para a reorientação do desenvolvimento regional com base em novas vantagens competitivas (Méndez, 1998). No caso do Brasil, especificamente, o país se insere de forma tardia e subordinada no desenvolvimento das tecnologias da indústria 4.0, parecendo reproduzir a mesma dinâmica das revoluções industriais anteriores, como um consumidor de inovações tecnológicas (Sposito & Santos, 2020). Ao mesmo tempo, a estreita relação do novo paradigma técnico-econômico com as tecnologias da informação e informação – fortemente concentradas nas regiões e cidades de melhor infraestrutura – contribui para o desenvolvimento e a incorporação desigual e seletiva das tendências da indústria 4.0 pelo território brasileiro.

Este texto tem como propósito entender a lógica locacional de disseminação das tendências da indústria 4.0 pelo território brasileiro. Como as bases estatísticas oficiais, incluindo a Pintec, não têm levantamentos específicos que permitam aquilatar a propagação da indústria 4.0, optamos pela análise das condições espaciais necessárias ao desenvolvimento e difusão das tendências do novo paradigma produtivo, especialmente aquelas atinentes às tecnologias da informação. Também realizamos o levantamento e a sistematização de políticas institucionais específicas para o desenvolvimento e disseminação da indústria 4.0, a fim de compreender o papel do Estado brasileiro e a distribuição espacial dos desembolsos.

O texto, além desta introdução, contém outras quatro partes. Na sequência, revisamos a bibliografia sobre revoluções industriais com o propósito de trazer elementos para compreender a provável transição de uma III para IV Revolução Industrial. Em seguida, delineamos as principais tendências da indústria 4.0, caracterizando as principais inovações tecnológicas e suas

formas de disseminação no e com o espaço. Na terceira parte, reunimos elementos para pensar o papel do espaço na disseminação das tendências da indústria 4.0 pelo território brasileiro, procurando estabelecer os nexos das condições geográficas dos lugares com as informações sobre financiamentos de projetos institucionais destinados ao desenvolvimento e difusão das tendências da indústria 4.0. Ao final, constam as considerações finais deste texto e as referências.

Quarta revolução industrial: um novo paradigma técnico-econômico?

A ideia de que o crescimento econômico e as inovações tecnológicas são, ao longo do tempo, marcados por ciclos ou ondas sucessivas tem sido amplamente difundida nos círculos acadêmicos, seja como ondas longas (Konradiev) ou como ciclos longos (Schumpeter). Cada onda ou ciclo é associado a mudanças tecnológicas em torno das quais surgem outras inovações (produção, distribuição, organização), e a difusão dessas tecnologias provoca profundas mudanças dos sistemas sociais. As sociedades capitalistas tendem a conhecer, de forma desigual e combinada, uma série de revoluções industriais, sendo todas elas caracterizadas por um conjunto de tecnologias disruptivas (Perez, 2010).

As revoluções industriais são marcadas pela introdução de novas técnicas que resultam em mudanças irreversíveis em processos econômicos e sociais e que configuram vantagens no processo de produção (Perez, 2010). Nesse sentido, uma revolução industrial se diferencia de um conjunto aleatório de sistemas tecnológicos pela forte interconexão e interdependência dos sistemas participantes em termos de tecnologias e mercados e pela capacidade de transformar profundamente o resto da economia e a sociedade (Perez, 2010).

As técnicas que marcam essas revoluções não são criadas ao acaso, elas pertencem a certa organização que não pode ser entendida sem que se considerem as relações sociais e de poder (Santos, 1996; Haesbaert & Porto-Gonçalves, 2005). Toda revolução industrial, portanto, apresenta uma mudança de paradigma, ou seja, uma mudança na lógica coletiva; e é esta lógica que guia os caminhos que a revolução adota, sendo influenciada simultaneamente por diferentes fatores como de interesse e viabilidade das inovações.

O debate sobre as mudanças e permanências que simbolizam o paradigma tecnológico hodierno tem sido bastante intenso, principalmente quando a discussão recai sobre a pertinência de uma quarta revolução industrial. Boschma & Laffi (2020) e Laffi & Boschma (2021) defendem que o paradigma das tecnologias de comunicação e informação, também denominado de paradigma tecnológico 3.0, indica uma trajetória de amadurecimento, enquanto a fronteira tecnológica move-se rapidamente no sentido de introduzir mudanças radicais em dimensões não atingidas pelo paradigma anterior, levando a proposições de uma IV Revolução Industrial (Schwab, 2016).

Martinelli; Mina & Moggi (2021), após revisão da literatura especializada, alertam para as confusões que têm sido feitas em torno de indústria 4.0 e IV Revolução Industrial, tratadas muitas das vezes como sinônimas. Os referidos autores propõem que a indústria 4.0 poderia ser tratada *stricto sensu* como um conjunto de iniciativas políticas direcionadas para a inserção, no processo produtivo, de tecnologias inteligentes propiciadas pela convergência das tecnologias operacionais com as tecnologias da internet. Sob essa perspectiva, as revoluções industriais seriam mais raras que as tecnologias habilitadoras, embora estas possam detonar uma mudança no paradigma produtivo ao longo do tempo. Essa proposição se aproxima das mudanças tecnológicas assinaladas por Dicken (2010), que distingue as mutações do sistema tecnológico (mudanças tecnológicas abrangentes e emergência de novos setores) com aqueles que ocorrem no paradigma técnico-econômico (mudanças em grandes escalas e novos sistemas tecnológicos).

O termo “Indústria 4.0” surgiu a partir de um programa alemão chamado “*Industrie 4.0*”. O programa, de perfil *bottom-up*, surgiu em 2011 a partir de uma associação entre empresariado, centros de pesquisa e outras instituições da sociedade civil e, posteriormente, foi incluído na política industrial do governo (Arbix *et al.*, 2017). O “*Industrie 4.0*” representou para a Alemanha um esforço de manutenção de sua posição entre os líderes da manufatura global, focando no investimento *High Tech* (Lucena, Roselino & Diegues, 2020), com foco na provisão de *cyber physical systems* (CPS).

Atualmente, Indústria 4.0 diz respeito a uma tendência que alguns autores entendem como uma IV Revolução Industrial (Schwab, 2016; Sposito, 2019; Daudt & Wilcox, 2016), enquanto para outros seria uma continuação da III Revolução (Kupfer, 2016; Lucena, Roselino & Diegues, 2020). Bosch-

ma & Laffi (2020) realizam uma leitura mais dinâmica desses dois polos e propõem a existência de relações contínuas e descontínuas entre os paradigmas tecnológicos 3.0 e 4.0, tendo em vista que algumas tecnologias 4.0 são mais próximas do paradigma da comunicação e informação enquanto outras são marcadas por um alto nível de recombinação capaz de permitir mudanças radicais em dimensões não atingidas pelo paradigma tecnológico precedente.

A interpretação de uma continuidade da III Revolução Industrial se fundamenta na ideia que as inovações observadas decorrem da implementação e difusão de tecnologias já existentes, e que tais mudanças constituem um movimento natural que atende às especificidades já próprias da III Revolução. A III Revolução Industrial se deu na metade do século XX e começou a se desenvolver no Japão, sendo marcada pela automação dos processos por meio de Controladores Lógicos Programáveis (CLP) e da introdução da robótica, de modo que as principais mudanças se deram no campo da microeletrônica, com grandes avanços nas áreas da biotecnologia, robótica e informática, em que o computador se constituiu num grande marco desta revolução.

Lucena, Roselino & Diegues (2020) baseiam-se em Xu *et al.* (2018) e em Hirsch-Kreinsen (2016) para afirmar que a Indústria 4.0 não se enquadraria como uma IV Revolução Industrial por sua forte conexão com as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e que, por esse motivo, dificilmente poderia ser distinguida de sua predecessora. Ou seja, tratar-se-ia de uma continuação e intensificação da III Revolução Industrial, ao invés de uma nova revolução. Dessa forma, a Indústria 4.0 compõe um “elenco de inovações incrementais que decorrem da incorporação e (...) da integração de tecnologias já disponíveis ou emergentes” (Kupfer, 2016), sendo caracterizada, assim, mais pela difusão dessas novas técnicas (“como” se produz), do que pelo desenvolvimento inovativo propriamente dito (“o que” se produz).

Em contrapartida, os defensores da IV Revolução Industrial entendem que há uma mudança de paradigma, com características que a identificam como uma nova fase do desenvolvimento tecnológico mundial. Nesse caso, a Indústria 4.0 não seria facilmente caracterizada por uma única tecnologia e também teria, como característica distintiva, a capacidade de recombinação, introduzindo inovações radicais em atividades antes não atingidas extensivamente (saúde, agricultura, construção, etc.).

Sposito (2019), com base em Schwab (2016), aponta as características que sustentam a distinção de uma nova revolução diferente da terceira. A estas características ele deu o nome de “megatendências”, sendo possível enumerar três principais: 1) Velocidade; 2) Amplitude e profundidade; 3) Impacto Sistêmico. A “velocidade” diz respeito ao ritmo exponencial de desenvolvimento e implementação das novas tecnologias, em função da “interconexão entre pessoas e empresas e do fato de que novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas”. A “amplitude e profundidade” alude ao efeito das novas tecnologias em diversos âmbitos, gerando “mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos”. E o “impacto sistêmico” faz referência ao fato que as mudanças observadas não ocorrem de maneira isolada, mas sim em “sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda a sociedade”.

As megatendências são, na verdade, a união de outras três categorias que Schwab (2016) entende como “impulsionadoras” da IV Revolução Industrial. São estas as categorias: 1) Física; 2) Digital; 3) Biológica. Cada uma delas diz respeito aos meios de atuação das diferentes tecnologias características da IV Revolução Industrial. Na categoria física, enquadra os automóveis autônomos, a impressão 3D (manufatura aditiva), a robótica avançada e os novos materiais (como materiais com memória, autorreparação ou autolimpeza). Na categoria digital, o fator principal é a Internet das Coisas (Internet of Things – IoT), exemplificada por aparelhos conectados à internet (como *smartphones*, *tablets* e computadores) que também têm sua capacidade potencializada pelo armazenamento em nuvem. Por fim, na categoria biológica é possível mencionar processos como os de sequenciamento genético com ativação e edição de genes, a produção de órgãos humanos e de medicamentos sintéticos.

Todas estas tendências e tecnologias apresentam três características básicas que as conectam ao conceito mais amplo de Indústria 4.0, a saber: I) Informação; II) Integração; III) Automação (Arbix *et al.*, 2017). Com relação às tecnologias da informação, algumas características centrais são coleta de dados em tempo real por meio de sensores e IoT, sendo que esses dados variam amplamente de natureza, podendo ser de ambiente, mercado, usuários, máquinas, sistemas produtivos, logística, etc., e cuja coleta pode ser em grandes volumes (Big Data). No que diz respeito à capacidade de

integração, esta é caracterizada pela integração entre *softwares* e *hardware* (máquinas e equipamentos); integração de processos de negócio, empresas e cadeia de produção; agregação de serviços; integração entre disciplinas/áreas do conhecimento; agregação de valor; agilidade e produtividade. Por fim, a característica da automação é marcada por flexibilidade, produtividade – o que está associado à produção mais flexível e capacidade de customização – e capacidade de tomada de ações autônomas conforme informações do sistema integrado (Inteligência Artificial) (Figura 1).

Figura 1. Tripé das tecnologias que marcam a Indústria 4.0 ou Manufatura Avançada



Fonte: Arbix *et al.*, 2017. **Org:** Totti, 2022.

Num âmbito mais externo a esse tripé é possível distinguir estas tecnologias em outras três classes de origem e função: I) Design – envolvendo tecnologias associadas à etapa de desenvolvimento do produto; II) Produção – envolve tecnologias empregadas na produção propriamente dita; III) Gestão – engloba tecnologias que permitem acelerar a comunicação dentro das organizações e ao longo das cadeias de valor (Arbix *et al.*, 2017).

A internet, de acordo com Daudt & Wilcox (2016), é a “grande protagonista” desta nova era, porque ela atua como um ponto de convergência entre diversas tecnologias, com as mais variadas funções. Para o autor, existem três elementos fundamentais que caracterizam a “nova revolução industrial”: 1) Fusão do mundo virtual e real; 2) Utilização de sistemas cyber-físicos; 3) Flexibilidade da cadeia produtiva com informação disponível em tempo real para fornecedores e clientes. Outrossim, é possível obser-

var avanços principalmente nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), em materiais avançados e na área da robótica.

Estas mudanças vêm sendo notadas não apenas por pesquisadores (da “literatura especializada”), mas também por entidades públicas e privadas, como exemplificado por Daudt & Wilcox (2016) ao citarem os relatórios da McKinsey (MGI, 2012) – “*Manufacturing the future: the next era of global growth and innovation*” – e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2015), intitulado “*Enabling the next production revolution: issues paper*”. O primeiro relatório faz menção à chegada de uma nova era da manufatura global marcada por mudanças na demanda e pelas inovações em materiais, processos, informação, tecnologia e operações. A OECD (2015 apud Daudt & Wilcox, 2016) aponta que há um crescente debate que o mundo está à beira de algo que se assemelha a uma revolução industrial e que um reordenamento da produção vai acontecer nos próximos 10 a 15 anos, em decorrência de novas tecnologias de ponta como nanotecnologia, biotecnologia, TICs, entre outras.

Caracterizando a indústria 4.0, suas tecnologias e disseminação

Como já mencionado, existem algumas tendências que caracterizam a Indústria 4.0 (velocidade, amplitude e profundidade, impacto sistêmico) e, para cada tendência, é possível atribuir algumas tecnologias específicas (pertencentes a diferentes categorias impulsionadoras). Essas tecnologias incluem IoT, TICs, Cloud Computing, Manufatura Aditiva (impressão 3D), Robótica, Inteligência Artificial, entre outras. Antes de pormenorizar algumas delas para melhor compreender seus papéis em relação à Indústria 4.0, faz-se relevante um alerta acerca do desafio de sua categorização.

Alguns dos termos utilizados para descrever determinados fenômenos, tecnologias ou processos da Indústria 4.0 podem se sobrepor em funcionalidade, em categoria ou em hierarquia, de modo que, por exemplo, um termo componha uma subdivisão de outro; ou que estejam inter-relacionados e apresentem certo nível de dependência um em relação ao outro. Não cabe aqui cobrir todas as formas como as tecnologias que serão mencionadas dialogam entre si, mas elucidar de maneira individual como cada uma é

definida para proporcionar maior familiaridade e compreensão de como se enquadram na Indústria 4.0.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são caracterizadas pela integração de diversos recursos tecnológicos (hardware, software, telecomunicações) com a finalidade de proporcionar automação e comunicação de processos. Com o advento da Indústria 4.0, as TICs passam a assumir novas formas e a desempenhar novos papéis. Lournal (2014) destaca que elas são essenciais a diversos sistemas, desde a automação e controle de máquinas e equipamentos a instrumentos de sensoramento e medição, entre outros.

Os chips de Radio Frequency Identification (RFID) são um exemplo de TIC e podem ser utilizados para rastreamento logístico. Trata-se de tecnologias que permitem a coleta de informações como localização, histórico, status e rotas, permitindo que “as estações de trabalho ‘conheçam’ quais as etapas de fabricação devem ser realizadas para cada produto e se adaptem para executar uma tarefa específica” (Santos, 2018).

Já os Cyber Physical Systems (CPS) – ou Sistemas Cyber-Físicos – consistem na organização e monitoramento de sistemas logísticos de instalações de forma ampla e autônoma; isso é possível pois os CPS atuam de forma a coletar os dados em tempo real a partir de dispositivos físicos instalados e, em simultâneo, esses dados são processados por meio de soluções baseadas em Big Data e Inteligência Artificial. Por essa razão, os CPS dependem do “desenvolvimento concomitante de todo um aparato tecnológico” (Lucena, Roselino & Diegues, 2020) como IoT e robótica.

A robotização e a automação são as principais bases da indústria 4.0 e têm sido empregadas em diferentes áreas, como montagem e embalagem, transporte, exploração terrestre espacial, cirurgias, produção industrial. Esses dispositivos manipulam materiais, componentes e ferramentas num movimento em eixos para diferentes direções (Węgrzyn, 2020). Os avanços recentes incluem sistemas de produção com capacidade de interagir com o meio, podendo realizar autoaprendizagem, orientação automática, além da visão e reconhecimento de padrões (Martinelli, Mina & Moggi, 2021). O aprendizado da máquina e a maior flexibilidade devem-se aos avanços em hardware de computador e software de gerenciamento de dados, com utilização da inteligência artificial.

Na indústria robótica, os componentes fundamentais são sensores, atuadores, unidades de conservação de energia, manipuladores e softwares. Os

robôs são classificados como SCARA, Articulado, Cartesiano, Braço Duplo e Cobots. O Selective Compliance Assembly Robot Arm (SCARA) movimenta o braço na horizontal e numa saída em nível (para cima ou para baixo) para linhas de produção e montagem, operando com velocidade e repetibilidade. O articulado tem juntas rotativas de duas articulações (pernas ou um robô industrial) e varia desde estruturas simples até sistemas de 10 juntas de interações. Os robôs cartesianos, por realizarem movimentos em eixos lineares, são fáceis de programar e adequados para tarefas repetitivas (descarregamento, montagem de grande precisão, etc.). Os robôs de braços duplos são mais complexos e funcionam de forma simétrica num único objeto, podendo também executar tarefas de detecção de visão e força. Já os robôs paralelos são compostos por braços ligados a uma mesma base fixa e geralmente realizam movimentos delicados, precisos e bastante dinâmicos, sendo utilizados na montagem, embalagem e operações de pick-and-place de pequenas cargas. Cobots ou robôs colaborativos têm como característica a interação com os seres humanos em locais compartilhados de espaço de trabalho, diferindo de outros projetados para atuar de forma autônoma ou limitada (Martinelli, Mina & Moggi, 2021, p.6).

Esses robôs são cada vez mais flexíveis e modernos graças aos avanços da Inteligência Artificial (IA), que consiste no desenvolvimento de técnicas (algoritmos de aprendizado de máquinas) que tornam as máquinas “inteligentes”. A IA, com os avanços da microeletrônica (chips de processamento gráfico), apoia a realização de previsões e decisões permitindo que conjuntos imensos de dados possam ser analisados e apresentados graficamente. Não se trata apenas de análise e sistematização, senão de uma alteração da própria programação das máquinas com base nos estímulos (dados analisados) que elas recebem. Seus usos têm sido diversos, principalmente no reconhecimento de objetos (reconhecimento facial, veículos autônomos, etc.) (Unctad, 2017).

A manufatura aditiva (impressão 3D) tem sido usada tanto na produção de protótipos, modelagem, manutenção e manufatura (produção de bens). Diferentemente dos processos produtivos tradicionais, cuja produção de objeto sólido se dá por subtração (usinagem) ou pressão (fundição), na manufatura aditiva os produtos são feitos pela adição camada por camada, em que é necessária uma representação geométrica tridimensional (3D) num sistema computacional de CAD (Computer Aided Design). Essa tecnologia é pouco disseminada por conta dos custos dos equipamentos, dos

materiais e da manutenção, mas tem sido usada na produção de pequenos lotes e peças pequenas, sobretudo de bens com alto valor agregado ou com complexidade geométrica na parte interna dos objetos (Loural, 2014, p.20).

A Internet das Coisas (Internet of Things – IoT) é um elemento central para a Indústria 4.0 em razão de sua conectividade e ampla aplicação e extensão para atividades econômicas (Lucena, Roselino & Diegues, 2020). A IoT permite a conexão entre dispositivos e a rede de internet, conectando em tempo real máquinas, pessoas e objetos, podendo resultar em melhoria da eficiência operacional. Quando combinados com outras tecnologias, como *Cloud Computing* e Inteligência artificial, os objetos dotados de sensores e com seu próprio endereço de internet podem permitir a automação de processos produtivos por completo, incluindo tarefas repetitivas, além de atividades agrícolas, transportes e saúde. Por isso, as ações têm sido no sentido de ampliar e melhorar a infraestrutura de dados necessária para conectar o maior número de objetos possíveis capazes de coletar dados, tomar decisões autônomas e estabelecer comunicações entre si (Epo, 2017, p.30).

Computação em Nuvem (Cloud Computing) permite o processamento de dados Big Data por meio de sistemas inteligentes programáveis; trata-se de um “paradigma de computação baseado na Internet, no qual recursos computacionais, software e informações são compartilhados e fornecidos sob demanda a computadores e outros dispositivos” (Loural, 2014). Isso significa que, diferentemente da centralização na arquitetura da computação, em que a era do mainframe implicava na computação e no armazenamento remoto centrado nas empresas, os recursos de *cloud computing* possibilitam o acesso a um volume considerável e diverso de dados e o uso de recursos de computação distribuídos pela internet, desde que o usuário tenha o acesso ou meios para pagar por ele (Unctad, 2017).

Provedores de serviços de rede (Amazon, Google, IBM, Oracle, AT&T, Verizon, etc.) e empresas fornecedoras de softwares (Microsoft, por exemplo), entre outros agentes, têm atuado na oferta de serviços em nuvem, oferecendo aplicativos, espaços de armazenamento e plataformas. A difusão entre consumidores não corporativos tem sido mais lenta restringindo-se a armazenamento, backup e sincronização de dispositivos, enquanto os usuários corporativos têm sido os maiores demandantes em função da “infraestrutura de computação flexível em relação à escala, localização e recursos” (Unctad, 2017, p. 5).

Como mencionado por Cavique (2014), o advento da web 2.0, associada aos dispositivos móveis e à IoT, representou uma nova escala de volume de dados em comparação às aplicações empresariais clássicas. A *cloud computing*, mais que armazenar dados e executar programas, apoia a coleta de enorme quantidade de dados que fluem dos sensores e dispositivos que perfazem a IoT. O processamento desses dados (origem, localização, etc.) pode ser fundamental nas tomadas de decisões dos agentes, sendo utilizado por empresas para avaliação dos usuários dos serviços ou mesmo para formar banco de dados de clientes. Outros usos incluem estratégias de marketing, ações de saúde com identificação de surtos de doenças e pesquisas acadêmicas que manejam intenso volume de dados.

O termo “Big Data” é utilizado para se referir a grandes quantidades de dados, marcados pelos “3 V’s” (Velocidade, Volume e Variedade dos dados), que podem ser obtidos por meio de diversas fontes, como, por exemplo, “equipamentos de produção de sistemas de gestão de empresas e clientes” e, assim, analisados e “utilizados para a tomada de decisão em tempo real” (Pereira & Simonetto, 2018). O conceito de Big Data traz, portanto, novos desafios e oportunidades para lidar com grandes volumes de dados e aplicá-los em tomadas de decisão; um exemplo é o NoSQL, modelo de bases de dados para armazenamento, tratamento e consulta eficiente de Big Data (Cavique, 2014).

Se, por um lado, amostras de dados permitem maior robustez e subsídios na tomada de decisões, por outro lado, existem os riscos de baixa qualidade dos dados (metadados e/ou tags incorretas) e de sua integridade. A análise Big Data lida com o desafio de desenvolver mecanismos que filtrem a baixa qualidade da informação, seja ela oriunda de sensores, seja de coleta de dados em rede de internet. É nesse contexto que se dá o desenvolvimento de sistemas de blockchain, muito utilizados com as criptomoedas, orientados para a criptografia de dados (codificação e transmissão segura de dados). Com esses desenvolvimentos, o *locus* da concorrência se desloca do armazenamento em nuvem para a análise de dados, ou seja, o desempenho competitivo se volta para a velocidade, a qualidade e a precisão da análise (Unctad, 2017, p.7), tendo como centralidade a análise Big Data.

As experiências internacionais de desenvolvimento da Indústria 4.0 são bastante heterogêneas, não há dois casos iguais quando se trata do tema, o que ocorre são diferentes processos com adoções de distintas “partes” e modos do que chamamos de Indústria 4.0. Lucena, Roselino & Diegues (2020)

identificaram as tecnologias incentivadas pelos programas de cinco diferentes países, sendo estes: China, Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos e Alemanha. A política Industrial da China até 2020 envolveu programas como “Made in China”, “Internet Plus”, “One Belt”, “One Road” e “China Going Global”, que visam incentivar tecnologias voltadas para Big Data, IoT e semicondutores (com destaque para o incentivo de todas as tecnologias ligadas à IoT).

Na Coreia do Sul, o programa do governo “Manufacture Movement Innovation 3.0” focou no incentivo às tecnologias de Sistemas Cyber-físicos e IoT. O Japão priorizou a robótica e a Inteligência Artificial por meio do programa Robotic Revolution Incentive (RRI). Nos Estados Unidos, o programa do governo “America Manufacture” teve um enfoque mais amplo, buscando incentivar toda a gama de tecnologias relacionadas à Indústria 4.0. Por fim, o projeto alemão “Industrie 4.0”, como já mencionado anteriormente, buscou incentivar o desenvolvimento de Sistemas Cyber-físicos.

As formas de incentivo à Indústria 4.0 de cada país variam grandemente, porém é possível observar alguns pontos em comum também em suas experiências. Arbix *et al.* (2017) trazem alguns destes pontos com relação aos Estados Unidos, Alemanha e China: utilização intensa de sistemas de compras públicas; trabalho com foco, prioridades e alto volume de recursos; estabelecimento de marcos regulatórios mais amigáveis à inovação; preparação do caminho para indústrias emergentes; apoio a projetos de alto impacto econômico; ênfase no diálogo e na colaboração público-privada; melhoria na eficiência e transparência dos sistemas de governança; criação de novos fundos de *venture capital* e de apoio a *startups* de tecnologia; e promoção da internacionalização de empresas e instituições CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação).

A disseminação das tendências da indústria 4.0 realça a importância do espaço, pois reforça o papel dos centros urbanos e localidades na criação e difusão das inovações. Boschma & Laffi (2020) e Laffi & Boschma (2021) mostram que desenvolvimento de tecnologias da indústria 4.0 é maior em espaços especializados em alguma tecnologia 4.0 ou naqueles caracterizados pelas tecnologias típicas de III Revolução Industrial. Na mesma direção, Corradini, Santini & Vecchiolini (2021) evidenciam a densidade geográfica dos lugares, em que as capacidades pré-existentes, a proximidade entre as tecnologias e a proximidade espacial agem como catalisadores na difusão das tendências da indústria 4.0. Levando em consideração a propagação incipiente e seletiva

das tendências da III Revolução Industrial na estrutura produtiva brasileira e a possibilidade de catalização das tecnologias da indústria 4.0, poucos espaços estariam propensos a conhecer o novo paradigma produtivo.

Balland & Boschma (2019) reúnem evidências de que os espaços com alto PIB *per capita* e maiores populações são mais propensos a inserir as tecnologias da indústria 4.0, por conta da conectividade e diversificação tecnológica típica desses territórios (Boschma & Laffi, 2020). Corradini; Santini & Veccioli (2021), porém, salientam os padrões espaciais particulares de cada uma das megatendências da indústria 4.0, posto que robótica e impressão 3D permanecem altamente concentradas em espaços industrializados e com presença das tecnologias da III Revolução Industrial, enquanto IoT e Big Data são mais disseminados pelos grandes centros urbanos.

Esses estudos têm em comum a identificação dos nexos entre a disseminação das tecnologias da indústria 4.0 e a densidade geográfica dos lugares ou, como afirma Sánchez (1988), a “análisis de los efectos y condiciones que en relación con el espacio geográfico tienen, o pueden tener, la incorporación de nuevas tecnologías”. O território não é inerte, ao contrário, exibe indubitável protagonismo incidindo diretamente sobre a forma como ocorre a produção e incorporação de inovações, na medida em que “el espacio en general, o el territorio en particular según el ámbito espacial al que se actúe, impone en sí mismo unos condicionantes según las características del medio físico y en cuanto características como espacio social históricamente producido” (Sánchez, 1988, p.3).

A relação entre espaço e novas tecnologias pode ser entendida, por um lado, a partir da incidência das novas tecnologias no espaço e, por outro lado, o espaço age condicionando as novas tecnologias, podendo ora ser adequado ao seu desenvolvimento, ora em outros momentos as novas tecnologias serão orientadas para aproveitar ou enfrentar os problemas do próprio espaço. Sánchez (1988) afirma, com razão, que não se trataria, assim, de uma leitura unidirecional como costuma acontecer com a ideia de impactos das novas tecnologias no espaço ou apenas de sua propagação absoluta, porque o espaço, uma vez atuando como condicionante, impõe uma leitura bidirecional que incorpore sua influência sobre as estratégias de criação, adoção e difusão das novas tecnologias.

Os lugares com mercados relevantes, em termos populacionais e de renda, e também com presença de atividades e pessoal relacionadas à tecno-

logia da informação e comunicação são os mais propensos tanto para o desenvolvimento quanto para a disseminação das tecnologias da indústria 4.0. Não obstante, como a indústria 4.0 não é caracterizada por uma única tecnologia, suas principais características tendem a se disseminar de maneira desigual pelo território, considerando suas particularidades e relações específicas com os lugares, que agem condicionando sua disseminação.

Propagação das tendências da indústria 4.0 no Brasil

Um estudo recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizado em 2016, feito com 2.225 empresas, mostra a difusão desigual da indústria 4.0 segundo porte dos estabelecimentos e intensidade tecnológica dos ramos econômicos, haja vista a maior proporção de uso de tecnologias disruptivas nos maiores estabelecimentos e nos ramos mais dinâmicos tecnologicamente. Outra pesquisa contratada pela CNI em 2017, para um universo de 759 estabelecimentos, indica que porte e origem dos estabelecimentos não são fatores que influenciam na disseminação tecnológica, embora tenha desconsiderado a intensidade tecnológica dos ramos e setores específicos e as pequenas e microempresas.

No geral, os trabalhos elaborados pela CNI mostram uma baixa propagação das tecnologias da indústria 4.0 pela estrutura produtiva brasileira. Grande parte das ações dos empresários indica a preocupação com a inovação nos processos produtivos (otimização dos processos) e o estreitamento da relação com os fornecedores, mostrando uma nítida orientação no sentido de diminuir os custos e aumentar a produtividade. O desenvolvimento de novos produtos e modelos de negócios, ao contrário, recebe pouca atenção das ações empresariais voltadas à inovação tecnológica.

Sposito (2019) relaciona a baixa disseminação das tendências da indústria 4.0 com as particularidades da estrutura produtiva brasileira, em que a lógica de distribuição territorial da indústria depende da persistência de desigualdade regional, e com a ausência de políticas que projetem um país de futuro. Nessa direção, afirma que “como o papel das tecnologias de última geração não é forte na constituição do capital ‘variável’ na indústria brasileira, ela, como sistema produtivo, tem menores impactos quando levamos em conta a IoT, a nanotecnologia e a densidade informacional” (Sposito, 2019, p.460).

Sposito & Santos (2020) interpretam a baixa disseminação das características da indústria 4.0 na maior parte das empresas brasileiras como sendo um problema estrutural, considerando que, desde as últimas décadas do século XX, elas têm mostrado uma incapacidade para dominar as competências necessárias à transição dos paradigmas técnico-econômicos. A estrutura produtiva pautada na produção de *commodities* e de bens intermediários revela a prevalência de tendências da II Revolução Industrial, com incorporação incompleta das tecnologias da III Revolução Industrial.

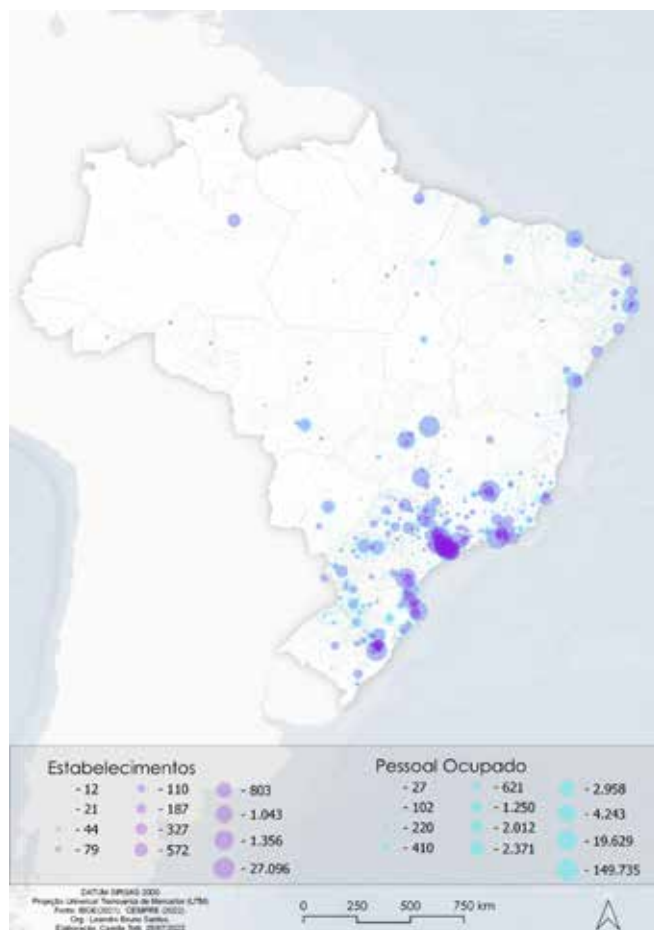
As pesquisas da CNI (2016, 2017) permitem uma leitura da difusão das tendências da indústria 4.0 do ponto de vista setorial e do porte dos capitais, mas padecem de uma análise territorial. Sposito & Santos (2020) salientam que as tendências da indústria 4.0 se distribuem de forma desigual pelo território, acompanhando a densidade geográfica dos lugares. Nesse trabalho, os autores mostram que as megatendências da indústria 4.0 guardam nexos com o desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição da infraestrutura de ciência e tecnologia pelo território brasileiro. A difusão da Indústria 4.0, no território brasileiro, tende a ser ainda mais seletiva, acompanhando a presença de universidades e centros de pesquisa, bem como de fornecedores de serviços intermediários (Sposito & Santos, 2020).

Por sua centralidade no novo paradigma técnico-econômico, as TIC são um importante indicativo para compreender as possibilidades de propagação das tendências da indústria 4.0 pelo território. Os estabelecimentos e empregos formais voltados às atividades dos serviços de tecnologia da informação, essenciais para a materialização da indústria 4.0, podem apoiar na leitura das possibilidades de expansão do novo paradigma técnico-econômico pelo território brasileiro, porque são, sem dúvida, os principais fatores responsáveis pela introdução dessas novas tecnologias.

A distribuição territorial dos estabelecimentos e dos empregos das atividades dos serviços de tecnologia da informação – incluindo desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação e suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação – é concentrada e seletiva no território brasileiro. Destacam-se as regiões Sudeste e Sul, com prevalência de São Paulo, especialmente a capital e regiões metropolitanas de São Paulo

e de Campinas, com relativa importância de cidades médias no interior. Esse padrão se repete nos demais estados dessas duas regiões, ao passo que nos estados do Nordeste, Centro-Oeste e Norte a concentração é majoritariamente metropolitana (Mapa 1).

Mapa 1. Distribuição territorial dos empregos formais e estabelecimentos de tecnologia da informação no Brasil (2020)



Essa distribuição assimétrica entre as regiões e localidades dos serviços de tecnologia da informação revela o potencial desigual dos espaços no que se refere ao desenvolvimento e difusão das tecnologias da indústria

4.0 e a inércia locacional que age no sentido de reforçar a concentração das atividades mais intensivas em conhecimento. De certa maneira, notamos uma similaridade dessa distribuição espacial dos serviços de tecnologia da informação com a verificada por Diniz & Gonçalves (2005), que analisaram as instituições de pesquisa, os recursos humanos voltados às formações tecnológicas e os empregos industriais em setores de maior intensidade tecnológica. A concentração espacial dos serviços de tecnologia da informação parece reforçar a importância da Região Dinâmica (Diniz & Gonçalves, 2005) no desenvolvimento das indústrias do conhecimento.

Além do emprego e dos estabelecimentos de tecnologia da informação, os investimentos inovativos na aquisição e no desenvolvimento de softwares são fundamentais para a conectividade entre os objetos e digitalização da produção. Dados da Pintec (2017) indicam a concentração territorial dos investimentos na aquisição de softwares, com destaque para o estado de São Paulo, que responde por 54% dos desembolsos para essa finalidade (tabela 1).

Tabela 1. Investimentos inovativos na aquisição de softwares realizados pelas empresas

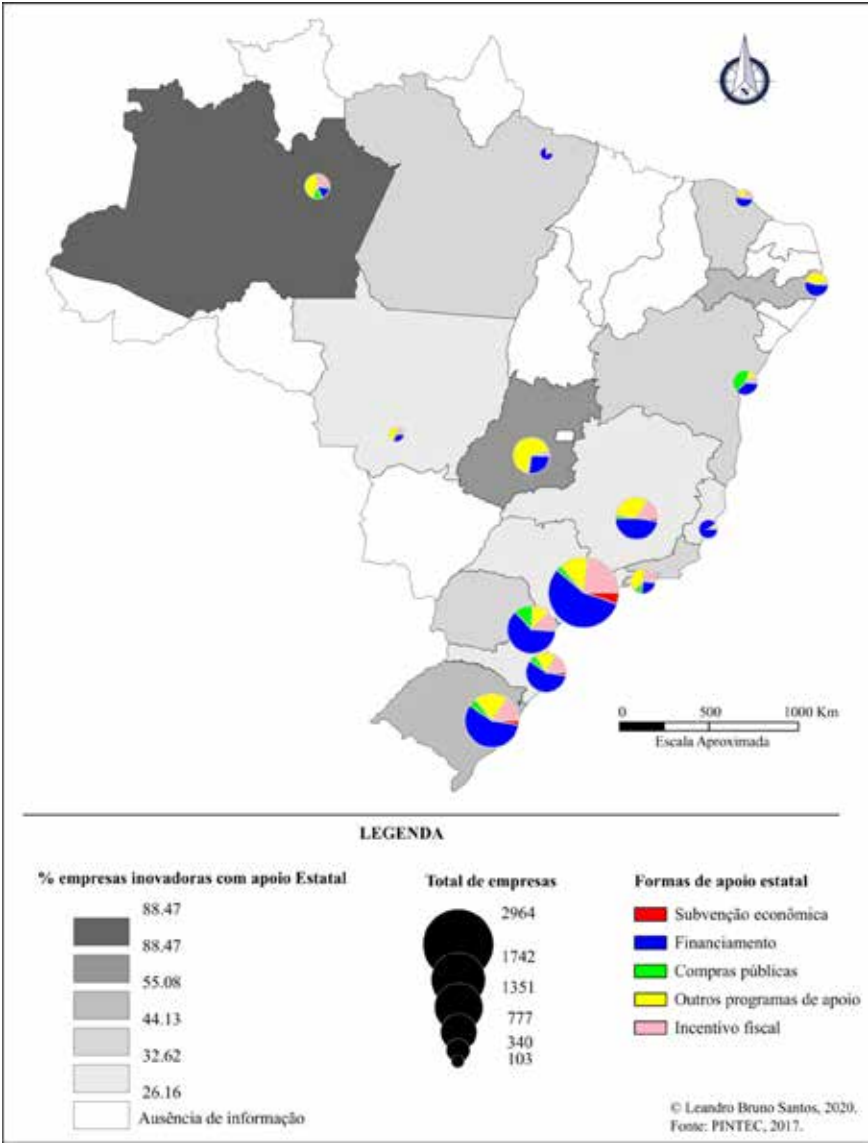
Estados	Nº. Empresas	Valor (R\$ mil)	% dos Investimentos
São Paulo	3.012	770.759,19	54
Santa Catarina	1.161	144.697,05	10
Rio Grande do Sul	1.228	131.382,85	9
Paraná	1.347	83.750,47	6
Minas Gerais	974	59.715,75	4
Amazonas	124	48.406,29	3
Bahia	230	33.509,94	2
Rio de Janeiro	180	31.848,03	2
Goiás	266	29.167,33	2
Pernambuco	266	23.080,50	2
Ceará	147	14.918,51	1
Espírito Santo	151	5.960,55	0
Mato Grosso	211	4.641,61	0
Mato Grosso do Sul	77	3.139,19	0
Pará	24	2.922,22	0

Fonte: PINTEC, 2017. **Org:** Leandro Bruno Santos, 2022.

Sendo a base para a realização e materialização da indústria 4.0, além de importante no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias e às trocas de dados na manufatura, a concentração espacial dos investimentos em softwares (customizáveis e sob encomenda) e a forte presença dos serviços de TIC nas metrópoles e cidades médias condicionam não apenas o desenvolvimento como também a difusão espacial das tendências do novo paradigma técnico-econômico. Nesse contexto, a sociedade do conhecimento reforça a importância dos centros urbanos e das localidades como suporte à inovação (Diniz & Gonçalves, 2005), considerando tanto a dimensão quantitativa (população, tamanho do mercado, quantidade de fornecedores, etc.) quanto a qualitativa (diversificação e sofisticação da base produtiva e a oferta de serviços especializados).

Como a transição entre os paradigmas técnico-econômicos é promovida, em grande medida, por políticas industriais e de inovação tecnológica (Diniz, 2019), uma leitura do processo de propagação das tendências da indústria 4.0 pode ser feita a partir das políticas implementadas por instituições de fomento à inovação. Mazzucato (2014) chama a atenção para a mão invisível do Estado por trás das inovações radicais, sustentando os investimentos mais corajosos, incipientes e de capital intensivo. Os dados da Pintec (2017) indicam que parcela expressiva das empresas inovadoras brasileiras declarou contar com a participação estatal (Mapa 2).

Mapa 2. Formas de apoio estatal nas empresas inovadoras brasileiras



Sposito & Santos (2020), com base em De Toni (2017), mostram que a estruturação de políticas destinadas à inovação é recente no Brasil, datando dos anos 1990, com a atuação do Ministério da Educação (MEC) na formação de

técnicos e engenheiros especializados, criação de fundos setoriais e redes de instrumentos, além de incentivos financeiros para o desenvolvimento tecnológico. Nas primeiras décadas do século XX, no bojo da retomada das políticas industriais, tanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) assumiram centralidade na operacionalização de políticas de inovação (Santos, 2016). Essas duas instituições criaram linhas específicas para fomentar a indústria 4.0 e, considerando o papel do Estado nos projetos de empresas inovadoras, a análise dessas políticas pode ser um parâmetro importante para aquilatar a propagação do novo paradigma produtivo pelo território brasileiro.

O BNDES criou, no ano de 2020, dentro da linha de financiamento BNDES Finame – BK Aquisição e Comercialização, a linha intitulada Máquinas 4.0. Trata-se do financiamento de máquinas e equipamentos que contenham tecnologias associadas às soluções de manufatura avançada e IoT. A linha teve o cadastro de 119 itens relacionados à indústria 4.0 e 50 fornecedores. No mesmo ano, o banco lançou a linha Crédito e Serviços 4.0 para financiar serviços tecnológicos avançados e intangíveis. Por ser uma linha bem recente, os primeiros financiamentos da linha Máquinas 4.0 ocorreram este ano, portanto a quantidade de dados é consideravelmente menor em relação às demais linhas de financiamento do banco. Até o momento foram financiados 15 projetos, dos quais quatro em São Paulo, quatro no Rio Grande do Sul, três no Paraná, dois em Minas Gerais e dois em Santa Catarina.

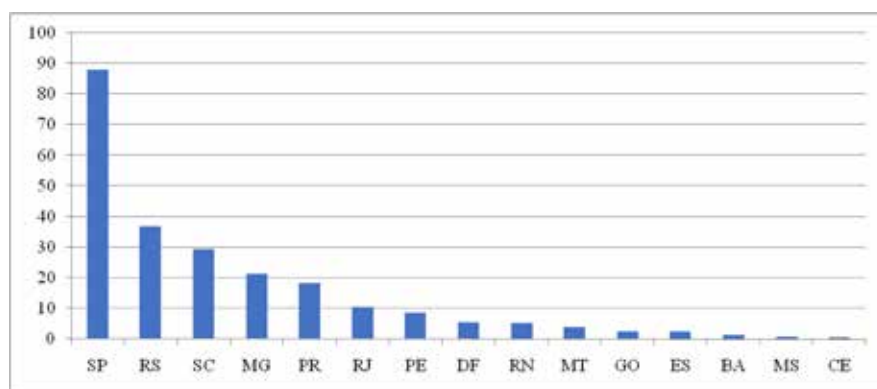
Embora seja uma política recente e com poucos desembolsos, a modalidade direcionada à disseminação das tecnologias da indústria 4.0 para a indústria de transformação indica, pelos projetos apoiados, uma nítida seletividade territorial. A distribuição dos valores mostra uma prevalência do Paraná, com 41%, seguido do Rio Grande do Sul, com 40%, São Paulo, com 13%, Santa Catarina (5%) e Minas Gerais (1%). É notória a concentração nos estados da Região Sul e no Estado de São Paulo, particularmente em quatro municípios: Canoas (RS), Quatro Barras (PR), Cosmorama (SP) e Curitiba (PR). Esses municípios responderam, respectivamente, por 40%, 36%, 8% e 5% dos mais de R\$ 25 milhões desembolsados (Mapa 3). Não se trata somente de uma concentração espacial, como também setorial, considerando que as indústrias de metalurgia e material de transporte respondem pela maior parte dos investimentos, seguidas, de longe, borracha e plástico, mecânica e têxtil e vestuário.

Mapa 3. Distribuição territorial dos desembolsos da linha Máquinas 4.0

A FINEP foi reestruturada no início deste século (Sposito & Santos, 2020) e mudou seu perfil de apoio a empresas de consultoria em estudos de viabilidade e projetos de investimento para o apoio desde a pesquisa até o empreendimento, passando a atuar em todo o espectro do desenvolvimento científico e tecnológico. A FINEP, uma empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, é responsável pela gestão e operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em conjunto com o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica), na qualidade de agências de fomento.

No ano de 2020, mesmo ano em que o BNDES lançou linhas específicas para a indústria 4.0, a Finep divulgou o edital de apoio às empresas Tecnologias 4.0, um edital de fomento e seleção de projetos de inovação nas temáticas Agro 4.0, Cidades Inteligentes, Indústria 4.0 e Saúde 4.0. Até o momento, 148 projetos foram selecionados nesse edital, distribuídos pelos estados de São Paulo (53), Rio Grande do Sul (26), Santa Catarina (16), Minas Gerais (12), Paraná (11), Rio de Janeiro (8), entre outros. Em valores, os desembolsos dessa linha fomento totalizaram R\$ 234,6 milhões, que foram alocados principalmente no Sudeste (52%), Sul (35,8%), Nordeste (6,6%) e Centro-Oeste (5,6%), com ausência de desembolsos para a Região Norte (Figura 2).

Figura 2. Desembolsos do Edital Tecnologias 4.0, da Finep, por estados, em R\$ milhões



Fonte: Finep, 2022. **Org:** Leandro Bruno Santos, 2022.

A distribuição regional dos desembolsos é bastante concentrada, com percentuais que superam a importância das regiões Sudeste e Sul no Produto Interno Bruto (PIB), fato que reforça a tendência, já destacada, de maior concentração espacial e seletividade na disseminação das tecnologias da indústria 4.0. No âmbito estadual, destacam-se São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujos percentuais são superiores à sua participação na produção de riqueza nacional, novamente indicando a seletividade do desenvolvimento e incorporação das tendências do novo paradigma produtivo.

Esses investimentos têm estreita relação com as condições geográficas dos lugares (força de trabalho, recursos, informação, infraestrutura), beneficiando as principais metrópoles (São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Campinas, Recife) e entornos metropolitanos, capitais estaduais (Florianópolis, Natal, Vitória) e grandes centros urbanos (Piracicaba, São José dos Campos, Joinville, Jaraguá do Sul, Uberlândia), muitos deles cidades médias ou de porte médio (Mapa 4). Os investimentos da Finep apresentam topologia muito similar à distribuição espacial dos estabelecimentos e dos empregos das atividades dos serviços de TIC, podendo indicar estreita correlação.

Mapa 4. Distribuição territorial dos desembolsos do Edital Tecnologias 4.0, da Finep

Na medida em que alguns fatores como força de trabalho, recursos, informação, infraestrutura, etc. são fundamentais tanto para absorver quanto para recombinar o novo conhecimento relacionado à indústria 4.0, consideramos que a nossa hipótese de distribuição desigual das megatendências do novo paradigma produtivo se confirma. Os projetos apoiados pelo BNDES e pela FINEP se concentram nos grandes centros urbanos e nas áreas industriais com alta incorporação de Tecnologia da Informação (TI) e inserção de softwares, sendo nítida a concentração nas regiões Sudeste e Sul, com grande importância de São Paulo.

Considerações finais

A indústria 4.0 representa um novo paradigma produtivo que, diferentemente dos anteriores, não se restringe a uma única tecnologia, pelo contrário, é marcada por diversas tendências e pela capacidade de recombinação tecnológica, no sentido de “dinamizar” atividades e ramos considerados maduros tecnologicamente. Os principais países promotores desse novo paradigma produtivo, por patentes aprovadas, são os Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul e Alemanha, respectivamente. O Brasil se insere tardiamente, reproduzindo a incorporação e desenvolvimento de paradigmas anteriores, atuando mais como um comprador do que desenvolvedor das novas tendências.

As tecnologias relacionadas à indústria 4.0 se propagam de forma desigual no território e os agentes responsáveis por sua manufatura e aplicação encontram-se ainda mais concentrados. O espaço, no entanto, não age apenas abrigando essas novas técnicas, pois a situação preexistente (sistemas técnicos anteriores) também determina a implantação de novas técnicas (Santos, 1996). Verificamos que tanto a distribuição desigual e seletiva dos empregos e estabelecimentos relacionados a serviços de TIC quanto os investimentos em softwares, essenciais para o novo paradigma produtivo, atuam no sentido de fortalecer um processo de difusão desigual e seletivo das tendências da indústria 4.0 pelo território brasileiro.

O Estado tem papel fundamental tanto no desenvolvimento quanto na difusão do novo paradigma produtivo. No Brasil, o BNDES e a FINEP têm sido importantes instituições de fomento à inovação tecnológica e, no caso

das linhas específicas para a indústria 4.0 (linha Máquinas 4.0, Tecnologias 4.0), embora elas sejam muito pequenas com relação aos desembolsos das instituições, os dados e informações institucionais indicam um incremento da demanda das empresas por essas linhas específicas. No caso da linha Máquinas 4.0, do BNDES, por ser muito recente, os desembolsos contemplaram cinco estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A linha Tecnologias 4.0, da FINEP, tem maiores volumes de recursos e projetos aprovados, mas também é marcada por uma concentração territorial.

As duas linhas de fomento à indústria 4.0 analisadas mostram nexos com a distribuição dos empregos e estabelecimentos de TIC e investimentos em softwares pelas empresas inovadoras. Notamos a concentração nos estados do Sudeste e Sul do país, com centralidade de São Paulo. Também podemos constatar o reforço dos centros urbanos como locus da sociedade do conhecimento e da inovação, pois os investimentos se concentram nas principais metrópoles (São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Campinas, Recife) e entornos metropolitanos, capitais estaduais (Florianópolis, Natal, Vitória) e cidades médias e de porte médio (Piracicaba, São José dos Campos, Joinville, Jaraguá do Sul, Uberlândia).

Nossos resultados parecem confirmar os achados na literatura europeia, especialmente os trabalhos de Balland e Boschma (2019) e Corradini; Santini & Vecciolini (2021), nos quais os espaços com alto PIB *per capita* e maiores populações são mais propensos a inserir as tecnologias da indústria 4.0, por conta da conectividade e diversificação tecnológica típica desses lugares. Não obstante, as descobertas de Corradini; Santini & Vecciolini (2021) com relação à concentração da robótica e impressão 3D em espaços industrializados e com presença das tecnologias da III Revolução Industrial (portanto, apresentam capacidades necessárias de codificação e recombinação necessárias para a transição à quarta revolução industrial) e à disseminação mais generalizada de IoT e Big Data nos grandes centros urbanos ainda precisam ser aprofundadas no caso brasileiro. Os próximos trabalhos que se debruçarem sobre os projetos financiados pelas instituições, por meio do uso de palavras-chave ou termos específicos da indústria 4.0, poderão confirmar ou refutar essas tendências.

Referências

- ARBIX, G. *et al.* O Brasil e a nova onda de manufatura avançada. O que aprender com Alemanha, China e Estados Unidos. **Novos Estudos Cebrap**, v.36, n.3, p.29-49, Nov. 2017.
- BALLAND, P. A. & BOSCHMA, R. Mapping the potential of EU regions to contribute to Industry 4.0. **Papers in Evolutionary Economic Geography (PEEG) 1925**, Utrecht University, Department of Human Geography and Spatial Planning, Group Economic Geography, Sep. 2019.
- BOSCHMA, R.; LAFFI, M. **The role of the local knowledge base in the development of 4.0 technologies**. Evidence from the European regions. 2020. Disponível em: <https://az659834.vo.msecnd.net/eventsairwesteu-prod/production-ersa-public/5a619bb885e6498da74375f5092ba6f8>. Acesso em: 10 set. 2021.
- CAVIQUE, L. Big data e data science. **Boletim da APDIO**, n.51, p.11-14, 2014.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Oportunidades para a indústria 4.0: aspectos da demanda e oferta no Brasil**. Brasília: CNI, 2017.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem especial Indústria 4.0**. Brasília: CNI, 2016.
- CORRADINI, C.; SANTINI, E. & VECCIOLINI, C. The geography of Industry 4.0 technologies across European regions. **Regional Studies**, p.1-14, 2021. DOI: 10.1080/00343404.2021.1884216
- DAUDT, G. M.; WILLCOX, L. D. Reflexões críticas a partir das experiências dos Estados Unidos e da Alemanha em manufatura avançada. **BNDES Setorial** 44, p.5-45. 2016.
- DE TONI, J. **Uma contribuição ao debate sobre as políticas de desenvolvimento produtivo: inovação e manufatura avançada**. Brasília: ABDI, 2017.
- DICKEN, P. **Mudança global**. Mapeando as Novas Fronteiras da Economia Mundial. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DINIZ, C. C. Corrida científica e tecnológica mundial, impactos geoeconômicos e geopolíticos e a posição do Brasil. In. OLIVEIRA, F. G. *et al.* (Org.). **Espaço e economia**. Geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequencia, 2019, p. 51-78.

- DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In. DINIZ, C.; LEMOS, M. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 132-169.
- EUROPEAN PATENT OFFICE. **Patents and the Fourth Industrial Revolution**. The inventions behind digital transformation. Munique: EPO, 2017.
- HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Inovação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- KUPFER, D. **Indústria 4.0**. 2016. Disponível em: <https://fernandonoguei-racosta.wordpress.com/2016/09/23/industria-4-0-por-david-kupfer/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- LAFFI, M.; BOSCHMA, R. Does a local knowledge base in Industry 3.0 foster diversification in Industry 4.0 technologies? Evidence from European regions. **Papers in Evolutionary Economic Geography (PEEG) 2112**, Utrecht University, Department of Human Geography and Spatial Planning, Group Economic Geography, Mar. 2021.
- LOURAL, C. **Um panorama de novas tecnologias e seus impactos na indústria**. Jun. 2014. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/NEIT/images/stories/arquivos/Novas_tecnologias_e_seu_impacto_na_industria_-_v140626.pdf. Acesso: 29 ago. 2022.
- LUCENA, F. A.; ROSELINO, J. E.; DIEGUES, A. C. A indústria 4.0: uma análise comparativa entre as experiências da Alemanha, China, Coreia do Sul e Japão. **Geosul**, v.35, n.75, p.113-138, Mai/Ago. 2020.
- MARTINELLI, A.; MINA, A.; MOGGI, M. The enabling technologies of industry 4.0: examining the seeds of the fourth industrial revolution. **Industrial and corporate change**, p.1-28, 2021. DOI: 10.1093/icc/dtaa060
- MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MÉNDEZ, R. Innovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica. **EURE**, Santiago, v.24, n.73, Dic. 1998
- PEREIRA, A.; SIMONETTO, E. O. Indústria 4.0: Conceitos e Perspectivas para o Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v.16, n.1, p.1-9, Jan./Jul. 2018.
- PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **Cambridge Journal of Economics**, v.34, n.1, p.185-202, 2010.

- SÁNCHEZ, J-E. Espacio y nuevas tecnologías. **Geocrítica**, Barcelona, Año XII. n. 78, Nov. 1988.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, L. B. O retorno da política industrial na América Latina. Evidências e práticas da experiência brasileira. In: PÉREZ, M. I. A.; Zárate, A. S.; HUERTA, I. A. (Org.). **Caleidocópio de la ciudad contemporánea**. Economía, sociedad y medio ambiente. 1ed. Puebla: BUAP, 2016, v.1, p.17-44.
- SCHWAB, K. **A quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.
- SILVA, C. A. F. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio Claro, v.1, n.57, p.25-51, Jan./Mar. 1995.
- SPOSITO, E. S. Desenvolvimento regional do Brasil: uma leitura pela ótica da quarta revolução industrial. In. OLIVEIRA, F. G. *et al.* (Org.). **Espaço e economia**. Geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequencia, 2019, p.19-50.
- SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. Inovação tecnológica, manufatura avançada e os desafios às políticas industriais no Brasil. In. GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; OLIVEIRA, F. G. (Org.). **Geografia da Inovação**: território, redes e finanças. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.325-412.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **The “new” digital economy and development**. Genebra: UNCTAD, 2017.
- WĘGRZYN, G. Structural changes in the manufacturing sector as an effect of implementing the concept of Industry 4.0. **Studies of the Industrial Geography Commission of the Polish Geographical Society**, v.34, n.4, p.114-125, 2020.

CAPÍTULO 3

Marketing digital en Twitter y ciudad

Análisis de texto de Twitter en la Ciudad de México

Alejandro Sánchez-Zárate

1. Introducción

La digitalización de la vida cotidiana y los procesos productivos han generado la reflexión sobre la transformación del sistema económico hacia el capitalismo digital. En el amplio sentido, la dimensión digital se entiende no solo como la transformación de los fenómenos físicos en un proceso de lectura de 0s y 1s, sino como toda la capacidad de transformación que las herramientas digitales pueden llegar a mediar en las actividades humanas (Copeland, 2004; Thatcher, 2019).

En este sentido, la dimensión económica es una de las que ha sufrido un cambio más evidente. Por un lado, se ha experimentado la migración de actividades cotidianas a los medios digitales. Por ejemplo, la digitalización de actividades en la industria apoyadas, no solo por la robotización de procesos, sino por la implementación de algoritmos computacionales de Inteligencia Artificial. Otro caso de cambio es la emergencia del comercio electrónico, el cual se ha convertido, ante la crisis asociada a Covid-19 y las medidas de confinamiento, en una salida para el consumo y el respectivo incremento en el e-commerce (Bhatti *et al.*, 2020)

Otro de las dimensiones más palpables de la transformación de la vida económica ha sido el auge de la gig economy. Esta transformación ha implicado la modificación de las condiciones de trabajo de conductores, repartidores o trabajadores que son subcontratados por las empresas, esto debido a que, ahora, las relaciones laborales están mediadas por pla-

taformas digitales como Uber, Diddi o Freelance (Woodcock; Graham, 2020).

La transmisión bajo demanda o *streaming* se puede considerar como otra de las nuevas manifestaciones en y gracias a lo digital. Gracias a los servicios de streaming la manera de entretenerse y acceder a contenidos ha cambiado hacia niveles nunca antes vistos. Finalmente, las redes sociales son las que se encuentran en el palestra de la discusión contemporánea de los alcances de lo digital e internet. Ya sea por su papel positivo o negativo para la vida pública mundial, al ser un actor trascendental en la dimensión política. O bien, por el papel que en la actualidad se discute sobre su rol de medio para el derecho humano a la libertad de expresión (D'heer; Verdegem, 2014).

Aunque todas las transformaciones que se han comentado pueden entenderse desde un punto de vista marxista como la consecuencia del desarrollo de las fuerzas productivas, en particular, del desarrollo del poder computacional (Fuchs, 2019, 2020). Lo que es cierto es que la revolución está trastocando otras categorías de análisis económico y social, tales como la propia teoría del valor, estrategias de marketing y el espacio urbano.

Al mismo tiempo, los espacios urbanos también se han visto modificados por esta revolución. Las ciudades se han comenzado a constituir como andamiajes de infraestructura en telecomunicaciones que soporta la inserción de las personas al espacio digital. En este punto, el espacio urbano se considera espacio de fibra óptica, antenas, satélites o por ejemplo espacios de tecnologías 5G (Graham; Marvin, 2001). Al mismo tiempo, las ciudades también han adquirido nociones de generadoras de datos e información gracias al uso de tecnologías interconectadas. Tal es el caso de datos de servicios públicos, climáticos, redes sociales, etc (Leszczynski, 2016).

2. Marketing en la era digital y espacio urbano

2.1 Capitalismo digital y prosumo

Una de las propuestas interpretativas sobre el capitalismo digital ha surgido desde el campo de los estudios de medios y comunicación. Para Fuch (2019), el capitalismo digital ha impulsado la reflexión sobre las categorías marxistas como la teoría del valor o la tendencia decreciente de la tasa de

ganancia mediante su carácter informático e inmaterial. Así, el papel de los medios y la comunicación se ha convertido en el lugar donde se generan nuevas prácticas de explotación y de generación de valor (Fuchs, 2019).

Al respecto, se ha comenzado a puntualizar sobre la transformación del sistema ante los agentes que estructuran el orden capitalista contemporáneo. En este punto, se ha indagado como los algoritmos que sustentan todas las plataformas digitales, las bolsas de valores o incluso la elección de rutas óptimas en Google Maps se encuentran sesgados hacia los intereses político-económicos sustentados en la *neutralidad de los algoritmos* (Cathy O'neil, 2017; Mayer-Schönberger; Ramge, 2018).

En este tenor, basta ver el papel que han cobrado las redes sociales y la publicidad en paginas como Facebook o Twitter. Y bien todos los programas en segundo plano y rastreadores que se ejecutan al momento de realizar búsquedas con el objetivo de promocionar 'justo' lo que una persona necesita.

Ante esto, la propuesta de Fuchs (2013) o Ritzer & Jurgenson (2010) ha sido entender la producción de valor mediante plataformas de internet bajo el concepto de prosumo o prosumidores. Para esta perspectiva, el proceso del ciclo de la mercancía entre producción y consumo, en la era digital, se difumina por medio de la participación en ciertos procesos de producción de las personas que, a su vez, consumen alguna mercancía. Un ejemplo de esta propuesta es la participación de las personas que consumen en cadenas de comida rápida, McDonalds, y ellas mismas tienen que ordenar la bandeja donde han comido. A decir de esta propuesta, las personas que consumen participan en parte del proceso de producción al limpiar el espacio donde han consumido.

Ahora bien, el prosumo digital, al igual que el no digital, propone que mediante el consumo de una mercancía, las personas al mismo tiempo están siendo parte del proceso de producción de éstas. Un caso dentro de esta reflexión podrían ser páginas de reseñas de restaurantes o bien la página de Google Maps. En éstas se da cuenta del consumo que se ha hecho de determinado bien, en cierto lugar. Pero, al mismo tiempo se está formando parte del proceso de producción al invertir tiempo en promocionar la mercancía. Dicho tiempo no es pagado por la empresa a la que se le ha consumido. En consecuencia, se está siendo un prosumidor y, al mismo tiempo, se está agilizando el proceso de realización de la mercancía.

Aunque la propuesta del prosumo tiene cierta lógica, encuentra algunas críticas en cuanto a su construcción y reinterpretación desde la perspectiva marxista del valor. Para Comor, (2015), el enfoque de prosumo más que un avance marxista sobre la teoría del valor en la era digital, oculta la generación de valor basada en la fuerza de trabajo y se enfoca más hacia interpretaciones erróneas sobre el tiempo invertido en las personas en plataformas digitales, o bien, en el valor relativo de las mercancías basado en la comparación con otras mercancías.

La categoría de prosumo simplemente refleja la complejidad de la generación de valor en la era digital. En este sentido, esta discusión todavía se encuentra inacabada, sin embargo, el concepto de prosumo puede ayudar a aproximar el fenómeno de marketing de ciertas marcas en redes sociales, ya que, algunos autores consideran que las redes sociales compiten por el tiempo de las personas para emplear en sus plataformas. Además, los desarrollos teóricos del prosumo han venido, primordialmente, de los estudios de medios y comunicación, en consecuencia, existe una gran brecha en el conocimiento sobre otras dimensiones involucradas tales como el propio papel de las redes sociales en la generación de tendencias de consumo, o bien, en la dimensión urbana del marketing para el consumo.

2.2 Marketing digital en Plataformas de Redes Sociales

Con el auge de la web 2.0 muchas marcas han volcado a la difusión de sus productos de manera digital, esto es porque los usuarios de internet pueden participar en la generación de contenidos en la red. Así, las marcas promocionan el contenido que previamente comunicaban en los medios en plataformas digitales. Aunque ahora la direccionalidad no solo queda de la marca a la persona, sino que las personas pueden tener contacto con la marca y entre ellas (Mangold; Faulds, 2009; Taecharunroj, 2017).

Para el caso particular del marketing en Twitter, se han identificado dos grandes tendencias de las compañías. Por un lado, la interacción recíproca con usuarios y consumidores. Esta fase del marketing se caracteriza por la promoción de las marcas en Twitter de manera más cercana. Las marcas aprovechan elementos como los retweets, hipervínculos o *hashtags* para llegar a una población objetivo determinada. Por el otro lado, se ha encontra-

do que Twitter permite estrategias de marketing reactivo. Esta característica de Twitter se basa en la horizontalidad que ofrece la constitución de la Web 2.0- Por ello, las marcas pueden atender quejas y reclamos de manera inmediata y hacerse de una prestigio comercial dentro del dominio de Twitter (Burton; Soboleva, 2011; Zhang; Gosselt; De Jong, 2020).

Se tienen casos de estudio que se han enfocado en la efectividad de la mercadotecnia en redes sociales de sectores específicos de la economía, tal es el caso del ramo hotelero. En este caso, se ha apuntado que la efectividad para promocionar la actividad turística no difiere entre redes sociales, particularmente entre Twitter y Facebook (Leung; Bai; Stahura, 2013).

En particular, poco se ha estudiado el desempeño del marketing de grandes marcas en Twitter. Al respecto (Taecharungroj, 2017) señala que existen ciertos patrones de marketing en Twitter asociados a la marca de Starbucks. Por ejemplo, el autor señala que la publicidad de la cafetería se asocia con tres tipos de publicaciones y retweets: estos tipos son compartir contenido original de la marca, evocación a sentimientos positivos y sugerencias de acción para el consumo. En este sentido, la marca se asocia con elementos felices de consumo en las publicaciones de usuarios.

Al igual que con el concepto de prosumo digital, el estudio del marketing en Twitter desde los trabajos enfocados a dicha área han obviado el papel que el espacio urbano juega para construir determinados mercados, poblaciones objetivo y cierto tipo de prosumo de determinadas marcas o tipo de mercancías. Por ello, vale la pena considerar la constitución espacial del marketing digital bajo una perspectiva de geografía urbana.

2.3 La geografía urbana del marketing en Plataformas de Redes Sociales

Como se ha mencionado, uno de los aspectos que no se han abordado, ya sea desde el marketing en redes sociales o la propuesta de prosumo digital es la dimensión urbana y territorial en la conformación de nuevas maneras de marketing y consumo en la era digital.

En este sentido, vale la pena aclarar que la ciudad ha dejado de entenderse como un espacio diferenciado al contexto rural y, que lejos de la ciudad de principios del capitalismo, la cual estaba basada en la configuración industrial, la ciudad contemporánea se configura principalmente de acti-

vidades terciarias (Garza, 2008). Dentro de esta terciarización de la estructura económica de la ciudad, se compagina las tendencias de la ciudad a la priorización del consumo, ya sea por medio de bienes y servicios enfocados a estratos medios, o bien, al consumo basado en centros comerciales (shopping centers) (Gasca-Zamora, 2017a, 2017b).

El cambio de la preeminencia industrial a la de servicios también ha traído una reconfiguración en el consumo. Así, las ciudades se han convertido en espacio de consumo de mercancías que se producen en otras partes, o bien, de servicios que se generan en ubicuamente (Jayne, 2006).

En cuanto al consumo contemporáneo en las urbes se tienen diversas perspectivas. La primera es el análisis de la vida cotidiana de las personas, en esto influye su actividad laboral o escolar en las ciudades, ingresos e incluso movilidad. Otro enfoque resalta la propuesta de la distinción propuesta por Bourdieu, en la cual los consumos diferenciados en busca de una distinción generan determinados espacios de consumo concretos. En este sentido, el consumo en la ciudad se vincula no solo con la preferencia de las personas sino por elementos sociológicos estructurales (Duhau; Giglia, 2016).

En cuanto a la publicidad desde una perspectiva urbana se tiene el papel de los anuncios públicos que las marcas colocan en las calles de las ciudades. Al respecto se ha reflexionado la manera en la que distintos marketing se construyen a lo largo de determinadas zonas de las urbes (Lichtenthal; Yadav; Donthu, 2006).

Otro elemento a considerar en el marketing desde una perspectiva urbana es el caso extremo en el cual la ciudad, en sí misma, es una marca y es publicitada como tal. En este punto se ha teorizado sobre el papel de generar marcas de ciudad con el objetivo de ofrecer determinados servicios o experiencias en las personas (Musterd; Murie, 2010). Por ejemplo se tiene el caso de Amsterdam que, mediante su logo se ha convertido en una ciudad referente en cuanto a la experiencia de movilidad no motorizada en el mundo.

Por último, con el auge de la ciencia de datos se ha comenzado a analizar la vertiente urbana del marketing en Twitter en algunas ciudades en el mundo. En particular (Lai *et al.*, 2017), analizan la convergencia entre tweets enfocados a publicidad de determinadas marcas y su correspondencia espacial con anuncios publicitarios en ciertos espacios en la ciudad de

Londres. En dicho trabajo, se estudia la posibilidad de estrategias de marketing híbridas que consideren tanto publicidad medida por Twitter como por la publicidad física y así constituir realidades híbridas de publicidad.

Con estos apuntes teóricos, el prosumo, el marketing en redes sociales como Twitter y el papel de la ciudad en la constitución de espacios de marketing digital se estudia el patrón de texto proveniente de Twitter en la Ciudad de México tomando como base el análisis de los lugares y sus consumo, así como la relación que guardan estos lugares con marcas particulares, como Starbucks.

3. Datos y metodología

En este apartado se describe la fuente de información, el preprocesamiento de dicha información y las técnicas descriptivas de análisis de texto que se han empleado. Para captar el papel de la dimensión digital del marketing y su interacción en el espacio urbano se recolectó información pública de Twitter en la Ciudad de México, esto debido a que el texto en dicha plataforma arroja mucha información de la cotidianidad de las personas que la utilizan.

La información recolectada de Twitter se realizó por medio de la API (Applications Programming Interface) gratuita de la plataforma, la cual permite obtener, en tiempo real, alrededor del 1% de los tweets emitidos en un área geográfica determinada (Neuhaus, 2015). Dicha recolección se realizó de abril de 2017 a abril de 2019 y se obtuvieron alrededor de dos millones de tweets emitidos en Ciudad de México.

Una vez recolectados los tweets se pasó a la fase de preprocesamiento de éstos con el objetivo de analizar el texto publicado por los usuarios de esta plataforma. Así, los tweets fueron georreferenciados con base en su ubicación de emisión. La proporción de publicaciones georreferenciadas en la Ciudad de México fue de cerca de 16%. Este porcentaje se asemeja al reportado en países de renta alta como Inglaterra, Alemania o Japón.

Enseguida, se seleccionaron los tweets que fueron emitidos en colonias identificadas con un grado alto de centralidad comercial y con presencia de estaciones de bicicletas públicas compartidas. Estas colonias se ubican en la zona central de la Ciudad de México y se caracterizan no sólo por tener una

actividad comercial importante sino por ser un área de renta media-alta que se encuentra en procesos de gentrificación y renovación. La ubicación se puede apreciar en la figura 1.

Figura 1. Ubicación de colonias seleccionadas como comercialmente relevantes



Fuente: elaboración propia

Una vez que se identificaron los tweets emitidos de esta zona altamente comercial se depuró el texto, para ello se siguieron los siguientes pasos:

1. Se eliminaron tweets que provinieran de usuarios que emitieron más de 3 000 publicaciones en el periodo de recolección.
2. Se eliminaron tweets que tuvieran menos de tres palabras.
3. Se eliminaron emojis y direcciones URL.
4. Se identificaron entidades nombradas.
5. Se identificaron y eliminaron las palabras vacías (stopwords).
6. Se eliminaron palabras 16 caracteres y más

Con respecto al punto 1 del preprocesamiento, se decidió eliminar aquellos tweets emitidos por usuarios que superaran en la muestra las 3

000 publicaciones ya que el promedio de publicaciones por usuarios en la ciudad fue de 3.1. Así, los usuarios que superaran el umbral mencionado se identificaron como cuentas de retweets y vinculados a reproducir tendencias dentro de Twitter.

En cuanto a los puntos 2 y 3 se eliminaron por que un tweet con menos de tres palabras se ha considerado como de poco valor para el análisis de su texto. Bajo este mismo principio se justifica la depuración de emojis y URLs. Estos elementos, si bien pueden tener valor interpretativo, no aportan mucho dentro del análisis de texto seleccionado.

La identificación de entidades nombradas se llevó a cabo mediante la elaboración de bigramas de identidades complejas que tienen dos o más palabras, por ejemplo: Palacio de Hierro. Estas entidades son de importancia debido a que, en conjunto, hacen referencia a lugares, personas o prácticas dentro del área analizada y que, por medio del enfoque de bolsa de palabras aisladas se difuminan en el estudio.

Por su parte, la eliminación de palabras vacías es un paso obligado en la depuración de texto. Con esto se quitaron de la base de datos todas las preposiciones de la lengua española y algunas de lengua inglesa; asimismo se quitaron números, artículos y algunos verbos. La única omisión a este paso es cuando una palabra vacía fuera parte de una entidad nombrada, como en el caso de “Palacio de Hierro”.

En cuanto al análisis del texto una vez procesado con los pasos anteriores se realizó un conteo relativo de frecuencia de palabras en los tweets emitidos en la zona seleccionada. Esto permite conocer la importancia relativa de cada palabra en el total del *corpus* léxico de Twitter.

Por último, se aplicó una análisis de bigramas y tri-gramas sobre el conjunto de los tweets. Esto quiere decir que se encontraron las duplas o tripletas de palabras adyacentes más comunes dentro del texto de Twitter en la Ciudad de México. Por ejemplo, la frase “ofertas palacio_de_hierro máximo”, se pueden obtener las duplas ofertas-palacio_de_hierro o palacio_de_hierro_máximo; o bien, la tripleta ofertas-palacio_de_hierro-máximo.

Así, por medio de este análisis se obtiene un contexto más cercano del texto y su posible vínculo con las prácticas de consumo y de vida cotidiana realizada y reporada por las personas que publican en Twitter en la zona identificada.

4. Principales resultados

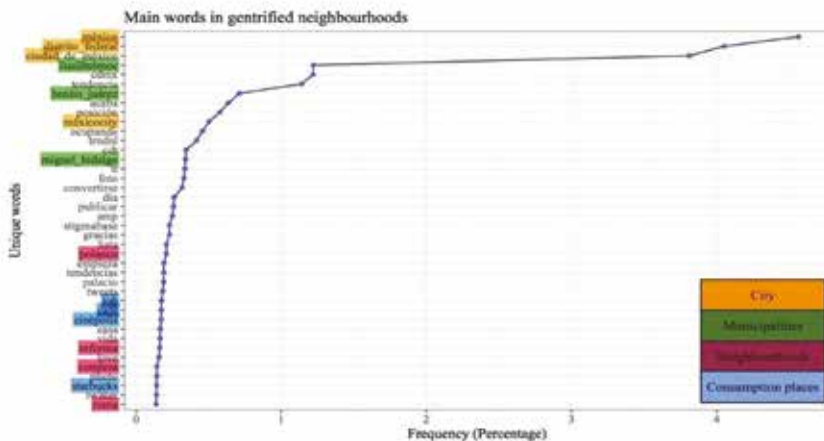
En este apartado se presentan los principales resultados del análisis de texto hecho sobre los tweets georreferenciados emitidos en el área comercial descrita en el epígrafe anterior. En primera instancia se presenta la frecuencia relativa de las principales palabras emitidas en dicha zona. En segundo lugar se muestran algunos bigramas de palabras con algunas palabras centrales, en particular dos colonias identificadas como de consumo de élite en la ciudad y, además el bigrama de Starbucks. Finalmente se presenta la construcción de trigramas en las principales palabras encontradas en las publicaciones de Twitter.

En primer lugar se presentan, en la figura 2, las frecuencias relativas de palabras individuales emitidas en las colonias identificadas. Dentro de las principales palabras se identifican 4 grandes grupos que refieren al nombre mismo de la Ciudad de México, su anglicismo *Mexico City* o simplemente México. En segundo lugar se hace referencia a las municipalidades que albergan a las colonias enfocadas; en este grupo se tienen los nombres de Cuauhtémoc, Benito Juárez y Miguel Hidalgo. Estas son tres de las cuatro alcaldías centrales de la ciudad y son consideradas de las de mayor renta en el entorno urbano (Sobrino, 2016).

Adicionalmente a lo encontrado en los grupos de Ciudad y municipalidad dentro de las principales palabras se identifican otros dos grandes grupos, el de colonias y consumo. En el primer grupo se ubican a tres de las colonias que han pasado por un proceso de renovación urbana o gentrificación (Salinas, 2013), estas colonias son: La Condesa, La Roma y Polanco.

Por último, se identifican algunas palabras que se relacionan lugares y prácticas de consumo específicas. Dentro de este último grupo se tienen términos como Starbucks, café, o Cinépolis. Los primeros dos términos se refieren a la práctica de consumir café, específicamente en la cadena internacional Starbucks y, consumo de cine en la Ciudad de México, práctica que es reconocida como de esparcimiento generalizado entre la población de la urbe (Duhau; Giglia, 2016).

Figura 2. Frecuencia de las principales palabras emitidas en Twitter en las colonias identificadas.



Fuente: elaboración propia

Así, la figura 2 ofrece un primer acercamiento sobre las grandes tendencias en el texto de los tweets de las colonias identificadas como comerciales. Sin embargo, el análisis de la frecuencia de palabras aisladas no permite vislumbrar la interacción que términos relacionados puedan llegar a tener. De esta manera, se emplea la estrategia de bigramas con el objetivo de conocer a mayor detalle cómo interactúan determinadas palabras basado en su adyacencia.

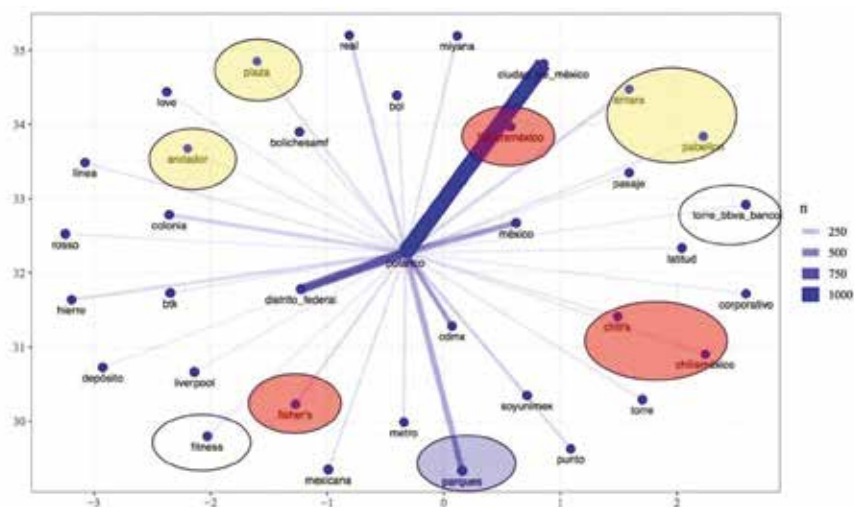
Así, para identificar la interacción entre ciertos vecindarios de consumo en la ciudad con sus actividades comerciales se presentan los bigramas de las palabras “Polanco”, “Roma” y “Starbucks”.

La colonia Polanco se caracteriza por ser una zona comercial exclusiva de la ciudad. En ella se localizan muchas de las principales marcas de consumo elitizado del mundo. Algo que caracteriza a esta colonia es la ubicación central dentro del área urbana, así como la cualidad de haber pasado por un proceso de renovación urbana liderada por el gobierno (Olivera-Martínez, 2017a, 2017b).

La inspección de los bigramas de palabras tomando a la palabra “Polanco” se muestra en la figura 3. En dicha gráfica se muestran dos niveles de

análisis. En primera instancia la frecuencia absoluta con la que aparecen los bigramas de Polanco. Así, se observa que las principales adyacencias de palabras con Polanco tienen que ver con las palabras o entidades nombradas que hacen referencia la Ciudad de México; esto se observa en que más de 1000 veces se encuentran las frases conjuntas Polanco-Ciudad de México.

Figura 3. Bigramas de Polanco

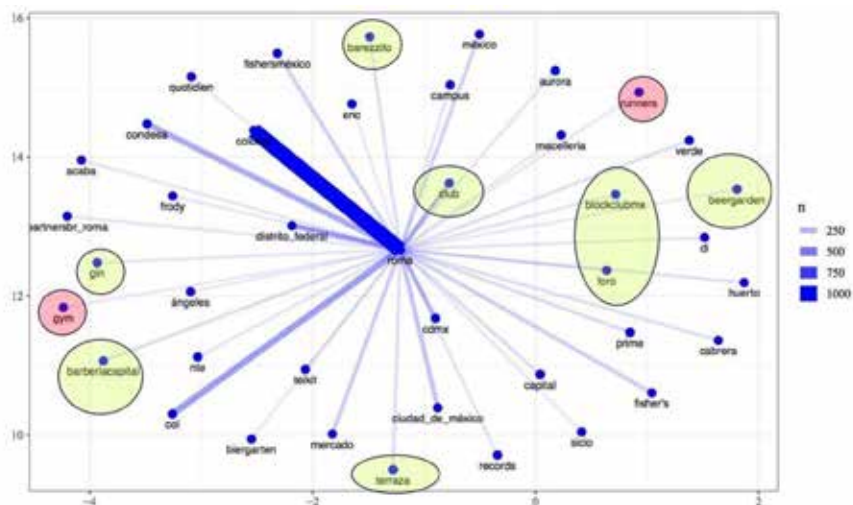


Fuente: elaboración propia

Adicionalmente, la figura muestra las adyacencias de polanco con tres grupos de actividades. Primero, se tienen las referencias a cadenas de restaurantes tales como Fisher's, y Chilli's. La primera, una cadena nacional restaurantera de mariscos y la segunda una cadena de origen estadounidense con amplia presencia en México. Segundo, se ubican relaciones entre las menciones de Polanco con centros comerciales de élite. Por ejemplo, se tienen menciones directas a Antara, Plaza Polanco, Pabellon Polanco o Liverpool. En tercer lugar, se aprecian algunas de las actividades cotidianas de la zona. En este sentido, se tienen palabras en los bigramas de Polanco que hacen referencia a *fitness*, Torre BBVA Banco o metro. Para el caso BBVA y metro, su relación se encuentra en que la zona de Polanco es identificada como uno de los Distritos Centrales de Negocios de la Ciudad.

En lo que respecta a los bigramas de la colonia Roma, mostrado en la figura 4, se hace referencia a la entidad nombrada de Colonia Roma. Dicha colonia se identifica como un hito de la renovación urbana y el proceso de gentrificación en la Ciudad de México. En la misma figura se identifican menciones a otros lugares identificados dentro del consumo elitizado o *hispter*, que también llevan el nombre de Roma, éstos son Mercado Roma y Terraza Roma.

Figura 4. Bigramas de Roma.



Fuente: elaboración propia

Otro elemento a destacar es la mención a la marca de restaurantes Fisher's, la cual se ubica también en la colonia Polanco. Sin embargo, en contraposición a los bigramas de la primera colonia analizada, en la Colonia Roma no se identifican menciones a grandes cadenas internacionales de restaurantes, como fue el caso de Chili's. Por el contrario, se tienen referencias a lugares de productos *gourmet* de producción a pequeña escala. Por ejemplo, se tienen los lugares de "Pan quotidien", la cual es una panadería de pan *gourmet*. En este mismo rubro se tienen menciones a la producción urbana de vegetales realizada en el Huerto Roma.

Por último, se identifican dos patrones claros de consumo asociados a la Colonia Roma. Por un lado, en los bigramas se tienen alusiones a consu-

mo en bares o espacios artísticos. Así lo muestran las palabras adyacentes a Roma tales como: *biergarten*, *club*, *foro*, *beergarten*, *blockclubmx*. Por otro lado, se tienen actividades cotidianas vinculadas a la cultura del ejercicio y *fitness*; entre estas palabras se identifican las palabras *gym* y *runners*.

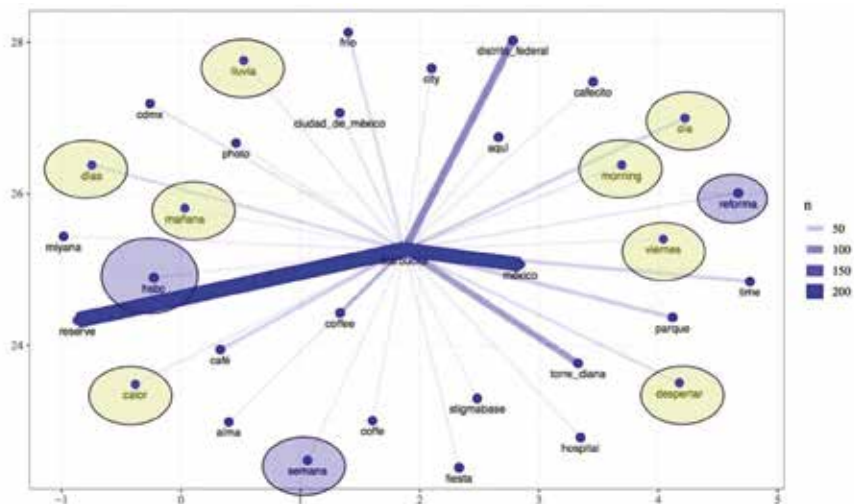
Con los casos de los bigramas de Polanco y Roma encontrados en Twitter se tienen patrones de consumo claramente diferenciados en función del espacio de emisión de los tweets.

Los dos ejemplos anteriores ponen en el centro del análisis a las palabras referentes a lugares en la Ciudad de México y proporcionan información sobre las prácticas de consumo y marketing en dichos lugares. Aunado a esto, es posible identificar bigramas donde el centro de estudio sean marcas particulares.

En la figura 5 se muestran los principales bigramas encontrados con la palabra Starbucks. En dicho diagrama se muestra que la adyacencia más común es ‘Starbucks reserve’. Dicha mención hace mención a la línea élite de la cadena de cafeterías. ‘Starbucks reverse’ se caracteriza por ofrecer mezclas raras de café y ofrecer una experiencia más personalizada.

Los bigramas de Starbucks muestran dos conjuntos menciones. La primera de ellas tiene que ver, directamente, con lugares centrales de negocios en la ciudad. Así, se identifica la palabra Reforma; avenida que es uno de los centros económico-financieros de México en la economía mundial y; la torre de HSBC. La segunda tendencia que se vislumbra en los bigramas en la relación que guarda Starbucks con las menciones al clima y al momento del día. En este caso se tienen las palabras como: días, calor, lluvia, despertar, *morning* o mañana.

Figura 5. Bigramas de Starbucks



Fuente: elaboración propia

La identificación cuantitativa de las principales palabras emitidas tanto de manera aislada como en bigramas arroja indicios sobre las prácticas de consumo y marketing digital que se llevan a cabo mediante Twitter en las colonias altamente comerciales en la Ciudad de México. Sin embargo, estos resultados apuntan a una discusión profunda sobre dinámicas de marketing y de consumo mediadas por plataformas digitales como Twitter. Así, a la luz de estos hallazgos, se plantea una discusión y diálogo con la literatura teórica sobre el campo del marketing digital y ciudad.

5. Discusión

Como se ha mencionado en la revisión teórica de este trabajo, se parte de dos aproximaciones conceptuales para entender el marketing digital en Twitter. La primera de ellas el prosumo y la segunda las fases interactivas y reactivas de la publicidad en dicha red social. Al mismo tiempo, se ha puesto en la discusión que una brecha en el conocimiento sobre el tema es la dimensión urbana para la generación de marketing digital. En este aspecto se han puntualizado elementos de consumo en la ciudad, así como del

papel de la distinción en las prácticas cotidianas de las personas, así como del papel del fenómeno de la marca de ciudad en el proceso de consumo en las urbes.

Los resultados presentados en la sección anterior han partido del análisis individual de la frecuencia de palabras encontradas en las emisiones de Twitter en colonias identificadas como centros de consumo.

En este punto, se ha podido apreciar el dominio de palabras referentes a los lugares explícitamente nombrados, por ejemplo, Ciudad de México, México, Mexico City. O bien, el nombre de colonias identificadas previamente como centros de consumo de élite tales como Polanco o Roma. En este punto, se ha explorado el fenómeno de lugares nombrados en Twitter y su capacidad de generar tendencias (An; Cook; Baldwin, 2013). Sin embargo, poco se ha explorado sobre el papel de las redes sociales para promocionar determinados tipos de ciudad (Zhou; Wang, 2014).

Por su parte, el análisis de bigramas de dos colonias frecuentemente mencionadas, Polanco y Roma, apunta a explorar tendencias de marketing interactivo en función de determinadas actividades cotidianas de las personas que consumen en dichas colonias. En este punto, se han encontrado adyacencias léxicas entre el nombre de las colonias y marcas particulares de restaurantes. En el caso de Polanco, de cadenas de restaurantes internacionales y el caso de Roma fue hallado restaurantes de tipo gourmet.

Así, se recupera, por un lado, la aproximación teórica del consumo segmentado en la ciudad basado en la distinción que las personas buscan al consumir en determinados lugares (BOURDIEU, 2018). Adicionalmente, esto se refuerza no solo con el consumo *in situ*, sino con su exposición en redes sociales. En este punto, al realizar el consumo de élite en colonias como Polanco o Roma se realiza una acción reactiva ante el marketing de dichos lugares en Twitter (Burton; Soboleva, 2011).

En cuanto al análisis del bigrama de Starbucks arroja luz sobre elementos de marketing de la marca en colonias de consumo de élite. En primer lugar, se ha encontrado concordancia con lo reportado en trabajos previos sobre las tendencias de marketing positivo y la marca (Taecharungroj, 2017). En el caso de la Ciudad de México se ha encontrado que Starbucks encuentra adyacencia con palabras positivas como días, mañanas y referencias al clima. De igual manera, se ha encontrado asociación con centros de negocios, particularmente bancarios.

Finalmente, recuperando la noción de consumo en las ciudades contemporáneas y que éstas son espacios de consumo, cabe preguntar sobre la vertiente de prosumo digital como una forma de aproximarse, no sólo al marketing digital sino a la generación de ciertos espacios urbanos en el imaginario de la sociedad, con determinadas prácticas y consumo. En este punto, valdría la pena la revisión del concepto de prosumo y, de nueva cuenta, la revisión de la teoría del valor, ahora desde una perspectiva de marketing digital urbano

6. Consideraciones finales

El presente trabajo ha tenido como propósito indagar los patrones de texto en Twitter emanados de colonias de consumo elitizado. Esto bajo el contexto de las nuevas tendencias de marketing digital en Twitter, la noción de prosumo como aproximación teórica para explicar comportamientos de uso de redes sociales vinculados con marcas y cómo estas interactúan en espacios urbanos concretos. Así, se ha avanzado sobre la brecha en el conocimiento del papel de la ciudad en el marketing digital en Twitter.

De manera general, se han utilizado datos provenientes de Twitter y recolectados de manera gratuita y abierta. El preprocesamiento de información se ha enfocado en la identificación de entidades nombres con referencia a lugares en la Ciudad de México, con el objetivo de identificar referencias particulares a lugares.

De manera general, se ha identificado la tendencia general de mencionar explícitamente los nombres de los lugares, particularmente la Ciudad de México, lo cual ha llevado a discutir el uso de Twitter para generar marketing de ciudad a la par del realizado por las marcas.

En segundo lugar se ha encontrado que las colonias analizadas hacen referencia a lugares de consumo particulares, en función de la distinción del espacio urbano. Así, colonias como Polanco hacen referencia al consumo de restaurantes de tipo cadena internacional. Mientras que en la colonia Roma se identifica el mismo consumo de restaurantes pero gourmet. Así la distinción en el espacio urbano sugiere reactividad diferenciada en el marketing en Twitter.

Finalmente, recuperando la noción de consumo en las ciudades contemporáneas y que éstas son espacios de consumo, cabe preguntar sobre la vertiente de prosumo digital como una forma de aproximarse, no sólo al marketing digital sino a la generación de ciertos espacios urbanos en el imaginario de la sociedad, con determinadas prácticas y consumo. En este punto, valdría la pena la revisión del concepto de prosumo y, de nueva cuenta, la revisión de la teoría del valor, ahora desde una perspectiva de marketing digital urbano

Referencias

- AN, B.; COOK, P.; BALDWIN, T. **A Stacking-based Approach to Twitter User Geolocation Prediction**. Proceedings of the 51st Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics: System Demonstrations. **Anais...**Sofia, Bulgaria: Association for Computational Linguistics, 2013.
- BHATTI, A. *et al.* E-commerce trends during COVID-19 Pandemic. **International Journal of Future Generation Communication and Networking**, v.13, n.2, p.1449–1452, 2020.
- BOURDIEU, P. Social space and the genesis of appropriated physical space. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.42, n.1, p.106–114, 2018.
- BURTON, S.; SOBOLEVA, A. Interactive or reactive? Marketing with Twitter. **Journal of Consumer Marketing**, v.28, n.7, p.491–499, 1 jan. 2011.
- CATHY O'NEIL. **Armas de destrucción matemática. Cómo el Big Data aumenta la desigualdad y amenaza la democracia**. España: Capitan Swing, 2017.
- COMOR, E. Revisiting Marx's Value Theory: A Critical Response to Analyses of Digital Prosumption. **The Information Society**, v.31, n.1, p.13–19, 1 jan. 2015.
- COPELAND, B. J. **Computation**. (L. Floridi, Ed.) **The Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information** Reino Unido Blackwell Publishing, 2004.
- D'HEER, E.; VERDEGEM, P. Conversations about the elections on Twitter: Towards a structural understanding of Twitter's relation with the political and the media field. **European Journal of Communication**, v.29, n.6, p.720–734, 2014.

- DUHAU, E.; GIGLIA, A. **Metrópoli, espacio público y consumo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- FUCHS, C. Digital presumption labour on social media in the context of the capitalist regime of time. **Time & Society**, v.23, n.1, p.97-123, 7 out. 2013.
- FUCHS, C. **Re-reading Marx in the age of digital capitalism**. Reino Unido: Pluto Press, 2019.
- FUCHS, C. Towards a critical theory of communication as renewal and update of Marxist humanism in the age of digital capitalism. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v.50, n.3, p.335-356, 1 set. 2020.
- GARZA, G. **Macroeconomía del sector servicios en la Ciudad de México 1960-2003**. México: El Colegio de México, 2008.
- GASCA-ZAMORA, J. Comercio y consumo bajo la reestructuración espacial urbana. Em: GASCA-ZAMORA, J.; OLIVERA-MARTINEZ, P. (Eds.). **Ciudad, comercio urbano y consumo. Experiencias desde Latinoamérica y Europa**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2017a. p.23-50.
- GASCA-ZAMORA, J. Centros comerciales de la Ciudad de México: El ascenso de los negocios inmobiliarios orientados al consumo. **Eure**, v.43, n.130, p.73-96, 1 set. 2017b.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. **Splintering urbanism. Networked infrastructures, technological mobilities, and the urban condition**. Londres: Routledge, 2001.
- JAYNE, M. **Cities and consumption**. London New York, N.Y: London: New York, N.Y. : Routledge, 2006, 2006.
- LAI, J.; CHENG, T.; LANSLEY, G. Improved targeted outdoor advertising based on geotagged social media data. **Annals of GIS**, v.23, n.4, p.237-250, 2 out. 2017.
- LESZCZYNSKI, A. Speculative futures: Cities, data, and governance beyond smart urbanism. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v.48, n.9, p.1691-1708, 22 maio 2016.
- LEUNG, X. Y.; BAI, B.; STAHLURA, K. A. The Marketing Effectiveness of Social Media in the Hotel Industry: A Comparison of Facebook and Twitter. **Journal of Hospitality & Tourism Research**, v.39, n.2, p.147-169, 8 jan. 2013.
- LICHTENTHAL, J. D.; YADAV, V.; DONTU, N. Outdoor advertising for business markets. **Industrial Marketing Management**, v.35, n.2, p.236-247, 2006.

- MANGOLD, W. G.; FAULDS, D. J. Social media: The new hybrid element of the promotion mix. **Business Horizons**, v.52, n.4, p.357-365, 2009.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V.; RAMGE, T. **Reinventing capitalism in the age of big data**. New York: Basic Books, 2018.
- MUSTERD, S.; MURIE, A. (EDS.). **Making competitive cities**. Estados Unidos de América: Wiley-Blackwell, 2010.
- NEUHAUS, F. **Emergent Spatio-temporal Dimensions of the City. Habitus and Urban Rhythms**. Reino Unido: Springer, 2015.
- OLIVERA-MARTÍNEZ, P. **La tematización como estrategia de consumo en la ciudad**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2017a.
- OLIVERA-MARTÍNEZ, P. Consumo y gentrificación en la Ciudad de México. Em: GASCA-ZAMORA, J. (Ed.). **Espacio del consumo y el comercio en la ciudad contemporánea**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Económicas-UNAM, 2017b. p.35-56.
- RITZER, G.; JURGENSON, N. Production, Consumption, Prosumption: The nature of capitalism in the age of the digital 'prosumer'. **Journal of Consumer Culture**, v.10, n.1, p.13-36, 1 mar. 2010.
- SALINAS, L. Gentrificación en la ciudad latinoamericana. El caso de Buenos Aires y la Ciudad de México. **GeoGraphos**, v.4, n.44, p.204-281, 2013.
- SOBRINO, J. Estudio de la gentrificación en la Ciudad de México. **Coyuntura Demográfica**, n.9, p.69-75, 2016.
- TAECHARUNGROJ, V. Starbucks' marketing communications strategy on Twitter. **Journal of Marketing Communications**, v.23, n.6, p.552-571, 2 nov. 2017.
- THATCHER, J. **Epistemologies**. (J. Ash, R. Kitchin, A. Leszczynski, Eds.) **Digital Geographies** London SAGE, 2019.
- WOODCOCK; J.; GRAHAM, M. **The Gig Economy: A Critical Introduction**. Cambridge: Polity Press, 2020.
- ZHANG, S.; GOSSELT, J. F.; DE JONG, M. D. T. How Large Information Technology Companies Use Twitter: Arrangement of Corporate Accounts and Characteristics of Tweets. **Journal of Business and Technical Communication**, v. 34, n. 4, p. 364-392, 22 jun. 2020.
- ZHOU, L.; WANG, T. Social media: A new vehicle for city marketing in China. **Cities**, v.37, p.27-32, 2014.

CAPÍTULO 4

Desenvolvimento regional e os limites das “smarts cities”

Uma análise do Norte Fluminense

Lívio Bissonho de Almeida Pinheiro
Vanuza da Silva Pereira Ney

Introdução

O conceito de *Smart City* contempla cidades que atingem os objetivos de desenvolvimento sustentável por meio da transformação tecnológica. Entretanto, a apropriação do conceito por políticas neoliberais pode produzir espaços desiguais e expropriação do trabalho. O modelo neoliberal demanda inovações tecnológicas para produção e reprodução do valor. As mercadorias e espaços precisam se readequar, num processo de destruição criativa em que serão renegociadas e acrescidas de valor de troca. O circuito de acumulação do capital tem, na urbanização, a espacialidade necessária para potencialização do modelo econômico, que extrai a mais-valia e reinveste novamente, num ciclo infundável de acumulação. Desse modo, é imprescindível o controle dos corpos e mentes dos sujeitos, para que não se acirrem os conflitos sociais que contestam a hegemonia do capital, sobretudo o domínio do capital financeiro especulativo.

Ao analisar a produção econômica, a tecnologia demonstra estar a serviço dos grupos dominantes, e favorece os processos de expropriação do trabalho por meio do domínio dos aparelhos do Estado, e de políticas públicas neoliberais para maximização dos lucros que mercantilizam a cidade, sobretudo nos países periféricos em que a relação de proteção social é fragilizada pelos processos de neocolonização e dependência. Com isso, o controle dos meios de produção e a concentração da propriedade privada centralizam as políticas públicas que objetivam a acumulação do capital.

De acordo com Maricato (2008), a instituição da propriedade privada no Brasil tem forte tradição de direito individual inviolável, sendo fundamental a orientação positivista da Constituição Federal de 1988 em que se tem como paradigma a percepção da dimensão social como fundamental na construção de uma sociedade justa e democrática. A importância atribuída à dimensão social tem relação direta com a política urbana, em específico no artigo 182 e seguintes que originam o Estatuto da Cidade em 2001 e o Ministério das Cidades em 2003. Por meio desses instrumentos, os municípios têm autonomia para conduzir o ordenamento em função de um desenvolvimento sustentável. Para tanto, é fundamental o papel do Plano Diretor no direcionamento das políticas de planejamento por meio das questões sociais econômicas e ambientais. Para atingir o objetivo expresso na Constituição, a propriedade deve exercer uma função social a fim de diminuir a concentração de terras e especulação imobiliária. Entretanto, essa orientação contraria o modelo de desenvolvimento das elites brasileiras, concentrador e patrimonialista, que agrava os conflitos entre classes e favorece a ascensão do modelo neoliberal.

As crescentes ameaças às bases constitucionais nas democracias modernas originam-se no fortalecimento dos grupos que controlam o capital aliados à ideia de hegemonia do capitalismo, tido como vitorioso sobre quaisquer outras formas de modelo econômico e de desenvolvimento. O neoliberalismo, imposto pelas elites globais aos países dependentes, reina hegemônico sobre qualquer sistema que se contraponha, intensificando as desigualdades, por meio do sistema de crenças baseado na competição e individualização dos riscos. Essa competição, que se externaliza nos sujeitos, provocada pelo capital, é tendenciosa e sempre favorece os grupos detentores dos meios de produção.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar como o conceito de *smart city* pode ser emancipado da tecnocracia para produção de uma cidade que promova sua função social, e desse modo entender a inserção da região Norte Fluminense numa dinâmica econômica globalizada, pautada principalmente nas exportações de commodities oriundas da exploração das reservas de petróleo da bacia de Campos. Para isso, busca-se entender o posicionamento da Região Norte Fluminense na dinâmica atual de financeirização do capital e de globalização, de modo a identificar e analisar o modelo de desenvolvimento pautado no paradigma das *smart cities* nos municípios de Campos, Macaé e São João da Barra, e, ainda, analisar de que

forma o conceito de cidades inteligentes pode transformar o modo de produção, construir modelos abrangentes de gestão participativa e diminuir as desigualdades.

Breves apontamentos históricos e teóricos da formação econômica do Norte Fluminense

A formação econômica e social da região Norte Fluminense desde os primórdios da colonização da região, no início do século XVI, passando pelos ciclos de crescimento fundamenta-se na indústria açucareira, até o ciclo do petróleo em curso no século XXI. Desse modo, a produção de açúcar se apresentou mais rentável em relação à pecuária, com condições climáticas, de solo e demanda internacional extremamente favoráveis, com o modo de produção baseado na mão-de-obra escrava, principal impedimento ao desenvolvimento de uma economia liberal, sobretudo na Região Norte Fluminense (Rosendo e Carvalho, 2000).

De acordo com Pessanha (2021), os primeiros núcleos habitacionais se desenvolveram nas vilas operárias em torno dos engenhos, nas quais eram oferecidos os serviços e a infraestrutura necessária para a subsistência dos operários. Nesse período, os solares se destacavam na paisagem como símbolos do poder econômico e político dos senhores de engenho. A pequena burguesia agrária inicia o processo de especulação imobiliária em que alguns pequenos proprietários de terras desistem de seus engenhos e passam a fornecer produtos para os grandes engenhos e obter rendas de aluguéis nas áreas administrativas, que se tornarão os centros econômicos dos municípios em análise.

O conflito provocado pela incompatibilidade da economia de mercado com a estrutura socioeconômica brasileira na época, baseada na mão de obra escrava, suscitou o processo de abolição da escravatura, em grande parte motivado pela pressão internacional, principalmente da Inglaterra. Assim, termina o primeiro ciclo de crescimento, com a perda de competitividade da produção agroaçucareira do Norte Fluminense, frente a realizada em outros estados, sobretudo em São Paulo. As consequências também se materializam na desagregação do espaço territorial de Campos, que originalmente abrangia todo o Norte e Noroeste Fluminense.

Um segundo ciclo de crescimento econômico iniciou-se na primeira década do século XX no Norte Fluminense, produzindo prosperidade para a região. Também fundamentado na produção açucareira e de álcool, o novo ciclo passa a ser impulsionado pela industrialização desta atividade agrícola, que resultou em importantes ganhos de produtividade pela introdução de grandes plantas industriais e processamento (as usinas), do trabalho assalariado e de técnicas modernas de produção. Entretanto a falta de diversificação produtiva e a desarticulação do setor de subsistência, somados às desigualdades sociais, à concentração de renda e à queda na acumulação de capitais pelas oligarquias locais comprometeram o crescimento da economia regional. A desaceleração da indústria sucroalcooleira a partir dos anos 1950 instaurou nova crise, especialmente na cidade de Campos dos Goytacazes, com desemprego em massa e formação de bolsões de pobreza nas periferias das principais cidades da região. Desse modo, chegaria ao fim o segundo ciclo de crescimento do Norte Fluminense, na década de 1980 do século XX, deixando como saldo positivo, a formação de uma economia de mercado com importantes efeitos de arrasto (Rosendo e Carvalho, 2000).

Quinto Jr (2003) argumenta que a formação das cidades latino-americanas inclui os aspectos de subdesenvolvimento e dependência oriundos do modo de produção escravocrata. Diferente das cidades europeias e estadunidenses, que em suas origens contemplam as disputas sociais e lutas de classes, e por isso são acompanhadas de processos normativos que favorecem a criação de um estado de bem-estar social, as cidades brasileiras são concebidas liberais e propícias à prática da expropriação e extrativismo. Desse modo, como reflexo dessa formação, a legislação urbanística nas cidades latino-americanas manteve a perspectiva de regulação do mercado imobiliário para otimização e maximização dos empreendimentos imobiliários em detrimento de uma possível regulação social. A nossa cultura urbanística seguiu um caminho onde a reforma da cidade pré-capitalista não tinha como parâmetro a regulação social.

Os novos ciclos de industrialização trouxeram uma reconfiguração das cidades, a predominância do rural se inverte para o urbano, devido às melhores oportunidades de emprego e renda. Junto a isso, se destacam os problemas de insalubridade característicos dos centros urbanos brasileiros, inflados e sem planejamento. Pasternak e Bógus (2019) comentam que a

relação de cisma entre o espaço urbano e rural acontece com o desenvolvimento do Estado nacional moderno, em que a terra se transforma em mercadoria. A propriedade privada torna-se direito fundamental para as relações de troca com a função do Estado em garantir sua institucionalidade.

Segundo Pasternak e Bógusos (2019), estamos em uma nova forma de produção do espaço, em que as conexões em rede entre cidades configuram aglomerados urbanos, entendidos pelo fenômeno denominado de cidade-região. O desenvolvimento das comunicações, dos transportes e das tecnologias de computação dilui as barreiras espaciais e temporais e redireciona as relações entre o global e local. Nesse sentido, de acordo com Lencioni (2015), o conceito de megarregião impõe a ideia de urbanização difusa, dispersa e polinucleada. Ocorre o deslocamento da primazia do Estado nação, para um mundo globalizado com descontinuidades, mas em uma rede de relações como fim da ideia de cidade tradicional.

São Paulo e Rio de Janeiro formam uma megarregião que apresenta uma forma híbrida e integrada por meio dos fluxos de informação e comunicações relacionados a atual fase do capitalismo financeirizado e globalizado (Pasternak e Bógusos, 2019). Segundo dados econômicos do IBGE (2015), a megarregião que se estende da cidade de Campinas (SP) até a de Campos dos Goytacazes (RJ), representa 35,5% do PIB brasileiro, o que é maior do que o de alguns países europeus como Bélgica e Suíça. O montante também é três vezes maior que o PIB do Chile e o território possui uma população de 45 milhões de habitantes.

Considerando os estudos de Pessanha (2019a), o autor afirma que com a descoberta das reservas de petróleo na Bacia de Campos, em 1976, a região Norte Fluminense iniciou um novo ciclo de crescimento, baseado na atividade extrativa. As atividades de Exploração e Produção (E&P) do mineral, de alto valor estratégico internacional e de alto potencial de arrasto, remodelou o contexto socioeconômico regional com novos empreendimentos industriais no estado do Rio de Janeiro, principalmente nas cidades de Campos, Macaé e São João da Barra. Essas cidades demonstraram as maiores reconfigurações urbanas da região, proveniente dos Grandes Projetos de Investimentos – GPI – (Vainer & Araújo, 1992, p.29) da indústria do petróleo, ainda que num território predominantemente agroexportador, controlado por uma elite local, torna-se objeto de interesse do capital global financeirizado e seus agentes.

A atividade econômica de caráter estratégico desencadeou toda uma rede extensa de tecnologias e serviços de suporte na região, com vistas a tornar autossuficiente a produção de petróleo no Brasil na virada do séc. XXI. A grande produção do setor provocou efeito de arrasto principalmente com os serviços vinculados ao setor *offshore*. Setores ligados à indústria petroquímica e de construção naval aumentaram as contratações não somente na região NF, mas em todo o estado do RJ (Dias e Silva Neto, 2005). Em contraste com os benefícios econômicos, evidenciaram-se os problemas sociais e urbanos característicos dos GPIs que se mesclaram ao cotidiano das cidades do Norte Fluminense. Dias e Silva Neto (2005) evidenciam a segregação socioespacial oriunda da baixa absorção da mão de obra regional de pouca ou nenhuma qualificação técnica, que tem dificuldades em estabelecer moradias formais.

Nesse sentido, o caso do Porto do Açú em São João da Barra segue a lógica de locação dos GPIs em áreas de pouca infraestrutura e legislação flexível, interesse imobiliário e o poder político eleito com as doações de campanha pelas grandes empreiteiras e fundos de investimentos ligados ao setor *offshore* (Pessanha, 2019). Segundo Assad (2019), o Complexo Industrial e Portuário do Açú teve sua construção iniciada em 2007, no 5º Distrito do município de SJB sob o comando da empresa LLX, idealizado para servir de apoio às atividades navais e petrolíferas da Bacia de Campos e escoamento do minério de ferro proveniente do estado de Minas Gerais. Este GPI incorporou grande porção do território sanjoanense pela necessidade de construir grandes píeres e a retroárea que atendessem a navios especializados, além de oferecer manutenção/armazenamento de equipamentos e produtos das empresas de exploração e produção de petróleo e gás. Com as operações iniciadas em 2014, o Porto do Açú é atualmente controlado pela holding Prumo Logística Global S.A., empresa controlada pelo fundo de investimentos americano EIG, que tem como parceiras 13 empresas de origem estrangeira que integram o complexo portuário industrial.

Ao final do século XX, seguindo a lógica global neoliberal, os GPIs constituem elemento essencial da política de desenvolvimento econômico nacional, em geral promovidos e consolidados por grandes empresas privadas. Apesar do protagonismo do setor petrolífero na atividade econômica da região, as políticas de desenvolvimento regional não prepararam a região para alternativas ao modelo econômico que é conhecidamente desvincula-

da ao território onde se instala, o que explica, em parte, as recorrentes crises econômicas motivadas pelas oscilações nas cotações do barril de petróleo nas bolsas de valores. Os governos regionais não criaram condições institucionais e financeiras suficientes para uma estruturação de um modelo de gestão urbana integrado e participativo como o das cidades inteligentes.

Com o total predomínio do capitalismo no cenário econômico mundial, as políticas de acumulação do capital e desenvolvimento tecnológico dos países centrais baseados na exploração dos países periféricos dependentes chegam ao limite. O liberalismo clássico é reformulado para as novas demandas e classificado como neoliberalismo, atua não só como teoria econômica, mas como uma nova maneira de ser, pensar, agir e sentir baseada na individualização dos sujeitos, controle dos corpos e mentes e supressão total do papel do Estado. O novo sujeito neoliberal, ou *neosujeito*, é incentivado a tonar-se empresa de si mesmo, assumindo todos os riscos inerentes as suas atividades profissionais e sociais. Toda atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. Desse ponto de vista, tudo se torna empresa: o trabalho, mas também o consumo e o lazer. Essa nova racionalidade permeia todas as relações contemporâneas, inclusive os modelos de Planejamento Urbano e Regional. Toda a morfologia urbana passa a produzir e reproduzir os interesses do capital, em favor dos grupos de poder (Dardot e Laval, 2016).

Com o desenvolvimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o conceito de propriedade provoca intensos debates. O capitalismo de plataformas¹ institui novas dinâmicas sociais na produção do espaço e nas relações de trabalho e renda, enquanto o Estado é esvaziado em função do projeto neoliberal. Dardot e Laval (2016) afirmam que muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a "retirada" do Estado, mas a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas.

1 Termo referente à disseminação do uso de plataformas digitais em diversos setores da economia, como o de transporte de pessoas e o de entrega, marcado por atividades de curto prazo, no qual os trabalhadores são considerados autônomos, em oposição aos trabalhos com base em contratos por tempo indeterminado.

De acordo com Cruz (2015), a inserção da região Norte Fluminense no contexto socioeconômico neoliberal é caracterizada pela posição periférica e dependente aos países capitalistas centrais, em que as potencialidades locais são esvaziadas em favor de uma política neocolonial de reprimarização da economia e de neoextrativismo. As atividades relacionadas ao setor de petróleo e gás se conectam com o grande capital global financeirizado, desvinculado ao local, que não encontra alternativas de investimento lucrativas na esfera da produção e são deslocados para a esfera da valorização financeira (Ribeiro e Diniz, 2020a, p.171).

Segundo Pessanha (2019a), os fundos de investimentos são uma das principais características do processo de financeirização, com uma estratégia de mercado que delimita os protocolos e a logística das corporações que eles controlam. Os territórios onde esses fundos se instalam passam ao domínio do capital por eles representado, por meio do poder político em suas várias escalas e conexões. O controle e participação em: corporações de extração mineral (commodities), produção e beneficiamento junto às minas (território), a mercadoria (mineral ou agrícola), circula pela infraestrutura de transportes e vai engordar o capital sob a forma de lucros e altos rendimentos para os maiores fundos de investimentos espalhados pelo mundo, com pouco ou nenhum benefício para o território sedizador das atividades (Ribeiro *et al.*, 2020a).

Pessanha (2019c), afirma que a ação dos fundos de investimentos é bem maior do que a nossa percepção, eles estão presentes também nos setores de serviços e comércio locais, em que capturam economias que circulam regionalmente, por meio de negócios de redes. Nesse sentido, Ribeiro *et al.* (2020a) discutem a visão de autores sobre a participação das economias emergentes na macroeconomia global sob a perspectiva da financeirização, em que essas economias reprimarizam suas indústrias para exportar commodities, flexibilizam as relações de trabalho e se tornam dependentes do capital financeiro.

O acesso ao Estado (ou melhor, ao governo e sua burocracia) é vital ao modelo de competição de mercado pela capacidade estatal de intervenção nas políticas públicas. A permeabilidade estatal se deve à importância das relações pessoais, que cria uma zona de sombra entre Estado e setor privado e enfraquece a institucionalização dos procedimentos e consolidação das organizações. Essa fragilidade é preenchida pelo paradigma neoliberal

na produção de políticas de desenvolvimento em regiões periféricas como o Norte Fluminense.

Celso Furtado (1964) afirma que o desenvolvimento econômico é um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas preexistentes ou criadas são satisfeitas por meio de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de novas tecnologias. Nesse sentido, Bresser-Pereira (2006) contextualiza o fenômeno histórico da revolução capitalista ao do desenvolvimento, na medida em que ocorre aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e pela transferência da mão de obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado per capita que envolvem maior conhecimento.

A pandemia do covid-19 traz luz ao debate sobre a crise climática e emergência de novas concepções de desenvolvimento, dentre as quais se destaca a do "desenvolvimento sustentável". Nesse sentido, na perspectiva de um projeto de desenvolvimento que contemple a região NF, não cabe apostar em uma única proposta centralizada, é preciso construir frentes de expansão diversas pelo País, por meio de uma leitura regional do potencial diferenciado do território brasileiro, de acordo com as diferenciações ecológicas. Destaca-se o potencial de exploração e geração de energias limpas e renováveis, a exemplo do parque eólico de Gargaú, na cidade de São Francisco do Itabapoana (limítrofe a São João da Barra), e usinas solares. Da mesma forma, priorizar a infraestrutura de telecomunicações, um serviço básico em tempos em que se prioriza a circulação de dados e imagens, com elevada capacidade de engajar provedores locais organizados na forma de pequenos negócios (Araújo, 2020).

Na elaboração de políticas de desenvolvimento regional para o NF, a temática dos royalties é central e suscita propostas para a sazonalidade dos recursos. O entendimento dos royalties como política compensatória à atividade extrativa, vinculada à variação do preço do barril do petróleo, motivada por diversas crises de produção mundial, demanda a criação de um fundo soberano estratégico gerido pelos municípios produtores. Para Pessanha (2019c), a política de desenvolvimento regional deve priorizar a necessidade de constituição do fundo, em que uma parte dos recursos dos royalties seja separada para estabilização em situações de emergência e também para desenvolver atividades de incentivo à diversificação produtiva.

No contexto econômico fortemente atrelado ao capital financeiro, é necessário fortalecimento das políticas regionais desenvolvimentistas que são as responsáveis por integrar as políticas sociais e as especificidades do território. Deve-se buscar, por meio das singularidades locais, um modelo no qual uma região crie o dinamismo econômico por meio de inovação tecnológica e especialização da mão de obra que se retroalimentará um ciclo de crescimento, baseado na diversificação produtiva (Araújo, 2020). Desse modo, tendências de mercado tendem a aprofundar as diferenciações regionais herdadas do passado e fragmentar o território, destacando os “focos de competitividade e de dinamismo” do “resto” do país para articulá-los ao capital global. A *inserção seletiva* promovida por políticas neoliberais produz o abandono das “as áreas de exclusão” (ditas não competitivas).

As outras opções prioritárias das diversas políticas ou estratégias regionais são a promoção do desenvolvimento da indústria, das pequenas e médias empresas e das atividades de prestação de serviços. As atividades de alta tecnologia (*high tech*) são cada vez menos dependentes de localizações específicas, devido ao progresso nos meios de comunicação, elas tendem a ser patrocinadas em regiões que se quer desenvolver, sendo usadas como indutoras de desenvolvimento regional (Araújo, 1999). Nesse sentido, as novas dinâmicas espaciais que surgiram das mudanças verificadas nas regiões brasileiras nas últimas décadas fizeram surgir ao lado de áreas de modernização dotadas de dinamismo e globalizadas, áreas e sub-regiões não competitivas e marginalizadas. Os exemplos dos GPIs do Porto do Açu em SJB e da Petrobras em Macaé comprovam que, anos após a instalação, o nível de desenvolvimento para as localidades não contemplou a população e criaram-se “ilhas” de desenvolvimento cercadas por bolsões de pobreza.

Com base no pensamento de Wilson Cano, Araújo (2020), comenta que: “o desenvolvimento não se dá por etapas, e nós não somos etapas atrasadas do mesmo processo, nós somos outro processo”. Desse modo, somente por meio da gestão democrática das políticas de desenvolvimento será possível “superar” o subdesenvolvimento. A participação social na elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional instituirá a desconcentração da atividade produtiva no território nacional, por meio de uma melhor distribuição das oportunidades de empregos produtivos e o desencadeamento de um processo de redução das desigualdades entre os habitantes das diferentes regiões do país (Araújo, 1999). As cidades têm sido

os motores do crescimento econômico e do progresso social ao longo do tempo e serão essenciais para a competitividade futura de nações e regiões (Shwab, 2016).

A proposta das cidades inteligentes permeia a participação da sociedade civil nos conselhos gestores, com o auxílio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). As plataformas digitais são ferramentas que, apesar de concentradas em poucas mãos, facilitam a comunicação dos sujeitos. Segundo Komin *et al.* (2021), a maioria dos municípios brasileiros conta com sites que fornecem informações administrativas, apesar de com pouca eficiência na prática. Nesse sentido, a consolidação dos novos canais de comunicação e articulações locais foi acelerada pela pandemia do novo coronavírus, mesmo com todas as tentativas anteriores de desarticulação, como a extinção, entre outros, do Conselho Nacional das Cidades, pelo Decreto Federal nº 9.759, de 11 de abril 2019 (Brasil, 2019), que se constituía em importante espaço de gestão participativa de políticas urbanas, previsto legitimamente no Estatuto da Cidade, e todos os desmontes de esferas participativas posteriores a esse.

Não sobram dúvidas, a partir dessa experiência, portanto, de que os canais via web não somente não se apresentam como "a solução" para a participação social em políticas públicas, como o problema da exclusão digital de grande parte da população não se resume a possuir ou não os dispositivos eletrônicos necessários (o que já é sinal da desigualdade), mas sobretudo porque somente ter acesso a eles e à informação procedente deles não é suficiente. A expansão de tecnologia requer uma atuante luta pela ida da internet a localidades pequenas e ao ambiente rural. As cidades inteligentes serão locais de experimentação e poderosos polos para transformar novas ideias em valor real para as economias locais e globais (Shchwab, 2016).

O paradigma das *Smart Cities*

O conceito de *smart cities* emerge da fusão dos termos em inglês *smart*, recorrente no meio corporativo para identificar segmentos em que geralmente a tecnologia transforma os processos tradicionais em autômatos e dinâmicos, e *cities* relacionado ao ambiente urbano nas cidades. O termo é frequentemente associado à gestão empresarial para enunciar uma solução

“milagrosa” para os problemas sociais por meio do apogeu da tecnologia, e busca evocar o tão importante papel da inovação ao capitalismo nas cidades (Morozov e Bria, 2019).

Variações anteriores dessa mesma ideia como a cidade midiática, cidade informacional, cidade de bits e cidade telemática foram esvaziadas por suas visões utópicas (Morozov e Bria, 2019), no entanto o conceito é revisitado em grande parte pela transformação nos meios de produção provocados pelo aperfeiçoamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Nesse sentido, a facilidade de comunicação proporcionada por meio das TIC, popularizadas com a internet e dispositivos móveis, possibilita maior participação e engajamento nas tomadas de decisões e controle dos bens públicos, com o monopólio tecnológico das *Big Techs*², que enxergaram nas Cidades Inteligentes a oportunidade de expandir suas áreas de atuação e seus lucros. Estimativas apontam para um mercado de 3,8 trilhões no ano de 2026, com crescimento anual de 19,8% entre 2018 e este último ano³ (Morozov e Bria, 2019).

Os interesses envolvidos são muito mais amplos e heterogêneos, com algumas cidades buscando as tecnologias *smart* para políticas de austeridade, sobretudo em épocas de crise, e outras procuram reforçar serviços ligados ao *branding*⁴ nos modelos de cidades-mercadoria, por meio de promoções de grandes eventos que substituem a vocação produtiva das cidades pelo turismo desvinculado ao local, com utilização de sensores, circuitos de vigilância, drones, etc. numa apropriação do conceito *smart* para implementação de ilhas globais monitoradas (Morozov e Bria, 2019).

Apesar do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ser estratégico para a hegemonia de uma nação, e por si só poder orientar a produção do espaço urbano, o principal apelo na reestruturação do Urbanismo sob o paradigma das *smart cities* visa diminuir os danos am-

2 Grandes corporações multinacionais atuantes nas áreas de tecnologias de informação e comunicação (TICs), como IBM, CISCO, SIEMENS, dentre outras.

3 Global Market Study on Smart Cities: Smart Security Application to Witness Fastest Growth During 2018 – 2026, Persistence Market Research, jun 2018. Disponível em: <https://www.persistencemarketresearch.com/market-research/smart-cities-market.asp> Acesso em: 28 ago. 2023.

4 Refere-se à gestão da marca de uma empresa e de tudo que se associa a ela, como: imagem, ideias, logotipos e símbolos.

bientais provocados por uma sociedade estimulada ao consumo. A incapacidade do homem moderno de situar-se parte integrante do meio ambiente instituiu o padrão destrutivo do capitalismo, de domínio sobre a natureza e nos trouxe a um patamar irreversível de alteração climática, que nos expõe a incontáveis desastres e epidemias (Araújo, 2020; Farr, 2013).

Farr (2013) comenta que o Urbanismo moderno, do início do século XX até a década de 1970, é produto da relação de dependência da sociedade com os carros. Os códigos e leis urbanísticos criados expandiram os espaços dos grandes centros urbanos em direção aos subúrbios que, ao contrário do adensamento dos centros urbanos, demandam a construção de uma nova infraestrutura urbana, novos deslocamentos e aumento no consumo de combustíveis. No Brasil, o paradigma do transporte individual norteou o planejamento de cidades no mesmo período. Os planos urbanísticos e intervenções de influência *Hausssmaniana*⁵ baseavam-se na readequação por meio de demolição de cortiços, desapropriações de favelas e obras de infraestrutura, para construção de modernas rodovias. Nesse ponto, o país implementou novos projetos e construiu cidades inteiras pensadas a partir do uso do automóvel, à exemplo da nova capital Brasília (Corbusier, 1977).

O paradigma sustentável pós-crise dos anos 1970 nos EUA provocou reações institucionais por meio do comitê U.S. Green Building Council (USGBC), que estabeleceu normas pioneiras para a edificação sustentável, dentre elas o sistema de certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED), que propõe níveis de desempenho crescentes que vão de Certificado, no mais baixo, a Platinum, no mais alto. Nesse sentido, Farr (2013) discute a importância das certificações para completude e diversidade de tipologias de habitações, e com uso das novas TICs no sentido de produzir ações para impedir despejos, aumentar a oferta de moradia social por meio da recuperação de casas deixadas desabitadas por grandes bancos e regulamentar plataformas de aluguel de curta duração (como o Airbnb), que contribuem para o aumento insustentável de preços no mercado imobiliário (Morozov e Bria, 2019).

Segundo Mendes (2020a), com base em Morozov e Bria (2019), as iniciativas em oposição à ideologia neoliberal precisam estabelecer uma sobe-

5 Termo em referência ao planejador francês George-Eugène Haussmann, responsável por profundas intervenções sociais e urbanas em Paris no final do séc. XIX.

rania tecnológica, de modo a quebrar o monopólio das grandes empresas de TIC, por meio de infraestruturas digitais alternativas, como *hardwares e softwares* livres, com códigos abertos e disponibilização pública de dados. Também se faz necessário regulamentar as plataformas que disponibilizam serviços de transporte, habitação, segurança, redes sociais, etc. para que não estabeleçam o monopólio dos dados e esvaziem os espaços de poder dos governos democráticos.

As *Smart Cities* e o Norte Fluminense

As ações de implementação do conceito *smart city* na região Norte Fluminense têm diferentes métodos em cada uma das cidades analisadas nesta pesquisa. A influência do conceito *smart* na proposição de políticas públicas, em grande parte, está associada aos grandes eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, entre 2006 e 2016. Os primeiros atos governamentais aconteceram na capital, em razão da política de mercantilização da cidade, fruto de um longo processo de desindustrialização e reprimarização da economia. O momento econômico brasileiro favorável, baseado nas exportações de *commodities* para a China, possibilitou explorar o potencial turístico da cidade do Rio, por meio de tecnologias que buscavam economia no fornecimento de serviços em época de cortes orçamentários e de austeridade severa. Nesse sentido, as ações procuraram reforçar a segurança e o policiamento, particularmente durante a realização ou na véspera dos chamados megaeventos, como as Olimpíadas e copa do mundo de futebol difundidos por extensas campanhas de marketing global (Ribeiro, *et al.*, 2020b).

A infraestrutura produzida para os jogos Olímpicos de 2016 revela a participação de um seleto grupo empresarial, com interesses em comum, que se alternam também na copa do mundo de futebol em 2018, e, por fim, nas políticas de *smart cities* no Norte Fluminense. São multinacionais da área de tecnologia e grandes empreiteiras que participam de campanhas eleitorais, atuam em concessões públicas e são controladas por fundos de investimentos (Ribeiro, *et al.*, 2020b).

Por meio de consórcios firmados, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS revezaram-se nos dez maiores investimentos rela-

cionados aos jogos, nem sempre com participação direta das construtoras. Participaram também empresas controladas por elas, como a CCR e a Invepar. Os acionistas da primeira são Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, aliadas ao Grupo Soares Penido (Serveng-Civilsan), com 17% de ações cada uma. No Rio de Janeiro, a CCR detém o monopólio das travessias na Baía de Guanabara, administrando ao mesmo tempo os serviços das barcas e da Ponte Rio-Niterói (Ribeiro, *et al.*, 2020b).

A Odebrecht, que também era sócia na CCR, vendeu sua participação para criar sua própria empresa no ramo de mobilidade urbana, a Odebrecht Transport, que hoje administra o serviço de trens na região metropolitana do Rio de Janeiro por meio da Supervia. Já a gestão do metrô carioca fica por conta da Invepar, cujos controladores são a OAS e os fundos de pensão da Caixa Econômica (Funcef), Petrobras (Petros) e o Fundo de Investimento em Ações do Banco do Brasil.

Desse modo, as parcerias público privadas (PPPs) foram as grandes responsáveis e beneficiadas pela realização dos megaeventos. Ocorre uma concentração dos contratos das obras realizadas com algumas empreiteiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, Carvalho Hosken, Queiroz Galvão, OAS, Invepar e CCR), com obras, a exemplo da PPP da Zona Portuária, e a Operação Urbana Porto Maravilha, executadas pela Odebrecht, OAS e Carioca Nielsen, que somaram investimentos na ordem de R\$7,7 bilhões. Viabilizada por meio de uma "engenhosa operação financeira", segundo o site oficial do projeto, a operação urbana foi criada para "promover a reestruturação local por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região". Entretanto, mais de 600 famílias pobres foram removidas por causa do projeto (Ribeiro *et al.*, 2020b).

Por meio das PPPs, as Olimpíadas representaram a transferência de recursos públicos para grupos privados, com subordinação do interesse público à lógica do mercado, ou seja, as Olimpíadas foram um instrumento da coalizão de poder para divulgar seu projeto neoliberal na cidade do Rio de Janeiro. Sem sucesso por desinteresse da iniciativa privada, coube à prefeitura administrar os equipamentos esportivos, enquanto os serviços de manutenção das áreas públicas do Parque Olímpico ficaram a cargo da Concessionária Rio Mais, formada pelas empresas Construtora Odebrecht (33,4%), Andrade Gutierrez (33,3%) e Carvalho Hosken (33,3%). Dentre as obras consideradas legado dos megaeventos no Rio, o destaque tecnológico

é o do Centro de Operações Rio (COR), adotado e reproduzido como política *smart* de segurança pública. O monitoramento do COR baseia-se no gerenciamento de crises, em especial de trânsito e clima, por meio de mais de 800 câmeras que monitoram a cidade, conforme pode ser visto na Figura 01. A estrutura conta, desde seu lançamento, com tecnologia de ponta oferecida por empresas como Cisco, IBM e Motorola (Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2022).

Figura 01: Centro de Operações Rio



Fonte: Site do Centro de Operações da Prefeitura do Rio, disponível em: <http://cor.rio/institucional/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

A partir da análise dos portais oficiais das prefeituras de Campos, Macaé e São João da Barra, é possível perceber a recorrência de agentes, empresas e serviços atuantes nos megaeventos, por meio de parcerias público privadas com prefeituras da região, com alternâncias de métodos e coincidências de interesses. Nesse sentido, analisaremos as políticas propostas na área de *smart cities* nas cidades de Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra, por meio da análise dos documentos oficiais disponibilizados nos canais de divulgação das prefeituras e dos principais agentes.

Campos dos Goytacazes

Na cidade de Campos, as discussões começaram em 2012 com a visita do diretor da IBM à então prefeita Rosinha Garotinho para oferecer workshops e cursos, para gestores, sobre tecnologias de monitoramento empregadas nos grandes eventos do RJ. Em 2017, a cidade de Campos aderiu ao Projeto Minha Cidade Inteligente, do Programa Brasil Inteligente, instituído por decreto presidencial em maio de 2016. O projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) avalia indicadores de acesso à internet, serviços prestados ao cidadão e sustentabilidade e, em troca, disponibiliza orçamento para implantação de fibra óptica. Entretanto, as ações efetivas iniciam-se em 2019, no governo Rafael Diniz, e se concentram em esforços conjuntos com a iniciativa privada, nas áreas de equipamentos urbanos, transporte e na vigilância por câmeras (Machado, 2012).

Até o dia 05 de fevereiro de 2019, Campos disponibilizou para consulta pública o projeto de substituição de todos os 54 mil pontos de iluminação tradicional por luminárias LED inteligentes. A concessão será por um período de 30 anos, ao valor estimado de R\$662.054.723,00, que será investido pela concessionária vencedora (Cordeiro, 2017). De acordo com a Prefeitura de Campos, com a medida, as contas de energia de iluminação pública também diminuiriam no mínimo pela metade. Além da substituição das lâmpadas por luminárias de LED, o projeto previa o monitoramento e operação remota de alguns pontos (telegestão), iluminação decorativa de monumentos públicos, como bustos, estátuas e igrejas e WI-FI grátis ligado à rede em diversos pontos, como praças públicas.

O monitoramento remoto em Campos integra as políticas *smart* de responsabilidade do Centro Integrado de Segurança Pública de Campos – CISP, órgão inaugurado em 2019, que conta com uma central de monitoramento com 90 câmeras de tecnologia avançada (Paixão, *et al.*, 2019). Ainda segundo os autores, o Centro funciona na sede da superintendência de Paz e Defesa Social, nos altos da Rodoviária Roberto Silveira, no Centro, e controla câmeras instaladas em pontos estratégicos do município, como as rodoviárias Roberto Silveira e Shopping Estrada, além de vias com grande circulação de pessoas e que estão interligadas a servidores com desenvolvimento no programa *Milestone* (usado mundialmente para monitoramento urbano).

O CISP realiza a divulgação dos serviços realizados pelo Projeto Campos+ Segura, por meio das redes Facebook e Instagram. Nesse sentido, de modo a estimular o uso de dados que alimentem a exposição nas redes, a prefeitura também implementou o programa Campos Cidade Digital Criativa do Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC). O programa, segundo o site do CIDAC, propõe criar uma política de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC que estabeleça novos parâmetros para o município, com programas que passam pela qualificação profissional, pela universalização da informação pública, pela oferta do acesso livre de internet e pela montagem de uma infraestrutura capaz de usufruir dos avanços da tecnologia, por meio da criação de um ambiente de acesso livre à internet nas praças do município (CIDAC, 2021). Na prática, percebe-se o descaso com as condições de uso dos ambientes em que os serviços são ofertados. A Figura 02 demonstra o tratamento real dispensado aos locais de uso comum, no exemplo da Praça da Bíblia, em Campos, em que podemos observar a falta de manutenção que desconvida a permanência do usuário, impede a legibilidade dos deslocamentos, e a falta de equipamentos em condição de uso e segurança para os transeuntes.

Figura 02: Praça digital – CIDAC.



Fonte: Acervo do autor.

A questão da mobilidade urbana também é foco de políticas *smart* inspiradas nas cidades globais, que estão adequando seus espaços para oferecer formas de transporte ambientalmente sustentáveis e integradas. O

aplicativo Mobi Campos, lançado em 2019 com intuito de facilitar o transporte coletivo com prioridade para o passageiro. A iniciativa da Prefeitura de Campos, desenvolvida em parceria com a Universidade Cândido Mendes de Campos, faz parte da reformulação do serviço de transporte na cidade. O aplicativo oferece a possibilidade de acompanhamento em tempo real da localização dos ônibus municipais, por GPS, com busca por linhas e trajetos.

Entretanto, o aplicativo não permite a discussão sobre o funcionamento das linhas com os setores responsáveis pela análise e tratamento dos dados sobre mobilidade, fato que poderia, por exemplo, por meio de gestão algorítmica e aprendizagem de máquina (*machine learning*), aprimorar a experiência dos usuários e otimizar os diferentes modais. Infelizmente, desde o início da nova gestão do prefeito Wladimir Garotinho, e a consequente troca dos gestores responsáveis pela pasta de mobilidade urbana, o aplicativo, apesar de ainda estar disponível nas plataformas digitais, não é mais hospedado em nenhum servidor funcional.

A revisão do Plano Diretor de Campos – lei complementar nº 015, de 07 de janeiro de 2020, instituiu o Plano de Mobilidade Sustentável (PMS), que prevê a utilização das TICs para obtenção de dados dos serviços de transporte, porém sem detalhes das ações necessárias, fato que evidencia descoordenação estratégica entre os elaboradores com os gestores das iniciativas anteriores. O capítulo IV do novo Plano apresenta como estratégia de mobilidade a “Gestão das tecnologias e aplicabilidade para uso do transporte coletivo,” porém de forma descentralizada e diferenciada dos distritos e periferias em relação ao centro, ao estipular que:

Para melhor atendimento das localidades afastadas do grande centro, a fim de evitar a locomoção dispendiosa do cidadão, poderão ser instituídas Sub-prefeituras, que prestarão os serviços exclusivos da Prefeitura, a serem elencadas em legislação própria pertinente ao tema, devendo ser implementado ao Município o conceito de Cidade Inteligente, conferindo acesso amplo às informações e serviços pelas vias eletrônicas oficiais (PLANO DIRETOR DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2020, *on-line*).

A revisão do texto ainda prioriza diretrizes de garantia do acesso à internet, à inclusão digital, à web cidadania, à internet das coisas e aos serviços

eletrônicos de governo como direito do cidadão, como premissas para a cidade inteligente. Nesse sentido, o sistema de saneamento de Campos também é contemplado, e conta com soluções *smart* de monitoramento, como o Centro de Controle Operacional (CCO) do grupo Águas do Paraíba.

A empresa concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município inaugurou em 2019 o CCO, que é considerado o mais moderno Centro de Controle Operacional de todo o Estado do Rio de Janeiro, e um dos mais avançados do Brasil, em operação na sede da empresa, no centro da cidade. O sistema implantado pela empresa Display Four, e retratado na Figura 03, é integralmente operado e controlado por um corpo técnico formado por ex-alunos de universidades locais.

Figura 03: Centro de Controle Operacional da Águas do Paraíba.



Fonte: Site Águas do Paraíba. Disponível em: <https://www.grupoaguasdobrasil.com.br/aguas-paraiba/>. Acesso em: 28 dez. 2021.

De acordo com dados do IBGE (2010), enquanto as áreas centrais são monitoradas periodicamente, 25.179 habitantes não têm acesso à água tratada e 85.921 não têm esgoto coletado, principalmente nos bairros periféricos e distritos. O modelo *smart* de monitoramento do CCO privilegia a área em que a população atende aos pré-requisitos econômicos, em oposição ao restante da cidade que ainda aguarda o ingresso na era da indústria 4.0 para também gozar dos mesmos direitos.

Segundo Pessanha (2021), a Águas do Paraíba cobra uma das maiores tarifas da América Latina, e segue sem auditoria para revisão do contrato.

Em 2020, no contexto de crise econômica, política e sanitária, intensificada pela pandemia do covid-19, a empresa obteve um lucro líquido de 40,8 milhões de reais. Esse lucro corresponde a cerca de 17,5% do lucro líquido total do SAAB, de 232,598 milhões em 2020 (13% a mais do lucro de 2019). Esses dados mostram que Campos contribui significativamente para a concentração de riqueza do Grupo SAAB e de seus controladores: a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, que controla 54% (acionista majoritário), New Water Participações Ltda, que possui 17% do controle, e o grupo japonês Itochu e Queiroz Galvão Saneamento, que possuem 12% cada um.

Macaé

De modo semelhante às ações de implementação de políticas *smart* em Campos, a cidade de Macaé discute sua transformação em *smart city*, baseando-se nas áreas de mobilidade e vigilância. A documentação disponibilizada no portal da Prefeitura evidencia a prioridade ao setor *offshore*, de modo especial o terminal de Imbetiba da Petrobras, que centraliza a maior parte dos esforços de elaboração de políticas de desenvolvimento urbano na cidade.

A presença da maior estatal brasileira na cidade se reflete na redação do Plano Diretor de Macaé, na concepção de temas como Desenvolvimento e Sustentabilidade, e nas proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Socioeconômico. Nesse sentido, as diretrizes gerais das políticas públicas para o Desenvolvimento Econômico demonstram a prioridade das atividades relativas ao setor de E&P, de articulação ao mercado externo, e de estímulo ao *ethos* neoliberal do sujeito empreendedor (Dardot e Laval, 2019).

Assim como o Município de Campos, Macaé trata em seu plano Diretor de forma genérica a questão do uso dos dados, e não cita nenhuma política de implementação das *smart cities*. Entretanto, a forte contradição urbana em Macaé, reflexo da divisão do trabalho, altamente especializado dos setores de E&P do petróleo, inspirou o projeto do Centro de Inteligência em Mobilidade e Apoio ao Cidadão (CIMAC), que une, segundo a prefeitura, tecnologia e dados para o desenvolvimento da gestão da cidade, em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o foco na mobilidade urbana.

O desenvolvimento de aplicativos que aproximam a população dos serviços públicos, assim como em Campos com o *Mobi*, também é uma ação adotada pela prefeitura de Macaé. O aplicativo Macaé App foi elaborado em parceria com a empresa especializada em “soluções em cidades inteligentes”, a Sourbano, com intuito inicial de fornecer dados sobre o transporte público como linhas, itinerários e horários. O aplicativo tem o objetivo de facilitar a interação dos setores com os cidadãos, por meio de sugestões e atendimento remoto. Entretanto, as solicitações feitas no aplicativo são im-pessoais e não tem o caráter urgente das demandas coletivas, trazidas nas arenas de disputas tradicionais (Silveira, 2020).

São João da Barra

Ao analisar os arquivos da *Holding Prumo Logística*, é possível perceber o protagonismo do GPI do Porto do Açu, na proposição das políticas de desenvolvimento sustentável e tecnológico do município. Percebe-se a diferença entre os agentes e suas práticas, contudo, observa-se a mesma lógica neoliberal de apropriação dos espaços, manipulação das legislações para ações de expropriação e neoextrativismo (Morozov e Bria, 2019; Dardot e Laval, 2019).

Com operações iniciadas em 2014, o Porto do Açu é hoje o terceiro maior porto nacional em movimentação de cargas. O empreendimento portuário, industrial e de geração de energia, é composto por 13 empresas – sete independentes e seis subsidiárias da Prumo Logística, a holding que controla o Porto do Açu e substituiu a LLX. Desse modo, a forte presença de interesses estatais, aliado ao discurso de desenvolvimento econômico, favoreceu parcerias público privadas, com altas movimentações de propinas, como foi amplamente divulgado pela mídia após a prisão do governador Sérgio Cabral e do empresário Eike Batista, responsável por todo o projeto e execução do Porto. O empresário também figurou, à época dos grandes eventos por meio da EBX, braço da holding LLX, responsável por obras de infraestruturas e construção civil, com doações na ordem de US\$ 4,5 milhões para a candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos (Tolotti, 2016). Os valores do Porto Açu podem ser vistos na Figura 04.

Figura 04: Valores do Porto do Açu.



Fonte: Site Prumo. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/porto-do-acu/> Acesso em: 28 dez. 2021.

A organização administrativa portuária é baseada em *joint venture*⁶ com grandes multinacionais de práticas neoextrativistas e vasta infraestrutura. De acordo com Dardot e Laval (2019), a racionalidade neoliberal busca romantizar práticas trabalhistas hostis, que esvaziam direitos e transferem os riscos do ambiente empresarial para os sujeitos. Nesse sentido, as empresas de ideologia neoliberal se apropriam de conceitos como o empreendedorismo, desenvolvimento, ética e integridade no intuito de obter legitimidade para implementar ações nocivas aos locais onde se instalam, a exemplo da Figura 05, extraída no site da empresa Prumo.

Em SJB, a revisão do Plano Diretor em 2015 alterou a dinâmica territorial do município para implementação das atividades portuárias, por meio de articulações de grupos financeiros com representantes inclusos nos conselhos gestores municipais. De acordo com Assad (2019), o novo Plano, desenvolvido inicialmente pelo escritório de Jaime Lerner – urbanista famoso por grandes intervenções acompanhadas de grandes campanhas de marketing –, apresentado em 2012, evidencia os interesses financeiros da proposta: a garantia das áreas de interesse industrial e do Distrito Industrial de SJB (denominada também de Zona de Desenvolvimento Econômico), e a demarcação da área destinada ao empreendimento imobiliário da REX (bairro planejado, que antes chegou a ser denominado de Cidade X), lo-

6 Expressão em inglês que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo.

calizado na Fazenda Pontinhas e indicado no Plano Diretor de 2015 como Zona Mista de Ocupação.

Devido à articulação de empresas de grande aporte de capitais, e atuação livre no território sanjoanense, em 2017, a Prumo Logística divulgou a assinatura de um contrato de parceria com o Porto de Antuérpia Internacional (PAI), subsidiária da autoridade portuária da Antuérpia e segundo maior porto da Europa, criada para participar e investir em portos no exterior e projetos relacionados a portos em regiões estratégicas como o Brasil. A PAI escolheu o Porto do Açú, entre outros, por sua localização estratégica perto de campos de petróleo e gás e a proximidade de Minas Gerais.

O Porto também detém o controle das tecnologias de monitoramento das condições meteorológicas e oceanográficas, entretanto, disponibiliza apenas para suas atividades internas. Os passivos ambientais apontados pela população revelam o assoreamento de lagos e rios, erosão costeira crescente devido à construção dos espigões de pedra no canal, avanço do mar e a elevação do nível de salinidade em pontos de água doce na lagoa de Iquipará, do canal de Quitingute, e das terras contíguas, que podem levar à desertificação da região (Assad, 2019).

As articulações entre a Prumo e o governo brasileiro inserem o Porto no rol das empresas e agentes envolvidos nos grandes projetos e eventos no RJ. Desse modo, devido aos grandes escândalos de corrupção com prisões de membros do governo e empresários ligados também aos grandes eventos, a Prumo busca expressar na linguagem neoliberal a idoneidade de suas práticas, por meio do *compliance*, termo em inglês que se refere a um modelo ético-moral próprio, desvinculado de possíveis irregularidades. Contudo, como condiciona Sicsú (2008), quando a população local não é contemplada, o discurso posto, na realidade, trata-se de apenas uma carta de belas intenções, o que se percebe nos prejuízos a população do entorno, pescadores, visitantes, etc. que tiveram a ligação viária do litoral prejudicada com a instalação do píer de quase 6,5 km que adentra o oceano. A Praia do Açú ficou isolada e tem seu acesso controlado em alguns pontos pelo Porto. Recentemente, durante a Feira Brasil Offshore, a prefeita Carla Machado assinou um “protocolo de intenções” entre o Porto do Açú Operações e o município, para cessão de uma área na região litorânea de Saco D’Antas, conhecida como Canto das Pedras, que é de propriedade da empresa, na intenção de facilitar o acesso e aproveitamento da praia pela população do

5º Distrito. Percebe-se aqui que se inverteu o processo, agora é o município que solicita autorização do Porto para fazer uso de um recurso natural do território (Assad, 2019).

Hoje o poder público municipal se apresenta como coadjuvante nas decisões que compõem o empreendimento, tendo seu poder local limitado frente às ações da Prumo e aliados das outras instâncias governamentais. Há uma grande perda, ou renúncia, do Poder Local sobre o ordenamento territorial (Assad, 2019). Restam ao município os impactos das mudanças drásticas de suas características tradicionais, imposição de novos usos do solo e limitações de usos existentes, com quase um terço de seu território apropriado por uma empresa controlada por um fundo financeiro interessado em arrendar e alugar terras para o mercado global de capitais. Este tipo de empreendimento conforma um complexo que rompe as relações com o município, e configura a noção de "cidade dentro da cidade" (ASSAD, 2019). Junto a isso, o município lida com as consequências das desapropriações impostas pelo governo do estado do Rio de Janeiro (ERJ), ainda na gestão do Governador Sérgio Cabral.

Considerações Finais

A implementação de uma *smart city* não será bem-sucedida sem a inclusão de outras lutas de movimentos sociais urbanos já em curso e sem mobilização política que rejeite o modelo de austeridade altamente financeirizado. A introdução de novas tecnologias de rede em ambientes urbanos não se limita apenas a aumentar a conectividade, ou equipar as cidades com mais sensores e com inteligência artificial, mas também representa repensar os modelos políticos e econômicos que organizam as cidades, de enfrentar desafios urbanos de longo prazo, como a concentração de renda, o custo das moradias, a mobilidade sustentável e a corrupção, além de organizar a inteligência coletiva dos cidadãos por meio do uso de processos participativos na tomada de decisões políticas.

As transformações das *smart cities* representam o começo de uma revolução nas relações de trabalho que empoderem qualquer indivíduo que tenha uma conexão de internet e que eliminem a escassez de competências, ou representa o triunfo neoliberal da desregulamentação e expropriação do

trabalho? Se o resultado for o último, produziremos um mundo do “precarizado”, uma classe social de trabalhadores que se desloca de tarefa em tarefa para conseguir se sustentar enquanto perde seus direitos trabalhistas. Para lidar com essa transição gigantesca, tanto governos como companhias de tecnologia devem repensar sistemas de emprego e de previdência social e criar mecanismos de renda básica como uma solução possível para o desemprego e para a crise da previdência social. O crescimento de programas de moedas complementares está ligado às novas ferramentas digitais, e redes digitais móveis seguras como o blockchain, que dão base a criptomoe-das como o Bitcoin e possibilitam a inovação de serviços financeiros.

Desse modo, prefeitos de pequenos municípios estão preocupados com o pós-pandemia e enxergam bancos comunitários como alternativas para que sua população consuma localmente, como na Cidade de Campos, que sancionou a Lei nº 8.717, de 10 de agosto de 2016, que dispõe sobre a Política Municipal de Economia Solidária e Cidadã. O texto prevê iniciativas produtivas baseadas em empreendimentos econômicos solidários voltados para produção de bens, consumo, comercialização, realização de operações de crédito e outras atividades econômicas, por meio de gestão democrática autogestionária, na cooperação, na solidariedade e garantindo a partilha equitativa das riquezas produzidas entre seus membros participantes. Entretanto, na prática, a lei redigida no então governo da Prefeita Rosinha Garotinho figura apenas como uma carta de belas intenções.

As cidades precisam se apoderar de dados coletivos sobre pessoas, sobre o ambiente, sobre objetos conectados, sobre o transporte público e sobre sistemas de energia e precisam torná-los bens de uso comum. Na atual sociedade da informação, as assimetrias de informações são produtoras e reprodutoras de assimetrias de poder, uma vez que o domínio do conhecimento necessário para operar as TICs está restrito aos grupos capacitados para desenvolver as tecnologias. As desenvolvedoras com acesso root (acesso total) são quase onipotentes. Desse modo, a assinatura de contratos de tecnologias de *smart city* devem priorizar o uso de softwares livres e de alternativas de código aberto, expressas em lei. As cidades precisam reivindicar seus próprios dados, controlar infraestruturas estratégicas (software, hardware e centros de dados) e desenvolver suas próprias inteligências artificiais e *machine learning*, de modo a conquistar a soberania tecnológica, crucial para os novos serviços urbanos.

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas nos centros de controle de concessionárias de serviços públicos, como a Águas do Paraíba, objetivam minimizar as perdas nas redes do centro da cidade, onde o lucro é maior. Nas periferias, os serviços, quando ofertados, são precários e sem monitoramento. As políticas de democratização dos serviços públicos devem priorizar o uso das novas TICs para integração das zonas urbanas, e preservação do Meio Ambiente, por meio de reestatização dos serviços essenciais e da efetiva participação do Estado na produção e gestão dos dados. Dessa forma, arrecadar recursos para as cidades e diminuir a dependência dos royalties do petróleo exige estratégias de implementação de políticas públicas, como as baseadas na lei 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), para promoção de Cidades Inteligentes que realmente sejam inclusivas e promovam a democracia e Função Social da Cidade.

Referências

- ARAÚJO, H. P.; SOUZA, Joseane de (2020) Movimentos pendulares e integração regional no leste fluminense. **Revista brasileira de estudos populacionais**. Rio de Janeiro, v.37, p.1-23.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. [S.I.] **Revista econômica do Nordeste**, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr-jun de 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASSAD, Luna. B. C. E. **A produção do espaço e o zoneamento urbano: São João da Barra/rj e o porto do Açú**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ. 2019.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2a. Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Texto para discussão, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf> Acesso: 01 nov. 2021.

- BRUST, Catarina. **Conceito Smart City é apresentado ao prefeito Welberth Rezende**. Prefeitura Municipal de Macaé, 2021a. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/mobilidadeurbana/leitura/noticia/conceito-smart-city-e-apresentado-ao-prefeito-welberth-rezende>. Acesso em: 28 dez. 2021.
- CORBUSIER, Le. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 6ª ed. 1977.
- CORDEIRO, Edson. **Rafael Diniz prega união para construir uma cidade inteligente**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=40632. Acesso em: 27 dez. 2021.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- DIAS, R. S.; SILVA NETO, Romeu e. Impactos de um setor de alto conteúdo tecnológico em regiões periféricas: o caso da Petrobrás em Macaé-RJ. Manaus, 2005, **Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, CD-ROM.
- FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundo de cultura, 1964.
- E ESTATÍSTICA – IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2015.
- KOMIN, Thais; NAGAMINE, L. Y.; MOURA, R. Uso da web na gestão dos municípios da RM de Curitiba, alternativa que dá voz ou que cala a participação? **Observatório das Metrópoles**, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2021/02/4.10.-Uso-da-web-na-gestao-dos-municips-da-RM-de-Curitiba.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- LEFEBVRE, H. (1970) **La révolution urbaine**. Paris, Gallimard.
- LENCIONI, S. (2004) A emergência de um fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. **X Encontro Nacional da ANPUR**, ST-2.
- _____. (2015) Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo- Rio de Janeiro. **E-metropolis** (Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais), p 7-15.

- _____. A Megarregião Rio de Janeiro – São Paulo: metropolização do espaço e integração global. **Observatório das Metrôpoles**. [S.l.] 2017. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/megarregiao-rio-de-janeiro-sao-paulo-metropolizacao-do-espaco-e-integracao-global/> Acesso em: 18 mai. 2021.
- MACHADO, Wesley. **Campos sediará workshop sobre Cidade inteligente**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=15077. Acesso em: 27 dez. 2021.
- MARICATO, Erminia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Territórios**, n.18-19, p.183-205, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35711626008>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- MENDES, T. C. M. Smart Cities: Iniciativas em Oposição à Visão Neoliberal. Texto para Discussão 013, **Observatório das Metrôpoles/INCT**, Rio de Janeiro, 2020a.
- MÉRIDA, Juliana. **Prefeitura lança app de monitoramento do transporte público, o Mobi Campos**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=53661. Acesso em: 27 dez. 2021.
- MOROZOV, E.; BRIA, F. **Cidade inteligente**: Tecnologias urbanas e democracia. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- PAIXÃO, *et al.* **Nova central de monitoramento integra forças de segurança**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=51369. Acesso em: 27 dez. de 2021.
- PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia M. (2019) **Macrometrópole paulista**: Estrutura sócio-ocupacional e tipologia dos municípios. Revista brasileira de estudos urbanos. São Paulo, p.431-450.
- PESSANHA, Roberto Moraes. **A “indústria” dos fundos financeiros**: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019a.
- _____. **Breve história de fundos públicos com recursos dos royalties do petróleo**: do descaso anterior da era da abundância em Campos e Macaé, ao esforço atual e inicial de Niterói, Maricá e governo do ES. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2019/08/breve-historia-de-fundos-publicos-com.html>. Campos dos Goytacazes, 2019c. Acesso em: 03 nov. 2021.

- _____. **Custo dos imóveis Campos x Macaé**. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2013/03/custo-dos-imoveis-campos-x-macaé.html>. Campos dos Goytacazes, 2013. Acesso em: 21 out. 2021.
- Porto do Açu assina contrato de parceria com Porto de Antuérpia Internacional (PAI)**. Porto do Açu, 2017b. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-assina-contrato-de-parceria-com-porto-de-antuerpia-internacional-pai/>. Acesso em 28 dez. 2021.
- PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. LEI COMPLEMENTAR Nº 015, DE 07 DE JANEIRO DE 2020: PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/up/pdiretor.php?id_arquivo=4 Acesso em: 27 dez. 2021.
- PREFEITURA DE MACAÉ. LEI COMPLEMENTAR Nº 279, DE 16 DE JANEIRO DE 2018: PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MACAÉ. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/planodiretor/conteudo/titulo/apresentacao> Acesso em: 04 abr. 2022.
- QUINTO JR. L. P. **Nova legislação urbana e os velhos fantasmas**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.17 n.47, 2003.
- REIS FILHO, N.G. (1968) **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil** (1500- 1720). São Paulo, Pioneira/EDUSP.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. *et al.* As metrópoles e o capitalismo financeirizado. Letra Capital: **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, 2020a.
- ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015
- ROSENDO, R. C.; CARVALHO, A. M. **Formação Econômica da Região Norte Fluminense**. Projeto Estrutura, Dinâmica Espacial e Qualidade de Vida da Rede Urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense. Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
- SASSEN, S (2008) **Towards new urban forms In Peter Hall, Thilo Sarrazin, Saskia Sassen et al Cities in Schosspatz**. Berlin, Hertie School of Governance.
- SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.
- SILVEIRA, Julie. **Macaé APP como mecanismo de informação e denúncias**. Prefeitura Municipal de Macaé, 2020. Disponível em: <https://ma>

cae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macae-app-como-mecanismo-de-informacao-e-denuncias. Acesso em: 28 dez. 2021.

SICSÚ, João. Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. In: SUCSÚ, João; VIDOTTO, Carlos (orgs.) **Economia do Desenvolvimento: Teoria e Políticas Keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, 268p. p.137-159

SOUZA, Joseane de; Terra, D. C. T. Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V.17, N.1, p.123-143, abril 2015.

TERRA, D. C. T. Indústria extrativa petrolífera fluminense e limites ao desenvolvimento regional. **Revista Crítica de Sociologia e Política**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.1, p. 31-44, jul. 2015.

TOLOTTI, Rodrigo. Após doar US\$ 4,5 milhões, Eike Batista será convidado de honra na Olimpíada. **Infomoney**, 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/apos-doar-us-45-milhoes-eike-batista-sera-convidado-de-honra-na-olimpiada/>. Acesso em 28 dez. 2021.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G.B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro, CEDI, 1992.

Agricultura familiar e gênero na América Latina

CAPÍTULO 5

Reflexiones sobre la agricultura familiar en Colombia en clave de género

Sandra Milena Franco Patiño

Hellen Charlot Cristancho Garrido

1. Introducción

En Colombia el concepto de agricultura familiar es de uso relativamente reciente, equiparado a otros como el de campesinado o pequeña producción. Ha sido difundido por organizaciones internacionales, principalmente por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), institutos de investigación como el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) y thinktanks como el Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP), con el propósito de contribuir a orientar políticas públicas con variados fines: erradicar la pobreza rural, lograr el desarrollo rural, mejorar la seguridad alimentaria, etc.

Pese al auge extendido que ha tenido el concepto de Agricultura Familiar a partir de los años 2000 en el contexto Latinoamericano (Salcedo, de la O. & Guzmán, 2014) y a la convergencia entre algunos autores en señalar características comunes entre el concepto de campesinado y agricultura familiar¹, planteamos que hay una diferencia de contenido político entre ambos conceptos, la cual debe ser reconocida para dimensionar el papel que se le otorga a los actores sociales en el contexto de los modelos de desarrollo. El desplazamiento conceptual de campesinos a agricultura

1 Mançano (2014, p.19) plantea que campesinado y agricultura familiar son la misma relación, el mismo sujeto; Salcedo, De la O y Guzmán (2014) indican que fuerza de trabajo familiar, la finalidad de subsistencia y el tamaño de la explotación son variables comunes a ambos conceptos.

familiar contiene implícito un interés del modelo capitalista de acabar con el campesinado como sujeto político y social, mientras la denominación de agricultura familiar sirve a los propósitos de mantener la individualización de la producción y el consumo, conforme a los intereses del modelo de desarrollo económico neoliberal, instaurado desde los años noventa.

El campesinado, como grupo social histórico y heterogéneo, constituye una clase social particular cuya trayectoria histórica y política da cuenta de la lucha por la reivindicación de derechos: por la tierra, por la defensa de la vida, de los territorios y la soberanía alimentaria²; como unidades de producción agrícola familiar las demandas se reducen a solicitudes particulares de los hogares y/o familias por aspectos concretos más que asuntos estructurales como los liderados por el movimiento campesino.

Adicionalmente durante el modelo de sustitución de importaciones el campesinado jugó un papel central en la producción agrícola como sostén del desarrollo económico del país, mientras que las políticas agropecuarias del modelo neoliberal se han orientado a la agricultura empresarial o agroindustrial en detrimento de los campesinos (TOBASURA, 2011). De ahí que la retórica neoliberal promueva en sus discursos y prácticas el interés por convertir a los campesinos en pequeños empresarios, pequeños productores que por lo regular son los que se incluyen en el concepto de agricultura familiar. Igualmente, Machado&Botello (2013) refieren la ausencia de debate público sobre el concepto de agricultura familiar, por cuanto lo que ha primado en el país es la discusión sobre la noción clásica de economía campesina predominante como modo de producción de los pequeños productores, lo que ha conllevado a que los modelos de desarrollo rural mantengan la estructura bimodal de tenencia de la tierra que privilegia el modelo empresarial versus un modelo campesino basado en la pequeña propiedad.

Desde esta postura, este capítulo problematiza dos tensiones latentes en el avance en la formulación de la política de Agricultura Campesina, Familiar, Étnica y Comunitaria (ACFC) en Colombia. La primera tensión, vinculada con la denominación y el contenido político de las conceptualizaciones, se refiere a la disputa del campesinado por su reconocimiento

2 Tal y como puede rastrearse en la literatura sobre movimientos campesinos en América Latina y en los principios y agenda política del movimiento internacional Vía Campesina.

como sujeto político de derechos, en el que es posible evidenciar que pese a existir lineamientos estratégicos de política pública para la ACFC, estos son insuficientes para visibilizarlos como grupo social, con repertorios de lucha concretas. La segunda tensión alude a la familiarización y la feminización implícita en la concepción y la operativización de la política de ACFC, desde la cual se refuerzan las sobrecargas de trabajo de las mujeres campesinas. Para dar cuenta de esta tensión, usamos como referente empírico el caso de un grupo de mujeres rurales de las veredas La Guayana y Santo Domingo del municipio de Villamaría (Caldas) que contribuye a evidenciar el carácter de sobreexplotación y recarga de trabajo que tienen las mujeres en contextos de economía campesina y al mismo tiempo, mostrar la politización de los trabajos de producción y de cuidado de la vida que hacen las mujeres rurales para resituarse en el espacio público las tareas de cuidado como eje central de procesos productivos de economía campesina y/o agricultura familiar.

Con tales propósitos, el texto se estructura en dos apartados. Inicialmente, se describen algunas trayectorias conceptuales de la Agricultura Campesina, Familiar, Étnica y Comunitaria en Colombia; así como el liderazgo ejercido por el movimiento campesino en la búsqueda por su reconocimiento político. Seguidamente, se presentan algunas disertaciones de las teorías de género al debate sobre las políticas de desarrollo rural, para desde allí dimensionar la reflexión respecto a los lineamientos de la ACFC y analizar el caso de economía campesina liderado por las mujeres en estudio.

2. De la Agricultura Familiar a la Agricultura Campesina Familiar, Étnica y Comunitaria (ACFC) en Colombia

En este apartado exponemos el proceso de construcción del concepto de Agricultura Campesina Familiar, Étnica y Comunitaria (ACFC) en el marco del contexto internacional favorable tanto al impulso de la Agricultura Familiar como al reconocimiento de los Derechos Campesinos; así como en el contexto colombiano, en especial las movilizaciones de las organizaciones agrarias, campesinas y étnicas, y el Acuerdo de Paz entre el Estado colombiano y las FARC.

2.1 Caracterización de la AF en Colombia en algunos estudios comparados

En términos conceptuales un trabajo pionero que buscó definir la agricultura familiar para orientar las políticas públicas fue el realizado en Brasil en 1994 por FAO/INCRA. En este se usaron criterios como trabajo familiar y área ocupada, y se diferenciaron los tipos de agricultura familiar a partir del ingreso bruto del producto, clasificando la agricultura familiar en consolidada, en transición, y periférica o de subsistencia (GRISA & SABOURIN, 2019). Más de una década después, luego de su difusión institucional en América Latina, en el 2007 en la Reunión Especializada en Agricultura Familiar del MERCOSUR (REAF) se definió agricultura familiar como aquella cuya gestión y mano de obra son predominantemente familiares; la residencia familiar se encuentra en la finca o en una localidad próxima; y los recursos productivos son compatibles con la capacidad de trabajo de la familia, con la actividad desarrollada y con la tecnología utilizada, de acuerdo con la realidad de cada país (REAF, 2007). También en el año 2007 un estudio de la FAO/BID retomó la tipología de agricultura familiar (subsistencia, en transición y consolidada), así:

i) La agricultura familiar de subsistencia (AFS) caracterizada como aquella más orientada al autoconsumo con disponibilidad insuficiente de tierras e ingresos para garantizar la reproducción familiar, con tendencia a la salarización –fuera o al interior de la agricultura- y en descomposición.

ii) Agricultura familiar en transición (AFT), tiene mayor dependencia de la producción propia-venta y autoconsumo-, con mejores tierras y satisface los requerimientos de la reproducción familiar, pero tiene dificultades para generar excedentes que permitan el desarrollo de la unidad productiva

iii) Agricultura familiar consolidada (AFC), proporciona sustento suficiente en la producción propia, explota recursos de tierra con mayor potencial, tiene acceso a mercados -tecnología, capital, productos- y genera excedentes para la capitalización de la unidad productiva.

De acuerdo con esta clasificación, la AFS tiene una participación mayoritaria tanto en superficie como en número de explotaciones, con un significativo porcentaje de miembros del hogar ocupados en la agricultura y buena parte de los ingresos originados en la producción propia, como se indica en la tabla 1.

Tabla 1. Tipología de la Agricultura Familiar en Colombia
(De Subsistencia, Transición y Consolidada)

	AFS (< 1.5 SMLV)	AFT (1.5-3 SMLV)	AFC (> 3 SMLV)
N° de explotaciones (miles)	585	95	57
N° de explotaciones (%)	79,4	12,9	7,7
Superficie (miles ha.)	1269	527	347
Superficie (%)	59,2	24,6	16,2
Superficie media de las explotaciones (ha.)	1,9	4,9	5,3
Años promedio de escolaridad de los jefes de hogar*	4,2	5,6	8,1
N° de miembros del hogar	4,5	6,0	5,3
N° de miembros del hogar ocupados	2,0	2,9	2,7
Porcentaje de miembros del hogar ocupados en la agricultura	86	75	56
Participación relativa en el valor de la producción	13	31	56
Origen de los ingresos (%)			
<i>Producción Propia</i>	76	-	56
<i>Agropecuaria</i>	68	-	44
<i>No agropecuaria</i>	8	-	12
<i>Salario</i>	9	-	28
<i>Agrícola</i>	5	-	5
<i>No agrícola</i>	4	-	23

*No se registran cifras para indicar qué participación tienen las mujeres como jefes de hogar.

Fuente: Proyecto de Cooperación técnica FAO-BID (2007) “Políticas para la Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe”. En: SOTO, RODRÍGUEZ & FALCONI. *Políticas para la agricultura familiar en América latina y el Caribe*. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) y Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2007

En 2011 la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) definió que 2014 sería el Año Internacional de la Agricultura Familiar (AIAF) (ONU, 2011), concebida como “una forma de organizar la producción agrícola, forestal, pesquera, ganadera y acuícola que es gestionada y administrada por una familia y depende principalmente de la mano de obra de sus

miembros, tanto mujeres como hombres. La familia y la finca están relacionadas entre sí, evolucionan conjuntamente y combinan funciones económicas, ambientales, reproductivas, sociales y culturales”³ (FAO, 2013). De esta manera se englobaron en el término de agricultura familiar diversos actores del campo y denominaciones (campesinos, pequeños productores, chacareros, pescadores, quilombolas, pueblos originarios, etc.). De acuerdo con Grisa & Sabourin (2019) con la declaración del AIAF se reconocía la importancia de la agricultura familiar en la producción sostenible de alimentos, la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) y la erradicación de la pobreza, contribuyendo en gran medida a la realización, en la época, de las Metas del Milenio.

Posteriormente, en el marco de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y la Agenda 2030 ocurren dos hechos significativos para el avance institucional de la Agricultura Familiar en la región. Por un lado, en diciembre de 2016 se aprueba por parte del Parlamento Latinoamericano y Caribeño (Parlatino), apoyado por la FAO, la “Ley Modelo de Agricultura Familiar del Parlatino”; y por el otro, en el 2017 la Asamblea General de la ONU declaró el periodo 2019 a 2028 como la Década Internacional de la Agricultura Familiar. La ley Modelo distingue en su artículo 5 entre la agricultura familiar y la unidad productiva familiar. A la primera la define como “...el modo de vida y trabajo agrícola practicado por hombres y mujeres de un mismo núcleo familiar, a través de unidades productivas familiares. Su fruto es destinado al consumo propio o al trueque y comercialización, pudiendo provenir de la recolección, agricultura, silvicultura, pesca, artesanía o servicios, en diversos rubros, tales como el hortícola, frutícola, forestal, apícola, pecuario, industrial rural, pesquero artesanal, acuícola y de agroturismo”; mientras la segunda es concebida como “... la unidad de explotación rural que depende preponderantemente del trabajo familiar desarrollado sobre determinada área, con independencia de su forma jurídica o régimen de tenencia del predio, administrada y operada directamente por los miembros de la familia, quienes, residiendo en él o en zona cercana, obtienen de ella su principal fuente de ingreso” (Fao & Parlatino, 2017, 37).

Esta distinción en el caso colombiano cobra sentido, pues, en algunos estudios comparados, como los de Sabourin, E., Samper, M., Le Coq, J. F., Massardier, G., & Sotomayor, O. (2014); y Grisa & Sabourin (2019) se plan-

3 Versión final de la definición de agricultura familiar, 25 de marzo de 2013, FAO.

tea como criterio de definición de la Agricultura Familiar para Colombia, el concepto de Unidad Agrícola Familiar (UAF)⁴ que en principio es más bien un instrumento básico de distribución de tierras (Gutiérrez, Caro & Lara, 2014), en tanto es una medida por la cual se determinan las extensiones mínimas y máximas de titulación de baldíos. La UAF es definida en la última Ley de Reforma Agraria como “la empresa básica de producción agrícola, pecuaria, acuícola o forestal cuya extensión, conforme a las condiciones agroecológicas de la zona y con tecnología adecuada, permite a la familia remunerar su trabajo y disponer de un excedente capitalizable que coadyuve a la formación de su patrimonio. La UAF no requerirá normalmente para ser explotada sino del trabajo del propietario y su familia, sin perjuicio del empleo de mano de obra extraña, si la naturaleza de la explotación así lo requiere (Ley 160 de 1994, artículo 38). Pero la UAF es también una medida económica, dado que se refiere al número de hectáreas que le permitiría a la familia adquirir los ingresos suficientes para lograr una vida digna, ingresos que según lo reglamentado equivalen a dos salarios mínimos mensuales legales vigentes. De este modo, la UAF correspondería más al concepto de unidad de explotación rural, que al de agricultura familiar.

Ahora bien, para comparar la situación de la Agricultura Familiar en algunos países de América Latina, Schneider (2014) propuso una tipología que combina criterios basados en la procedencia de la mano de obra (familiar o no familiar) y en el nivel de ingresos que genera la producción agropecuaria en el establecimiento o la unidad productiva agropecuaria o silvopastoril. Desde esta perspectiva, la fuente para conocer el panorama de la agricultura familiar en Colombia son las Encuestas de Hogares realizadas por el Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas (DANE) (Tabla 2). Setiene, por un lado, la agricultura familiar especializada (AFE) definida como aquellos hogares que tienen por lo menos un trabajador independiente en el sector agropecuario y cuyo ingreso proviene en su mayoría del trabajo agrícola; y b)

4 La Unidad Agrícola Familiar es un instrumento de política rural en Colombia, surgida en la Ley de Reforma Agraria (135 de 1961) y ratificada en la Ley 160/ 1994 (vigente). El propósito de esta fue establecer un mecanismo para la distribución de tierras a campesinos, según las características productivas, del suelo y del entorno. Así, el tamaño de la UAF varía por regiones, no obstante, el criterio que prevalece es que la unidad agrícola entregada garantice condiciones de vida adecuadas y una generación de excedentes pensando en economías campesinas o de agricultura familiar.

agricultura familiar diversificada o pluriactiva (AFD), definida como aquellos hogares en los que por lo menos un miembro declaró que las actividades agropecuarias no eran su principal fuente de ingreso, pero sí una segunda fuente (jornaleros o peones) (Schneider, 2014, p.11).

Tabla 2. Número de hogares en Colombia: Agricultura Familiar Especializada, Agricultura Familiar Diversificada (pluriactivos) y otros (1996 y 2011)

	1996						2011					
	Cabecera	%	Resto	%	Total	%	Cabecera	%	Resto	%	Total	%
AFE	139.449	2,2	751.654	32,6	891.103	10,4	304.579	3,1	1.087.989	38,3	1.392.568	11,1
AFD	NA	NA	NA	NA	NA	NA	1.976	0,0	5.071	0,2	7.047	0,1
Otros	6.097.940	97,8	1.553.116	67,4	7.651.056	89,6	9.388.088	96,8	1.747.654	61,5	11.149.835	88,9
Total	6.237.389	100	2.304.770	100	8.542.159	100	9.694.643	100	2.840.714	100	12.535.356	100

Fuente: Schneider (2014, p.16).

El crecimiento de hogares rurales entre 1996 y 2011 clasificados en la AFE se da principalmente en el área rural denominada “resto”, pasando del 32,6 al 38,3%, mientras los hogares pluriactivos, solo considerados para el 2011, aunque tienen una representación muy baja en la mano de obra total ocupada en la agricultura colombiana, la mayor participación de la diversificación se observa en el “resto”, más que en las cabeceras urbanas municipales.

2.2 La agricultura campesina, familiar, étnica y comunitaria

Desde el año 2008 el Foro Rural Mundial apoyado por alrededor de 700 organizaciones de la sociedad civil, gobiernos y organismos internacionales, impulsó la campaña por la declaración del Año Internacional de la Agricultura Familiar, para lo cual se conformaron o consolidaron alrededor de 50 comités nacionales⁵. En Colombia el Comité de Impulso Nacional al AIAF se consolidó formalmente en el marco del Encuentro de Productores

⁵ Estos comités constituyeron espacios de encuentro conformado por diferentes organizaciones de la Sociedad Civil (organizaciones agrarias campesinas, indígenas, afrodescendientes, de la pesca artesanal, universidades, ONGs, etc.) para impulsar el AIAF 2014 y sus objetivos en cada país. Ver: <https://www.familyfarmingcampaign.org/antecedentes/#1573751058031-8bfc407d-6cfa>

Ecológicos y Sabidurías Populares ECOVIDA en el año 2012⁶. A lo largo de diversas actividades del comité se sumaron 130 organizaciones agrarias indígenas y campesinas, centros de investigación, universidades, ONG's, y otras entidades de diferentes regiones de Colombia, las cuales dieron origen en 2016 a la Red Nacional de Agricultura Familiar (RENAF).

El primer Programa de Agricultura Familiar (PAF) en el país fue creado por el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR) a través de la Resolución 267 del 17 de junio de 2014 con el objeto de “contribuir a la reducción de la pobreza rural, mejorar la calidad de vida de los pequeños y medianos productores rurales y ampliar la clase media rural, a través del impulso a proyectos integrales de producción, transformación y comercialización” (artículo 1, Resolución 267 de 2014). También define que las familias objeto de este programa son aquellas que derivan el 75% de sus ingresos de actividades agropecuarias, silvícolas, pesqueras y/o acuícolas adelantadas en la unidad productiva con mano de obra predominantemente familiar. Como se aprecia, los criterios siguen siendo preferentemente los ingresos y el trabajo de la familia. Pero como otros programas, éste se orientó a los agricultores de los gremios más fuertes, la empresarización y los subsidios, desconociendo las características y demandas propias de los agricultores familiares (Acevedo-Orsorio & Schneider 2020, p.144). Además, el programa tuvo alcances muy limitados pues solo contó con recursos para su ejecución durante el primer año. No obstante, uno de los logros de los acuerdos entre la RENAF y el MADR fue la creación de una Mesa Técnica de Agricultura Familiar y Economía Campesina, cuyo principal resultado fue la creación de los Lineamientos estratégicos de política pública para la Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria (ACFC), que a la postre serían adoptados por el MADR, a través de la Resolución 464 del 29 de diciembre de 2017.

Entre la creación formal de la RENAF y la construcción de los lineamientos de política pública para la ACFC ocurrieron en el país por lo menos tres hechos de gran trascendencia: El paro nacional agrario de 2013; el proceso de negociación entre el Estado colombiano y las FARC iniciado en 2012 y que culminó con la firma del Acuerdo de Paz en 2016; y la lucha por

6 ECOVIDA se llevó a cabo en la ciudad de Manizales del 23 al 26 de agosto del 2012, inicialmente el Comité fue conformado por ECONEXOS, el MAELA, el Instituto Mayor Campesino y La Confederación AgroSolidaria. Ver: <https://agriculturafamiliar.co/historia/>

el reconocimiento del campesinado en el Censo Nacional Agropecuario de 2014.

En el Paro Nacional Agrario ocurrido entre agosto y septiembre de 2013 participaron sujetos agrarios muy heterogéneos (productores agropecuarios de la región andina –paperos, lecheros, cacaoteros, cafeteros, productores cercanos a los grandes centros urbanos; campesinos-colonos de las regiones periféricas; indígenas, mineros). El paro permitió: i) visibilizar las difíciles condiciones del campo colombiano; ii) los diferentes actores del mundo rural; y iii) demostrar la articulación de las organizaciones tanto en su capacidad de movilización y acciones de protesta social, como en sus propuestas. Este proceso se consolidó en la creación de la denominada “Cumbre Agraria, Campesina, Étnica y Popular” (CACEP), que se convirtió en un espacio de interlocución y negociación de las organizaciones con el gobierno nacional.

En relación con el Acuerdo de Paz, el primer punto de la agenda de negociación que derivó en el punto uno del acuerdo fue la *Reforma Rural Integral (RRI)*, con el objetivo de contribuir a la transformación estructural del campo, cerrando las brechas entre el campo y la ciudad y creando condiciones de bienestar y buen vivir para la población rural. En éste la referencia a la agricultura familiar se encuentra en uno de los principios para el desarrollo integral del campo, cuando se ubica a la AF como una de las formas de producción existentes en el campo, junto con la agroindustria, el turismo y la agricultura comercial de escala, y se plantea que el desarrollo integral del campo depende de un adecuado balance entre estas formas de producción. El Acuerdo se refiere preferentemente a la *economía campesina, familiar y comunitaria* para enfatizar en que ésta se apoyará y protegerá procurando su desarrollo y fortalecimiento⁷. Tal acepción reconoce la pluralidad y la heterogeneidad de los procesos productivos en el país: el carácter familiar y comunitario que históricamente ha caracterizado a las economías campesinas y el campesinado como grupo social, quienes abogan por economías propias; tienen en la defensa territorial y la soberanía alimentaria las bases del intercambio colectivo, al mismo tiempo que reconoce otras formas eco-

7 Los considerandos, principios, puntos sobre infraestructura y adecuación de tierras; asistencia técnica; subsidios, generación de ingresos y crédito; mercadeo y sistema para la garantía progresiva al derecho de la alimentación así lo explicitan.

nómicas que aunque no necesariamente autoidentificadas como campesinas, se englobarían en el término propuesto en el Acuerdo.

El último hecho que consideramos relevante en este periodo es la lucha jurídica y política por el reconocimiento del campesinado como sujeto de derechos. El cambio constitucional de 1991 en el que Colombia se declara como un Estado Social y de Derecho, multicultural y multiétnico constituyó un escenario para garantizar derechos territoriales a pueblos indígenas y comunidades afrodescendientes. Sin embargo, la población campesina que constituye un grupo sociocultural diferenciado, y ha contribuido al desarrollo económico, político y social del país, quedó excluida de tales derechos, bajo el argumento de que el campesinado no constituye un grupo étnico. Desde entonces, organizaciones campesinas y diversos sectores sociales han desplegado acciones jurídicas, políticas y de movilización que conduzcan al reconocimiento del status jurídico político del campesinado como sujeto de derechos.

Así, en el año 2013 la Asociación Campesina de Inzá-Tierradentro (ACIT) presentó una acción de tutela⁸ contra el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) para la inclusión de la categoría “campesino” en el Censo Nacional Agropecuario que se realizaría ese año⁹, la cual fue denegada con el argumento de que el campesinado no tiene una identidad étnica, por lo cual el Estado no debía incluirlos en los instrumentos estadísticos oficiales (Gúiza, Bautista, Malagón & Uprimny, 2020, p.41)¹⁰. Posteriormente, junto con otras organizaciones sociales demandaron la inclusión de preguntas sobre el autoreconocimiento campesino en el Censo

8 La acción de tutela es un mecanismo de defensa judicial previsto en el artículo 86 de la Constitución Política de Colombia, al cual puede acudir toda persona para obtener la protección inmediata de los derechos fundamentales cuando éstos resulten vulnerados o amenazados por la acción u omisión de cualquier autoridad pública. La Corte Constitucional Colombiana por medio de jurisprudencia habilitó la acción de tutela para proteger derechos fundamentales cuya afectación se derive de la violación de derechos colectivos.

9 Desde la década de 1990 los líderes del municipio de Inzá (Cauca) notaron que el Estado Colombiano excluyó a la población campesina como sujeto político en la Constitución de 1991, desde entonces empezaron a movilizarse para pedir inclusión en las políticas públicas y a organizar un encuentro anual con organizaciones del Cauca y departamentos cercanos, titulado “El reconocimiento del campesinado como sujeto político”. Ver: <https://www.dejusticia.org/asi-va-la-sentencia-que-pide-contar-al-campesinado/>

10 A fin de contrarrestar esta posición y dotar de contenido a cómo entender el campesinado en Colombia, el Instituto Colombiano de Antropología e Historia ICANH ofreció un concepto técnico como referente para incluir preguntas en el censo nacional de población de 2017.

Nacional de Población y Vivienda a realizarse en 2018. A través de la articulación con organizaciones campesinas regionales y nacionales, se interpuso una nueva acción de tutela apoyada por 1770 campesinos y campesinas con el acompañamiento de Dejusticia¹¹, precedida por la campaña “*¡Para que el campesinado cuente, tiene que ser contado!*”. El argumento central del campesinado era que la falta de producción de estadísticas desagregadas para los campesinos por parte del Estado viola su derecho a la igualdad material, al no disponer de datos que permitan formular y ejecutar políticas públicas que remuevan los obstáculos estructurales que enfrenta este grupo social (Gúiza, *et al.* 2020, p.43). El fallo proferido en segunda instancia llamó la atención a las instituciones competentes sobre la necesidad de delimitar a profundidad el concepto “campesino”, contabilizar a los ciudadanos que integran ese grupo, identificar la situación actual de la población campesina y apoyar la formulación y seguimiento de planes, programas y políticas públicas que permitan la materialización del derecho fundamental a la igualdad material que le asiste al campesinado colombiano. En el momento del fallo (13 febrero de 2018), el Censo Nacional de Población y Vivienda ya había iniciado, por lo cual no se incluyeron preguntas sobre el campesinado (Gúiza, *et al.* 2020) y la inferencia a la población campesina se hace a partir de quienes en los censos poblacionales marcan la casilla “otros”.

La caracterización de la ACFC se realizó hasta entonces con base en la información del Tercer Censo Nacional Agropecuario de 2014 (CNA). En dicho censo la categoría de observación y análisis fue la denominada *Unidades de Producción (UP)*; discriminando entre las Unidades Productivas Agropecuaria (UPA)¹² y las Unidades Productivas No Agropecuarias (UPNA). De acuerdo con el Censo, en Colombia existen 2,7 millones de productores, de los cuales, 725 mil son residentes en el área rural dispersa censada, y de estos el 63,6% son hombres, mientras que el 36,4% son muje-

11 Dejusticia es un centro de estudios jurídicos y sociales dedicado al fortalecimiento del Estado de Derecho y a la promoción de los derechos humanos en Colombia y en el Sur Global. Ver: <https://www.dejusticia.org/>

12 la Unidad de Producción Agropecuaria (UPA), puede ser un predio completo, un conjunto de predios o parte de un predio, que cumple con tres condiciones: 1) Produce bienes agrícola, forestales, pecuarios, acuícolas y/o adelanta la captura de peces destinados al consumo y/o a la venta; 2) Tiene un único productor/a natural o jurídico que asume la responsabilidad y los riesgos de la actividad productiva; y 3) Utiliza al menos un medio de producción como construcciones, maquinaria, equipo y/o mano de obra en los predios que la integran.

res. Mientras el 0,4% de las unidades de producción mayores a 500 hectáreas ocupan el 77,6% del área rural dispersa censada; el 71,2% de las UPA menores a cinco hectáreas ocupan tan solo el 2,1% del área rural. Los cultivos agrícolas representaron sólo el 6,4% del total del área rural dispersa (7,1 millones de ha.); mientras el 30,8% (34,4 millones de ha.) están ocupadas en pastos y rastrojos. Sólo uno de cada 10 productores ha recibido asistencia técnica, principalmente aquellos con UPA de más de 100 hectáreas; 11 de cada 100 productores pidieron un crédito y 16 de cada 100 productores tienen maquinaria o construcciones para desarrollar sus actividades agropecuarias. Lo anterior evidencia problemas estructurales persistentes en el campo colombiano, como la desigual tenencia de la tierra y las brechas productivas entre pequeños y grandes productores, representados en las UPA de menos de 5 ha. y mayores a 500 ha.

Ahora bien, la Mesa Técnica de Agricultura Familiar y Economía Campesina realizó un diagnóstico de la ACFC con base en la información del CNA usando los siguientes criterios: 1) Predominio de la actividad económica agropecuaria, desarrollada en forma directa, para lo cual se tomaron todas las UPA censadas; 2) uso predominante de la mano de obra familiar, la cual se obtiene de la relación entre las variables: número de trabajadores permanentes que laboran en la UPA y el número de estos que pertenecen al hogar; 3) Área de la unidad productiva, la cual se calculó comparando el tamaño de la UPA y el tamaño promedio de la UAF en cada municipio; y 4) Residir o vivir dentro de un perímetro funcional a la finca, o territorio colectivo, del cual se derivan sus medios de vida, es decir que corresponde al 100% de las UPA.

Al combinar estos criterios se tiene que las unidades productivas de ACFC corresponden al 57,52% de las UPAs, que en términos de personas representa el 61,2% del total censado y el 74,1% de las personas de las UPA. Respecto al destino final de la producción, la ACFC tiene más autoconsumo e intercambio que otros esquemas agropecuarios, y la venta de sus productos se realiza principalmente a través de comercializadores (intermediarios) y en las plazas de mercado (Mesa Técnica de Agricultura Familiar y Economía Campesina, 2018). En el año 2019 la Unidad de Planificación de Tierras Rurales, Adecuación de Tierras y Usos Agropecuarios (UPRA) actualizó el mapa de áreas que probablemente presentan agricultura familiar en Colombia a partir de coberturas de la tierra y figuras de ordenamiento, entre las que se incluyen el Paisaje Cultural Cafetero y las Zonas de Reserva

Campesina. El área estimada donde probablemente se desarrolla agricultura familiar es de 14.173.002 ha, que corresponden al 11 % del territorio nacional (Ver Mapa 1).

Mapa 1. Áreas que probablemente presentan Agricultura Familiar en Colombia

Ilustración 11. Mapa de áreas que probablemente presentan agricultura familiar a partir de coberturas de la tierra y figuras de ordenamiento



Fuente: UPRA 2019

82 • Mapa de la agricultura familiar en Colombia

Fuente: Unidad de Planificación de Tierras Rurales, Adecuación de Tierras y Usos Agropecuarios (UPRA), 2019

2.3 La búsqueda del reconocimiento del campesinado como sujeto social de derechos

A escala internacional es notable el papel de la Vía Campesina en el fomento de la discusión sobre la necesidad del reconocimiento de los derechos del campesinado, que inició desde la década de los 90, con el apoyo de FIAN Internacional, el Centre Europe – Tiers Monde (CETIM) y otras organizaciones. La presentación de la Declaración de los derechos de las campesinas y campesinos ante la ONU se hizo en 2008, y solo hasta el 2012 fue aprobada en el Consejo de Derechos Humanos de esta organización, hasta aprobarse en la Asamblea General y adoptarse formalmente el 17 de diciembre de 2018¹³. La *Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Campesinos y Otras Personas que Trabajan en las Zonas Rurales*, contiene seis ejes fundamentales: i) derecho a un nivel de vida adecuado; ii) derecho a la soberanía alimentaria, lucha contra el cambio climático y conservación de la biodiversidad; iii) adopción de reformas agrarias estructurales y protección frente al acaparamiento de tierras; iv) derecho a que las y los campesinos puedan conservar, utilizar, intercambiar y/o vender sus semillas; v) derecho a recibir una remuneración digna por sus cosechas y trabajo, y vi) derechos colectivos para contribuir a la justicia social sin ningún tipo de discriminación.

En Colombia el respaldo al reconocimiento del campesinado como sujeto derechos, como se indicó, se dio recientemente a partir del fallo de la Corte Suprema de Justicia, que se concretó en tres tareas: i) elaborar un concepto sobre el sujeto campesino, que contara con su participación; ii) contabilizar cuántos campesinos habitan en el país; y iii) adoptar políticas públicas especiales a favor de este sujeto.

Sobre el primer punto se creó una comisión académica de expertos escogidos tanto por las organizaciones campesinas, como por las entidades involucradas (Ministerio del Interior, el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR) e Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), para la conceptualización del sujeto campesino. Como resultado se definió el campesino como:

13 A pesar de que esta Declaración no es de carácter vinculante, el gobierno colombiano en cabeza del presidente Iván Duque Márquez se abstuvo de votar a favor de su aprobación.

Un sujeto intercultural e histórico, con unas memorias, saberes y prácticas que constituyen formas de cultura campesina, establecidas sobre la vida familiar y vecinal para la producción de alimentos, bienes comunes y materias primas, con una vida comunitaria multiactiva vinculada a la tierra e integrada con la naturaleza y el territorio. El campesino es un sujeto situado en las zonas rurales y cabeceras municipales asociadas a éstas, con diversas formas de tenencia de la tierra y organización, que produce para el autoconsumo y la producción de excedentes, con los cuales participa en el mercado a nivel local, regional y nacional (ICANH, 2017).

El DANE en 2019 incorporó la conceptualización del campesinado para su medición, la dimensión asociativa a través de la Encuesta de Cultura Política; la dimensión productiva a través de la Encuesta Nacional Agropecuaria y la Gran Encuesta Integrada de Hogares; y las dimensiones territorial y cultural por medio de la Encuesta Nacional de Calidad de Vida. Así, el 86,3% de las personas de 18 años y más, que habitan en centros poblados y rural disperso se consideran campesinas, mientras lo hacen el 32,3% de los habitantes de las cabeceras municipales, lo cual representa el 43,6% del total nacional (Encuesta de Cultura Política, DANE, 2019). Para comienzos del 2022, la GEIH reportó que 14.461 mil personas mayores de 15 años se identificaron subjetivamente como campesinas.

A pesar de la aprobación del artículo 253 en la Ley del Plan Nacional de Desarrollo (2018-2022), por la cual el Gobierno Nacional se compromete a construir una política pública para la población campesina de manera participativa, sólo se avanzó en la creación de un Grupo de Asuntos Campesinos en el Ministerio del Interior.

3. Enfoque de género y políticas de desarrollo rural

La incorporación del enfoque de género a las políticas de desarrollo rural, a partir de la década del ochenta hasta nuestros días¹⁴ tiene diversas preten-

14 La declaración del decenio de las mujeres por parte de la ONU (1975 – 1985) fue un hito para impulsar la incorporación del enfoque de la mujer en el desarrollo. Enfoque planteado por feministas como Ester Boserup (1970) quien en su obra clásica *La Mujer y el Desarrollo Económico* ofrece estadísticas sobre las implicaciones de desconocer el papel de las mujeres en la agricultura.

siones. Como carácter central y prioritario, busca visibilizar el papel que las mujeres rurales han jugado en el desarrollo de la agricultura; en los procesos de soberanía y seguridad alimentaria; en la construcción de paz y en el aporte al bienestar de las comunidades. Las mujeres siempre han participado del desarrollo agrícola. Sin embargo, fue a partir del debate feminista y de la conceptualización de género en las ciencias sociales y en las políticas públicas cuando se hizo visible el aporte económico de las mujeres rurales a los sistemas productivos; así como su aporte socio cultural para la reproducción de la vida comunitaria. Se trata de nombrar, medir y cuantificar los diversos aportes económicos, sociales, culturales que históricamente las mujeres rurales han llevado a cabo, pero que los ordenamientos sexo/genéricos han terminado ensombreciendo al colocar como eje central la mirada androcéntrica de la actividad agropecuaria¹⁵.

Así mismo, la inclusión del enfoque de género en las políticas rurales tiene un interés institucional de evidenciar las concepciones ideológicas y los sesgos de género que están presentes en las prácticas de planificación, diseño e implementación de políticas por parte de agentes estatales e institucionales, las cuales limitan y dificultan avanzar hacia la igualdad y la equidad de género. De esta forma, ante el problema de la alta concentración de la tierra en Colombia, las dificultades para el acceso, la tenencia y la formalización de tierra para el campesinado, el análisis de género permitió mostrar cómo a pesar de los avances legislativos en materia de Reforma Agraria (Ley 135/1961 y Ley 160/1994) para que las mujeres rurales accedieran a títulos de tierra (como pareja o individualmente), existen restricciones ideológicas entre los funcionarios públicos para avanzar en su implementación (León & Deere, 1997)¹⁶. Pese a los avances logrados en esta materia, los desafíos para la incorporación del enfoque de género en las políticas y en las prácticas institucionales siguen latentes.

15 Aunque tardíamente, parte de los logros de esta discusión feminista es que el último Censo Nacional Agropecuario (2014) incluyó unas preguntas específicas para conocer algunos aspectos de las mujeres productoras que toman decisiones sobre la unidad de producción agrícola (UPA), antes considerados exclusivos del hombre proveedor, jefe de hogar.

16 La autora indica que, pese a que la Ley 135 de 1961 reconoció a las mujeres jefes de hogar la titulación de tierras o la titulación en pareja, 25 años después de promulgarse la norma, solo el 11.2% de los beneficiarios eran mujeres (1997, p.3) y en promedio las tierras entregadas a las mujeres eran de menor tamaño respecto a los varones (8.1 ha. vs 14 ha respectivamente).

En el caso colombiano, el enfoque de género en las políticas de desarrollo rural se materializó con la expedición por vez primera de la *Política Nacional para la Mujer Campesina* (Conpes 2109/1984). En un contexto de crisis alimentaria se abogó por el reconocimiento de la explotación minifundista en la producción de alimentos y en ella, explícitamente el papel de las mujeres campesinas, para lo cual se incentivó el acceso a créditos, capacitación, asistencia técnica y organización¹⁷. El objetivo de esta ley fue

modificar las condiciones de la participación económica y social de las mujeres campesinas, mediante acciones –entre otras- que garanticen a las mujeres del campo el acceso a los instrumentos de trabajo productivo, como tierra, crédito, asistencia técnica y capacitación (CONPES 2109/1984, p. 10).

Un balance de los problemas teóricos y operativos de esta norma, realizado por López & Campillo (1985), ilustra algunas disyuntivas que enfrenta el diseño de políticas rurales con enfoque de género Latinoamericana. Por un lado, la perspectiva teórica usada en la que prevalecen dos posiciones extremas: una sobreestimación de la función social que cumplen las mujeres como “responsables” del grupo familiar –prevalente en la política de ACFC como veremos más adelante-, desde la que se refuerzan los roles de género instituidos; y otra que remarca su capacidad productiva, de inserción en la fuerza laboral o en “trabajos productivos remunerados”, lo que genera una doble o triple jornada de trabajo sin que exista una redistribución de cargas entre los miembros familiares. Por otro lado, la expresión de tales perspectivas se traduce operativamente en la tendencia de los gobiernos a desplegar programas y políticas en las que las mujeres son consideradas beneficiarias del desarrollo más que agentes sociales de cambio, con escasa asignación de recursos humanos y financieros que atiendan las demandas de las mujeres rurales como ciudadanas, y sin acciones estatales e instrumentos políticos que transformen las condiciones económicas, materiales e ideológicas que sostienen la desigualdad de género.

17 De hecho, la introducción de la ley plantea “*Se requiere del Estado un reconocimiento explícito del nuevo papel que las mujeres del campo cumplen en la economía rural*”

En consonancia con lo anterior, las políticas orientadas a las mujeres rurales¹⁸ se han caracterizado por la prevalencia de un enfoque productivista que es posible explicar por al menos las siguientes consideraciones. Uno de los indicadores de logro del desarrollo, entendido como crecimiento económico¹⁹ es la productividad de los sujetos²⁰; en tal sentido, al reconocer a las mujeres campesinas como productoras y promover su inserción en circuitos de generación y acceso a ingresos (tierras, créditos, subsidios, salarios, entre otros) se pretende tener una población económicamente activa, que además contribuya a promover su autonomía para dejar de ser “dependientes” de los ingresos familiares -generalmente percibidos por el varón jefe de hogar- propio de la especificidad de las pequeñas y medianas unidades agrícolas. Ligado con lo anterior, las unidades agrícolas son entendidas como unidades económicas de producción y consumo, por lo tanto, reconocer el carácter y la naturaleza de la participación de las mujeres como agentes económicos fue parte del debate instaurado por las feministas para destacar no solo el aporte en trabajo no remunerado que hacen las mujeres para el sostenimiento de la parcela, sino también para permitir el funcionamiento del sistema económico en su conjunto.

Remarcar el papel económico que juegan las mujeres en el campo ha sido parte de las estrategias feministas para desnaturalizar la división sexual del trabajo. Ello implica visibilizar las diferentes tareas y actividades productivas que terminan subsumidas como parte de las obligaciones familiares; así como también contribuir a la superación de la feminización de la pobreza debido en parte al carácter de dependientes que supone la clásica división de varón/ proveedor, mujer/ cuidadora.

18 Posterior a la política de mujeres campesinas, se expidió la política para el Desarrollo de la Mujer Rural (CONPES 23/ 1994); la Ley de Mujeres Rurales (Ley 731 de 2002) vigente y la incorporación del enfoque de género en los Acuerdos de Paz (2016).

19 Más allá de los debates teóricos sobre modelos alternativos centrados en el bienestar, lo humano y el buen vivir es innegable que el crecimiento económico sigue siendo el fin último del pretendido desarrollo en los países.

20 Tal productividad usa como referente el modelo de varón, proveedor económico, sin obligaciones familiares; desconociendo que las actividades y las tareas para la reproducción de la vida individual (como las tareas domésticas) y de la vida social (como los procesos de socialización) también son productivas. Luego, la pretensión es deconstruir la noción de productividad prevalente en el sistema capitalista, androcéntrico y patriarcal.

3.1 Enfoque de género en la agricultura campesina, familiar y comunitaria

De acuerdo con los planteamientos sobre el interés del enfoque de género por visibilizar el papel de las mujeres en el desarrollo agrícola y las concepciones ideológicas existentes en el diseño e implementación de políticas, proponemos una reflexión crítica a los lineamientos estratégicos de la política pública de ACFC.

Como se indicó en el primer apartado, si bien reconocemos las diferencias políticas que subyacen a la noción de campesinado y agricultura familiar, y en el papel atribuido a los actores sociales hacia los que se dirigen las políticas; en la literatura sobre ambas corrientes teóricas convergen elementos comunes en su definición (Salcedo, de la O & Guzmán, 2014; Deere, 2002) tales como:

- La parcela familiar/ hogar como unidad básica de producción y consumo
- La administración de la unidad económico-productiva se le adjudica a un jefe de hogar, hasta hace muy pocos años considerado un varón
- El tamaño de la explotación y/o de la producción como factor determinante para su clasificación.

Desde el enfoque de género, la noción de parcela familiar lleva implícita la existencia de una familia -por lo regular nuclear, heterosexual, patriarcal²¹- y que en las mediciones estadísticas es registrada como hogar; cuyos miembros de diversa edad participan activamente en los diversos trabajos que exige la producción agropecuaria.

Esta característica que resulta distintiva de un modo de producción (campesino/ familiar), desde los análisis feministas expresa algunas restricciones. En primer lugar, sostiene la familiarización de la producción agrícola y la institucionalización de este grupo como base de la sociedad. Al respecto, son diversos los estudios que destacan la pluralidad de formas de organización familiar existentes en las áreas rurales, entre las que destacan cada vez más hogares monoparentales con jefatura femenina²² y familias

21 De hecho, uno de los criterios utilizados para contratar agregados, aparceros o patrones de corte es el que posean una familia constituida.

22 Según datos del censo de población y vivienda (2018) los hogares con jefatura femenina entre el año 2005 y el 2018 pasaron de 29.9% al 40.7%

conyugales constituidas por hombres y mujeres adultos mayores – fenómeno conocido como envejecimiento del campo²³-. Ello permite deconstruir la ideologización de familia como institución primaria y central de los individuos y de la vida social; y evidencia importantes cambios demográficos en las zonas rurales. Al tiempo que la política de Agricultura Familiar busca reconocer la participación de las familias en las diversas actividades productivas que tienen lugar hoy en lo rural (agricultura, pesca, turismo, ganadería, acuicultura, entre otros) y mostrar cómo esa naturaleza familiar otorga una lógica de organización y funcionamiento diferencial a la lógica empresarial de las agroindustrias, esencializa al grupo familiar como forma de organización preponderante y necesaria de los modos de vida en el campo. De hecho, los programas gubernamentales e institucionales dirigidos a la población rural son mayormente dirigidos a grupos familiares, remarcando los roles de género²⁴ y la división sexual del trabajo.

En segundo lugar, la noción de parcela familiar como unidad de producción se fundamenta en el trabajo de cada uno de sus integrantes, sobre la base de la solidaridad que supone la pertenencia al grupo y porque ante la escasez o inexistencia de recursos de producción (tierra/ capital), la fuerza de trabajo es lo único de lo que disponen para generar su sostén. Como modo de producción económica, el campesinado y la agricultura familiar, reconocen que la parcela es una unidad doméstica en la que la principal actividad agrícola es desarrollada por varones y que las mujeres, los niños

23 Un estudio sobre los cambios en la estructura etaria de la población colombiana muestra un aumento en el número de hogares constituidos por personas mayores pasando del 2.8% en 1990 a 5.7% en 2010 (FEDESARROLLO & FUNDACIÓN SALDARRIAGA, 2015). Así mismo, el censo de población de 2018 mostró que, de 11 millones de habitantes de las zonas rurales en el país, el 20 por ciento -es decir unos 2,2 millones de personas- son niños y jóvenes entre 10 y 19 años, mientras que cerca del 28 por ciento de los campesinos tienen más de 50 años (DANE, 2018).

24 Un ejemplo clásico de esta familiarización de las unidades productivas son las políticas e intervenciones de la Federación Nacional de Cafeteros. En entrevistas a funcionarios de esta institución reconocen que la familia es el pilar de la producción cafetera, saben del papel activo que cumple todo el grupo familiar en las diversas fases de producción hecho que remarcen como sello distintivo de la producción de café; pese a ello los procesos de extensión, capacitación y acceso a beneficios privilegian a los varones jefes de hogar, incluso en muchos casos aun cuando las mujeres son titulares de las tierras, son sus esposos quienes aparecen con las cédulas cafeteras o representan al grupo familiar ante la institución (Franco P., 2013).

y las niñas o ancianos son “ayudantes” (Deere C. D., 2002, p.165). Por lo regular los trabajos y las tareas que llevan a cabo las mujeres en las unidades productivas son consideradas secundarias y no las principales para la generación de ingresos (Castaño, 2015).

Como lo han destacado las feministas, el principal problema de la división sexual del trabajo es la inequidad que connota, al considerar que unas labores tienen mayor jerarquía, preponderancia y son más productivas que otras: La esfera del mercado, el ámbito público, caracterizado como propio de lo masculino; sobre la esfera del hogar, el ámbito privado, caracterizado como femenino.

La noción de división sexual del trabajo además de separar ámbitos y sujetos, sirvió para ensombrear los diversos trabajos que llevan a cabo las mujeres, al quedar subsumidos como parte de sus obligaciones familiares como madre y esposa. En oposición a ello, desde la perspectiva de género se propone la categoría de *división de trabajo por género* (Deere, 2002) para mostrar que la construcción de roles y estereotipos de género son cambiantes según contextos socio históricos. Por lo tanto, son múltiples las formas de organización económica y cultural en los modos de producción de las parcelas familiares, en las que no siempre predomina la agricultura masculina, sino que las familias y comunidades hacen arreglos acordes con las características de disponibilidad de mano de obra, el tamaño del predio, el tipo de producción y las situaciones particulares que viven.

Sin embargo, en los registros estadísticos prevalece la concepción clásica de la división sexual. Según los datos del Censo Nacional Agropecuario (DANE, 2014) el 61,4% de los productores son hombres quienes toman las decisiones sobre sus UPA, respecto al 26% de mujeres productoras. Mientras solo el 12,6% de los encuestados toman decisiones conjuntas entre hombres y mujeres en las UPA. A esto se agrega el predominio de la diferenciación de los roles de género desde el punto de vista de las percepciones de las personas; ante la afirmación “*La cabeza del hogar debe ser el hombre*”, en Colombia el 38% de los encuestados manifestaron estar “De acuerdo” o “Muy de acuerdo” (ENUT, septiembre – diciembre 2020).

En contraste, las economistas feministas propusieron las categorías de trabajo productivo, trabajo reproductivo y trabajo de cuidados con el ánimo de distinguir las múltiples actividades y tareas que realizan las mujeres, para la familia y la comunidad, con o sin remuneración económica a cam-

bio²⁵. Como se indicó antes, el núcleo de debate es deconstruir la noción de productividad asociada a la generación de mercancías con valor de cambio en el mercado, para dar lugar al reconocimiento de la producción de bienes y servicios de bienestar con valor de uso que efectúan las familias, las comunidades, las organizaciones de ayuda, lo que hace que la reproducción y el cuidado de la vida se asuma como productivo. Desde esta noción, se cuestiona por ejemplo el concepto de *población inactiva* utilizado en las encuestas de participación de hombres y mujeres en el mercado laboral, por cuanto según el DANE la población inactiva corresponde a “[...] aquellas personas que se encuentran en edad trabajar, pero no participan en el mercado laboral, es decir, que no trabajan ni están buscando empleo”. En esta lógica, las mujeres productoras están en edad de trabajar (10 años y más), no cuentan con un empleo formal y muchas no desean insertarse al mercado de empleo por cuanto su vinculación laboral está ligada a las tareas del predio en economías de subsistencia. Luego, es necesario pensar variables e indicadores que permitan captar tales diferenciaciones para que sean más acordes a las realidades. Desde la concepción institucional, el 60,9% de las mujeres en edad de trabajar en la zona rural se encuentran inactivas mientras que este porcentaje es de 43,3% en las zonas urbanas (DANE, 2020, p. 14), aunque en la práctica las mujeres están activas y con sobre cargas de trabajo. Es decir, hay una subrepresentación del trabajo de las mujeres en las encuestas.

Distinguir entre trabajos para el mercado (“productivos”), trabajos para la reproducción (domésticos) y trabajo de cuidado (atención de personas) además de proponer una mirada más ajustada a las heterogeneidades de los trabajos de las mujeres, busca marcar la yuxtaposición de labores, que especialmente en contextos rurales de economía campesina o agricultura familiar dificulta delimitar tiempos, espacios y características de los trabajos. la feminización con la que se han constituido para plantear que el cuidado de la vida es un derecho y una responsabilidad colectiva y resituarles el lugar en la provisión de bienestar que siempre han tenido.

25 Son múltiples las clasificaciones y corrientes en relación al uso de estas categorías. Un estudio del uso del tiempo en Bogotá propone considerar cuatro tipos de trabajos NO remunerados: de subsistencia (de mayor presencia en hogares campesinos); trabajo doméstico, trabajo de cuidados familiares y trabajo voluntario o de servicio a la comunidad (VILLAMIZAR G., 2009).

Los datos de la Encuesta Nacional del Uso del Tiempo ENUT²⁶ 2020 – 2021 muestran la disparidad en la realización de estos trabajos, por zonas (rurales y urbanas) y por sexo. Al comparar el tiempo promedio que dedican las mujeres a los trabajos no remunerados respecto a los varones se aprecia que las mujeres dedican más tiempo a las actividades relacionadas con el suministro de alimentos, 79,3% versus el 32,3% de los hombres para una diferencia de 47 puntos porcentuales; por áreas, las mujeres de centros poblados y rurales dispersos dedican 12 minutos a esta labor en relación a las mujeres de cabeceras municipales. El tiempo dedicado a trabajo no remunerado es mayor para los hombres de los centros poblados y áreas rurales dispersas en actividades conexas y compra y administración del hogar²⁷.

Respecto a los trabajos de cuidado, la mayor diferencia de tiempo promedio entre hombres y mujeres está en los centros poblados y áreas rurales dispersas en las que las mujeres dedican cinco horas más que los hombres al cuidado pasivo (estar pendientes de otros) y al cuidado físico a personas del hogar, 55 minutos promedio diario en lo rural, 32 minutos en cabeceras municipales. En cuanto a las labores domésticas en las zonas rurales son realizadas en un 82% por mujeres y solo un 18% por hombres y el 59% de las mujeres rurales adelantan trabajos sin remuneración.

Si se analiza la participación de las mujeres rurales en el mercado laboral (“trabajos productivos”), se aprecia la persistencia de las desigualdades. En 2019, la Tasa Global de Participación (TGP) de mujeres rurales fue 39,1%; 35,9 puntos porcentuales más baja en comparación con la TGP de los hombres rurales (75%), y 17,6 puntos porcentuales más baja que la TGP de las mujeres en zonas urbanas (56,7%) (DANE, 2020, p. 14).

26 La ENUT es un instrumento de medición previsto por la Ley 1413 del 2010 sobre la economía del cuidado, para dar cuenta de las brechas de tiempo invertido en la realización de estos trabajos por sexo y por tipos de labor. La referencia de medición es el Sistema de Cuentas Nacionales SCN, así los trabajos que participan del Sistema se consideran Trabajos remunerados (producción de bienes y servicios, general y de uso final propio de los hogares), los trabajos no contemplados en el SCN se consideran Trabajos No Remunerados (propios de tareas domésticas, cuidados de personas, gestión y compras entre otros).

27 Aunque la encuesta no detalla a qué refiere, una investigación empírica (FRANCO, 2013) realizada en familias campesinas de zonas rurales de Caldas mostró que en general y dadas las características de infraestructura y movilidad de las zonas rurales hacia las cabeceras municipales son los hombres quienes se encargan de la compra de alimentos, pago de deudas, trámites ante las administraciones municipales, servicios estos relativos a la gestión del hogar.

Como se puede apreciar en las cifras, un pilar central de la agricultura familiar o las economías campesinas es el trabajo no remunerado al servicio de la familia llevado a cabo mayormente por mujeres; luego, nombrarlo, contarlo, reconocerlo, redistribuirlo y reducirlo son las pretensiones de las feministas. En directa vinculación con lo anterior y considerando que el tamaño de las explotaciones es otro factor para definir a pequeños productores, agricultores familiares o producción campesina, desde el enfoque de género se destaca la feminización de la agricultura que ha tenido lugar en las últimas tres décadas debido a los cambios demográficos, laborales, productivos y sociales ocasionados por el modelo económico neoliberal. La feminización de la agricultura se refiere a

la creciente participación de las mujeres en la fuerza laboral agrícola, ya sea como productoras independientes, como trabajadoras familiares no remuneradas o como asalariadas. Las mujeres no sólo trabajan en los campos y pastizales, sino también en plantas agrícolas de procesamiento y embalaje (Lastarria-Cornhiel, 2008).

Entre las explicaciones que diversos estudios (Deere & León 2001; Deere D., 2005) ofrecen para entender la ampliación y profundización de la participación de las mujeres en la agricultura están el hecho de que ante situaciones de crisis económica o crisis alimentarias las mujeres asumen mayores obligaciones para contrarrestarlas; el crecimiento de la agricultura comercial ha creado puestos de trabajo en los que privilegian la mano de obra femenina²⁸ y la movilidad de los jornaleros o pequeños productores sin tierra, conduce a que las mujeres permanezcan en sus predios a cargo de sus hijos e hijas. Aunque existe el reconocimiento de la vinculación activa de las mujeres en las actividades agrícolas, los programas específicos para favorecer mejoras salariales, de acceso a prestaciones sociales y servicios como salud y educación son todavía precarios.

28 De hecho, los datos de una investigación en curso sobre los impactos del cultivo del aguacate en el departamento de Caldas dan cuenta de una marcada orientación a contratar mujeres para procesos que exigen “delicadeza” y cuidado en la selección del producto, particularmente en la recolección del aguacate, la selección y el empaque conforme a los estándares de exportación (Franco, 2020).

Puede decirse que la feminización de la agricultura no es un hecho reciente. Lo que sí es novedoso es i) el reconocimiento político, institucional y económico de una situación que siempre ha existido. Las mujeres históricamente han sido protagonistas en el desarrollo agrícola, solo que ante los cambios socioeconómicos vividos por las regiones y ante las demandas por el reconocimiento de derechos de diversos grupos sociales, como las mujeres rurales, en las últimas cuatro décadas se han emprendido acciones gubernamentales e institucionales orientadas a comprender e intervenir esta realidad. ii) La variación en el tipo de trabajos que efectúan las mujeres rurales, quienes ante el detrimento de la producción campesina como resultado de las políticas de ajuste estructural y apertura económica se vieron obligadas a vincularse en trabajos remunerados, pasando de ser campesinas o productoras a trabajadoras asalariadas, especialmente en empresas agrícolas dedicadas a cultivos de exportación –como frutas, flores y verduras–, al ser esta la política actual del modelo de producción agropecuaria.

3.2. El Mercado Veredal una iniciativa de mujeres rurales en economías campesinas, del municipio de Villamaría (Caldas)

Para continuar con la reflexión de género, en este apartado nos interesa mostrar algunos aspectos concretos de la forma como operan las economías campesinas y el papel de las mujeres rurales, según sus propias miradas y sus propias acciones, en los ejes de circuitos cortos de comercialización y mercadeo social propuestos en los lineamientos estratégicos de política pública para la Agricultura Campesina Familiar y Comunitaria.

El material empírico que soporta este ejercicio proviene del trabajo de campo realizado con el grupo Mujeres Soberanas de la Tierra de las veredas La Guayana y Santo Domingo del municipio de Villamaría (Caldas), desarrollado durante los años 2019/ 2020²⁹. Durante este período realizamos cinco

29 Entre julio de 2019 y diciembre de 2020 se desarrolló el proyecto de extensión denominado Producción de alimentos y Cultura Alimentaria, código VPU-CA-1713, inscrito en la Vicerrectoría de Extensión de la Universidad de Caldas. El objetivo era reconocer las relaciones entre el tipo de producción de alimentos y el consumo, considerando aspectos económicos y culturales. Aunque el proyecto terminó nuestro trabajo con las mujeres continua hasta la fecha.

encuentros de mujeres, visitas a cada una de las fincas³⁰ para identificar su producción y dos entrevistas colectivas para conocer sobre la historia de la producción en las zonas y las iniciativas actuales de producción de alimentos.

La participación y acompañamiento a las mujeres rurales de esta vereda en sus iniciativas de producción y comercialización de alimentos nos ha permitido entender que las mujeres están politizando su papel como cuidadoras de la vida: individual, familiar, de la naturaleza y de los territorios y es desde allí donde lideran sus iniciativas. Es decir, el liderazgo que las mujeres rurales de estas veredas han ejercido en relación con procurar la soberanía – de alimentos, de los territorios y de la vida – va más allá de lo productivo. Es fundamentalmente una propuesta política que posiciona en el espacio público la labor de cuidado, que por los ordenamientos sexo-genéricos se ha delegado a las mujeres, para resituirlas como una acción ética y política de la que deben participar diversos actores sociales.

Para dar cuenta de ello, presentamos las características geográficas, económicas y políticas de las zonas en estudio; los antecedentes del proyecto Mujeres Soberanas de la Tierra y la iniciativa de Mercado Veredal, para desde allí identificar i) los trabajos productivos, reproductivos y de cuidado que llevan a cabo las mujeres rurales en sistemas de producción de agricultura familiar y campesina y ii) la propuesta política de soberanía alimentaria.

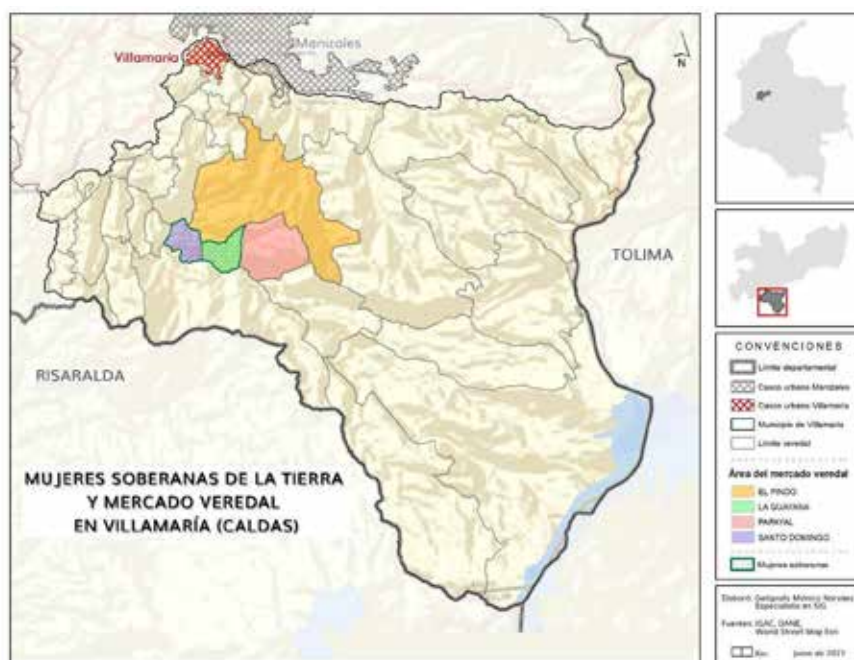
3.2.1 Mujeres Soberanas de la Tierra y el mercado veredal

El municipio de Villamaría se ubica en la región centro sur del Departamento de Caldas. Cuenta con una población total de 56.288 habitantes de los cuales 46.479 corresponden a la zona urbana y 9.809 a la zona rural (MUNICIPIO DE VILLAMARÍA, 2017). Su actividad económica se sustenta principalmente en la producción agrícola (28.578 ha.) y ganadera (23.685 ha) (UMATA, 2017). En menor proporción está la piscicultura y la minería. En los últimos tres años, a partir de la declaratoria de Paisaje Cultural Cafetero (PCC), el turismo comunitario se ha convertido en una estrategia para generar ingresos y favorecer la actividad económica del

30 Finca es la denominación coloquial para referir a las unidades de producción.

municipio. La zona rural del municipio está conformada por 35 veredas, entre las que se encuentran La Guayana y Santo Domingo, espacios de análisis de este trabajo. Ambas veredas se ubican al occidente del municipio a una distancia de 14 y 18 km del centro administrativo municipal, respectivamente (Mapa 2). En estas veredas el principal cultivo es la cebolla y el repollo, seguido de café, plátano y hortalizas. La mayoría de los propietarios son pequeños productores (entre 1 y 5 hectáreas) que operan bajo formas de organización económica campesina.

Mapa 2. Localización del proyecto Mujeres Soberanas de la Tierra y el Mercado veredal en el Municipio de Villamaría, Caldas, Colombia



En la vereda Santo Domingo existe la Fundación Senderos de Luz quién desde el año 2019 impulsó el proyecto denominado *Mujeres Soberanas de la Tierra* como propuesta orientada a valorar el trabajo de las mujeres en el campo, su labor como campesinas y cuidadoras³¹. Esta propuesta tiene un

31 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=4ZqIuK7RVAY>

carácter político y práctico. Políticamente se busca destacar la soberanía en doble vía, de las mujeres como sujetos políticos, y de la tierra como generadora de vida. La creación de vida como aspecto compartido entre mujeres y tierra es el vínculo que orienta el quehacer de la propuesta y articula los procesos de producción con los elementos culturales que otorgan identidad a las mujeres, a sus familias y la comunidad. El valor de la identidad, de la independencia y de lo cultural afianza el concepto de soberanía por el que aboga la iniciativa: soberanía económica de las mujeres, soberanía política de los territorios para producir alimentos nutritivos, soberanía para decidir sobre el tipo de producción que se quiere generar y los circuitos de comercialización en los que se inscriben.

Vinculado con esta concepción política, la iniciativa Mujeres Soberanas de la Tierra desplegó un componente práctico orientado a crear y/o fortalecer huertas familiares, como estrategia para concretar la soberanía. Esto incluyó procesos de formación y la implementación de las huertas según intereses de las mujeres, tamaño de los terrenos y capacidad para trabajarlos. Durante el año 2019 la formación colectiva sirvió para motivar a las mujeres y poner en diálogo los diversos saberes que han construido a partir de su experiencia en relación con disponer de una huerta familiar, sin que existiera un avance concreto en los cultivos. Fue solo en el 2020 en razón del confinamiento acaecido por el virus Sarcovid-19 que las mujeres instalaron sus huertas y fueron sistemáticas en la producción. Justamente las modificaciones en los procesos de organización de las comunidades y de las dinámicas familiares en razón del confinamiento, constituyó un desafío que les permitió a las mujeres y en general a los productores de la zona constituir la estrategia de Mercado Veredal.

El *Mercado Veredal* puede definirse como una red de productoras y productores de las veredas de la zona occidente del municipio de Villamaría: Papayal, El Pindo, La Guayana, y Santo Domingo quienes se organizaron para llevar los productos “del campo a su casa”. La iniciativa y el liderazgo del mercado veredal surgió del grupo Mujeres soberanas de la Tierra gracias al trabajo colaborativo iniciado en el 2019 para el montaje de las huertas caseras y sobre todo porque ante la pandemia las familias vieron afectados sus ingresos pues no había transporte ni comercio para vender los principales cultivos. Como “el campo no para”,

se encontraron con una producción que debía circular, para lo cual las mujeres propusieron (i) hacer trueque entre los vecinos de las veredas cercanas y (ii) emprender procesos de transformación de los alimentos para preservarlos en el largo tiempo. Estas acciones les mostraron que era posible generar una circulación de la producción y entendieron que podían expandirse si ofertaban sus productos a través de redes sociales. Durante la pandemia por WhatsApp y con el paso del tiempo se extendieron a otras redes sociales.

Aunque el surgimiento del Mercado veredal obedeció a la necesidad de proveer alimentos en un contexto de restricción para el acceso a la compra de los mismos, actualmente se mantiene como una iniciativa que busca favorecer los canales de comercialización de los productores sin intermediarios para llegar directamente al consumidor. Además de brindar productos agroecológicos certificados con buenas prácticas agrícolas, saludables, sostenibles y que contribuyen al cuidado del medio ambiente, de forma que se garantice un consumo consciente y natural. Con cerca de dos años de funcionamiento, el mercado veredal opera a través de redes sociales³² en las que se ofrece un catálogo de 120 productos agroecológicos variados y autóctonos de la zona (como el Yacón, Freijoa). Los pedidos se reciben de manera virtual y se entregan dos veces a la semana los días martes y viernes. La red de comercialización que se ha generado alcanza un rango de acción que cubre el municipio de Villamaría y de Manizales.

3.2.2 Trabajos de las mujeres campesinas en procesos de agricultura familiar del mercado veredal

El debate propuesto por las feministas en los últimos veinte años, especialmente desde la economía feminista, en relación con la introducción de los cuidados a los sistemas de bienestar aluden a Reconocer, Redistribuir y Reducir la enorme carga de trabajos que efectúan las mujeres en los procesos de producción, de reproducción y de cuidados de la vida. Se trata de nombrar y contabilizar económicamente el porcentaje que representa el trabajo de las mujeres para la economía de los países. Desfe-

32 https://instagram.com/mercado_veredal?igshid=YmMyMTA2M2Y=

minizar cierto tipo de labores que se consideran propias de la condición femenina o maternal, para situar las obligaciones y las responsabilidades que hombres y mujeres de diversa generación pueden llevar a cabo en diversos contextos. Además de disminuir la cantidad de tiempo dedicada a este tipo de labores, a partir de incorporar los sistemas de cuidado como una obligación compartida entre los Estados, las instituciones, las empresas, las familias y la comunidad.

Como lo mencionamos antes, en áreas rurales y contextos de economía campesina es difícil deslindar los trabajos de producción, de reproducción y de cuidados por cuanto estos se desarrollan de manera simultánea, en el espacio de la finca/ parcela. Sin embargo, intentaremos mostrar las particularidades que adquieren estos trabajos, considerando características como tipo de familia y características de producción de las mujeres integrantes del grupo mujeres soberanas de la tierra (Tabla No.3).

Tabla 3. Características de edad y sexo según tipología familiar del grupo de personas que hacen parte del mercado veredal

Tipología familiar	Nºfamilias	Población total por tipo de familia	Sexo		Edad				
			H	M	0-5	6- 10	11 - 34	35-45	50-65
Nuclear	11	32	16	16	8	2	8	13	1
Extensa	6	32	19	13	2	1	4	12	13
Monoparental	2	6	4	2			4	2	0
Fraternal	4	17	10	7	0	0	6	2	9
Conyugal	9	18	9	9	0	0	0	5	13
Unipersonal	6	6	6		0	0	0	1	5
Total	38	111	64	47	10	3	22	35	41

Fuente: Elaboración propia con datos suministrados por la coordinadora del Mercado Veredal.

Como se aprecia en los datos, las familias nucleares y conyugales son las predominantes en la conformación familiar de los participantes del grupo mercado veredal. Esta composición muestra dos polos del espectro, por un lado, las familias nucleares quienes son las que cuentan con niños y niñas pequeños y adolescentes (13 personas); mientras que los hogares conyugales evidencian el fenómeno del envejecimiento del campo, pues esas familias tienen hijos adultos que han migrado a la cabecera municipal de Villamaría y Manizales, quedando la pareja sola a cargo de

la unidad de producción. Como dato para destacar son los seis hogares unipersonales constituidos por hombres mayores de cincuenta años quienes producen; en menor proporción están las familias fraternales conformadas por adultos mayores de cincuenta años y adultos entre treinta y cuarenta años.

Tener como punto de partida la conformación de las familias por sexo y edad es importante por cuanto esto determina la variación en la realización de los trabajos.

- Trabajos reproductivos y trabajos de cuidados

Las mujeres de familias nucleares y extensas son quien tienen mayor carga de trabajo al dedicarse a trabajo doméstico, productivo y el cuidado de niños, niñas y adultos mayores; mientras que en las familias conyugales -según la información suministrada- hombres y mujeres dedican la mayor parte de su tiempo al trabajo productivo, de un lado para lograr el sostén de la parcela y de otro, porque las mujeres sienten una reducción de las obligaciones familiares y del tipo de labores al no tener hijos e hijas a cargo. Particularmente, la preparación de alimentos, el aseo de la casa y lavado de ropa se disminuye notablemente en este tipo de familias, lo que libera tiempo para dedicarse a otras tareas. En el caso de las cuatro familias fraternales y dos conyugales cuyas parejas son adultos mayores, con enfermedad específica, las tareas del cuidado son más altas, por cuanto son las mujeres quienes se encargan de atender a sus hermanos y esposos respectivamente en lo relativo a comidas, limpieza del hogar y de la ropa. Así mismo, en ambas tipologías las mujeres son de menor edad que los varones, razón por la cual son ellas quienes llevan a cabo tareas de gestión en instituciones o compras en las cabeceras urbanas. En oposición, los seis hogares unipersonales masculinos dedican su tiempo casi exclusivamente al trabajo productivo. Su dedicación a tareas domésticas es únicamente para preparar el desayuno y, ocasionalmente, la comida. El almuerzo por lo regular lo obtienen de familiares que viven en la misma zona.

- Trabajos productivos

En las conversaciones colectivas con el grupo Mujeres Soberanas de la Tierra, fue evidente la división de género en los trabajos. Como se anotó, los principales cultivos de los que se derivan los ingresos familiares son la cebolla, el tomate, el repollo y en menor proporción el café (como segundo renglón), plátano y hortalizas. Por considerarse los cultivos principales las mujeres indicaron que estos cultivos son “masculinos” debido a que son a gran escala, requieren aplicación de abonos en cantidad y frecuencia, fumigación con máquinas que suelen demorar al menos medio o un día completo. Todas estas labores demandan una alta inversión de tiempo, fuerza y esfuerzo que no poseen las mujeres, quienes se vinculan a estos cultivos en tareas concretas. En el caso del cultivo de la cebolla ellas se encargan de lavarla, empacarla y dejarlas listas para ser enviadas en el transporte para su mercadeo³³.

Mientras que los cultivos de pancoger o de la huerta son femeninos, debido a que las huertas suelen estar en el predio cerca de la vivienda, no requieren tanta fuerza de trabajo, pueden participar los niños y niñas y la dedicación de tiempo es menor: dos o tres veces por semana desyerban, podan y están atentas a control de plagas o fertilizantes. Estas características facilitan que ellas organicen su tiempo de forma variable, según ocupaciones por días. Contrario a los varones quienes cumplen jornadas de trabajo diario en los cultivos para garantizar un volumen de producción diario que genere los ingresos necesarios para el sostén familiar; las mujeres ordenan sus actividades en la huerta de acuerdo con las tareas que deban cumplir cada día: Ir al “pueblo”, atender a los niños y niñas, asistir a reuniones de la escuela, participar de capacitaciones, de las reuniones comunitarias, del trabajo colectivo del grupo mujeres soberanas, son cuestiones variables. Por lo tanto, las mujeres desempeñan muchas más tareas a lo largo de la semana, con distinta intensidad y frecuencia; mientras que los varones están concentrados en actividades continuas y tiempos específicos.

33 A fecha de julio de 2021 las mujeres informaron que pagaban \$240 pesos colombianos por un kilo de cebolla lavada. En un día de trabajo de cuatro horas ellas sacan 200 kilos para un jornal de \$48.000 mil pesos (USD 12).

Esta división de género en la realización del trabajo productivo se evidencia también en el tipo de productos que hombres y mujeres ofertan en el mercado veredal. Los hombres ofrecen cebolla (lavada y sucia³⁴), ahuyama, chachafruto, yuca, plátanos -verde y maduro-, granadilla, zanahoria, frijol, guíneo, naranjas, tomate chonto, lechuga, repollo y coles. Las mujeres por su parte ofrecen en su mayoría productos procesados: calados (de diversa frutas); tortas, encurtidos de ají, arepas (de choclo y de maíz), derivados de lácteos (mantequilla, ghee, yogur, queso cuajada), brevas y huevos; plantas aromáticas; una mujer ofrece espinaca y perejil; jabones, aceites y solo una mujer que produce café especial procesado³⁵.

Como puede apreciarse, similar a lo encontrado en las estadísticas, las mujeres rurales tienen una sobrecarga de trabajos debido a que desde los sistemas de sexo- género ellas asumen y se les atribuye la responsabilidad principal del sostén de la familia que incluyen tareas de producción, reproducción y cuidados. Adicional a ello, ante el supuesto de “disponer de más tiempo” respecto a los varones, se les delega la participación en las labores comunitarias, sociales y de gestión institucional. En este sentido, consideramos que los instrumentos y las acciones que deriven de los lineamientos de la política pública de ACFC deben contemplar la perspectiva de género en la que efectivamente se ofrezcan condiciones, oportunidades y recursos diferenciales por sexo y, a su vez, promuevan la redistribución de obligaciones. Estas iniciativas requieren resituar, como las mismas mujeres lo han mencionado, los trabajos de cuidado en el eje de la acción gubernamental e institucional pues producir alimentos soberanos (acorde con el contexto, libres de agroquímicos, favor de los campesinos) exige contemplar la relación entre seres humanos, recursos del medio y demás especies. Y es este el llamado que las mujeres campesinas hacen, el de entender que con el mercado veredal se favorece la circulación de alimentos y fundamentalmente cuidado de la vida en su más amplia acepción para asegurar el sostenimiento del mundo.

Por otro lado, si bien el mercado veredal es una red de productores y productoras, éste es liderado por una mujer quién es la que se encarga del proceso de recepción de los pedidos, solicitar a los productores las cantida-

34 La cebolla lavada tiene un costo mayor.

35 Esta información deriva del listado de productores, productos y precios suministrado por la coordinadora del mercado veredal.

des de productos por semana, el acopio de todos los productos en su finca, la organización de los mercados y el envío en la chiva. Todas estas tareas se efectúan de manera artesanal y con una enorme carga de trabajo para quien la coordina. En virtud de ello, quienes eventualmente apoyan estas tareas son también mujeres, por cuanto los productores solo se responsabilizan de hacer llegar los productos según las demandas.

En tal sentido, si bien el mercado veredal constituye una propuesta política en favor de la soberanía –alimentaria, territorial y de la mujeres– requiere acompañamiento institucional para formalizar procesos que faciliten y hagan más eficiente el desarrollo de las actividades y la reducción de los tiempos. Así mismo, requiere que tanto las mismas mujeres como las organizaciones comunitarias e instituciones reconozcan el trabajo productivo de esta labor. La mujer coordinadora del mercado veredal desde su creación y hasta la fecha no recibe salario ni remuneración económica a cambio. El pago por esto es una compensación extra como productora participante de la red, sin embargo, al consultarle la razón por la que efectúa esta labor indicó “porque yo soy productora y ahí tengo un espacio para comercializar mis productos y por lograr que la comunidad pueda tener oportunidades” (entrevista personal, mayo 2020). El altruismo, abnegación y solidaridad que suelen caracterizar el desempeño de los trabajos de las mujeres ha sido ampliamente estudiado por la literatura feminista, y muestran cómo es necesario tensionar la ideologización constitutiva de las identidades de las mujeres con el propósito de resituar los trabajos que se efectúan desde el contenido económico y social que tienen.

4. Consideraciones finales

En cuanto a la construcción de un enfoque propio de la Agricultura Campesina, Familiar, Étnica y Comunitaria se destaca la movilización social y política del campesinado colombiano que ha llevado a su reconocimiento en el ámbito público, a través de la producción de información para este sector fundamental de la sociedad colombiana. De igual manera son cruciales las apuestas transversales de la ACFC con los propósitos de construcción de paz derivados del Acuerdo de Paz entre las extintas FARC y el Estado Colombiano.

La incorporación del enfoque de género al diseño e implementación de la política pública para la ACFC constituye una oportunidad para dar cuenta de la heterogeneidad en las formas de organización de los sistemas de agricultura familiar, en la división del trabajo por género, en la pluralidad de actores según género y generación que intervienen en los procesos económicos y socio culturales que hacen a los sistemas de producción en la nueva ruralidad. En particular destacamos que, tras la noción de parcela familiar, Unidad Agrícola Familiar o Unidad de explotación rural hay unos contenidos familistas y una variedad de trabajos de los cuales las mujeres asumen mayores responsabilidades. De esta manera, la visión androcéntrica prevalente en los estudios, las políticas y la homogeneización con la que suele mirarse la distribución de tareas requiere tensionarse acorde con las particulares realidades que viven las regiones y los sistemas de agricultura familiar, en las diferentes tipologías descritas, así como en las futuras propuestas de política pública para el campesinado colombiano.

De igual forma, el incremento de la feminización de la agricultura producto del cambio productivo y el aumento de la pobreza generado por el modelo económico ha sido un factor que ha reforzado la recarga de trabajos que efectúan las mujeres. El problema de la feminización de la agricultura radica en el hecho de que en pocos casos las mujeres son consideradas las productoras principales –aunque lo sean– con las restricciones que ello conlleva en relación al acceso a crédito, titulación de tierras, extensión rural, entre otras. Así, en concordancia con algunos estudios referidos, las observaciones de campo en la zona de estudio muestran que los cultivos y/o actividades que constituyen la principal fuente de ingresos para el sostén del grupo familiar están a cargo de los varones; mientras que las mujeres se dedican a tareas de “ayuda” o que contribuyen a un ingreso adicional. Situación que se expresa en el tipo de productos que se ofertan en circuitos de comercialización local como los mercados veredales.

El enfoque de género implica reconocer las condiciones de subordinación y diferenciación que viven las mujeres rurales, pero va más allá de eso. Se trata de entender las dimensiones generacionales, étnicas, geográficas que particularizan el mundo rural. Es decir, la heterogeneidad de eso que se denomina agriculturas campesinas y familiares, en contextos locales, situados socio históricamente.

5. Referencias

- ACEVEDO-OSORIO, Á. y MARTÍNEZ-COLLAZOS, J. (comps.). **La agricultura familiar en Colombia. Estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz.** Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia – Corporación Universitaria Minuto de Dios – Agrosolidaria, 2016.
- ACEVEDO-OSORIO, Á; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria: una perspectiva renovada del campesinado para la construcción de paz en Colombia. **Revista Luna Azul** (On Line), 2020, vol.50, p.132-155.
- ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera.** Gobierno Nacional de Colombia, 2016.
- ARÉVALO, L., CORTÉS, C., GAMBOA, W., CRUZ, R., MOYANO, A., NIETO, Á., & RODRÍGUEZ, Y. **Mapa de la agricultura familiar en Colombia 2019.** Bogotá: Unidad De Planificación Rural Agropecuaria (UPRA), 2020.
- BOTELLO, A. M. **La Agricultura Familiar en Colombia. La Agricultura Familiar en Colombia.** Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Santiago, Chile.: RIMISP, 2013.
- CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL (CONPES) **Política Nacional para la Mujer Campesina (Conpes 2109/1984).**
- CASTAÑO, T. **Las mujeres campesinas: su gran aporte a la agricultura familiar y la economía productiva.** Bogotá: Ministerio de Salud, FAO, 2015.
- DEERE, C. D. ¿Qué diferencia resulta de la perspectiva de género? Repensando los estudios campesinos. In: **Umbrales. Revista del posgrado en Ciencias del Desarrollo**(11), p. 163 – 189, 2002.
- DEERE, D. **The Feminization of Agriculture? Economic Restructuring in Rural Latin America.** Geneva: ONU, 2005.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Mujeres Rurales en Colombia.** Bogotá: DANE, 2020.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Caracterización de la población campesina en Colombia. Encuesta de Cultura Política 2019,** 2020.

- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Boletín Técnico Gran Encuesta Integrada de Hogares (GEIH) Enero – Marzo 2022**, 11 de mayo de 2022.
- FEDESARROLLO & FUNDACIÓN SALDARRIAGA. **Misión Colombia envejece: cifras, retos y recomendaciones**. Bogotá, Colombia: Fundación Saldarriaga Concha, 2015
- FAO & PARLATINO. **Ley Modelo de Agricultura Familiar del PARLATINO. Bases para la formulación de Leyes y Políticas Públicas en América Latina y el Caribe**, 2017.
- FRANCO P, S. M. **El sostén de la vida. La Alimentación Familiar como trabajo de cuidado**. Tesis Doctoral. FLACSO (Argentina), 2013.
- FRANCO P, S. M. **Pachamama. Alimentos, comida y saberes en clave de mujeres**. Manizales, Caldas: Matiz, 2021.
- FRANCO P, S. M. **Impactos económicos, ambientales y sociales del cultivo del aguacate hass en el departamento de Caldas**. Semillero de investigación Agroruralidades. Universidad de Caldas, 2021b.
- GARCÍA, M. E. **Uso y distribución del tiempo de mujeres y hombres en Bogotá, midiendo la inequidad Bogotá, D.C.** Informe Final de Consultoría, CEPAL, 2009.
- GRISA, C. y SABOURIN, E. **Agricultura Familiar: de los conceptos a las políticas públicas en América Latina y el Caribe**. 2030 – Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, Documento No. 15. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), Santiago de Chile, 2019.
- GÜIZA, D., BAUTISTA, A.; MALAGÓN, A.; &UPRIMNY, R. **La constitución del campesinado: luchas por reconocimiento y redistribución en el campo jurídico**. Dejusticia, 2020.
- GUTIÉRREZ, Eladio Rey; CARO, José Lizcano; LARA, Yefer Asprilla. Las unidades agrícolas familiares (UAF), un instrumento de política rural en Colombia. **Tecnogestión: Una mirada al ambiente**, 2014, vol.11, no1.
- HERRERA-JARAMILLO, M., MÉNDEZ, Y., TOBÓN, G., & SIERRA, A. M. **Ni pequeño productor, ni agricultor familiar, soy campesino**. Dime qué paz quieres y te diré qué campo cosechas. Reflexiones sobre lo rural en los diálogos de La Habana, p. 149-175, 2016.
- INSTITUTO COLOMBIANO DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA (ICANH). **Elementos para la conceptualización de lo “campesino” en Colombia**. Documento técnico elaborado por el ICAANH, 2017.

- LASTARRIA-CORNHIEL, S. **Feminización de la agricultura en América Latina y África Tendencias y fuerzas impulsoras**. Santiago de Chile: RIMISP, 2008.
- LEÓN, D. D. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 2001.
- LEÓN, M. & DEERE, C. La mujer rural y la reforma agraria en Colombia. (U. Javeriana, Ed.) **Cuadernos de Desarrollo Rural** (38 y 39), p. 7 – 23, 1997.
- LÓPEZ, C. & CAMPILLO, F. Problemas teóricos y operativos en la ejecución de una política para la mujer campesina. In: E. B. (Comp.), **Mujer y familia en Colombia**, p. 285 – 308. Bogotá: Plaza & Janes, 1985
- MANÇANO Bernardo. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO, Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA, Pilar. **Agri-culturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, p.19-34, 2014.
- MESA TÉCNICA DE AGRICULTURA FAMILIAR Y ECONOMÍA CAMPESINA. **Lineamientos Estratégicos de Política Pública Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria (ACFC)**, 2018.
- RED NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (RENAF) Colombia. **Avances y retrocesos en el reconocimiento de la agricultura campesina, étnica y comunitaria en Colombia. Iniciativa basada en los compromisos de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe**, 2021. Disponible en: <https://lac.landcoalition.org/es/recursos/colombia-avances-y-retrocesos-en-el-reconocimiento-de-la-agricultura-campesina-familiar-y-etnica-comunitaria/> Acceso en: 26 abr.2022
- MUNICIPIO DE VILLAMARÍA. **Plan Municipal de Gestión del Riesgo de Desastres**. Villamaría, Caldas, 2017.
- PALOMINO, M. L. Mujer y Ruralidad en Colombia. En J. A. (Comp.), **La educación para la realización de lo comunal**. Bogotá: Facultad de Ciencias Agropecuarias, Universidad Abierta y a Distancia, 2019.
- SABOURIN, E., SAMPER, M., LE COQ, J. F., MASSARDIER, G., & SOTOMAYOR, O. El surgimiento de políticas públicas para la agricultura familiar en América Latina: trayectorias, tendencias y perspectivas. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, vol. 31, n. 2, maio/ago. 2014, pp. 189-225
- SALCEDO, S., & D. I. El concepto de agricultura familiar en América Latina y el Caribe. En G. Salomón Salcedo y Lya, **La agricultura familiar en**

- América Latina y el Caribe. Recomendaciones de Política**, p.17-34. Chile: FAO, 2014.
- SCHNEIDER, Sergio. La agricultura familiar en América Latina. Un nuevo análisis comparativo. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA). Roma, Italia, 2014
- SOTO, Fernando; RODRÍGUEZ, Marcos; FALCONI, César. **Políticas para la agricultura familiar en América latina y el Caribe**. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) & Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2007.
- UNIDAD DE PLANIFICACIÓN RURAL AGROPECUARIA (UPRA). **Unidad agrícola familiar en el ordenamiento jurídico colombiano**. Bogotá: UPRA, 2017.

CAPÍTULO 6

Café feminino e busca pela igualdade de gênero no Sul de Minas

As mulheres da COOPFAM

Ana Rute do Vale

Tamyris Maria Moreira da Costa

Thais de Cássia Silva Lemos

Introdução

Tratar do tema agricultura familiar e gênero na América Latina, embora estejamos nos referindo a realidades de países diferentes, é preciso considerar que o machismo estrutural se faz presente em todos eles, dificultando a equidade de gênero. Se na cidade essa realidade é corriqueira, imagine no campo, no contexto das famílias que trabalham juntas em sua propriedade, onde as mães, filhas, vós, tias, irmãs, sobrinhas, cunhadas não têm seu trabalho na casa, quintal e no roçado valorizados. O termo “ajuda”, quando se refere ao trabalho feminino na agricultura, prevalece, embora, muitas vezes, a maior parte desse trabalho recaia sobre elas.

No caso da agricultura familiar produtora de café no Sul de Minas, essa situação não é diferente, sendo comum que, apesar de atuarem em praticamente todas as fases do processo produtivo – desde o plantio até a colheita – a participação feminina na negociação dos grãos junto às cooperativas, armazéns gerais ou qualquer outra forma de comercialização é irrisória. Geralmente, cabe ao homem da família, tido como o titular da propriedade, esse papel. Inclusive, quem assina o contrato com as cooperativas são eles, a não ser nos casos da ausência masculina por morte, separação ou abandono da propriedade. Diante dessa realidade, também é comum que as mulheres da família, sobretudo as filhas jovens, migrem para a cidade em busca de independência financeira, principalmente.

Para a elaboração desse trabalho, além do referencial teórico, foram utilizadas respostas de entrevistas realizadas com o ex-presidente da COOPFAM¹ e com 15 mulheres cooperadas, em 2017 e 2018, para o desenvolvimento do projeto “Agricultura familiar e questão de gênero no sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica”, financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

Este capítulo está estruturado, além da introdução e referências, da seguinte maneira: inicia-se explicando o significado do Programa Café Feminino, sua implantação e possíveis resultados em alguns países da América Latina e como chegou à COOPFAM, com a criação do MOBI e a efetivação do referido programa; depois mostra quem são essas mulheres cooperadas, destacando o histórico da cooperativa e o que pensam sobre o café feminino; em seguida analisa-se como é a vida das mulheres cooperadas no âmbito doméstico, na roça e na sociedade depois que se integraram ao Programa Café Feminino e; por fim, tentou-se concluir, buscando compreender se essas mulheres realmente conquistaram (ou tendem à) independência econômica, emancipação e empoderamento, que culminam na igualdade de gênero na cafeicultura orgânica.

O que é o “café feminino”?

O Programa Café Feminino foi criado, em 2004, por 464 agricultoras peruanas de uma cooperativa de café em Peru, a CECANOR (Central dos Cafeicultores do Nordeste), em conjunto com a Organic Products Trading Company (OPTCO), que é uma empresa norte-americana que comercializa café orgânico. Trata-se de um programa focado no gênero, para apoiar a justiça social e o empoderamento das mulheres produtoras de café em todo o mundo, que, em 2022, chegam a aproximadamente 2.000 espalhadas por países pobres na América Latina (Bolívia, Brasil, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru) e na África (Ruanda e Sumatra) (Café Femenino,

1 Clemilson José Pereira foi diretor-presidente da COOPFAM por dois mandatos: 2013-2015 e 2016-2018.

2022; Johannsen, 2016; Icrw, s.d.). Junto a esse programa, também foi criada, em 2004, a Fundação Café Feminino, que

[...] é uma organização independente sem fins lucrativos que fornece subsídios para selecionar projetos solicitados pelas agricultoras do Café Feminino para melhorar a vida de suas famílias e comunidades. Além das generosas doações dos consumidores que ajudam a financiar esses projetos, os torrefadores de café participantes são obrigados a doar uma porcentagem de sua compra de café para a Fundação Café Feminino (Café Feminino, 2022).

O Café Feminino surge no contexto de comunidades rurais remotas, nas quais as mulheres enfrentam desafios que as mantêm na pobreza. Muitas vezes, elas vivem em sociedades isoladas dominadas por homens, tendo muito pouco controle financeiro, bem como poder de decisão. Nesse sentido, o que as cafeicultoras do Peru decidiram fazer foi mudar essa dinâmica, separando sua produção de café da dos homens, criando, pela primeira vez, seu próprio produto e renda: o café feminino (Café Feminino, 2022).

As cooperativas que desejem participar do programa devem se comprometer em oferecer “benefícios políticos e econômicos às agricultoras cooperadas”, incluindo: “direitos legais sobre a terra em que cultivam; cargos de liderança nas cooperativas; poder de decisão financeira e empresarial; e pagamento direto pelo café, incluindo um prêmio café feminino”. Quando isso ocorre, segundo o programa, as mulheres afirmaram que perceberam que ocorreram mudanças culturais positivas na vida delas, como: “reconhecimento pelo trabalho que realizam em casa e na propriedade; redução do abuso físico, emocional e sexual; aumento da renda familiar: aumento de homens participando de cuidados infantis e responsabilidades domésticas; aumento da frequência escolar entre as meninas” (ibidem).

Conforme já mencionado, a adoção desse programa está relacionada a um dos princípios para o recebimento da certificação *fair trade*, que é a equidade de gênero, no contexto da agricultura familiar. Apesar disso, Johannsen (2016) alerta que, muitas vezes, o comércio justo, mesmo tendo o intuito de auxiliar consumidores conscientes a evitar o apoio a rela-

ções comerciais que exploram os produtores dos países do Sul, ocorre um abuso das empresas que utilizam esse rótulo apenas para aproveitar seu potencial de *marketing*. No entanto, segundo o autor, o Peru é um exemplo de que “o Comércio Justo às vezes pode gerar benefícios econômicos e sociais significativos”, sobretudo porque o dinheiro recebido pela venda do café feminino tem como destino o financiamento de várias iniciativas de desenvolvimento (p.1).

Também existe um requisito para a adesão ao programa: os produtores devem ser mulheres detentoras oficial do título de propriedade das terras nas quais cultivam o café. Consequentemente, com isso, houve um grande incentivo e uma tendência à propriedade feminina da terra, bem como um aumento na independência econômica dessas mulheres. Além disso, essas cafeicultoras devem receber, diretamente, dois centavos extras por libra, juntamente com o prêmio padrão do comércio justo, cabendo a elas a decisão de como utilizá-lo em sua comunidade. Nessas condições, o café feminino garante 17 centavos a mais por libra de café do que, geralmente, os produtores dos países do Sul recebem. Também é necessário compromisso do Café Feminino de apoio às mulheres dos países do Norte. Para atingir esses requisitos, um dos caminhos é “garantir de que dois centavos extras por libra se destinem a financiar abrigos para mulheres nas comunidades, onde seu café é vendido” e o outro é “é incentivar seus parceiros comerciais do Norte a serem mais inclusivos para com as mulheres” (-Johannsen, 2016, p.2-3).

Nos países latino americanos citados anteriormente, o Programa Café Feminino está presente por meio das cooperativas, apresentadas na Tabela 1, com o ano que cada uma aderiu ao programa (em ordem cronológica), o número de mulheres membros e de mulheres líderes e o Mapa 2 mostra esses países e a quantidade de mulheres membros do Programa Café Feminino.

Tabela 1- Mulheres membros de cooperativas que aderiram ao programa Café Feminino na América Latina.

País	Cooperativa	Ano de adesão ao Programa	Número de membros mulheres	Número de mulheres líderes
Peru	CECANOR	2002	800	50
Colômbia	COSURCA	2004	438	26
Guatemala	ASOBARGRI	2005	161	3
Guatemala	NAHUALA	2005	70	6
México	CESMACH	2005	146	2
Bolívia	UNION PROAGRO	2009	42	2
Nicarágua	CORCASAN	2009	270	3
Brasil	COOPFAM	2013	59	4

Fonte: Sites do Programa Café Feminino e das cooperativas.

Mapa 2- Países da América Latina que aderiram ao Programa Café Feminino



Apesar da forma e dos requisitos para a adesão ao Programa Café Feminino serem praticamente os mesmos, cada país teve suas especificidades. As informações apresentadas a seguir foram retiradas do site do Programa Café Feminino e as publicações dele sobre o programa e seus resultados nos países: Bolívia, Colômbia, México, Nicarágua e Peru. Sobre o programa no Brasil, as informações são do site da COOPFAM.

No Peru, sua origem foi por meio da organização das cooperativas, criando a CECANOR, pós- crise nos preços do café orgânico na década de 1990. Com a obtenção da certificação do comércio justo, as mulheres membros da cooperativa, acreditando que tinham condições de produzir melhor que os homens, criaram seu rótulo próprio de café. A partir daí, tendo o controle econômico em suas mãos, essas mulheres passaram a utilizar os fundos do Café Feminino no investimento em projetos voltados à melhoria da comunidade, o que inclui a criação de bibliotecas, escolas, educação em saúde e nutrição, buscando desenvolver a autoestima, a consciência dos direitos humanos e alfabetização, sobretudo das mulheres – mães e filhas (CAFÉ FEMENINO PERU PROGRAM, s.d).

As mulheres do Café Feminino do Peru foram aos poucos encontrando soluções para os problemas de suas comunidade, dentre eles: comida segura, para combater os efeitos adversos desnutrição, por meio da realização de workshops sobre segurança alimentar; e diversificação de renda, como forma de combater a desigualdade de gênero na cafeicultura, reduzir a dependência econômica com relação aos homens e proporcionar o acesso a recursos produtivos, incentivando a criação de pequenos animais e produção de quinoa, ambos para a venda, bem como oferecer empréstimos para microempresas lideradas por mulheres (ibidem).

A renda adicional que essas cafeicultoras recebem, em sua maioria, se destina à educação de seus filhos, procurando modificar a cultura tradicional, na qual os meninos tinham prioridade na educação, buscando que a base educacional seja a mesma para meninos e meninas. Elas também foram importantes na capacitação de mulheres líderes para serem promotoras de saúde, sobretudo nos lugares mais remotos, onde ajudam a comunidade nos primeiros socorros básicos, oferecem oficinas sobre saúde reprodutiva e informam sobre prevenção de câncer de colo do útero e de mama (ibidem).

Nesse sentido, pode-se concluir que, passados quase 20 anos, houve uma diminuição nas taxas de violência doméstica e de desnutrição e aumento na

igualdade de renda. As mulheres perderam a timidez de falar em público e ocupam diversos cargos eletivos na diretoria das associações dentro da CECANOR. Isso significa que elas passaram a ter maior poder de decisão em suas comunidades, mais renda e mais dignidade (*ibidem*).

No caso das cafeicultoras da Colômbia, a adesão ao Café Feminino correu em 2004, quando as mulheres começaram a superar várias barreiras para se organizarem em torno de uma associação, dentro da COSURCA (Cooperativa do Sul de Cauca). No início, muitas não frequentavam as reuniões, por conta do estigma social contra as mulheres que saem de suas casas e pela baixa autoestima que elas tinham, sobretudo pela falta de acesso à educação formal. No entanto, elas se tornaram um exemplo de coragem e poder, não apenas perante suas comunidades, como também pelos governos locais, que apoiam o programa (CAFÉ FEMENINO COLOMBIA PROGRAM, s.d).

Em suas comunidades, elas criaram alguns projetos como o “Cozinhas Saudáveis”, por meio da arrecadação de fundos – junto à Fundação Café Feminino – e supervisão da instalação de fogões que não emitem fumaça dentro das casas, causadora de doenças pulmonares por várias gerações. Ademais, tal projeto incluiu formação para os jovens da comunidade, no qual, com foco no meio ambiente, eles aprenderam a substituir a palma pelo bambu nas construções das casas (*ibidem*).

Destaca-se que, no caso da Colômbia, por conta da demanda do tráfico de drogas, muitos agricultores preferem plantar coca ao invés do café, mas as mulheres do Programa Café Feminino defendem a expansão da cafeicultura, construindo um ambiente positivo e saudável em suas comunidades. Nesse sentido, essas mulheres sentem-se empoderadas com seus novos papéis como líderes comunidade e tomadoras de decisão (*ibidem*).

Na Guatemala, o Programa Café Feminino se faz presente em duas cooperativas. Na ASOBAGRI (Associação Barilense de Agricultores), iniciou-se em 2005, com a organização das cafeicultoras, buscando uma compensação justa por seu papel no setor e lutando contra o machismo, incluindo estigma cultural que discriminava mulheres sem homens. Destaca-se nesse grupo, um programa coordenado por elas, focado na capacitação profissional para suas filhas. Na outra cooperativa, a Nahuala, as mulheres superaram os homens, na qual elas usaram seu aumento de renda para, entre outras coisas, enviar seus filhos à escola e financiar um cargo de bibliotecária na comunidade (CAFÉ FEMENINO, 2022).

A adesão do México ao Café Feminino foi por meio da cooperativa CESMACH (Camponeses Ecológicos da Serra Madre de Chiapas), em 2005, como forma de “combater a compensação injusta e a disparidade econômica para as mulheres produtoras de café da região”. Desde que aderiram ao programa, essas mulheres conseguiram aumentar suas rendas, bem como sua capacidade de organização e oportunidades de liderança, por meio de uma capacitação que lhes permitisse sustentar suas famílias, em uma fase na qual a produção do café estava mais lenta, por causa da incidência da doença ferrugem nos cafezais² da região. Na verdade, embora a situação econômica dessas famílias produtoras de café sempre tenha sido difícil, a forma como as mulheres eram atingidas era ainda pior. Isso porque a migração dos homens para países estrangeiros as tornavam as únicas responsáveis pela renda de suas famílias, tendo que enfrentar preconceitos no mercado de trabalho (CAFÉ FEMENINO MEXICO PROGRAM, s.d).

Com o Café Feminino, além do acesso a uma parte da terra da propriedade, elas também passaram a entender como funciona a cooperativa, o que lhes permite ganhar mais confiança e experiência como líderes e tomadoras de decisões e avançar no sentido de ampliar o programa e buscar a construção de um futuro, que seja mais justo para seus filhos e netos. Para tanto, o programa implementou um projeto educacional, no qual as cooperadas têm a oportunidade de aprender sobre seu próprio valor pessoal, suas capacidades, bem como assumir papéis de liderança na indústria do café. Uma das oficinas ofertadas foi sobre o “desenvolvimento humano, gênero e direitos oportunistas dos homens e mulheres em áreas rurais”, a qual também contou com a participação dos homens, convidados pelas mulheres, que consideram a importância da compreensão deles também sobre esses tópicos. Com relação a suas comunidades, foram implementados programas voltados à saúde e à nutrição, com a produção de seus próprios alimentos por meio de hortas comunitárias e criação de galinhas, para que tenham acesso a dietas e ofertas nutricionais mais variadas (ibidem).

2 Ferrugem do cafeeiro é uma doença causada pelo fungo *Hemileia vastatrix*, que provoca queda precoce das folhas e seca dos ramos, afetando a produção de frutos do ano seguinte. É um patógeno que provoca prejuízos durante os anos de alta produção da cultura. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/problemas/ferrugem-do-cafeeiro_1532.html Acesso em: 29 ago. 2023.

Na Bolívia, por meio da cooperativa União Proagro (Associação de produtores Agropecuários), as mulheres criaram uma associação e aderiram ao Programa Café Feminino, em 2009, conseguindo, assim, aumentar suas rendas, suas capacidades de organização e oportunidades de liderança, ocupando cargos elevados na direção da cooperativa. No entanto, elas tiveram que superar muitas barreiras, que inclui o isolamento geográfico, terrenos acidentados e seu tradicional status de inferioridade social (CAFÉ FEMENINO BOLIVIA PROGRAM, s.d).

Para essas mulheres, ter seus nomes incluídos no título da terra da família, representou muita coisa, pois no caso de separação/abandono ou viuvez, a terra fica com ela, o que garante o sustento dos filhos. Além do mais, isso gera autoestima para quem estava acostumada a apenas servir aos seus maridos, uma que vez que passaram a ter um espaço dentro da cooperativa, com oportunidade de aprendizado, de terem suas vozes, ideias e opiniões ouvidas, no mais alto nível de liderança. Por isso, se tornaram mulheres de negócio, podendo decidir seu próprio destino, de modo que poderão utilizar esse dinheiro com seus filhos e sua comunidade (ibidem).

Por meio do programa, elas construíram uma rede de organização, comunicação e acesso a recursos, sendo possível implantar, nessas comunidades, educação em informática (cursos básicos) e contabilidade (*workshops* sobre assuntos relacionados a assuntos relacionados a cálculo matemático, contabilidade e informações), bem como capacitar e apoiar agentes de saúde (fornecimento de vacinas, kits de medicamentos e informações nas comunidades). Para elas também é oferecido oficinas de treinamento sobre a indústria do café, nas quais aprendem mais sobre todas as fases da cadeia produtiva do café, inclusive para além da sua cooperativa (ibidem).

A adesão das agricultoras da Nicarágua ao Programa Café Feminino ocorreu, primeiramente, em 2009, por meio de uma organização sem fins lucrativos chamada La Fem, que deu origem à sua própria cooperativa, a Las Diosas que, mesmo com dificuldades enfrentadas por conta da escassez de café especial para produzir e exportar, provocada pelo ataque da ferrugem – como também ocorreu no México –, perseveraram a produção do Café Feminino. Para tanto, criaram um plano estratégico de 5 anos para que pudesse organizar um segundo Programa Café Feminino, por meio da

CORCASAN (Cooperativa Regional de Cafeicultores de San Juan de Rio Coco), que a elas se juntou em 2017 (CAFÉ FEMENINO NICARAGUA PROGRAM, s.d).

Essa rede de organização, comunicação e acesso a recursos permitiu a essas mulheres aumento de suas rendas, capacidade de organização e suas oportunidades de liderança. Além disso, tornou-se possível o planejamento de um futuro melhor para suas famílias, comunidades e elas mesmas. O aumento a renda ocorreu, principalmente, por conta do prêmio que elas recebem individualmente pela produção do café feminino, o que possibilitou o financiamento das necessidades educacionais de seus filhos e, sobretudo, o envio de suas filhas à escola, sendo que em muitos casos elas se tornaram as primeiras mulheres de suas famílias que receberam a educação formal (ibidem).

Na cafeicultura brasileira, o café feminino está presente na COOPFAM, no mesmo contexto dos demais países, no qual as cooperadas produzem e vendem seu café com sua marca (Café Feminino Orgânico e Café Feminino Sustentável). No site da cooperativa, a explicação é que esse programa resultou da união de uma proposta de mercado (Comércio Justo) com a articulação do grupo MOBI, criado em 2005, sendo essas produtoras de café orgânico que pretendiam se organizar para que seu trabalho na agricultura fosse reconhecido e que tivessem direito de cooperar na COOPFAM. Mas o lançamento do Programa Café Feminino ocorreu em 2013, na Semana Internacional do Café. Além do café, as mulheres do MOBI também produzem flores e artesanato. Elas buscam, por meio de cursos e seminários, aprender, sobretudo, novas técnicas de produção, além de participarem de eventos divulgando o “café feminino”, como ocorreu na Copa do Mundo, em 2014, e nas Olimpíadas do Rio, ambas no Rio de Janeiro (COOPFAM, 2022).

O protagonismo dessas mulheres transparece na denominada Certificação Participativa do Café Feminino, que é uma metodologia de trabalho de base, no qual promovem dias no campo para trocas de experiências e acolhimento entre elas. Nesse sentido, desde que aderiram ao programa Café Feminino, as agricultoras da COOPFAM também aumentaram sua renda, sua capacidade de organização e suas oportunidades de liderança (ibidem). Esse assunto será o tema da próxima seção do texto.

Mulheres cooperadas da COOPFAM

Existem diversas cooperativas voltadas à cafeicultura no Sul de Minas Gerais, que desempenham formas diferenciadas, tanto no número de cooperados quanto nas filosofias e formas de mercado, sendo que algumas delas funcionam como grandes empresas, já outras com o cooperativismo mais tradicional (Broggio; Drouler e Grandjean, 1999). Todavia, a única que tem se dedicado à comercialização do café orgânico é a COOPFAM que, conforme já mencionado, aderiu ao café feminino por conta do comércio justo e da exigência da equidade de gênero entre seus cooperados.

Em 2018, o número de associados ativos na cooperativa era de 460³, sendo que as mulheres representavam apenas 21%. Apesar dessa baixa porcentagem, segundo o ex-presidente, isso representa um avanço, pois no início, apenas 5% das mulheres participavam da cooperativa (Pereira, 2017). É ele também que relata a história da cooperativa, que ajuda a compreender esse contexto de participação feminina como cooperada.

A COOPFAM surgiu da consciência de alguns produtores, que perceberam a necessidade de melhorias para maior qualidade de vida. Sendo assim, era necessário eliminar os atravessadores e para facilitar e melhorar o mercado e, sobretudo, buscar o controle sobre o êxodo rural que vinha se intensificando no município de Poço Fundo, onde a cooperativa está instalada, conforme já informado. A alternativa encontrada foi a produção de café, pós-década de 1980, substituindo a produção de fumo que, até então era a principal econômica do município, mas com baixa geração de renda aos produtores. Nesse sentido, a cafeicultura surgiu como alternativa de melhorar a economia e diminuir o êxodo rural. No início, a organização dos agricultores se deu com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1983, sendo que, em 1991, foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo, com parcerias com ONGs e, em 1994, decidiram que o café seria o nicho de mercado, a partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRT)⁴, o que culminou na opção pelo sistema produ-

3 Em 2022, esse número aumentou para 492 associados, segundo informações da COOPFAM.

4 O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes

ção orgânica. Isso também se explica, segundo ele, pelo fato de que alguns desses agricultores já tinham consciência sobre as consequências negativas do uso de agrotóxico em suas culturas agrícolas (Pereira, 2017).

Em 1996, ocorre uma viagem de representantes da associação à Alemanha, onde obtêm conhecimento sobre o significado do *fair trade*. Em 1997, eles conseguem a certificação orgânica pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e, em 1998, a do *fair trade*. Destaca-se que essa foi a primeira organização no Brasil a ter essa certificação. Em 2001, ocorreu a primeira venda ao mercado internacional, na qual tiveram que enfrentar algumas dificuldades, por conta das exigências do mercado internacional, em termos de qualidade, que eles ainda não tinham. Em 2003, a COOPFAM é fundada e, desde então, ela tem promovido melhorias na vida de seus cooperados e ampliado a entrada de novos (Pereira, 2017).

Em 2002, a cooperativa iniciou suas certificações orgânicas, com a certificadora Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo certificado BCS, que é reconhecido internacionalmente e o certificado de Fair Trade Label Organization (FLO), que é uma “entidade mundial coordenadora do mercado justo e solidário” (Oliveira; Araújo; Santos, 2006, p.2018).

De acordo com o ex-presidente da COOPFAM, por conta do comércio justo, a cooperativa tem que realizar, constantemente, adequações ambientais, visando o desenvolvimento sustentável da comunidade, dentre os quais projetos de educação continuada de crianças, oferta de cursos e treinamentos, programas de inclusão digital, atendimento a idosos e convênios de saúde, construção de fossas sépticas rurais, além de assessoria jurídica, entre outros (Pereira, 2017). Destaca-se que novos projetos foram sendo incluídos por meio dos projetos desenvolvidos pelo programa Cadeia do Bem, que tem quatro pilares, com suas respectivas temáticas, que norteiam os projetos: café (Desenvolvimento do produtor e do café), meio ambiente (Proteção do meio ambiente), família (Desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da família cooperada) e comunidade (Desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da Comunidade) (COOPFAM, 2022).

poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas (Verdejo, 2006, p.12).

No caso da Certificação Participativa do Café Feminino, de acordo com o site da cooperativa, os objetivos são: valorização e protagonismo da mulher na produção de café; valorização dos saberes das mulheres e troca de experiências; envolvimento da cooperada com ações da COOPFAM; geração de renda para mulheres e fortalecimento do trabalho das famílias cooperadas; credibilidade, confiança, rastreabilidade da marca Café Feminino COOPFAM (COOPFAM, 2022).

O ex-presidente da COOPFAM explicou, assim, a origem do Programa Café Feminino na cooperativa:

A ideia de café feminino surgiu junto a uma empresa internacional (OPTCO), uma parceria com os Estados Unidos que foram nos anos de 2008 e 2009, depois o projeto parou. Depois, quando a cooperativa foi lançar o café Familiar da Terra, que foi definir as linhas que seriam lançadas, conversando com as mulheres, surgiu a ideia de lançar também o café feminino e depois, em 2015, o projeto com os Estados Unidos surgiu novamente. Hoje além da venda no Brasil, elas também exportam o café feminino. Hoje, elas tem dois mercados de café: um é o industrializado, com a marca café Familiar da Terra e o café natura, que vende para os Estados Unidos, onde tem o projeto de café feminino lá. Nas duas comercializações elas recebem prêmios em dinheiro, que são revertidos para o MOBI, elas definem como investir (PEREIRA, 2017).

Nesse sentido, o MOBI representou uma importante forma de articulação delas, no sentido de serem ouvidas e, posteriormente, apresentarem propostas e participarem do quadro da diretoria da cooperativa (COOPFAM, 2022). No entanto, a participação das mulheres no grupo ainda não é muito significativa. Para se ter uma ideia, quando foram realizadas as entrevistas com as 15 cooperadas, em 2018, apenas oito participavam do MOBI, ou seja, um pouco mais da metade. Os motivos da não participação variam: pouco tempo como cooperada, afazeres domésticos e agrícolas, gravidez, filhos pequenos, ou seja, a maioria deles tem a ver com a jornada de trabalho na agricultura familiar que, no caso das entrevistadas, é tripla: casa (atividades domésticas, filhos e idosos), quintal (horta, animais e terreiro para secagem de café na época da colheita) e roçado (nas mais variadas atividades no cafezal). Daí, não sobra muito tempo para participar das reuniões, caso não tenham apoio dos esposos e filhos.

É importante ressaltar que, em fevereiro de 2019, o grupo mudou seu nome para Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade, ou seja, substituíram a independência por igualdade, certamente porque esse último conceito é mais amplo. Inclusive, é o objetivo 5, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁵ (ODS), estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que pretende que “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. No caso das mulheres do MOBI, pode-se destacar os objetivos específicos: “5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” e “5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais” (ONU, 2022).

De acordo com as mulheres entrevistadas, inicialmente enfrentaram uma série de dificuldades no processo de aceitação por parte de alguns cooperados, porém com a luta e participação ativa dentro da cooperativa, foram, aos poucos, conquistando espaços, já que antes de serem cooperadas, não participavam das reuniões e não possuíam direito a voto. Geralmente, elas ficavam do lado de fora, esperando os maridos, embora as decisões pudessem beneficiar a propriedade familiar, na qual tinham parte. Nesse sentido, também não tinham possibilidade de ocupar qualquer cargo de liderança, algo bem diferente do que ocorreu após a participação delas no grupo.

No início dele (MOBI) foi uma batalha para conseguir esse espaço dentro da cooperativa, porque na época era um outro presidente, era uma outra diretoria, era uma outra história. E elas não votavam, iam com os maridos na assembleia e ficavam do lado de fora esperando os marido decidirem. Antes do MOBI, as mulheres não podiam votar, não tinha nenhum cargo em liderança, o que aconteceu foi uma conquista do grupo de mulheres,

5 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU, 2022).

então não foi uma iniciativa da cooperativa. E isso mudou hoje, porque a partir do momento, e já tá fazendo uns 8 anos mais ou menos, com a nova diretoria que começou a valorizar mais o MOBI, os trabalhos do MOBI, o café feminino, e hoje as mulheres cooperadas. Foi uma conquista elas lutaram muito para conseguir espaço dentro da COOPFAM (Entrevistada 14).

Segundo o ex-presidente da cooperativa, o MOBI recebe um “prêmio” do Comércio Justo, que é revertido na produção das participantes e no próprio grupo. Na verdade, são dois tipos de prêmio, o outro é enviado para os cooperados para a utilização da produção e para cooperativa de acordo com as sacas comercializadas, para a realização de projetos e demandas da cooperativa (Pereira, 2017).

A participação das mulheres no grupo MOBI e sobretudo na produção cafeeira criou para elas uma independência financeira e uma maior valorização de seu trabalho, mesmo a renda sendo conjunta com a família. Isso significa muito porque, segundo uma das entrevistadas, “[...] antes de eu participar da cooperativa, o café era só no nome dele (esposo), hoje eu tenho uma conta só minha, e não preciso ficar pedindo para ele. É outra autonomia, é uma liberdade que a gente tem” (Entrevistada 8).

A renda é um fator determinante para a permanência dos produtores no campo, afinal é fruto do trabalho dos agricultores. Dessa forma, essa autonomia de renda entre as cooperadas, além de valorizar e garantir a permanência das agricultoras no campo, pode ser vista como uma influência de permanência e sucessão geracional das futuras gerações, que começam a enxergar alternativas de produção.

Dentro do contexto já explicado, o Programa Café Feminino atua para que as mulheres também assumam cargos de liderança e na COOPFAM não foi diferente. Elas estão presentes tanto no núcleos de cooperados, nos bairros rurais do municípios onde existem cooperados dessa cooperativa quanto na diretoria dela.

Em 2022, inclusive, uma delas está à frente da presidência da COOPFAM. Quando ainda ocupava o cargo de vice-presidente, nos concedeu uma entrevista, em 2018, destacando a importância do MOBI em sua trajetória como liderança na cooperativa⁶.

6 Vânia Lúcia Pereira está em seu segundo mandato como diretora-presidente da

[...] Depois do MOBI, que eu fui conhecer a COOPFAM, meu marido era cooperado a muitos anos, mas eu não conhecia, não participava de nada. Eu era alheia, não sabia nada de café. Não participava de nada. Depois do MOBI, comecei a participar, depois pelo próprio grupo fui indicada para diretoria e estou na diretoria graças ao grupo MOBI. Devo muito ao grupo e pretendo sempre ajudar com o grupo, independente de eu estar na diretoria ou não. Na verdade, esse trabalho na diretoria, não vou falar que ele me afastou do MOBI, mas precisa dedicar um tempo mais, exige mais tempo da gente e me fez não dedicar tanto o MOBI. Tinha reuniões, algumas coisas para resolver que era no dia na reunião do MOBI, então não dava para eu ir. Planejamento desse ano que era muito importante, para esse ano de 2018, eu não estava, pois estava ocupada resolvendo questões da diretoria. Mas dá para ir dividindo o pouquinho (Entrevistada 14).

O fato de ter uma mulher como presidente da cooperativa certamente contribui para que as outras cafeicultoras tenham interesse em se tornar cooperadas e, principalmente, que acreditem em seu potencial para cargos de liderança na COOPFAM, pois conforme relato feito pela referida presidente ao Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais (CC-CMG), em 2019:

[...] Enquanto nós ficamos com medo, inseguras, e não arriscar, não ter a coragem, não entraremos nesse círculo onde a maioria são homens. Principalmente falando da questão da agricultura, do cultivo do café, em que existe muito tabu, muito preconceito com a mulher. Nós somos capazes, nós também podemos fazer um bom trabalho.

Para Nobre (1998), o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, seja como autônomas, ligadas ao movimento sindical, associações de pequenos produtores, cooperadas, etc., tem contribuído na construção da identidade política das agricultoras e no seu reconhecimento público.

COOPFAM, sendo que o primeiro foi de 2019 a 2021 e o segundo se iniciou em 2022 e deverá terminar em 2024.

Vida das mulheres em casa, na roça e na sociedade

O trabalho das mulheres existe ao longo da história da nossa sociedade, mas é raramente visto como trabalho, e muitas vezes é considerado como “ajuda”. Em geral, na agricultura familiar, a mulher é excluída das decisões do próprio empreendimento e da casa, não possui acesso direto ao dinheiro e, mesmo com o trabalho intenso, ainda assim é invisível.

Paulilo (2004) argumenta que separar o trabalho doméstico do que seria o trabalho produtivo, nessas condições, não se realiza de forma simples no espaço rural. Enquanto a família existe como unidade produtiva, mulheres e crianças estão diretamente envolvidas no que é considerado uma atividade econômica e, com o capitalismo, o papel da mulher foi supostamente atribuído à situação social tradicional, ou seja, de subordinação e desvalorização do seu trabalho. A autora complementa:

[...] é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça como marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso (p.245).

Sendo assim, como historicamente a mulher vem desempenhando a função de principal responsável pela casa e família, este espaço foi se tornando sua excelência, a ponto de a sociedade admitir que somente seria aceitável o trabalho feminino por necessidade financeira (Paulilo, 2004).

Além disso, mesmo que mulheres e crianças trabalhem a mesma quantidade de horas que os homens nas atividades agrícolas, o valor recebido por elas como pagamento é menor, pois o rendimento é determinado pelo sexo e idade de quem recebe. Desse modo, o esforço físico é apontado como uma das razões para os homens executarem os trabalhos agrícolas por isso são considerados mais importantes (Nobre, 1998). O fato de o trabalho ser “leve” ou “pesado” varia conforme o sexo do trabalhador, as condições de exploração da terra e o trabalho feminino na maioria das vezes é visto como mais barato, tanto no campo quanto na cidade (Paulilo, 1987).

Há, portanto, uma divisão sexual do trabalho, que está diretamente associada à família e aos papéis que ela perpetua. Conforme Carneiro (1981,

p.9), as “tarefas atribuídas às mulheres são resultado de um processo determinado não apenas pelas condições sociais gerais em que ela se encontra (tipo de formação social, forma de produção) como também pela história de seu próprio ciclo familiar”. A autora acredita também que a tentativa de tornar a mulher invisível, por trás do mundo masculino, do público, da produção, da roça, tem resultado na posição subordinada, que limita sua influência nas decisões que se referem apenas ao domínio doméstico (*ibidem*). Logo, se o trabalho da mulher já é confundido como trabalho doméstico, pois é considerado reprodutivo, isto é, que não gera renda, no campo esse trabalho é ainda menos reconhecido.

Segundo Brumer e Anjos (2008), a reprodução da agricultura familiar a curto prazo envolve questões relacionadas às formas, meio de produção e organização, que inclui a divisão de trabalho entre os membros da família e as relações sociais determinadas entre outros agentes sociais e instituições. De tal forma, pode-se considerar que espaços antes dominados por homens são da mulher também, bem como a luta feminina pelo desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero, para que a mulher participe efetivamente das decisões a versar sobre a cafeicultura, diversidade produtiva e produção familiar. Ademais, segundo Camardelo, Araujo e Steinmetz (2021), a igualdade de gênero contribui para o crescimento econômico, efetivação dos direitos humanos, erradicação da pobreza, e sobretudo estabilidade social e política.

No caso específico das cooperadas da COOPFAM que participaram dessa pesquisa, todas são mães, possuem, em média, dois filhos, sendo a maioria do sexo feminino (60%). A faixa etária predominante delas foi entre 30 e 49 anos (80%) e com atuação em praticamente todas as tarefas nos cafezais, por conta do fato de que grande parte delas ter sido criada no campo e ter aprendido a trabalhar com o café desde criança, com a família. Assim, muitas atuam desde o plantio até a administração da propriedade, além dos afazeres domésticos e reuniões com a cooperativa, conforme esses relatos:

Em todas, todas (atividades)! No café, não existe coisa que eu não faça! Antes eu ia pra lavoura mesmo sabe, antes, só que depois de um certo tempo agora, de uns 3 anos pra cá eu tive um problema na coluna, aí eu fico no serviço mais maneiro que é secador, terreiro, tem o serviço de casa, então (Entrevistada 15).

(Faz) De tudo: planejamento, administração, passo e-mail. Não gosto muito de mas encaro. É... capino, adubo, é... Não trabalho com roçadeira porque eu sou muito “8 ou 80”. Então, eu acho que não vai ser pra mim. Não trabalho com bomba braçal de café, então são os dois trabalhos que eu não faço. O resto eu faço tudo, desbroto, colho, capino, planto, colho milho, colho café, o que precisar (Entrevistada 9).

Pelo lado dos homens o mesmo não ocorre, ou seja, nem sempre eles dividem as atividades domésticas com elas.

[...] algumas disseram que os homens da casa até ajudam, mas apenas quando há necessidade, como em caso de doença da esposa ou algum compromisso fora da propriedade, ficando a maior parte para elas e as filhas. No entanto, principalmente no caso dos casais mais jovens, essa participação dos homens é maior e há uma preocupação das mães em educar seus filhos homens para a divisão das tarefas domésticas. Relataram que isso é um avanço porque na época de suas mães isso nem era cogitado pelos pais e irmãos (Vale *et al.*, 2019).

Para algumas delas, a valorização no ambiente da unidade de produção familiar é reflexo da evolução do papel que desempenham na cooperativa, sobretudo por conta do MOBI e do café feminino.

[...] é nos dias de hoje eu acho que a cabeça do homem mudou um pouco né! Há um tempo atrás não, mulher não era muito valorizada, ela era, mas eu acho que a partir de um tempo pra cá, eles foi tendo uma outra mentalidade. Ajuda muito, a COOPFAM, ela nos proporciona muito ali, a parte, eu acho de recursos humanos. As pessoas aprendem muito a trabalhar a lidar com pessoas né! E acho, que a partir do momento que você passa a fazer parte, trabalhar, atuar ali, a pessoa tem a visão mais ampla de tudo, passa a visualizar as coisas de maneira diferente (Entrevistada 6).

Agora eu acho que sim, acho que eles estão reconhecendo a mulher, principalmente no rural. Porque antes a mulher era tratada igual a cachorro. Porque antigamente só os homens que tinham direito. Em alguns lugares ainda é. Algumas coisas ainda é, mas eu falo assim na zona rural, como esse café feminino (Entrevistada 1).

É fato que essa desigualdade de gênero na agricultura familiar pode ter origem na forma diferente como os filhos são criados, já que meninos e meninas são criados praticamente iguais até os cinco anos. A partir dessa idade, geralmente, as meninas tendem a seguir a mãe no aprendizado dos afazeres domésticos, enquanto os meninos seguem o pai nas atividades agrícolas, na roça e podem ter mais tempo com as brincadeiras do que elas. Na adolescência, as diferenças se ampliam quando aos rapazes é permitido sair de casa, enquanto as moças devem ficar a maior do tempo com a família, sem se expor muito, para que corram o risco de “cair na vida” (Nobre, 1998).

Por isso, foi importante entender como isso vem ocorrendo com os filhos das mulheres do café feminino da COOPFAM. As respostas foram, obviamente, das mulheres que tiveram filhos dos dois gêneros. Uma das entrevistadas relatou que o filho e a filha atuam tanto na roça quanto nos afazeres domésticos porque ela os educou cedo para que aprendessem a dividir as tarefas. Mesmo no caso de uma cafeicultora que tem apenas um filho e ele é homem, a questão da divisão de tarefas doméstica se destaca, pelo menos enquanto ele não comece a trabalhar na lavoura: “[...] meu filho, não é porque é menino que não me ajuda com o serviço doméstico não, ele me ajuda. Ele tem 11 anos, por enquanto não trabalha na roça, mais no dia-dia, ali dentro de casa nós divide as tarefas” (Entrevistada 13).

No caso de duas entrevistadas, a situação foi diferente porque as filhas optaram por cursar o ensino superior (Ciências Biológicas e Fisioterapia) e foram morar em outra cidade. Elas auxiliam na casa nos finais de semana e no cafezal durante suas férias. Quanto aos filhos homens, esses atuam mais nas atividades agrícolas e, certamente, ao terminarem o ensino médio – o que é uma exigência para se associar à cooperativa – deverão permanecer residindo na propriedade familiar e dando prosseguimento à produção de café, sobretudo o orgânico, que tem valor maior que o convencional. Mas também teve uma cafeicultora que acha que é essa divisão desigual de tarefas é natural porque tem a ver com a afinidade com a atividade e não com a questão do gênero, uma vez que acredita que a filha “gosta e tudo, ela fala em um tanto de profissão mesmo pequenininha”, enquanto que o filho “é firme no que quer fazer, acho que ele vê o pai fazer” (atividades agrícolas). Sendo assim, a filha que “é mais espontânea, acho que ela não vai ficar no campo” (Entrevistada 3).

Pelo fato de receberem separadamente pelo café feminino, será que elas se sentem mais independente economicamente? A grande maioria delas respondeu que não muda muita coisa, porque o dinheiro será sempre da família e que tanto o dinheiro recebido por sua parte quanto a do marido é utilizada para as necessidades da família e o que sobra decidem juntos sobre seu destino. No entanto, é claro que elas consideram tem mais liberdade de comprar algo que desejem do que se tivesse que pedir dinheiro ao marido. Uma delas, inclusive, considera que isso significa ter autonomia financeira.

Eu vejo assim: não é porque eu tenho a minha lavoura e eu tenho o meu dinheiro eu vou ser mais importante e vice e versa isso seria. Mas eu vejo a importância de ter essa autonomia financeira. Assim, meio que uma autonomia, não uma autonomia total porque a gente tem os princípios de comunidade, de igreja, então assim a gente não consegue falar de visão se, no entanto, a gente não discute união, que junto a gente é mais forte, que nós estamos numa rede cooperativa. Então não é o nosso idealismo falar de eu, sozinha. Num momento de falar de mulher é eu. No ponto de vista de uma mulher, tem 50 mil vai investir no quê? Pergunta para um homem e para uma mulher as respostas vão ser diferentes. Aí tem que alinhar, tem que equilibrar porque é uma propriedade da família, é uma família (Entrevistada 9).

Outra questão importante, foi entender se para as mulheres do café Feminino, a mudança no sistema de produção de café, ou seja, a transição do convencional para o orgânico, é um motivo muito forte para permanecerem no campo. Segundo boa parte das entrevistadas, além do valor superior pago pela saca de café orgânico⁷ com relação ao convencional, o mais importante é o fato de produzir alimentos saudáveis, sem a utilização do agrotóxico, contribui para uma vida mais saudável dessas famílias.

Sim, hoje (pensa em permanecer no campo), pois quando eu era adolescente eu não teria esse pensamento. Hoje eu vejo que pra gente é uma das

7 No dia 30/06/2022, o preço da saca de café convencional (60 kg) está por volta de R\$1.350,00 (CCMMMG). Para o café orgânico na safra 2021/22, em média, o preço tem um valor de 20% a mais.

melhores opções. A gente vive em lugar tranquilo, tem água, tem luz, tem internet, não deixa nada a desejar. E a tranquilidade! Tudo que você planta você colhe. Agora principalmente que a agricultura é voltada para a orgânica e você sabe que é um produto de qualidade e causa o mínimo de impacto possível no meio ambiente, para a saúde da gente, pois você está na lavoura todo dia. Eu acho que para gente é muito bom, você produzir o orgânico está dando certo e ainda está sustentando a família (Entrevistada 3).

Todavia, elas têm consciência das dificuldades da agricultura familiar brasileira e acreditam que ela necessita de apoio e principalmente valorização do trabalho familiar, além de projetos que auxiliem as famílias a planejarem melhor suas rendas e investimentos. Mais especificamente sobre a situação da cafeicultura orgânica, as mulheres acreditam que o incentivo é fundamental para este novo modo de produção, além disso, como o trabalho é exclusivamente familiar, no processo de venda do café, este quesito deveria pesar e ser mais bem avaliado. Algumas delas acreditam que a família tem mais apoio da COOPFAM do que do governo.

Eu acho muito mal, tem que melhorar, acho que tinha que ter um foco maior, porque é uma das coisas muito importante que uma boa parte é a zona rural que sustenta, então acho que tinha que ter uma visão melhor, uns projetos para valorizar mais a zona rural. E melhorando para a gente acaba melhorando para um todo. No café que acho que deveria ser mais valorizado. A cooperativa não tem muita coisa para fazer, mais acho que ela ainda poderia melhorar para os cooperados, é uma cooperativa muito transparente. Mais acho que deveria vim mais lá de cima, do governo e ter uma visão mais focada para a zona rural ... E não temos renda mensal, o produtor rural tem renda anual, então você tem que sentar e fazer um projeto, pois aquele dinheiro que você vai gastar e o dinheiro do ano, ali você vai colocar o custo pessoal da casa e mais da metade retorna para a lavoura, e a outra metade tem que passar o ano (Entrevistada 13).

Por fim, restava saber se elas se sentem, realmente, valorizadas pela COOPFAM. A maioria respondeu que sim, em comparação com outras cooperativas da região, mas que ainda há um longo caminho a percorrer com relação à participação feminina.

Acredito que sim, a gente tem muito que trabalhar ainda, pois são 450 famílias, e tão assim se for pensar é um trabalho até pequeno com mulheres, a gente tá buscando caminhando para conseguir que atinja o maior número de mulheres. No mínimo tem 450 mulheres lá na cooperativa. [...] Tudo tem como melhorar, acho que nem é só a cooperativa, mais a cooperativa pode incentivar e as mulheres querem estar junto. Até então a maioria dos cooperados são mais velhos, não são jovens, e eles precisam compreender que o trabalho da mulher precisa ser valorizado, conscientizar as mulheres a participar mais das reuniões, mostrar que elas também podem tomar decisões. Então é uma via de mão dupla a COOPFAM e tanto as mulheres precisam entender isso (Entrevistada 3).

Portanto, o caso do café feminino da COOPFAM mostra que é necessário romper com a lógica de produção masculina, que invisibiliza a parcela da sociedade constituída pelas mulheres (Santos, 2020), pois o trabalho feminino, principalmente, envolvido em redes de produção de café foi conquistado e ampliado em um ambiente dado como masculino. Para além do econômico, a mulher vem exercendo suas funções e trabalhos, indo além da linha divisória que o patriarcado impõe.

Existe mesmo independência, emancipação e empoderamento para essas mulheres?

Está muito claro que o Programa Café Feminino, embora tenha surgido pela iniciativa de uma ONG norte-americana e da obrigatoriedade da certificação do comércio justo, suas parcerias com as cooperativas dos países latino-americanos e africanos, nos quais as condições de vida dos agricultores, geralmente, são difíceis, especialmente para as mulheres, têm mostrado bons resultados em termos de busca pela equidade de gênero.

O primeiro passo, certamente, foi permitir que essas mulheres entrem nas cooperativas pela porta da frente, como cooperadas e não somente como esposas que ficam do lado de fora, esperando terminar as reuniões, nas quais só os homens da família participavam, seu pai ou marido, principalmente. A partir do momento em que se separa uma parte da propriedade onde elas passam a plantar e colher os grãos de café que podem chamar

de seu e que a cooperativa o denomina como café feminino, que é produzido por elas – mesmo contando com a ajuda de membros homens da família –, isso faz uma enorme diferença para sua autoestima. Uma coisa é falar “nosso” cafezal, outra coisa é o “meu”.

Uma vez dentro da cooperativa, terão oportunidade de fazer cursos, no sentido de obter informações a respeito do funcionamento da cadeia produtiva do café desde a melhor forma de produzir, especialmente, na lógica do sistema orgânico até as negociações de sua produção. Sabe-se que, geralmente, essas mulheres não tiveram oportunidade de concluir seus estudos ou até mesmo de frequentar a escola, nos casos de regiões mais remotas. Ainda assim, esse não é impeditivo para que possam adquirir esse conhecimento, já que para os homens nunca foi, ou seja, mesmo sem acesso à educação formal, eles sempre estiveram presentes nas decisões das cooperativas. Esse é outro ponto, o fato de o café feminino ter lhes possibilitado serem ouvidas e votarem, decidindo o que é melhor para as famílias cooperadas e sua comunidade. E mais: se tornando lideranças e passando a integrar a diretoria da cooperativa.

Tudo isso parece um grande avanço, uma vez que muitas dessas mulheres nem de casa saíam porque os maridos não deixavam ou que a vizinhança falava mal de sua reputação. Com o café feminino, muitas já viajaram até para outros países, representando a marca.

No caso das mulheres da COOPFAM, o MOBI foi a oportunidade que tiveram de se organizar e levar adiante a ideia de igualdade com relação aos homens dentro da cooperativa, tanto é que até mudaram o nome do grupo “de busca pela independência” para “busca pela igualdade”, uma vez que o que buscam vai além da independência econômica, até porque, no fim das contas, a vida em uma propriedade familiar leva sempre a pensar no coletivo, na família. Assim, o “seu dinheiro” com a venda da produção do café feminino acaba sendo sempre investido nos interesses da família. A igualdade, por sua vez, deve possibilitar que atuem na cooperativa de igual para igual com os homens, participando das decisões, inclusive como membros da diretoria e até sendo a diretora-presidente, como é o caso da gestão, em 2022.

Todavia, essas conquistas não podem ficar restritas à cooperativa, pois é preciso que a emancipação, o empoderamento e a igualdade também cheguem ao núcleo familiar. Aí, se mudar a mentalidade do marido é mais

difícil, cabe a elas começar com a educação de seus filhos, na divisão das tarefas domésticas e agrícolas, mostrando que ela pode ser coletiva, que não existe “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Todos podem atuar no que quiserem e puderem. Assim, estarão ajudando a mudar a mentalidade machista e dando mais oportunidade para que as filhas mulheres possam permanecer na propriedade rural, porque serão valorizadas, não tendo interesse em buscar emprego na cidade. Obviamente que a questão é mais complexa, que para isso também são necessárias políticas públicas que valorizem a agricultura familiar. No entanto, se o que existe no momento é um programa na cooperativa que está incentivando essas mulheres a produzirem um café com a identidade delas, esse é um caminho que, apesar de ter muitas conquistas pela frente, pode mudar a realidade local, que no caso de Poço Fundo está mostrando que é possível. E, cabe a nós, pesquisadoras, darmos visibilidade à luta das conquistas delas, para que tenhamos esperança numa sociedade mais justa para todes.

Referências

- BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA (UNESP)**, v. 11, p. 1–12, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso: 7 jun. 2022.
- CAFÉ FEMENINO, 2022. Disponível em: <https://www.cafefemenino.com>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAFÉ FEMININO Brasil. Disponível em: <https://www.crazilafefemenino.com/brazil>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAFÉ FEMENINO Bolivia Program. Cafefemenino.com. s/d. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5aaae61c3917ee5c7288b027/t/5b229c98aa4a99d78f2089ae/1528994971635/CF-PP_bolivia_6.13.18.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAFÉ FEMININO Colômbia Program. Cafefemenino.com. s/d. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5aaae61c3917ee5c7288b027/t/5b21976c2b6a28905185211c/1528928110966/CF-PP_colombia_6.12.18.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAFÉ FEMININO Guatemala. Disponível em: <https://www.cafefemenino.com/guatemala>. Acesso em: 29 jun. 2022.

- CAFÉ FEMENINO Mexico Program. Cafefemenino.com. s/d. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5aaae61c3917ee5c7288b027/t/5bec930bb8a045ec73062cb5/1542230808206/CF-PP_mexico_8.31.18.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAFÉ FEMENINO Nicaragua Program. Cafefemenino.com. s/d. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5aaae61c3917ee5c7288b027/t/5b2d5f5570a6ad2b423ee367/1529700196795/CF-PP_nicaragua_6.21.18.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAFÉ FEMENINO Peru Program. Cafefemenino.com. s/d. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5aaae61c3917ee5c7288b027/t/5b2196ebf950b718128942fb/1528927982900/CF-PP_Peru_6.5.18.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAMARDELO, A. M. P.; ARAUJO, T. L. R.; STEINMETZ, W. (Org.). **Direitos fundamentais, ecofeminismo e gênero**. Caxias do Sul: Educus, 2021.
- CARNEIRO, M. J. **Ajuda e Trabalho: a subordinação da mulher no campo**. Trabalho apresentado no Congresso da ANPOCS, 1981. Mimeo. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/5-encontro-anual-da-anpocs/gt-6/gt12=5-5596/-mariacarneiro-ajuda?path-5-encontro-anual-da-anpocs/gt-6/gt12-5>. Acesso: 16 jun. 2022.
- COOPFAM. Curiosidades sobre o Café Feminino. 2022. Disponível em: <https://coopfam.com.br/cafe-feminino/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- INTERNATIONAL CENTER FOR RESEARCH ON WOMEN (ICRW). Gender-smart investing: agriculture case study. **Café Femenino**. s.d. Disponível em: https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2018/12/ICRW_Cafe-Femenino_CaseStudy-1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.
- JOHANNSEN, Kyle (2016). Distributive Justice: The Case of Café Feminino. In: Fritz Allhoff, Alex Sager & Anand Vaidya (eds.). **Business in Ethical Focus**, 2ª Ed. Peterborough, CA: Broadview Press, 2016 p. 706-710. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/JOHDJT-2v1>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M; SILIPRANDI, E; MENASCHE, R. **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo, Editora SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso: 7 jun. 2022.
- OLIVEIRA; R.F; ARAÚJO, U. P; SANTOS, A.C. Efeito do Fair Trade na Cooperativa de Agricultores Familiares de Café de Poço Fundo, MG. **Or-**

- ganizações Rurais & Agroindústrias**. Lavras, v.10, n.2, 2008, p.211-225. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/11092>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Igualdade de gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abril 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100012>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- PAULILO, M. I. S. **O peso do trabalho leve**. Ciência Hoje. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p.64-70. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.
- PEREIRA, Clemilson J. Entrevista concedida a LEMOS, Thaís de Cássia S. Poço Fundo, 21 ago. 2017.
- PRODUTORA DE CAFÉ orgânico dá exemplo de liderança em cooperativa. **Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais**, 09/10/2019. Disponível em: <https://cccmg.com.br/produtora-de-cafe-organico-da-exemplo-de-lideranca-em-cooperativa/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- SANTOS, R. A. Mulheres e Geografia – reflexões pertinentes?. **Geografia Em Atos** (Online), 3(18),2020, p. 227–242. Disponível em: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7965>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- VALE, A. R. ; ARAÚJO, L. A. ; AMARAL, J. D. F. ; LEMOS, T. C. S. ; COSTA, T. M. M. ; RAIMUNDO, G.. Questão de gênero na agricultura familiar no Sul de Minas: buscando comparações entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico. In: Flamarion Dutra Alves; Sandra de Castro Azevedo; Estevan Leopoldo de Freitas Coca; Ana Rute do Vale. (Org.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. 1ed. Alfenas: 2019. Disponível em: https://geosimposiounifal.files.wordpress.com/2019/10/a-dimensao-politica-no-espac3a7o_alves-et-al.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

CAPÍTULO 7

MST e Coletivo LGBT Sem Terra

Passos em busca da revolução colorida

Paula Junqueira Braga do Carmo Fontanha

Erika Vanessa Moreira Santos

Introdução

A proposta deste capítulo é trazer reflexões sobre a importância de debater os movimentos sociais e a diversidade sexual e de gênero no campo geográfico, mesmo sendo inevitável muitas incursões nos diferentes campos do conhecimento. O diálogo que envolve a luta pela terra também perpassa pela compreensão das diferentes formas de resistência, em particular no combate à opressão de gênero e da sexualidade.

O desafio do tema se justifica tanto pela escassez de materiais da temática na geografia como pela constituição recente do objeto de estudo – Coletivo LGBT Sem Terra – no âmbito do Movimento, em 2015. Todavia, esse texto lança mais questionamentos do que propriamente respostas, haja vista que a conjuntura que estamos vivenciando no país é tomada de instabilidade política e aprofundamento dos problemas sociais.

Nessa ótica, frente à raiz histórica de desigualdade galgada pelos indicadores sociais de gênero, raça e classe acentuados pela concentração fundiária, foi necessário desenvolver a análise sobre sujeitos LGBT frente à luta pelo direito à terra perpassando o entendimento pelo direito à existência da diversidade sexual e de gênero, visto que corpos LGBT se produzem e reproduzem socialmente no e pelo território.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se constituiu no Brasil a partir do contexto de transformações sociais, políticas e econômicas marcadas pela década de 1980. Frente ao contexto político marcado pelo fim da ditadura militar e pelo processo de redemocratização do país,

essas mudanças marcaram as relações sociais (re)introduzindo pautas progressistas fundamentadas na busca da justiça social. A partir desse cenário, ocorreu a ascensão do debate da luta pela terra, na qual os movimentos sociais lutaram por espaços de representatividade, como, por exemplo, o MST.

Para alcançar o objetivo principal, adotamos como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico acerca das temáticas presentes no texto e a análise de conteúdo a partir de 70 publicações disponíveis no site oficial do MST¹, compreendendo o período de 2015 a 2021, que versavam sobre o Coletivo LGBT e as questões atinentes a gênero e sexualidade. No de 2015, foram publicadas duas postagens, em 2016 e 2017, apenas uma postagem em cada ano, em 2018 foram encontradas duas publicações e a partir de 2019 o aumento passa a ser significativo em relação aos outros anos, sendo 13 postagens em 2019 e 2020, aumentando no ano de 2021 para 38 publicações acerca da temática LGBT no site oficial do MST. As publicações do Coletivo no site oficial do MST funcionam como veículo de informação e comunicação a fim de atingir diferentes escalas geográficas de visibilidade, dentro e fora do Movimento Sem Terra, exemplificando as múltiplas espacialidades-territorialidades da identidade LGBT Sem Terra. Outro eixo de análise engloba a compreensão da diversidade sexual, gênero e a articulação com outro Movimento, como o caso da Via Campesina.

A coleta, a sistematização e a análise foram possíveis com aporte metodológico desenvolvido por Silva *et al.* (2017), por meio dos *softwares* LibreOffice, Open Refine e Gephi, e fundamentado na proposta de Bardin (1977) sobre análise de conteúdo. A sistematização foi feita a partir da frequência de discursos comuns, posteriormente foi construída uma rede semântica e, por fim, a articulação por meio de grafos. Para Reis *et al.* (2015, p.940) a rede semântica se constitui em uma “rede de conceitos interrelacionados”, ou seja, “podem ser usadas para representação de conhecimento, ou como ferramenta de suporte para sistemas automatizados de inferências sobre o conhecimento”.

O texto está estruturado em três seções, além da introdução, das palavras finais e referências bibliográficas. Na primeira seção, há uma apreensão do Movimento dos Sem Terra sob a ótica da diversidade sexual, concatenando a interrelação entre a luta pela terra e contra toda e qualquer forma de violência.

1 <https://mst.org.br/>

A parte subsequente aborda, em linhas gerais, como a temática aparece nos boletins virtuais do Movimento e como tais conteúdos são representados em redes semânticas com objetivo de especializar os temas (nós) e as linhas de interseccionalidade. A última seção tem o objetivo de retratar a invisibilidade dos sujeitos LGBTs e as diferentes estratégias de resistência e enfrentamento em uma sociedade patriarcal e conservadora. Por fim, mas não menos importante, o capítulo se encerra com palavras finais que enfatizam a importância do Coletivo LGBT Sem Terra no campo geográfico e como os temas e conceitos podem ser especializados a partir da construção de redes semânticas.

O MST e a busca por transformações sociais sob enfoque da diversidade sexual

O contexto de formação do Movimento dos Sem Terra contempla o recorte temporal desde a década de 1980, perpassando um período histórico marcado pela ânsia de redemocratização brasileira diante do conservadorismo da ditadura militar. Esse fato culminou em uma onda de movimentos sociais, que, por sua vez, tiveram um papel fundamental na luta por justiça social.

O processo de consolidação de movimentos sociais transcorreu com a organização de grupos em prol de uma causa comum construindo identidades para sujeitos excluídos da normativa social hegemônica e corroborando com o sentimento de pertencimento a dada camada representativa.

Frente a esse período de agravamento de problemas sociais e a falta de liberdade de expressão, os conflitos no campo se intensificaram, assim como a concentração de renda e de terra. À face disso, Medeiros (1989) ressalta que no final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 houve a eclosão de lutas sociais e novos agentes de luta entram em cena, em particular, os agricultores atingidos pelas grandes obras públicas e pelos impactos gerados pela modernização conservadora. “Os Sem Terra” buscam a Reforma Agrária Popular e promovem a constituição do Movimento social – MST em 1984 –, cuja bandeira de luta é a conquista pela terra “o que implica numa valorização de formas mais incisivas de luta como as ocupações e os acampamentos e, ao mesmo tempo, num esforço enorme de organização” (Medeiros, 1989, p.149).

Diante deste panorama, nos anos 1980, o MST se constrói como resistência à questão latifundiária e tem sua luta fundamentada contra a expropriação e

a exploração do sistema capitalista. Destarte, ressaltamos que o MST, desde o seu embrião nos anos 1970, segundo Mariano e Paz (2018), se fundamentou na “luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo” (Mariano; Paz, 2018 p.290).

Segundo Duarte (2021, p.14), a partir do seu estudo sobre o Coletivo LGBT, atualmente, o “MST está presente em 24 estados brasileiros e conta com mais de 350 mil famílias assentadas ou que estão em acampamentos organizados pelo movimento”. Nessa ótica, Mariano e Paz (2018, p.290) alertam que a fundamentação do Movimento implica a “luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais mais amplas”.

O contexto da ampliação de transformações sociais está presente na trajetória do MST, sendo importante compreender a formação de frentes representativas que foram construídas diante da ampliação de temáticas progressistas na contramão de padrões hegemônicos de gênero, sexualidade, raça, classe e etnia.

Como recorte analítico deste capítulo, temos o Coletivo LGBT Sem Terra enquanto organização coletiva de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e demais expressões de sexualidades dissidentes em relação ao padrão heteronormativo oficializada em 2015 enquanto parte integrante do Movimento Sem Terra (figura 01).

Figura 01: Bandeiras do Coletivo LGBT Sem Terra e do MST.



Segundo Duarte (2021, p.14), a criação do Coletivo LGBT Sem Terra foi fundamental para lutar contra os discursos heteronormativos em uma sociedade patriarcal:

[...] no ano de 2014, um grupo de sujeitos LGBT2, integrantes das bases do MST, criou uma rede denominada Coletivo LGBT Sem Terra. Essa rede foi legitimada durante o Encontro da Coordenação Nacional do MST, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, no estado de São Paulo, no qual lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais uniram-se com o objetivo de levantar novas bandeiras de luta no interior do MST. Nos últimos seis anos, essa rede consolidou-se no interior do MST, ganhando visibilidade nas mídias sociais e nos eventos do movimento, além da aprovação para participação na Direção Nacional do MST, em 2019 [...]

A formação do Coletivo LGBT Sem Terra culmina na análise de um processo territorial constituído por meio dos processos geográficos de espacialização e territorialização. Há uma relação intrínseca entre o espaço e o território, pois, de acordo com Saquet (2015, p.42), “os territórios resultam do processo de construção histórica do e no espaço”, o que acarreta na compreensão do Coletivo inserido na territorialidade, enquanto expressão do território, e na apropriação da identidade e na constituição de frentes de luta.

A respeito disso, Ponto-Gonçalves (2006, p.46) destaca que “há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades”. Nesse sentido, o entendimento do Coletivo LGBT Sem Terra se volta para compreensão da territorialidade enquanto um espaço de identidade, posto que “a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos” (Saquet; Briskievicz, 2009, p.8). A partir desse cenário, é possível relacionar o território, a territorialidade e a identidade diante do processo histórico de formação do Coletivo LGBT no MST e da luta por direitos sociais em detrimento da diversidade sexual e de gênero, constituindo, então, a oficialização do Coletivo enquanto microterritório expresso pela identidade LGBT Sem Terra no Movimento.

Os microterritórios perpassam a escala geográfica de análise, em que a ideia de micro se volta para atribuição de visibilidade em uma dada relação

territorial, ou seja, compreendemos “como microterritorialidades, as ações postas nos microacontecimentos, que de maneira efêmera, são pautadas na socialidade e nos afetos compartilhados pelos indivíduos em determinados eventos insurgentes” (Moreira, 2016, p.73). Em complementaridade, Saquet (2007), a partir da ótica de Raffestin, compreende a constituição do território imbricado por relações de poder, relações sociais e de dominação, cujo caráter relacional cristaliza as identidades.

A fim de compreender a dinâmica territorial no Coletivo LGBT Sem Terra, é importante apresentar a constituição organizacional do Movimento em que há a subdivisão de setores, instrumentos, bandeiras e demais frentes representativas, a exemplo do Coletivo LGBT Sem Terra. Cada fração microterritorial no/do Movimento desenvolve debates para discutir questões sociais, o que acarreta o aprofundamento de ideias a partir de cada subgrupo. O Setor de Gênero, por sua vez, se volta para a busca de pautas acerca de seu recorte específico, assim como o Setor de Educação ou o Setor de Saúde, entretanto, nesse ponto se expressa a diferença entre a organização setorial e a organização coletiva. O Coletivo, enquanto frente representativa de dado grupo social, perpassa os Setores no MST, constituindo o Coletivo enquanto microterritório e a expressão de ações enquanto microterritorialidades nos demais setores de atuação.

O ponto comum entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Coletivo LGBT Sem Terra, diante da capacidade de transformação social, perpassa os eixos de luta comum, entre eles, a resistência anticapitalista, antirracista e antipatriarcal em consonância com a luta pela terra e pela diversidade sexual e de gênero, além da construção da identidade Sem Terra nos integrantes do Movimento.

A identidade como vista em Saquet e Briskievicz (2009) se constitui a partir das relações sociais no território, o que implica em ações cotidianas de militantes do MST em construir a identidade Sem Terra.

Conexões e identidades: a expressão do sujeito LGBT Sem Terra a partir de redes semânticas

A partir da análise discursiva no site oficial do MST sobre diversidade sexual e de gênero, compreende-se a delimitação espacial e temporal – 2015,

com a oficialização do Coletivo – de sujeitos LGBT em relação aos demais sujeitos Sem Terra, pois, como apontado por Ornat (2009), as espacialidades indicam componentes da vivência atribuídos a identidade, ou seja, a partir do foco da construção da identidade LGBT Sem Terra, pode-se afirmar, então, que a conquista espacial – oficialização do Coletivo – perpassa a visibilidade e a identidade e, por isso, compõem o espaço Sem Terra.

Após a análise de todas as publicações da aba de notícias “LGBT Sem Terra”, foi possível detectar um eixo de concentração constituído pelo grafo LGBT-Sem Terra, referindo-se à identidade em consolidação.

Os conjuntos a partir de grafos demonstram a relação entre o discurso a partir dos eixos estruturantes da rede semântica. Iremos explorar as tendências de conteúdo a partir da intensidade de assunto, desse modo, a arguição do discurso se subdivide em eixos de maior incidência a partir da construção da identidade LGBT Sem Terra, contemplando a compreensão entre gênero, diversidade e movimento campesino e a luta e a resistência que envolvem a existência de sujeitos dissidentes do padrão cisheteronormativo.

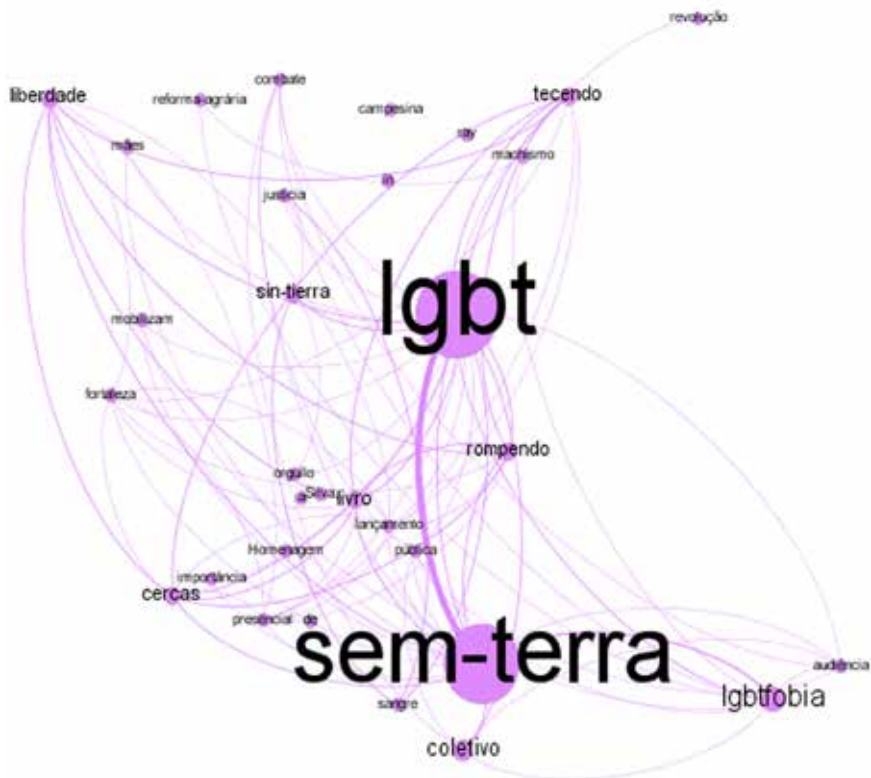
Para tanto, foi necessário compreender o papel da articulação entre território, microterritório e territorialidade a partir do Coletivo LGBT Sem Terra. Para Raffestin (1993), o entendimento do território perpassa a compreensão do espaço, perpassando a possibilidade de transformação e (re) produções sociais sob as dinâmicas de relações de poder. Ou seja, como visto em Fontanha (2022), os desdobramentos espaciais perpassam conjugações relacionais modeladoras dos territórios, marcadas por microterritórios e pela expressão da dinâmica territorial, constituindo múltiplas territorialidades.

Com o fito de enriquecer o debate, Saquet (2015, p.75) aponta que a territorialidade “significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território”. Essa linha de análise vai ao encontro do entendimento da constituição da territorialidade LGBT Sem Terra a partir da construção do Coletivo e suas dinâmicas de atuação no MST diante do processo de oficialização como seguridade da ocupação espacial de corpos LGBT no Movimento.

Os conjuntos a partir de grafos (Figura 02) demonstram a relação entre o discurso a partir dos eixos estruturantes da rede semântica. Iremos explorar as tendências de conteúdo a partir da intensidade de assunto, a arguição

O processo de análise da identidade LGBT Sem Terra perpassa a compreensão de espacialidades desencadeadas pelas relações sociais formadoras do grupo em questão, nessa ótica, Ornat (2009) aponta a importância de cada espacialidade e as consequentes relações constituintes do sujeito. A partir da rede em questão, observamos as tendências de conteúdos com maior visibilidade a partir de eixos subdivididos em comunidades semânticas conforme intensidade de conteúdo. Nessa etapa serão analisados os três de maior incidência. O primeiro eixo em questão refere-se à construção da identidade LGBT Sem Terra como pode ser evidenciada na Figura 03.

Figura 03: Rede de Grafos LGBT Sem Terra



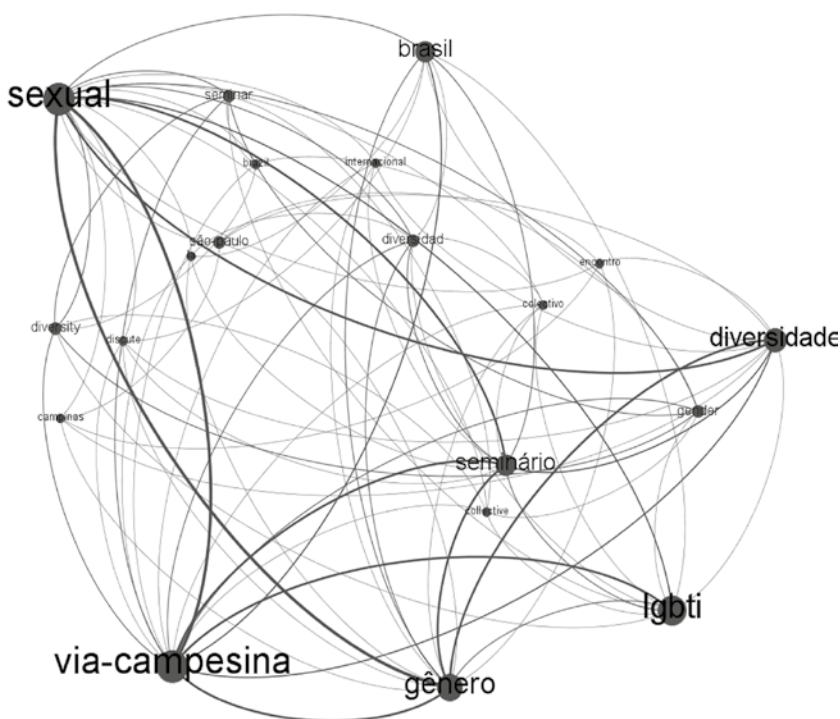
Fonte: *SiteMST* (2022). Organização: Fontanha (2022).

O caráter inexorável da expressão identitária do sujeito é marcada pela compreensão do espaço e do território, Raffestin (1993) aponta que o espaço antecede o território, sendo o território derivado do espaço a partir da produção de relações sociais de poder, ou seja, o principal eixo da rede semântica, constituída pelo grafo LGBT-Sem Terra, demonstra que a vivência espacial LGBT Sem Terra é desenvolvida no território Sem Terra, constituindo, a partir das relações territoriais, conexões de identidades-territorialidades LGBT Sem Terra.

Dessa maneira, entendemos que “a vida espacial é gestada e organizada a partir de relações de força que a compõem” (Ornat, 2009, p.195), culminando na (re)construção de identidades enquanto relação entre a territorialidade e a espacialidade LGBT Sem Terra. Raffestin (1993, p.161-162), advoga que a “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”.

Nessa perspectiva, a constituição da territorialidade enquanto expressão da identidade ocupa múltiplos espaços. Saquet (2015, p.113) aponta que “as territorialidades estão diretamente vinculadas às identidades e às diferenças, sem se descolarem das temporalidades, por isso, são pluridimensionais, ou seja, correspondem às relações sociais, às apropriações”, desse modo, sendo o território resultado das ações sociais e a territorialidade enquanto expressão humana, a identidade perpassa o caráter processual de construção de dado grupo social ao longo do tempo.

Assim, abordar a presença de corpos contra hegemônicos em movimentos socioterritoriais perpassa a compreensão de múltiplas espacialidades (Fernandes, 2005) pois “como o espaço constitui relações de poder, é por elas composto, posicionando corpos em centro e margem” (Ornat, 2009). Nessa perspectiva, observamos a constituição da territorialidade LGBT Sem Terra em articulação com a Via Campesina agregando na possibilidade de diálogo sobre diversidade sexual e de gênero contemplando o universo LGBT (Figura 04).

Figura 04: Rede de Grafos via Campesina-Gênero-Diversidade

Fonte: SiteMST (2022). Organização: Fontanha (2022).

Fernandes (2008) aponta que a articulação entre o MST e a Via Campesina envolve a organização de Movimentos Camponeses em prol da luta pela terra e consequente resistência contra o agronegócio. Fontanha (2022, p.53) enfatiza que “o MST, enquanto movimento socioterritorial camponês, constitui a Via Campesina, fazendo jus a presença da organização enquanto conteúdo de relevância” na articulação da rede semântica:

O avanço da diversidade é um ponto crescente entre os camponeses frente a expressão do patriarcado na sociedade a partir do controle de corpos feminino e os corpos fora de padrões hegemônicos. À vista disso, o projeto de sociedade do MST é comum ao projeto de sociedade da Via Campesina, justificando o crescente eixo temático entre questões LGBT, gênero, diversidade e sexualidade (Fontanha, 2022, p.53).

A existência de sujeitos LGBT no campo (r)existe, atribuindo múltiplas espacialidades e culminando na constituição de redes relacionais, como presente na articulação entre o MST e a Via Campesina acerca da vivência de militantes lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e outras expressões de gênero e sexualidade dissidentes. As relações socioespaciais constituem múltiplas territorialidades, pois, em conformidade com Ornat (2009, p.202) entendemos “o poder como prática discursiva impregnada de espaço”, sendo produzido a partir de relações e como expressão relacional de agentes sociais na constituição de territorialidades.

Ornat (2009, p.203) aponta que “é através do espaço que as noções de gênero são produzidas, reproduzidas e negociadas”, assim, é indispensável pensar na relação espaço-tempo, pois a espacialidade e a temporalidade são marcas presentes no processo de formação do Coletivo e na reprodução de gênero e sexualidade presentes no Movimento.

O eixo de articulação acerca da expressão de pautas envolvendo a diversidade sexual e de gênero expressa a territorialidade do Coletivo LGBT Sem Terra (Figura 04), pois “a territorialidade, para nós, assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo” (Saquet, 2015, p.108).

A constituição de um grupo coeso, mobilizado, organizado e que luta pelo direito à legitimidade de existir enquanto sujeito identitário representa outro eixo de articulação presente na rede semântica (Figura 05).

cia perpassa a ótica de Rich (2010) ao apontar que a recusa ao patriarcado é um ato de resistência, afinal, resistir é se questionar das imposições normativas sociais, como a existência de sujeitos LGBT que, ao compreenderem sua identidade, resistem à imposição patriarcal cisheteronormativa.

A relação da resistência LGBT no MST engloba o cenário de luta Sem Terra, pois como visto em Fontanha (2022, p.81) “a luta pela terra se apresenta enquanto indissociável da liberdade, a fim de combater a propriedade privada no âmbito da relação com a terra e das relações desenvolvidas a partir da terra”, sendo a luta e a resistência fundamentos da Reforma Agrária Popular e da busca por transformações sociais. Nesse sentido, “o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência” (Fernandes, 2005, p.28), a luta envolta na constituição de múltiplas identidades-territorialidades tensiona o padrão patriarcal, sendo a identidade LGBT Sem Terra uma organização de luta e resistência social.

Invisibilidade: sujeitos LGBT têm direito de existir?

As discussões acerca da visibilidade e da invisibilidade possuem relação com o fenômeno em evidência ou acerca de uma ideia em segundo plano, Gomes (2013) aponta que a visibilidade é desigual, sendo moldada pela indução do que deve ser visto e como deve de acordo com a posicionalidade no espaço. O autor argumenta que “o olhar pode ser amplo e geral, mas a visibilidade é sempre dirigida e parcial” (Gomes, 2013, p.32), nesse ínterim, Fontanha (2022, p. 53) defende que “negar a existência de sujeitos LGBT no campo é uma inverdade que acentua a invisibilidade”.

Considerando a oficialização do Coletivo LGBT Sem Terra, sabemos que a visibilidade envolta da diversidade sexual e de gênero foi acentuada no Movimento. Tal fato é notado com o processo de territorialização do Coletivo ao longo dos anos, em que, no comparativo entre 2015 e 2021, o salto de publicações sobre as ações LGBT no MST foram de duas publicações em 2015 para 38 no ano de 2021, totalizando 70 notícias no lapso de 2015 a 2021.

As diretrizes constituintes do Movimento Sem Terra contemplam em prol da luta pela terra a busca por transformações sociais e pela liberdade territorial livre de preconceitos e discriminações a fim de romper cercas

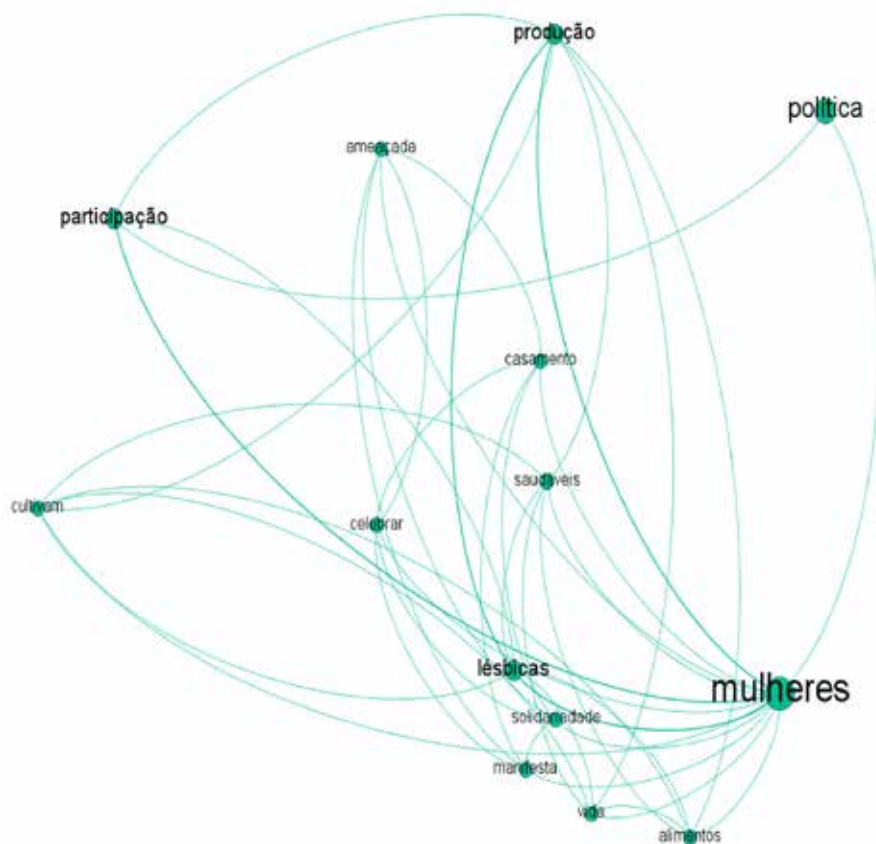
Observamos, na Figura 06, que as palavras “homofobia”, “campo” e “resistiremos”, em que a realidade de luta e resistência no MST se fazem necessárias frente a invisibilidade estrutural galgada pelo padrão hegemônico de gênero e sexualidade. Gomes (2013) advoga sobre a diferença entre ver e olhar, apontando que o olhar perpassa a construção de um campo de visão e que ver perpassa a individualidade presente no campo visual englobando o sentido de realidade estabelecido na representação da identidade. Atribuindo relação ao caráter de (in)visibilidade LGBT, o processo de construção da territorialidade a partir da dinâmica de territorialização do Coletivo enquanto microterritório no MST constrói o campo visual das múltiplas realidades presentes no Movimento enquanto legítimas, possíveis e parte fundamental da emancipação Sem Terra na busca por transformações sociais, caracterizando-se como resistência.

Em complementaridade, o regime de visibilidade e invisibilidade social aparta outro subgrupo social, como o caso de mulheres lésbicas e bissexuais, desse modo, é urgente o debate de gênero e sexualidade. Em Duarte (2021), sobre os trabalhos de Magrini (2015 apud Duarte, 2021) enfocando o tema da sexualidade no MST, retrata-se que:

[...] dentro das produções sobre o MST, é quase inexistente a temática da sexualidade e, quando há, é pouco profunda e discreta, necessitando de uma análise mais crítica. De acordo com ele: “os estudos sobre sexualidade no meio rural parecem completamente invisibilizados, resumindo-se a ínfimos trabalhos pouco profundos e que levam pouco em consideração o aspecto ‘rural’ em questão” (Duarte, 2021, p.22).

Tal fato é demonstrado que em setenta publicações do Coletivo LGBT Sem Terra, nove englobam a identidade lésbica, sendo dois deles traduções. Então, no universo de todas as notícias analisadas, sete envolveram a lesbianidade. Tal articulação é possível ser visualizada no grafo de mulheres (Figura 07) e as respectivas relações da visibilidade lésbica nas notícias em questão.

Figura 07: Rede de grafos Mulheres-Lésbicas



Fonte: SiteMST (2022). Organização: Fontanha (2022).

Rich (2010, p.19) aponta a “heterossexualidade como instituição política que retira o poder das mulheres” sendo ela imposta de maneira compulsória, em que o *ser lésbica* parte da ideia de desvio ao padrão heterossexual, o que incita ao ódio expresso pela lesbofobia. A autora advoga ainda que a vivência lésbica é a ruptura com a heterossexualidade compulsória, sendo a mulher lésbica a negação a estrutura heterossexual e, conseqüentemente, ao homem. A heterossexualidade, pois, ao impor o padrão normativo, nega quaisquer outras expressões da sexualidade.

No entanto, não podemos desconsiderar que os corpos dissidentes que compõem a rede LGBT Sem Terra, além de possuírem uma performatividade transgressora das condutas de gêneros heteronormativas, possuem também outros marcadores que produzem e reverberam desigualdades para além do campo sexual e de gênero. Não é ser somente afeminado/masculinizada ou ser transexual, mas também são sujeitos jovens, de uma determinada classe, muitas(os) são negras(os) e vivem no mundo rural. Tudo isso diferencia esses sujeitos, porém, no final, todas(os) possuem igualmente uma posicionalidade política passível de estigmatização e violência, o ser “sem terra” (Duarte, 2021, p.89).

Nesse sentido, sendo a lesbianidade intimamente uma expressão feminina enquanto a recusa à masculinidade, sobretudo com a invisibilidade e com a negação ao próprio direito de existência, fazendo que mulheres se mantenham reféns da hegemonia patriarcal e heterossexual. A expressão lésbica a partir do Coletivo LGBT Sem Terra representa, pois, “uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência” (Rich, 2010, p.36).

O cenário de inserção do Coletivo LGBT Sem Terra no MST decorre o entendimento de microterritórios como espaços territorializados a partir das relações sociais pois “também são mediadoras e construtoras das microterritorialidades que se fazem por meio da socialidade dxs atores/atrizes que buscam resistir as relações e discursos de poder que se originam nos espaços institucionalizados” (Moreira, 2016, p.74). Nessa perspectiva, considerando a composicionalidade entre sujeito, espaço e território, entendemos, por meio de Sobreiro (2013), que as relações com o espaço que constituem os processos de territorialização são a ferramenta de transformação sujeito-espaço-território.

A busca pela visibilidade perpassa a resistência diante da trajetória da luta pela terra, além da luta LGBT, uma vez que a pauta da diversidade sexual e de gênero inserida pelo Coletivo se configura como uma nova agenda de luta do MST, sendo “notório que a organização dos movimentos de luta pela terra vai se (re)estruturando e inserindo demandas apontadas pelos sujeitos que constroem esse processo” (Chelotti; Santos; Fileto, 2020, p.69). A reestruturação do Movimento Sem Terra possibilita que o sujeito LGBT articule a conscientização de demais militantes em prol da mesma luta, a exemplo do Coletivo.

Mariano e Paz (2018, p.294) apontam que “o MST é um movimento popular que organiza sujeitos expostos a grandes contradições da sociedade

capitalista, patriarcal e racista”, o que possibilita a reunião de militantes em prol de uma causa comum. Esse aspecto converge com as iniciativas de resistência a fim de tornar visível grupos invisibilizados, fazendo com que seja vista e reconhecida a espacialidade da pluralidade de sujeitos integrantes do Movimento e do Coletivo.

A articulação entre a visibilidade LGBT no MST e as relações territoriais derivam das relações no espaço a partir de uma geograficidade e uma historicidade a partir de conjugações sociais de poder, o que elucida o aspecto teórico-metodológico da ciência geográfica na análise diante de Movimentos Socioterritoriais e a articulação entre gênero e sexualidade. Chelotti, Santos e Fileto (2020, p.76) apontam que “o debate da diversidade sexual tem a sua agenda política situada no combate ao patriarcado. Este é o fundador da heteronormatividade, que nega a diversidade sexual e dificulta a reprodução da vida das pessoas LGBT”, portanto, é importante construir narrativas para desconstruir falas e ações pautadas no patriarcalismo.

Palavras finais

O que buscamos demonstrar, neste capítulo, é a articulação entre a diversidade sexual e de gênero a partir do Coletivo LGBT Sem Terra à luz da discussão territorial e das territorialidades. Na medida em que a geografia contempla a análise da diversidade sexual a partir da espacialidade-territorialidade campesina é importante trazer à tona a visibilidade em detrimento da invisibilidade.

O visível possui o caráter da visibilidade pelas possibilidades de como a história é contada, as territorialidades expressas a partir da microterritorialidade LGBT Sem Terra diante da territorialização LGBT no MST se tornam visíveis pela ação do Coletivo ao registrar os fatos, produzir um acervo digital de notícias com a finalidade de dar voz aos sujeitos ocultados por uma sociedade conservadora.

Embora o período seja de crescimento da identidade-territorialidade LGBT no Movimento Sem Terra, é uma luta permanente. Afinal, as ações e as diversas formas de resistência de militantes gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e travestis perpassam uma discussão central – a desigualdade social, racial, de gênero e etária no Brasil.

Referências

- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, p. 49-86, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 3.
- CARDOSO, Ivan dos Reis. Modelagem do conhecimento sobre representações gráficas na Geografia: do mapa conceitual à rede semântica. In: SANTOS, José Gomes et al (Editores). **ATAS DA I JORNADAS LUSÓFONAS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 928-940.
- CHELOTTI, Marcelo; SANTOS, Samuel; FILETO, Vinícius. Reflexões sobre a territorialização LGBT na luta pela terra no Brasil. **Em extensão**, Uberlândia, p. 64-78, 2020.
- CHELOTTI; SANTOS; FILETO, 2020, p. 69.
- DUARTE, Bruno Monteiro. **Sobre)vivências: projetos de vida, sexualidades e emoções entre lgbtsem-terra de Minas Gerais. 2021.99f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.**
- FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.
- FONTANHA, Paula Junqueira. **Quem são os sujeitos LGBT Sem Terra? Diversidade sexual e de gênero no MST. 2022. 97f. Monografia (Licenciada em Geografia) – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022.**
- GOMES, Paulo Cesar. **O lugar do olhar**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.
- GREEN, James *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In: NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Estamos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289- 313.

- MOREIRA, Jorgeanny. **Do movimento social à festa**: as microterritorialidades festivas e efêmeras para LGBT em Goiânia. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Diversidade Sexual no MST**: elementos para o debate. São Paulo, 2018.
- PEDON, Nelson; MONTEIRO, Eldenilson; MOTTER, Rafael. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso. In. SANTOS, D.; NETO, A.; SILVA, O (org). **Espacialidade e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p 117-138.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **Revista GEOgrafia**, ano VIII, n, 26, p. 41-53, 2006.strar painel lateral
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagos**, n. 05, p. 17-44, 2010.
- SAQUET, Marcos A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Revista Geosul**, v.22, n 23, p.55-76, 2007.
- SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SAQUET, Marcos; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n. 31, Presidente Prudente (SP), 2009.
- SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, João Paulo Leandro de; SILVA, Joseli Maria; CAMPOS, Mayã Polo de. Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 401-425, 2017.
- SOBREIRO, José Filho. **Os movimentos nas redes e em redes**: das manifestações internacionais ao Movimento Prudente. Presidente Prudente, 2013.

**Educação, cidadania, resistência
e reexistência**

CAPÍTULO 8

Educação geográfica, cidadania, resistência e reexistência

Ricardo Luigi

Paula Ramos Mendonça

Introdução

O presente texto nasce como um ensaio em busca de situar algumas questões que se impõem como fundamentais e que têm aparecido de forma frequente nas pesquisas realizadas pelos autores, embora ainda indique haver muito a ser explorado. A hipótese de que se parte é que a educação geográfica, em sua associação com a conscientização e com a prática da cidadania, assegurada pela Constituição Federal de 1988, e em diversos documentos norteadores da educação brasileira, contribui para a resistência do sujeito, o que resulta, ainda, em reexistências, novas formas de existir, que promovem a emancipação humana.

A educação não pode ser vista de forma reducionista, como o sinônimo de um modelo de ensino utilitarista, preocupado apenas com a transmissão de conteúdos. Por esta razão, propõe-se aqui a educação no plural, com uma visão ampla, contexto no qual se insere a educação geográfica, diferenciando-se de outros recortes correlatos, como o ensino de geografia e a geografia escolar.

A educação geográfica possibilita uma ampliação das perspectivas da geografia para além dos contextos conhecidos do ensino de geografia e da geografia escolar. Em quaisquer dos ângulos concorrentes pelos quais possa ser vista, a geografia não pode perder de vista a sua capacidade de interpretação do espaço e a promoção da conscientização acerca do papel do sujeito neste mesmo espaço geográfico.

A resistência e a reexistência aparecem em diversos trabalhos geográficos, com ainda maior ênfase nas leituras decoloniais da geografia, embora nem sempre se explique de que forma de resistência e de que reexistência se está tratando. Busca-se, com este ensaio, contribuir para o debate sobre a educação geográfica, partindo de suas proximidades e de suas diferenças em relação ao ensino de geografia, apontando suas relações com a teoria e com a prática da cidadania, esboçando uma determinada leitura da resistência e encaixando a reexistência como resultante da busca pela emancipação humana.

1. Educação, educações

O conceito de educação é alvo de dissonâncias e divergências entre os pesquisadores da área, como afirma Libâneo (2005). Desde a origem da palavra, a educação é plural. A etimologia da palavra educação, dicionarizada em português no século XVII, deriva do termo *educatio*, cujo significado remete à noção de ação, de criar e/ou nutrir, caracterizando-se como um ato e/ou processo. A ampla caracterização do conceito promoveu outras aproximações linguísticas, dessa vez, com a palavra *educare*, cujo principal sentido remete mais especificamente ao ato de nutrir. Posteriormente, o conceito de educação foi associado ainda com a palavra *educere*, tendo a sua definição associada ao ato de conduzir.

Essa diversidade de significações para o conceito indica a complexidade e abrangência da palavra educação, como esclarece Barbosa (2016). No Dicionário Houaiss, o conceito de educação estabelecido pressupõe a ação ou o efeito de educar, de aprimorar as capacidades cognitivas e morais do indivíduo, de capacitar e formar novas gerações por meio dos ideais culturais de cada sociedade.

Para além dos significados, a educação se justifica no plural, “educações”, pois não há (e não deve haver) apenas uma concepção de educação. O conceito de educação tem valores diferentes de acordo com grupos sociais e áreas educativas diferentes, conforme expõe Castellar (1999).

De acordo com Brandão (2017), a educação não pode ser compreendida como um ensino direcionado, como a preparação do indivíduo para fins práticos, mas sim como uma atividade criadora, cujo objetivo é pro-

mover no indivíduo o exercício das suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. A educação não pode ser reduzida apenas à dimensão do ensino (Rego; Costella, 2019) ou à categoria de instrução (Moreira, 2012).

Há toda uma legislação brasileira que aborda ou está voltada para a educação, como a Constituição Federal, de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDBEN), de 1996. A Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 205, enfatiza a educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como finalidade o desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Na mesma linha, a LDBEN conceitua a educação como um processo formativo amplo, envolvendo a vida familiar, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa e os movimentos sociais, cuja organização precede a ação da sociedade civil. O documento estabelece ainda que a educação é dever da família e do Estado, tendo como eixos norteadores os princípios de liberdade e igualdade, cujo objetivo é promover o desenvolvimento integral do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e o seu preparo para o mundo do trabalho (Brasil, 1996).

O conceito de educação aqui enfatizado se alinha às discussões propostas por Freire (1991; 1997; 2015), Barbosa (2016) e Brandão (2017), pois a educação, além de ampla e diversa, é compreendida com um viés crítico e emancipador que permita a superação da passividade exercida pela população e, conseqüentemente, propicie a efetiva participação nas decisões da vida pública e nos problemas do seu país e da democracia, portanto, uma educação que

(...) possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispucesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com método e processos científicos (Freire, 2015, p.50-51).

Sob esse prisma, a educação se percebe como uma atividade criadora, cujo objetivo é promover no indivíduo o exercício das suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais, afastando-se da crença unilateral de uma educação bancária, como expôs Freire (1991).

Dentre os inúmeros enfoques que compõem a educação como um plural, está a educação geográfica. Cabe, portanto, diferenciar a educação geográfica de outros termos semelhantes, como o ensino de geografia e a geografia escolar, e analisar a contribuição da educação geográfica para a formação das pessoas, principalmente em sua interseção com conscientização cidadã e com práticas de estímulo à cidadania.

2. A educação geográfica e a cidadania

A educação geográfica é um termo poderoso, devido às possibilidades de leitura e de ampliação de perspectivas que se promove na geografia. Há um número crescente de pesquisas na área que têm preferido a sua utilização a termos correlatos, como ensino de geografia e geografia escolar.

A *Comissão para a Educação Geográfica da União Geográfica Internacional* (UGI-CEG) organiza, a cada quatro anos, comitês para discutir a geografia ao redor do mundo. Como resultado, criaram a *Declaração Internacional sobre Educação Geográfica*, cuja proposta é enfatizar a importância da colaboração internacional e do compartilhamento das descobertas acerca da educação geográfica. Apesar disso, ainda é comum a adoção do termo educação geográfica sem conceituá-lo e sem elucidar as suas diferenças e semelhanças com seus congêneres (Brooks; Qian; Salinas-Silva, 2017).

O “ensino de geografia” está relacionado a um processo mais específico de transmissão de conhecimentos (ou de ensino-aprendizagem), que ocorre, geralmente, no ensino superior ou, com maior frequência, na educação básica, na escola. A discussão sobre a geografia na escola, para se diferenciar do ensino de geografia em outros âmbitos e para reconhecer o saber produzido no contexto escolar, gera o campo da “geografia escolar”. Já o termo “educação geográfica” carrega uma ideia mais ampla de educação, estando associado à compreensão sobre o papel da Geografia, em sua capacidade de interpretar o espaço geográfico e de transformá-lo, sob um processo de socialização:

Embora sejam termos muitas vezes utilizados coloquialmente como sinônimos, educação e ensino remetem a noções distintas quando empregados de modo preciso, sendo o termo educação mais abrangente do que ensino, ainda que se relacionem de modo indissociável. Enquanto o ensino pode ser entendido como uma forma sistemática de transmissão de conhecimentos, que encontra na instituição escolar o seu meio mais usual, a educação enfatiza um processo de socialização que inclui o ensino escolar sem se resumir a esse, processo presente em todas as sociedades através do tempo, inclusive naquelas em que não existe ou não existiu a instituição escolar (Rego; Costella, 2019, p.2).

E é por meio da tarefa docente que a Geografia se percebe como prática social, como expõe Unwin (1995). A educação geográfica se coloca como uma forma de compreensão da espacialidade dos fenômenos sociais e com a possibilidade de interferência nesses fenômenos, como defende Duarte (2019), “no sentido de desenvolver um amplo leque de competências acerca da capacidade de compreender, projetar e interferir sobre os diferentes aspectos que envolvem a espacialidade dos fenômenos sociais” (Duarte, 2019, p.44). A educação geográfica, sob esse ponto de vista, não necessariamente ocorre na escola, podendo existir em espaços não formais de educação, ou em qualquer âmbito do nosso cotidiano.

Acredita-se que essa concepção dê maior vitalidade e sentido também à reflexão produzida pela ciência geográfica, como exposto por Callai (2013), ao ressaltar a relevância da Geografia como uma ferramenta intelectual cuja premissa básica é fornecer compreensões privilegiadas para entender a complexidade do mundo. Para a autora, o entendimento da espacialidade perpassa pela educação geográfica enquanto ferramenta intelectual capaz de ampliar a forma de pensar geograficamente, pois “busca-se construir uma forma geográfica de pensar, que seja mais ampla, mais complexa, e que contribua para a formação dos sujeitos, para que estes realizem aprendizagens significativas e para que a Geografia seja mais do que a mera ilustração” (Callai, 2013, p.95).

A mesma autora, em um trabalho de 2018, usa o termo educação geográfica de uma forma em que se misturam as concepções de educação geográfica, ensino de geografia e geografia escolar:

“A educação geográfica tem como meta a abordagem dos conteúdos da geografia nos processos do ensino e da aprendizagem oportunizando ao aluno acesso ao conhecimento de modo que o torne significativo para que assim possa elaborar o seu próprio pensamento e produzir o seu saber. Este processo tem referência ao conhecimento científico realizado pela produção da ciência geográfica e, na contrapartida com o conhecimento do cotidiano, pode ser elaborado o conhecimento geográfico disciplinar, que é o trabalhado na escola (Callai, 2018, p.10).

Neste trecho, embora se inicie usando o termo educação geográfica, parece estar sendo abordado o ensino de geografia, com enfoque no processo de ensino-aprendizagem ocorrido na escola, mesmo que de forma crítica e reflexiva. No final do trecho selecionado, a autora fala sobre o conhecimento geográfico disciplinar que é trabalho na escola, ou seja, a geografia escolar. A autora, uma das pioneiras da discussão acerca da educação geográfica no Brasil, ao explicar os pressupostos do conceito, insere no contexto o ensino de geografia, dificultando a compreensão total do conceito de educação geográfica. A educação geográfica, vista de forma ampla, está em uma posição intermediária e é heterogênea, está em uma zona de fronteira e de diálogo com outras disciplinas, ciências, saberes e formas de educação, e, mais diretamente, com uma concepção de educação voltada para a cidadania.

O conceito de cidadania está presente em diversos discursos, consequentemente, não pode ser entendido como estático (Tonet, 2005; Barbosa, 2016). A heterogeneidade do conceito ocorre pois a ideia de cidadania varia conforme as épocas, países e tradições (Dubet, 2011). Uma das principais teorias sociológicas da cidadania contemporânea foi desenvolvida por Thomas Marshall, na Inglaterra do século XX, em sua famosa obra *Cidadania e Classe Social* (1967), na qual a cidadania era entendida por meio de três conjuntos de direitos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Alinhada à preocupação com o papel que o sujeito ocupa no espaço, bem como a sua conscientização crítica, a Geografia, enquanto ciência social, tem um papel fundamental, e até mesmo um compromisso para com a formação cidadã, pois “para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada” (Santos, M., 2007, p.151).

O exercício da cidadania não deve ficar restrito apenas aos discursos políticos, estando presente nos documentos educacionais e devendo se fazer presente em procedimentos e metodologias pedagógicas, pois a cidadania é ação, pressupondo um envolvimento constante da sociedade, como afirma Barbosa (2016). Conforme exposto por Machado (2016, p.78): “Nos tempos atuais, nenhuma caracterização das funções da educação parece mais adequada do que a associação da mesma à formação do cidadão, à construção da cidadania”.

As educações, principalmente as realizadas no âmbito escolar, oferecem, diretamente ou indiretamente, os meios para que o indivíduo construa o seu conhecimento e a consciência crítica sobre a realidade em que vive, ao mesmo tempo que determinam que o saber e a consciência crítica são eixos fundamentais para a transformação da sociedade (Cavalcanti; Souza, 2014). Nas palavras de Callai (2013):

novas territorialidades emergem diante da complexidade em que se apresenta o mundo, e a Geografia se constitui numa ferramenta intelectual para entender este mundo. Para oportunizar que as pessoas compreendam a espacialidade em que vivem, pela Educação Geográfica busca-se construir uma forma geográfica de pensar, que seja mais ampla, mais complexa, e que contribua para a formação dos sujeitos, para que estes realizem aprendizagens significativas e para que a Geografia seja mais do que a mera ilustração (Callai, 2013, p.95).

A cidadania deve ser incorporada nas práticas cotidianas, na convivência em sociedade, na compreensão sobre o próprio papel na sociedade e na capacidade de atuação de cada sujeito, como expressa De la Fuente (2022, p.197):

A cidadania representa uma especificidade e um produto da vida em sociedade, ela é apreendida e exigida a partir das convivências dos sujeitos, tornando-se, assim, um elemento cultural de extrema necessidade. Assim, evidencia-se a importância de um ensino de Geografia voltado para a cidadania, ou seja, um instrumental não só para sua compreensão e efetividade na realidade concreta, assim como combustível para que os sujeitos se compreendam parte da sociedade.

Para que tal prática se efetive, a educação geográfica, por meio de suas ferramentas intelectuais, contribui para a formação de agentes ativos e transformadores do espaço, promovendo sujeitos críticos capazes de realizar sua resistência, construindo sua reexistência em forma de emancipação.

3. Resistência e reexistência: a educação (geográfica) para a emancipação

A resistência é um termo presente em muitos trabalhos geográficos, embora nem sempre seja conceituada. Esse esforço foi realizado por Pereira (2017), que recorreu a diversos autores das ciências humanas para fazê-lo, entendendo a resistência como um conceito complexo e paradoxal, que não pode ser entendido só como um contrapoder, uma reação ao poder, mas também como gerador de novas formas de poder, forjando novas existências, ou reexistências:

Resistir é desviar(se) para não ter que chocar-se sempre contra um poder, uma força maior³; resistir é dobrar(-se)⁴ mas nem por isso se deixar subjugar totalmente; resistir é curvar(-se) de tal forma que as linhas de forças não se imponham, ainda que sejam mínimas curvaturas; resistir é deslocar(-se) de tal modo que se possa fugir, criar linhas de fugas (...), ocupar outros lugares, reposicionar-se. Toda forma de resistência implica alguma forma de deslocamento, desvio, curvatura e dobra por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. Nem sempre a resistência necessita fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações e abalos sísmicos. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes (Pereira, 2017, p.2).

A resistência se dá em resposta às formas de dominação, de exploração e de sujeição, não apenas contra, para não se esvaziar apenas como uma ação negativa, mas entendida como ação. A resistência, carrega pois, em si, formas de reação a uma ação opressiva e novas ações em gestação, práticas territoriais que ensejam uma nova existência (Pereira, 2017).

Ao tratar da educação como forma de resistência, Adorno (2006) chama atenção para o complexo movimento dialético aí presente, pois, ao mes-

mo tempo que a educação, em seu processo de socialização, propicia uma adaptação ao mundo, deve também fortalecer formas de resistência que garantam que todos e que cada um se veja como sujeito do processo político:

A educação por meio da família, na medida em que é consciente, por meio da escola, da universidade teria neste momento de conformismo onipresente muito mais a tarefa de fortalecer a resistência do que de fortalecer a adaptação (Adorno, 2006, p.144).

A reexistência, na perspectiva aqui exposta, associa-se à ideia de emancipação humana. Santos, B. (2007) trata da emancipação com base em uma nova relação entre a desconstrução e a reconstrução, entre a igualdade e a diferença. Isso gera uma necessidade de se repensar a teoria crítica, que por muitas vezes busca uma igualdade que pode ser confundida como uma homogeneização: “necessitamos construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença” (Santos, B. 2007, p.62).

Adorno (2006) caracteriza a emancipação como conscientização, racionalidade, autonomia e um substituto mais apropriado à ideia tradicional de educação. A efetiva emancipação vai na direção de uma educação voltada para a resistência: “a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência” (Adorno, 2006, p.183).

A educação geográfica, para Unwin (1995), tem uma forte responsabilidade social, sendo capaz de associar a teoria com a prática da geografia, resultando em uma educação crítica e emancipadora: “(...) la geografía tiene la capacidad de ofrecer a personas de todas las edades la oportunidad de reflexionar sobre algunas de las cuestiones más importantes de la sociedad contemporánea” (Unwin, 1995, p.286).

A educação geográfica se impõe como chave de transformação da realidade, como emancipação, por intermédio do ensino de geografia (em seus diversos âmbitos) ou não, promovido na geografia escolar, em outras disciplinas escolares ou até mesmo em espaços não formais de educação, como parte do processo formativo de cada sujeito:

Existe, atualmente, um consenso de que o processo de formação permeia toda a vida dos seres humanos. Desde que nascemos, o aprendizado é uma necessidade de sobrevivência, uma capacidade que nos permite nos adaptar ao ambiente em que vivemos, uma necessidade de desenvolvimento de nossa inteligência e, também, uma possibilidade de criar novas condições de existência. A formação humana é, portanto, um processo social muito mais amplo e antigo do que a educação formal que recebemos na escola ou na universidade (Giroux; Figueiredo, 2020, p.11).

Ainda que não seja o único espaço educativo que existe, a escola exerce um papel importante na discussão sobre a cidadania, papel garantido pela legislação, na Constituição Federal, de 1988, e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDBEN) e nos documentos norteadores da educação posteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNEB), de 2013, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018.

Diante disso, a escola aparece como um espaço fundamental para que os indivíduos possam compreender e experienciar os seus direitos e deveres comuns a todos os indivíduos, tornando-se, portanto, um caminho para a cidadania (Deon; Callai, 2018). Isso pressupõe que a escola, diretamente ou indiretamente, oferece os meios para que o indivíduo construa o seu conhecimento e a consciência crítica sobre a realidade em que vive, ao mesmo tempo que determina que o saber e a consciência crítica são eixos fundamentais para a transformação da sociedade (Cavalcanti; Souza, 2014).

A educação geográfica contribui para a cidadania na educação escolar e para além dela, sendo um elemento de resistência a visões e apropriações dominantes do espaço, promovendo a emancipação, geradora de novas e mais humanizadas e democráticas formas de existência, reconhecendo o que nos une, como seres humanos, e garantindo o respeito à diferença, resguardando a diversidade.

Considerações Finais

A cidadania, além do duplo caráter de ser conceito e prática, está imersa em inúmeras outras tensões dialéticas. É objetivo das formas de educação ao

mesmo tempo em que é a base social que permite que se tenha acesso a elas. É facilitadora (da) e facilitada (pela) educação geográfica. É demandada pelas ações de resistência em simultâneo a sua conquista à medida em que se gesta a reexistência dos sujeitos por intermédio da emancipação humana.

Este ensaio busca jogar luzes sobre conceitos e questões consideradas fundamentais, para serem exploradas em novas pesquisas e por novos pesquisadores, contribuindo para o fomento do ainda pouco explorado campo de investigações da educação geográfica, almejando o comprometimento com a transformação da sociedade.

Ensejando uma educação geográfica que amplie as perspectivas da geografia, conciliando teoria e prática. Propondo ir além do ensino de geografia, o que não menospreza a importância do ensino-aprendizagem de conteúdos geográficos e do desenvolvimento do pensamento geográfico, assim como ir além da geografia escolar, o que não diminui a relevância do papel da escola.

A educação geográfica, em seus encaixes com a teoria e a prática da cidadania, promove a resistência dos sujeitos, propiciando, a partir daí, possibilidades de reexistência. Propõe-se que a emancipação humana floresça em algum ponto desse espaço, entre a resistência e a reexistência, mediada pela cidadania e pela educação geográfica.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BARBOSA, Rosa Amélia. **Escola e Cidadania nas diretrizes das políticas educacionais para a educação básica**. 2016. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberlândia, Minas Gerais, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei no 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** Brasiliense, 2017.

- BROOKS, Clare; QIAN, Gong; SALINAS-SILVA, Victor. O que está por vir na Educação Geográfica? Uma perspectiva da União Geográfica Internacional – Comissão para Educação Geográfica. **Giramundo**, v. 4, n.7, 2017. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRA-MUNDO/article/view/2173/1456>. Acesso em: 12 out. 2022.
- CALLAI, Helena Copetti. A formação do professor da geografia: o professor. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 70, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022018000200009>. Acesso em: 23 out. 2022.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de geografia. **Revista Terra Livre**, v. 1, n.14, p. 51-59, 1999. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/374>. Acesso em: 23 out. 2022.
- CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo de. A formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, XIII, 2014. Barcelona. **Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2014. p.5-10. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14970/18407>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- DE LA FUENTE, Adriano R. Contribuições do Ensino de Geografia na Construção da Cidadania. **Caminhos De Geografia**, v. 23, n. 86, p.189-204, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG238658423>. Acesso em 22 out. 2022.
- DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. **Revista Contexto & Educação**, v.33, n.104, p.264-290, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6741>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, p.289-305, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5D8JpsPmxSJBMCm3Y8NMQFj/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GIROUX, Henry. A.; FIGUEIREDO, Gustavo O. Por uma práxis radical na luta em defesa da democracia: desafios contemporâneos para a formação política e a educação crítica no século XXI. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–25, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14787>. Acesso em: 11 out. 2022.
- LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas resignificadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko. (orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea, 2005.
- MACHADO, Nilton José. **Educação: cidadania, projetos e valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.
- MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MOREIRA, Armindo. **Professor não é educador**. Cascavel: Edição do autor, 2012.
- PEREIRA, Edir Augusto Dias. Resistência Descolonial: estratégias e táticas territoriais. **Terra Livre**, v.2, n.43, p.17-55, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/615>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- REGO, Nelson; COSTELLA, Roselane Zordan. Educação geográfica e ensino de Geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. **Revista Signos Geográficos**, v. 1, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59454/33366>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, v.23, n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809/9044>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- UNWIN, Tim. **El lugar de la geografía**. Madri: Cátedra, 1995.

CAPÍTULO 9

O livro escolar de Geografia e as competências para a vida

Alice C. Binda Freia

Introdução

Até ao surgimento do Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), em 2007, o termo competências estava ausente dos programas de ensino em Moçambique. A introdução de competências no meio escolar deveu-se, às transformações que ocorreram no mundo de trabalho, a nível global, de um modo geral e no âmbito político, económico, sócio-cultural e educativo, em Moçambique, de forma particular.

De facto, o ensino-aprendizagem orientado para o desenvolvimento de competência para a vida passou a fazer parte de um dos princípios orientadores do currículo do Ensino Secundário Geral (ESG) e visava, de acordo com o legislador, alterar o carácter enciclopédico do currículo anterior. “Neste contexto, a abordagem de ensino deverá estar orientada para a solução dos problemas da comunidade, através da ligação entre os conteúdos veiculados pelo currículo e a sua aplicação em situações concretas da vida, na família e na comunidade” (MEC/INDE, 2007, p.16). A questão que pode ser colocada é: como é que o livro escolar de Geografia incentiva o aluno na solução dos problemas da comunidade? Ou seja, como é que o livro escolar de Geografia favorece o desenvolvimento de competências para a vida?

Optou-se por trabalhar com o livro escolar porque, em Moçambique, este foi objecto da primeira reforma logo após a independência nacional, em 1975, ocupando até hoje uma posição privilegiada nas actividades quotidianas do professor já que é uma fonte de trabalho para a aula e para os trabalhos de casa. Se “o livro didáctico favorece a aquisição de compe-

tências” (CHOPPIN, 2004), e se as competências para a vida podem ser demonstradas por meio da resolução de problemas concretos da comunidade, importa analisar a forma como o livro escolar de Geografia incentiva o aluno na resolução de problemas da comunidade. Para tal, analisaram-se, o conteúdo do livro, os recursos visuais e as actividades contidos em quatro livros escolares de Geografia da 8ª classe. Neste contexto, o texto procura situar a gênese do termo competências nos documentos educacionais em Moçambique, identificando a abordagem de ensino que os livros veiculam e explicar a contribuição dos livros escolares de Geografia no desenvolvimento de competências para a vida. A partir dos programas foi possível identificar as competências previstas para a disciplina de Geografia e a sua materialização em três, dos quatro, livros escolares analisados.

1. Considerações iniciais

Após a independência nacional, em 1975, Moçambique passou por três reformas educacionais. A primeira, ocorreu entre 1975 e 1976. De acordo com Mazula (1995), em 1975 realizou-se o primeiro seminário de Educação, na cidade da Beira, que decidiu sobre a retirada, nos programas de ensino, de conteúdos de História e Geografia de Portugal e de Religião e Moral substituindo-os por História e Geografia de Moçambique e da África e de Educação Política. A nível organizacional forneceu-se às escolas, um documento sobre a Organização Política e Administrativa das Escolas (OPAE), que definia os métodos de trabalho e dava orientações para a ligação escola-comunidade (p. 152). Esta reforma permitiu ter uma base de funcionamento e de organização das escolas depois da retirada da maior parte de professores portugueses.

O estado de analfabetismo (cerca de 93%) da maioria da população, e a necessidade de sair-se do subdesenvolvimento em que o país se encontrava colocaram desafios ao sector educacional que concebeu a segunda reforma dando origem ao Sistema Nacional de Educação (SNE),

basicamente para responder às metas do Plano Prospectivo Indicativo (PPI). O PPI apresentou-se como um plano de ajuste da situação económica e de modernização da sociedade. Definia metas e idealizava grandes pro-

jectos económicos pela indústria pesada que aceleraria a socialização, criaria bases para a eliminação do subdesenvolvimento em dez anos, e, assim, situaria o país ao nível dos países desenvolvidos. A Educação devia criar condições para a formação de uma rede escolar mais adequada e eficaz, garantido desta forma a efectivação da escolaridade obrigatória, estratégia fundamental para erradicação do analfabetismo, para formação de técnicos básicos e médios necessários para os projectos agro-industriais, e para elevar a formação dos trabalhadores dos sectores considerados prioritários da economia nacional. (MAZULA, 1995, p. 170/1).

Aprova-se, neste contexto, a 23 de Março a Lei Nº 4/83 que define os objetivos, os princípios, a estrutura do sistema e a direção e administração do sistema. Os objetivos declarados foram os seguintes: a erradicação do analfabetismo, a introdução da escolaridade obrigatória e a formação de quadros para as necessidades do desenvolvimento económico e social e da investigação científica, tecnológica e cultural. No seu artigo 3 apontam-se os princípios pedagógicos, dos quais destacam-se, o desenvolvimentos de capacidades e da personalidade de uma forma harmoniosa, equilibrada e constante conferindo uma formação integral; ligação entre a teoria e a prática que se traduz no conteúdo e no método de ensino das várias disciplinas, no carácter politécnico da educação conferida e na ligação entre a escola e a comunidade; ligação estreita entre a escola e a comunidade, em que a escola atua como centro de dinamização do desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade e recebe desta a orientação necessária para realização de um ensino e formação que respondam as exigências do desenvolvimento do país. Estes princípios foram apropriados, pela terceira reforma que engendrou a Lei Nº 6/92 de 6 de Maio, num contexto multipartidário e de liberalização da economia. A formação integral do homem e a ligação do estudo com o sector produtivo socialmente útil como forma de aplicação dos conhecimentos científicos à produção e de participação no esforço de desenvolvimento económico e social do país constituem os principais princípios pedagógicos da Educação. Estes princípios seriam os responsáveis pela inclusão, no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), em 2007, do termo competências que estava ausente, até então, nos programas de ensino em Moçambique. O PCESG introduz como um dos princípios orienta-

dores do ensino secundário geral, o ensino-aprendizagem orientado para o desenvolvimento de competências para a vida, na expectativa de que o currículo deveria “preparar os jovens para a vida, isto é, para aplicação dos seus conhecimentos na resolução de problemas e para continuar a aprender ao longo da vida” (MEC/INDE, 2007, p.16).

Todavia, a introdução de competências no meio escolar deveu-se, não somente às transformações que ocorreram no âmbito político, económico, sócio-cultural e educativo, em Moçambique, de forma particular, mas também no mundo de trabalho, a nível global, de um modo geral. Por isso, a análise destas reformas e da incorporação do termo competência nos documentos normativos pode ser efetuada à luz das diretrizes emanadas pelos organismos regionais e internacionais particularmente, o protocolo da SADC¹, o fórum mundial de Dakar e o relatório para a UNESCO.

Na região, o protocolo da SADC (1997) reconhecia que o desenvolvimento de todas potencialidades do capital humano constituía a condição primordial para enfrentar os problemas económicos que enfermam a região. O fórum mundial de Dakar definiu como objetivo, assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada e às habilidades para a vida (UNESCO, 2001). O relatório para a UNESCO sobre a educação para o século XXI definiu quatro pilares da educação: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos e com os outros, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; aprender a ser via essencial que abarca as três primeiras. Na verdade, este relatório vem depois de outro, elaborado em 1973 pela UNESCO que já abordava “a necessidade de adequar a educação aos novos desafios da situação social” (SAMPAIO, 2017). Este mesmo autor, analisando a origem do termo competência no Brasil, a partir da leitura de Sacristán (2011), destaca “o carácter dos organismos internacionais, comprometidos com as reestruturações produtivas, em apresentar propostas educacionais atreladas aos seus objetivos economicistas.”

1 Southern African Development Community (Comunidade de desenvolvimento da África Austral).

Em 2005 fez-se um diagnóstico do Ensino Secundário Geral² (ESG) o qual detectou que o currículo deste nível de ensino era teórico, não privilegiava as habilidades práticas e servia simplesmente para preparar os jovens para a continuação de estudos no ensino superior. Em 2006 foi elaborado o plano estratégico 2006 – 2011, que definiu ser pertinente a

expansão do acesso e implementação de um currículo reformado nas escolas secundárias que, para além do tradicional enfoque académico que conduz à entrada na universidade, responda a outras necessidades, tais como a entrada directa no mercado de trabalho a partir da escola secundária, **obtenção de capacidades para a vida** e preparação para formação técnico-profissional de nível mais avançado.

Para além do relatório e desta estratégia há a considerar outro documento, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (PARPA II, 2006) que apontou como prioritária “a formação dos cidadãos através de um sistema de educação de qualidade e para todos, orientado para a resolução de problemas”.

A influência externa e as alterações ocorridas em Moçambique fizeram com que o Ministério de Educação aspirasse por um ensino que desenvolvesse todas as potencialidades do ser humano ou formação integral de modo que o aluno possa agir sobre o meio no qual vive por meio da resolução de problemas quotidianos. “Ou seja, uma escola que forme em todas as competências imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal, interpessoal, social e profissional” (ZABALA & ARNAU, 2010, p. 22).

As competências para a vida passam a fazer parte do PCESG como um dos princípios pedagógicos e sua consequente introdução em cada ciclo de aprendizagem e materialização nos programas de ensino das diferentes disciplinas escolares, incluindo a Geografia.

2 O ensino secundário geral em Moçambique referente ao PCESG em análise e de acordo com a Lei 6/92 divide-se em dois ciclos. O primeiro corresponde a 8ª, 9ª e 10ª classe e os alunos têm idades compreendidas entre 13 a 15 anos. O segundo ciclo corresponde a 11ª e 12ª classe e a idade dos alunos situa-se entre 16 e 17 anos.

2. Competência educacional

Em Moçambique a competência penetrou nos programas de ensino mantendo os conteúdos de Geografia anteriormente (1995) estruturados em Geografia física na 8ª classe, Geografia humana na 9ª classe e Geografia de Moçambique na 10ª classe. Nesta nova roupagem, “o que se propõe é uma aprendizagem desses conteúdos a partir de sua vertente funcional. Interessa que o aluno saiba utilizar os conhecimentos das matérias convencionais em contextos variados” (ZABALA & ARNAU, 2010, p. 23). Deste modo, os programas de ensino de Geografia³ do primeiro ciclo do ESG referem que, “as competências a serem desenvolvidas pelo aluno ao longo do ciclo contemplam de forma integrada conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes relevantes para a vida” (INDE/MINED, 2010, p. 8). De facto, Zabala & Arnau (*Ibidem*, p. 40) explicam que “ser competente é, ao agir, mobilizar, de forma integrada, conhecimentos e atitudes mediante uma situação-problema, de forma que a situação seja resolvida com eficácia.” Deste modo, ser detentor de conhecimento é fundamental, mas não suficiente ao tratarmos de competência, pois é preciso que este seja utilizado numa situação concreta e por isso o domínio de procedimentos para a acção é imprescindível, como afirma Perrenoud (2000),

Competência é a aptidão para enfrentar, de modo eficaz, uma família de situações análogas, mobilizando a consciência, de maneira cada vez mais rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio.

Afirmar que um indivíduo é competente significa que é alguém que perante uma determinada situação utiliza o seu conhecimento e habilidade para agir sobre a mesma, de forma eficaz. Na mesma linha de pensamento, Zabala & Arnau (*Ibidem*, p. 37) ao analisarem este termo afirmam que,

3 No âmbito desta reforma a Geografia desaparece do ensino primário, onde é substituída por ciências sociais, passando a figurar como disciplina a partir da 8ª classe.

a competência é a capacidade ou habilidade para realizar tarefas de forma eficaz num determinado contexto através da mobilização de atitudes, habilidades e conhecimentos de forma inter-relacionada. A competência identificará aquilo que qualquer pessoa necessita para responder aos problemas aos quais se deparará ao longo da vida. Portanto, competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais.

Diante desta perspectiva, há alterações na forma de ensinar e de aprender, pois não se trata mais de transmitir conhecimento, pois, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, p. 21).

Tendo em conta que o aluno deverá realizar trabalhos de investigação, aplicando conhecimentos geográficos para solucionar problemas ambientais do meio em que ele vive, a escola, através de procedimentos de ensino diversificados e dos meios didácticos diversos dos quais o livro do aluno faz parte, deverá instigar a mobilização de diferentes recursos. Entre os procedimentos de ensino que podem ser utilizados encontram-se os trabalhos de grupo e o estudo do meio, que aliás o programa de ensino recomenda ao professor a “tomar em consideração a realidade concreta do aluno”. Partindo da realidade do aluno, o professor poderá orientar trabalhos em grupos” (INDE/MINED, 2010, p.17). Se o programa de ensino de Geografia orienta o trabalho em grupo a partir da realidade do aluno, importa identificar, no livro do aluno, que trataremos de seguida, elementos que concorrem para a efectivação deste propósito.

3. Livro escolar

Em Moçambique, os livros escolares, do aluno e os manuais do professor, de acordo com o diploma ministerial n° 84/2016 de 23 de Novembro, são editados pelo sector empresarial público e privado. Os livros do ensino primário são de aquisição gratuita, enquanto que os do ESG encontram-se à venda aos alunos, aos professores e ao público em geral.

O livro escolar ocupa uma posição privilegiada nas actividades quotidianas do professor, em Moçambique, já que é uma fonte de trabalho para a

aula e para os trabalhos de casa. A estrutura do livro e a utilização que se faz deste valioso material didáctico não está distante da descrição das quatro funções de Choppin (2004, p. 553), sendo a primeira, a referencial, curricular ou programática. Neste caso, o livro traduz o programa de ensino, ele é “depositário de conteúdos, conhecimentos, técnicas ou habilidades.” A segunda função é instrumental através do qual o livro,

põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou actividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização, a favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas.

A seguir tem-se a função ideológica e cultural através da qual o livro é assumido como vector da língua, da cultura e dos valores da classe dirigente. A quarta função, de acordo com o mesmo autor, é a documental. O livro é aqui percebido como sendo fonte de documentos textuais e icónicos que quando elaborado com vista à autonomia podem vir a constituir uma fonte importante para o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos.

Estas funções estão presentes nos livros da 8ª classe aqui em análise. Eles encontram-se estruturados por unidade temática, constituídos por textos, imagens, exercícios de consolidação, ao longo do texto e uma avaliação final no fim do livro, com soluções, excepto o 8.3 cuja avaliação final não apresenta soluções. São livros que traduzem fielmente o programa de ensino e ao mesmo tempo, segundo Tonini, constituem artefactos culturais: o livro é ao mesmo tempo produzido a partir de critérios avaliativos produzidos pelo Conselho de Avaliação do Livro Escolar (CALE) “quanto é produtor de uma forma de pensar e fazer Geografia” (TONINI, 2003). A presença da CALE e dos seus critérios de avaliação limita a habilidade criativa dos autores de livros escolares pois,

Não só molda seu entendimento sobre a Geografia como define, sobretudo, uma pauta daquilo sobre o que é necessário ser ensinado na escola. Assim, muitas vezes, os autores lançam mão de seus pensamentos, de suas criatividades para elaborar um livro possível de ser aprovado pelos pareceristas [...] Assim, o livro didáctico de Geografia, ao chegar às nossas mãos como um produto pronto e acabado, já foi submetido a regras, a restrições, a con-

venções e a regulamentos próprios das políticas educacionais e editoriais (TONINI, *Ibidem*).

O livro escolar que chega às mãos de alunos e de professores como artefacto cultural é o resultado das escolhas sobre a Geografia a ser ensinada, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas. Para não falar de livros escolares de Geografia sem os identificar passamos a seguir, à sua descrição.

Tabela 1 – Referências de livros escolares analisados

Id.	Classe	Editor	Ano	Páginas
8.1	8ª	Plural editores	2013	112
8.2	8ª	Editora Nacional de Moçambique	2009	274
8.3	8ª	Longman Moçambique	2008	125
8.4	8ª	Texto editores	2008	128

4. As competências nos programas de ensino e livros escolares

A análise das competências para a vida a partir dos livros escolares foi feita tendo em conta as dimensões, os critérios e a escala de análise propostos por Bandeira *et al.* (2012) e adaptado a este texto.

As dimensões exploradas foram as que tinham a ver com o conteúdo, os recursos visuais e as atividades. Na dimensão conteúdo procurou-se explorar o nível de exploração das ideias prévias do aluno e de exploração da realidade próxima considerando o respeito ao meio ambiente. Em relação aos recursos visuais o objetivo era analisar até que ponto as fotografias tomassem em consideração a realidade moçambicana e qual é a função destas no texto. Quanto às atividades procurou-se compreender se os exercícios e as avaliações contidos nos livros escolares encorajam a pesquisa da realidade próxima do aluno tanto de forma individual assim como coletiva. A escala de compreensão qualitativa situa-se entre totalmente satisfatório, quando o livro apresenta o critério a contento, sem ressalvas; satisfatório, quando o critério apresenta alguma ressalva; insatisfatório, quando o critério não se apresenta de forma adequada, mas, é praticável e totalmente insatisfatório, quando o critério está ausente no livro.

Antes de descrevermos os livros identificaremos as competências contidas no programa de Geografia da 8ª classe.

4.1. As competências no programa de ensino

A Geografia física corporaliza o programa da 8ª classe que encontra-se estruturado em duas unidades, antecedidas por uma introdução à disciplina de Geografia. A primeira unidade é intitulada, a terra no universo e a segunda, as esferas da terra. Inicialmente há uma visão geral dos conteúdos e de seguida é apresentado o plano temático. Neste, são definidos, por unidade temática, os objetivos específicos, os conteúdos, as competências básicas e a carga horária.

Se considerarmos que a formação de todos os cidadãos deve estar direcionada a que sejam competentes para serem capazes de responder aos problemas que uma vida comprometida com a melhoria da sociedade e deles mesmos, as competências que deverão aprender podem se desenvolver nas seguintes dimensões: social, interpessoal e pessoal. (ZABALA & ARNAU, *Ibidem*, p. 78).

Assim, as competências básicas do programa de ensino podem ser subdivididas nas três dimensões apresentadas pelos autores acima e que são descritas a seguir.

Competências de dimensão pessoal

No âmbito pessoal a disciplina de Geografia deve auxiliar os alunos na explicação dos fenómenos e factos geográficos aguçando o espírito crítico e capacitando-os para a análise crítica da realidade. Levando em conta estes aspectos definiram-se as seguintes competências nos programas de ensino.

- Reconhece a importância do estudo da Geografia, da conservação da hidrosfera para a vida na Terra e do solo na actividade económica;
- Explica a importância das esferas para a vida na terra, do estudo do universo, do ciclo da água e da inter-relação entre a geodinâmica in-

terna e externa na formação do relevo;

- Aplica os conhecimentos sobre a terra no universo para compreender os diversos fenómenos;
- Localiza e caracteriza as zonas bioclimáticas e os principais tipos de clima.

Competências de dimensão social

Ser competente socialmente significa que o aluno recorre ao seu conhecimento geográfico na transformação da sociedade participando de forma activa na resolução de problemas do mundo contemporâneo tais como os de índole ambiental. Com efeito, as questões ambientais estão presentes no programa de ensino onde se explica, no fim de cada tema, o uso, a protecção e a conservação da atmosfera e biosfera, da hidrosfera e da litosfera. A partir deste tema incorporam-se como competências, que o aluno, participa em acções que visem a elevação da qualidade do ambiente e em actividades de mitigação de desastres naturais. Trabalhar com os alunos sobre os problemas ambientais engendra o que Hugonie (1992) denomina de, “agir sobre o espaço”. Este autor refere que a Geografia é indispensável para uma acção eficaz sobre o espaço. O que “supõe tomar em consideração o conjunto de elementos, de factores e de relações, sejam eles de ordem social, física, biológica, o que é próprio do raciocínio geográfico.”

Competência de dimensão interpessoal

Ao estudar a realidade com o intuito de solucionar os problemas da comunidade e contribuir para a melhoria da sociedade, de si e da sua família, o aluno poderá conhecer melhor o lugar e as dificuldades das pessoas que nele habitam, habilitando-o no convívio com os outros. Os problemas que o aluno encontrará lhe auxiliarão no desenvolvimento do espírito de solidariedade, compaixão, tolerância e cooperação, competências a serem estimuladas pelo ensino da Geografia.

4.2. As competências nos livros escolares

Os quatro livros analisados são constituídos por elementos verbais e não-verbais. Entre os elementos verbais há a referir ao texto com conteúdos que preenchem o programa da disciplina. Ao longo do texto, descritivo, encontramos curiosidades e atividades (8.3) e um resumo intitulado, ideias essenciais, conceito/vocabulário e exercícios (8.1) ou acrescenta-se recorda, sabe mais (8.2). Dos elementos não-verbais encontram-se as fotografias (em número considerável), esquemas, gráficos e mapas.

Em relação às fotografias dos livros escolares há já alguns estudos, em Moçambique, de Fombe (2015), Matsinhe (2017), Freia (2019) que indicam que elas são colocadas em segundo plano, em relação à linguagem verbal, isto é, o leitor (aluno), não é convidado a observar ou a ler a fotografia. Por conseguinte, analisando-as, quanto a sua função didáctica, nos quatro livros escolares, pode-se considerar que estas são redundantes dado que a fotografia transmite uma mensagem já claramente expressa pelo texto e têm função estética porquanto elas servem para decorar uma página, equilibrar um texto, dar cor a um espaço. Para além disso, na maior parte das fotografias contidas nestes livros, não existem alguns “elementos constituintes” e nem as “coordenadas da situação” (Kossoy, 2012, p. 40), isto é, as fotografias não possuem autoria, nem o espaço geográfico representado e muito menos o tempo (data em que a fotografia foi captada), concorrendo para que esta seja apenas uma ilustração. Todavia, a fotografia não pode ser considerada uma ilustração dado que, ela pode ser útil para a problematização do conteúdo como bem remarca Schoumaker-Mérenne (1999, p. 70)

A sua utilização não pode intervir depois da explicação, mas, pelo contrário, a imagem deve ser o ponto de partida da análise com vista não somente a provocar o interesse mas também levar o aluno a fazer observações pessoais, a emitir hipóteses em face do problema abordado.

A observação e a identificação de hipóteses são duas das competências que a Geografia escolar pode auxiliar os alunos a desenvolverem.

Para além das fotografias, os exercícios ao longo do texto e no fim de cada unidade temática (8.1, 8.2 e 8.3) ou somente no fim de cada unidade temática (8.4) e a avaliação final no fim do livro constituem outra das formas de

desenvolver as competências dos alunos na escola e em Geografia. Grande parte das actividades nos quatro livros escolares remete os alunos à reprodução do conhecimento. A avaliação final integra questões objectivas tais como, verdadeiro-falso, lacuna, acasalamento e múltipla escolha. Nos livros 8.1, 8.2 e 8.3 existem actividades que incentivam o aluno a realizar pesquisas no meio envolvente coadjuvando na aquisição de competências sociais, pessoais e interpessoais tanto de forma individual assim como de modo colectivo.

Actividades de pesquisa da realidade próxima do aluno (8.1)

- Identifica a tua volta elementos, factos ou fenómenos cujo conhecimento resulta de estudos do universo. (p. 19);
- A partir da tua realidade mais próxima, identifica exemplos que mostrem a interligação entre as diferentes esferas. (p. 23);
- No local onde vives, em que época do ano é que a amplitude térmica diurna é maior? Porquê? (p. 35);
- Identifica o tipo de chuva mais comum na região onde vives. (p. 39);
- Na região onde vives, identifica situações que conduzem à poluição da atmosfera. Para cada situação identificada, sugere uma medida que pode contribuir para evitar ou reduzir a poluição. (p. 59);
- Identifica as formas terminais dos rios Zambeze e Limpopo. (p. 71);
- Identifica, no local onde vives manifestações de utilização indevida da água. Para cada uma das manifestações propõe uma medida correctiva. (p. 75);
- Identifica a forma de relevo predominante na província onde vives. (p.81);
- Constituem principais ameaças para o solo: a erosão, a diminuição da matéria orgânica, a compactação, a salinização, o deslizamento de terras, a contaminação, a impermeabilização. No local onde vives, reconheces algumas destas ameaças? Qual é a principal fonte da ameaça? Sugere formas de se evitar que a ameaça se efective? (90).

Actividades de pesquisa da realidade próxima do aluno (8.2)

- Realiza tu próprio/a a seguinte experiência: Pega numa lanterna, liga-a e aponta-a directamente para uma mesa à distância de uns 30 cms. Verás que os raios incidem directamente sobre o tampo da mesa. À mesma distância, aponta agora a lanterna de uma maneira inclinada. Verás que a parte iluminada é maior e que a luz teve que atravessar um maior espaço. Relaciona com o que se passa com a terra. (p.72);
- Procura na tua região um caso de poluição das águas. Estuda as razões desse caso e tenta perceber a sua gravidade. Discute o problema com os teus colegas e depois com a comunidade. (p.205);
- Elabore um pequeno cartaz para o dia da água, no qual realces a importância e a necessidade de preservar este bem precioso para o homem. (p.205);

Investiga, com os teus colegas, a tua região. (p. 263).

- Elabora uma lista dos edifícios e monumentos mais importantes;
- Procura saber quais, são os diferentes tipos de rochas que foram usadas na sua construção e de que local foram extraídos esses materiais;
- Se puderes visita uma pedreira e entrevista um dos trabalhadores;
- Organiza em cartaz as tuas descobertas e todo o material que conseguiste recolher (pede ajuda ao professor de Educação visual). Visita uma fábrica de cerâmica ou de arte da tua região. Entrevista algumas pessoas sobre:
- As técnicas usadas no fabrico das peças;
- As rochas ou minerais utilizados;
- As transformações que as rochas ou minerais sofrem desde a extração até a obtenção das peças;

Em forma de jornal, efectua um pequeno trabalho escrito sobre essa visita. Pede autorização para o afixar.

Actividades de pesquisa da realidade próxima do aluno (8.3)

- Observa a paisagem onde se localiza a tua escola e descreve-a tendo em conta:
 - a) A sua tipologia;
 - b) As ocorrências físico-naturais;
 - c) A intervenção do ser humano sobre o meio-ambiente. (p. 13);
 - Observa o espaço celeste numa noite de céu limpo e descreve os corpos celestes identificados. (p. 17);
- As inundações em Moçambique são uma realidade. Escreve uma composição intitulada: Solidariedade na época das cheias. (p. 78);
- Faz uma pesquisa sobre o acesso às águas subterrâneas no bairro ou localidade onde resides. (p. 86);
 - Discute com os teus colegas os procedimentos a optar de modo que não haja a poluição das águas. (p. 88);
 - Já imaginaste o que seria o planeta terra sem água? Discute esta questão com os teus colegas e elabora um pequeno relatório sobre o tema. (p. 88);
 - Elabora uma composição sobre o que deves e podes fazer para mitigar a erosão no bairro ou localidade onde resides. (p. 112).

Os exemplos das atividades inseridas nos livros escolares analisados procuram responder as exigências do programa de Geografia da 8ª classe que recomenda que no estudo desta disciplina o professor deverá

conduzir o aluno a observar os diferentes aspectos da paisagem que circundam a escola, descrever e interpretá-los. O professor tem que tomar sempre em consideração a realidade do meio em que está inserido o aluno, a escola, as particularidades culturais da região, os meios locais, a experiência e vivência do próprio aluno na escola e na sociedade em geral. (p.24).

Três dos quatro livros escolares analisados incentivam satisfatoriamente a observação da realidade próxima permitindo que o aluno mobilize seus conhecimentos e habilidades para agir sobre o meio.

Nesta classe, o ensino-aprendizagem orientado para o desenvolvimento de competências para vida deverá ter em consideração que o aluno relacione conceitos geográficos, desenvolva habilidades de convivência com os outros e domine a linguagem geográfica para poder agir sobre o meio envolvente.

Ao definirem-se competências nos programas de ensino de Geografia espera-se que no final de um determinado ciclo de aprendizagem ou da classe, o aluno desenvolva, a partir da disciplina, conhecimentos, habilidades e atitudes. Contudo, considero que não basta que o programa oriente o desenvolvimento de competências e o livro escolar insira actividades de trabalho com o meio circundante para que o aluno seja competente. Para isso, é importante que o professor incentive a aprendizagem dos alunos, isto é, o professor, através de “meios auxiliares, de recursos e procedimentos de ensino adequados, intensifique em seus alunos a motivação interior necessária para uma autêntica aprendizagem, proporcionando-lhes motivos polarizadores de interesse de estudo e de trabalho” (MATTOS, *apud* HAYDT, 2010). As propostas das actividades dos livros escolares podem servir para o professor relacionar os conteúdos de ensino com o meio fazendo com que o aluno chegue “à abstracção, a generalização e à elaboração teórica, por meio da mobilização de esquemas operatórios de pensamento, que geram a reflexão e raciocínio”. Ao utilizar estes procedimentos activos de aprendizagem de interpretação e de identificação de problemas no meio envolvente os alunos são chamados a “vivenciar situações de ensino-aprendizagem onde podem observar, comparar, sintetizar, propor e comprovar hipóteses, colectar dados e sistematizar dados, elaborar conceitos”, enfim, os alunos desenvolvem competências para a vida. A partir do trabalho em grupo os alunos aprendem a trabalhar em equipa, a ouvir, a opinar, a desenvolver suas ideias de forma lógica, hábitos e atitudes necessários à convivência social. O estudo do meio como actividade de aprendizagem a que os livros fazem apelo propiciará a aquisição de conhecimentos geográficos desenvolvendo habilidades de pesquisar, de entrevistar e de organizar dados.

Considerações finais

Os livros escolares de Geografia aqui analisados constituem fontes fiéis do programa de ensino da 8ª classe. De acordo com a abordagem e sobretudo quando se analisam as actividades e exercícios propostos pode-se considerar que eles favorecem o desenvolvimento de competências para a vida. A partir do livro escolar os alunos são incentivados a relacionar o conteúdo geográfico da sala de aula com a realidade local. Os alunos são instigados a analisarem os problemas ambientais do local onde se encontram inseridos e a encontrarem soluções para os mesmos. São incentivados a trabalharem em grupos na identificação do tipo de rochas utilizadas para a construção dos edifícios existentes fazendo entrevistas a trabalhadores das pedreiras. Estas actividades, para além de demonstrarem, aos alunos, a relação dos conteúdos com situações concretas da vida, permitem estreitar os laços entre a escola e a comunidade, um dos objectivos fundamentais da Educação em Moçambique. Entretanto, uma pesquisa sobre como é que estas actividades são levadas a cabo pelos professores, me parece importante.

Referências

- BANDEIRA, Andreia *et al.* **Uma proposta de critérios para análise de livros didáticos de Ciências Naturais na Educação Básica**. Ponta Grossa: SINECT, 2012.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- HUGONIE, Gérard. **Pratiquer la géographie au college**. Paris: Armand Colin, 1992.
- INDE/MINED. **Geografia**, Programa da 8ª classe. Moçambique: DINAME, 2010.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4ª edição, Ateliê editorial, São Paulo, 2012.
- MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Afrontamento e Fundo bibliográfico da língua portuguesa, 1995.

- MEC/INDE. **Plano curricular do ensino secundário geral**. Imprensa universitária, UEM, 2007.
- PARPA II. **Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta**. R.M., Maputo, 2006.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SCHOUMAKER-MÉRENNE, Bernadette. **Didáctica da Geografia**. Portugal: Asa, 1999.
- TONINI, Ivaine M. imagens nos livros didáticos de geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia... Mercator, Ano 02, n.04, 2003.
- UNESCO/CONSED. **Educação para todos: O compromisso de Dakar**. Brasília, 2001.
- ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. São Paulo: Artmed, 2010.

Livros escolares

- BILA, Helena & FONDO, Jeremias. **Geografia – 8ª classe**. Longman Moçambique, 2008.
- CORREIA, Marta & ISMAEL, Ismael A. **Geografia 8ª classe**. ENM, 2009.
- NHAMBIRE, Elisa E. **Geografia 8ª classe**. Texto editores, Moçambique, 2008.
- SILVA, José J. da. **Geografia 8ª classe**. Plural editores, Moçambique, 2013.

Saúde Como Capacidade de Luta e Escalas Antirracistas em Porto Nacional – TO

Rosemberg Ferracini

Introdução

A reflexão que se segue é um dos braços do projeto de pesquisa em andamento: *Educação Geográfica e Equidade Racial à Saúde*, desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins, com início em janeiro de 2020. Nesta pesquisa, são contextualizadas algumas escalas socioespaciais de ação da Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE), em Porto Nacional (TO), no ano de 2019.

A COMSAÚDE é uma organização não governamental, filantrópica, fundada em 10 de junho de 1969. Ela atua nas áreas da saúde, do ensino, da comunicação, da cultura e do desenvolvimento comunitário. O município no qual está situada é o centenário Porto Nacional, localizado no centro do Estado do Tocantins; já recebeu o nome de Porto Real e de Porto Imperial.

Porto Nacional nasceu no período colonial escravocrata, amarrado ao poder privado, aos donos da terra (Leal, 2000). Nesse contexto, Porto estava atrelado ao trabalho escravo, demarcando as desigualdades nas estruturas raciais de acesso às diferentes possibilidades de vida que ainda persistem no século XXI. Desse modo, desde os primórdios, sua organização espacial é presente na exploração da força do trabalho, na concentração de renda e nas profundas desigualdades raciais. Essas são diferenças sociais que refletem nas situações diversas de vida da população negra portuense.

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os moradores portuenses são compostos

por 49.146 habitantes, sendo 36.716 referentes à população preta, logo, 70% da população é preta. Os dados do IBGE de 2018 traduzem índices, números, percentuais, informações quantitativas e qualitativas e escancaram disparidades raciais.

Nesse ano, por exemplo, 80% da população preta do estado não tinha esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede; dessa, 36,5% possuíam baixa frequência de abastecimento inferior à diária; 50% localizadas nas oito regiões do estado não tinham fossa séptica ou rudimentar; 60% residiam em domicílios particulares ocupados nos municípios, com presença identificada de aglomerados subnormais.

Nos estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), é possível compreender a relação entre saneamento e saúde como sendo “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 2014, *on-line*). Assim, localizado na região mais pobre do país, o estado do Tocantins apresenta os piores indicadores sociais relacionados à saúde. Os dados falam por si a respeito das desigualdades raciais e os indicadores que eles apresentam, quem não concordar, que brigue com os números. É preciso condições políticas, econômicas e sociais para o enfrentamento dessas diferenças.

Com esse entendimento e aliado aos dados da população preta do Tocantins mostrados, concorda-se com Abdias Nascimento (1980) quando diz que a realidade é o genocídio da população negra. Para Silvio de Almeida (2019, p.48), tais dados demonstram o “racismo institucional pela omissão do Estado, e o racismo estrutural pela sua materialização na sociedade, pela falta básica aos serviços da vida”.

Diante do exposto, é apresentado neste trabalho como a organização COMSAÚDE luta pela melhora de vida da população nos fatores biológicos e sociais, unindo alimentação e práticas educativas; e atrela questões médicas e atividades artístico-culturais para equidade racial no espaço geográfico. Baseado em dados do IBGE, considera-se que a população atendida pela COMSAÚDE é da cor preta.

Para tanto, são enfocadas as escalas socioespaciais (ações nas áreas da educação, da nutrição, da moradia e da cultura) vinculadas aos conceitos de saúde mental e social. As ações escalares da COMSAÚDE estão ligadas à saúde como direito e como políticas para um novo caminho de fortalecimento da luta antirracista. Tendo como foco a saúde da população, a

instituição conecta médicos, assistentes sociais, enfermeiros, artistas e professores a fim de empoderar a população via educação e saúde.

Concordando com Guimarães (2015, p.74), “por estar preocupados com a vida das pessoas”, tem-se que a organização vem buscando diminuir as desigualdades raciais de condições básicas de sobrevivência de saúde, formação humana e cultural. Logo, no desenvolvimento da redação, é considerada a proposta de interdisciplinaridade da relação entre saúde e as áreas que promovem diversas ações de combate à doença.

Nessa perspectiva, na condição de professor, militante e sujeito que luta por uma vida digna, antirracista, este pesquisador denomina *educação geográfica* as grafias escalares no espaço desenvolvidas pela instituição. Entre os diversos teóricos da epidemiologia, como, por exemplo, WHO (1946), OPAS (1998) e Barcellos (2008), que abordam saúde e condições de vida, o presente trabalho advoga com o epidemiologista social Silva (1997, p.588), em que “o conceito de espaço geográfico incorpora os determinantes naturais e sociais numa visão de totalidade, que muitas vezes falta à análise epidemiológica”.

Os estudos de Silva (1997) estão relacionados aos DSS (Determinantes Sociais em Saúde), que a própria OMS demonstra a relação entre moradia, alimentação e desigualdades sociais com as taxas de doenças infecciosas. Para ele, o acesso à alimentação, à renda e à educação reflete nos diferentes perfis de doenças. Na mesma discussão, Buss e Filho (2006, p.3) demonstram que a “ausência de acesso à moradia digna e ao saneamento básico, a serviços de saúde e de educação de qualidade” atua como fatores determinantes biológicos e sociais no processo de saúde ou de adoecimento.

Baseado na metodologia de análise documental, também em conversas e entrevistas informais, será demonstrado como as grafias da COMSAÚDE colaboram, em diferentes escalas, para o desenvolvimento de processos socioespaciais de saúde da população negra. Baseado em fontes, análises e reflexões da *geografia da saúde*, o objetivo é trazer exemplos de um conjunto de sistema de ações escalares da instituição que contribuem para melhoria de enfermidades corporais, mentais e psicológicas e sinalizam o racismo como um problema na área da saúde. Para isso, será analisado um conjunto de escalas antirracistas que se articulam, se comunicam e se complementam, pensando na saúde e no acesso à terra.

Lutando por equidade racial

De acordo com a OMS, a conceituação de saúde passa por fatores alimentares, sociais, culturais, cuidados corporais, atenção psíquica e demais interações do sujeito com o ambiente. É fato que as taxas de mortalidade infantil estão vinculadas às desigualdades sociais, à falta de acesso e acompanhamento do pré-natal, alimentação adequada, condições básicas de moradia e escolarização. O que por sua vez está associado às doenças infecciosas e parasitárias e à morte no período neonatal, incluindo infecções e malformações congênitas. Portanto, trata-se de uma realidade que se comunica com diversos fatores do campo material e subjetivo, do vínculo humano e das condições de moradia, trabalho e nutrição.

Nesse aspecto, Segre e Ferraz (1997) – estudiosos da psiquiatria, da psicologia e da filosofia – afirmam a importância de uma visão ampliada de saúde que se comunique com política pública, vivência psicanalítica e ambiente sociocultural. Segre e Ferraz (1997, p.542) defendem “uma abordagem ‘de dentro pra fora’ do ser humano onde o que mais conta é o subjetivismo do indivíduo recorrendo-se inclusive à teoria psicanalítica para fundamentação”. Esse entendimento passa pela ampliação da concepção de saúde e da multicausalidade no processo saúde-doença.

A escala de ação passa a ser do entendimento de um processo histórico ligado à cidade, às estruturas de poder e ao investimento em condições básicas de sobrevivência, como água, alimentação e moradia. Nesse caminhar, um grupo de profissionais tem acreditado na busca por saúde contrária à doença, fundado na medicina de prevenção e promoção à saúde em prol do bem-estar e da qualidade de vida dos portuenses.

É nesse conjunto de geografias de lutas antirracistas que surge a COMSAÚDE. Para essa instituição, as escalas *sociais* e *epidemiológicas* não estão separadas, pelo contrário, estão entrelaçadas.

Nesse contexto, a COMSAÚDE foi pensada por um conjunto de profissionais da saúde e do serviço social recém-formados em São Paulo que vieram trabalhar no antigo norte goiano. A escolha da cidade de Porto Nacional foi motivada pela carência, justamente, na área da saúde. Por isso, o casal de médicos, Eduardo Manzano e Eloíza Manzano, desenvolveu um programa de saúde integral ligada a diversos fatores, desde questões políticas e humanitárias, baseados em estudos freirianos (1969) do movimento estudantil.

Desde 1969, sobretudo, a entidade possui diversos projetos e pedagogias que passam pela divulgação da cultura local, com intuito de fortalecer o trabalho de artistas locais e também prevenir e recuperar a saúde da população. Dessa forma, tem sido com o objetivo de promover projetos educativos, de organização social e de medidas na medicina preventiva que a entidade vem atuando na proteção da população.

Naquele momento, existia na cidade a Unidade Mista de Saúde da Organização de Saúde do Estado de Goiás (OSEGO). A unidade buscava a expansão do atendimento de procedimentos contra a disseminação de doenças parasitárias e infecciosas, para a eliminação de moléstias intestinais e pulmonares, e ainda para promoção da saúde mental, no combate às verminoses, recuperação nutricional, na busca de melhoria na habitação.

Com o passar dos anos, foram criados **quatro postos na periferia**. Devido à carência nutricional de crianças, posteriormente, em 1972, foi gerado o Centro de Recuperação Nutricional (CERN), que atendia cerca de 30 crianças de um a quatro anos de idade em semi-internato, tendo a participação ativa dos pais por períodos de quatro a seis meses. Com o objetivo de formação humana a respeito da base alimentar e de prevenções contra a desnutrição, em conjunto à alimentação, ocorria curso de Nutrição com os respectivos familiares.

No desenvolvimento da COMSAÚDE, durante conversas, reuniões e demais prosas, ocorreu, em 1974, o mutirão das famílias para construção e reformas de suas casas, por meio de arrecadação de materiais. Entre os anos de 1975 e 1981, na perspectiva antropológica, Edith Lotufo (1983) participou da organização atuando nas práticas higiênicas, na orientação alimentar, no desenvolvimento de saneamento e na criação de banheiros e fossas. Entre os cuidados com saúde e alimentação básica, surgia a busca por questões que envolviam moradia e solução para causas de algumas doenças. Concomitante ao processo de aprendizagem humana e acompanhamento das famílias, os temas *alimentação* e *qualidade de vida* dialogavam com assuntos relacionados ao acesso à terra, à cultura e à educação como alimentos da sobrevivência humana.

No seu conjunto de atividades e na presença do diálogo, que sempre foi uma constância, em uma das rodas de conversa, surgiu a seguinte pergunta: “Qual é o mal que ataca a saúde?” (Manzano, 2009, p.25). Entre o conjunto de respostas, vieram: a roça, o trabalho, os baixos salários, a falta de sanea-

mento, a carência de lazer. Foi nesse momento que, no conjunto das falas, “surgiu a definição de saúde como ‘capacidade de luta’, contra os fatores que impediam os indivíduos e a comunidade de alcançarem o bem-estar físico, psíquico e social” (Manzano, 2009, p.25).

Por conseguinte, baseado nessa compreensão e na busca de “saúde como capacidade de luta”, a entidade se mobilizou para novas escalas geográficas. No desejo de busca por melhorias, ocorreram convênios com a Universidade Federal de Goiás, especificamente com as residências de estudantes de Medicina e Nutrição; além de parcerias com a Fundação Kellogg e com o Ministério da Saúde. Entre as ações de mobilização da entidade, ressalta-se, nesse contexto, a proximidade com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem como objetivo, junto aos trabalhadores rurais, apoiar e fixar o homem no campo.

Entre as diversas fases, algumas envolvendo agrados e ruídos políticos, a entidade permaneceu seis meses fechada. Nos anos de 1980, iniciou projetos de atuação na reforma sanitária, como, por exemplo, a Conferência Nacional de Saúde. Na criação de novos sistemas de saúde para população, foi iniciado o Projeto de Combate à Hanseníase, em um departamento da COMSAÚDE – a Associação de Saúde Padre Luso (ASPEL) –, que reunia os sócios da entidade ligados ao trabalho de saúde. Logo, em 1995, foi inaugurado o Hospital Padre Luso (HASPEL). Em um relatório de procedimentos desenvolvidos entre 1975 e 1981, Lotufo (2015, p.1) registrou algumas organizações por ela desenvolvidas junto à comunidade:

- 1- Grupo de tecelãs, fiandeiras, rendeiras, no Bairro Jardim Querido.
- 2- Grupo de costureiras e bordadeira no Jardim Brasília.
- 3- Grupo de crocheteiras, rendeiras e fiadeiras da Vila Nova.
- 4- Grupo de fiação, crochet e tamoia no Jardim Brasília.
- 5- Grupo de cerâmica Jardim Brasília.
- 6- Marcenaria comunitária e trabalhos em madeira.
- 7- Trabalhos em couro.

Tais programas, de base social, foram articulados pela COMSAÚDE em bairros periféricos de Porto Nacional. Fundamentados nas leituras freirianas, os integrantes reivindicavam uma base de acesso comum aos membros da comunidade. Desse modo, desde a criação da COMSAÚDE, foram formadas várias frentes de atuação: valorização do trabalho artesanal, recuperação alimentar de crianças desnutridas e ações ligadas à moradia.

Portanto, entre outras condutas pautadas em reuniões, que passavam por organizações trabalhistas e por projetos de recuperação alimentar de crianças desnutridas (Lotufo, 2015), também ocorreram o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) e o Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA).

De acordo com Pedro Tierra, autor do prefácio do livro “Nas barrancas do Tocantins: memórias de um casal de médicos”, “A chegada de Eduardo, Heloisa e a equipe introduz um elemento novo e revolucionário: introduz as comunidades como protagonistas do exercício e da condução das políticas de saúde pública” (Manzano; Manzano, 2005, p.15). Para o casal, era preciso “horizontalizar” a relação entre médico e os pacientes, quebrar a hierarquia existente. Sobre os 35 anos da entidade, escreveu Eduardo Manzano: “Eu e a Heloisa, com o grupo da COMSAÚDE, temos procurado discutir esse modelo de desenvolvimento e atuar em projetos que promovam a inclusão social, fazendo com que o desenvolvimento beneficie as populações locais” (Manzano; Manzano, 2005, p.23). Desse modo, percebe-se o fruto veemente do trabalho do casal Eduardo e Heloisa Manzano na organização e nos relatos de suas memórias e experiências.

Ações escalares antirracistas de saúde

Neste tópico, é aprofundado o conceito de escala geográfica enquanto metodologia, para entender as diferentes atividades e projetos de saúde desenvolvidos pela entidade. Para tanto, toma-se como base o conceito de Castro (1995, p.123), de que “escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno” e ocorre no espaço geográfico. Nessa acepção, as marcas no espaço passam por procedimentos coletivos e individuais, produzem escalas distintas, incluindo pessoas e suas ações, e tornam possíveis mudanças de vida.

O exercício da medicina social dos Manzanos orientou e definiu outras práticas sociais ligadas à educação, à moradia e à nutrição; escalas que passam pela pediatria, pela geriatria, pela alimentação e pela musicalização. Nesse sentido, a COMSAÚDE vem atuando contrária ao sistema perverso, presente nas relações socioeconômicas da cidade, buscando condições básicas de atendimento médico, de assistência individual e de possibilidade

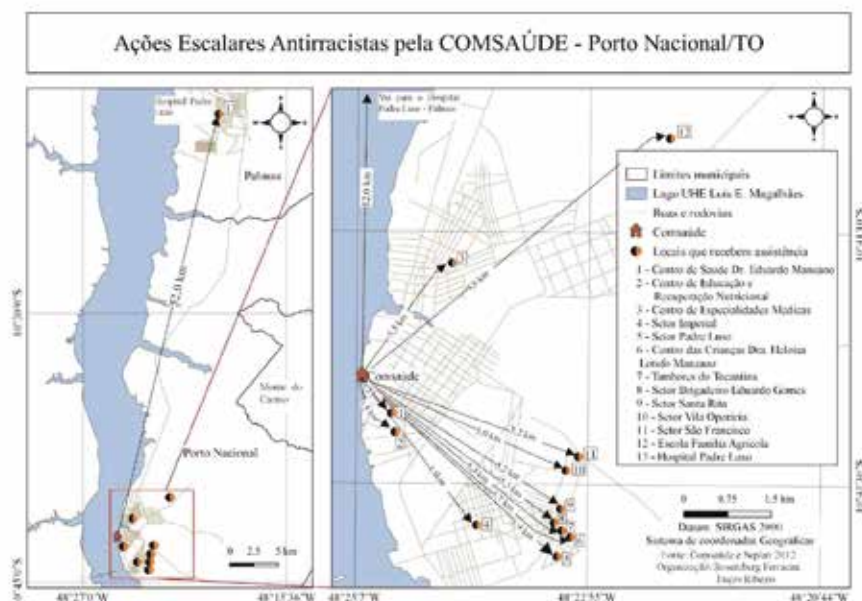
de leitos hospitalares. No mais, o processo de aprendizagem oferecido pela COMSAÚDE fortalece(u) outras grafias vinculadas à luta pela terra, pelo direito à moradia, em apoio a mulheres quilombolas, a lideranças indígenas, no apoio a artesãos e músicos.

Luciana Pereira, que faz parte da diretoria da entidade, durante conversa, disse que recursos e apoios financeiros ocorrem por meio de convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas: Secretarias de Educação, Sistema de Saúde, Embaixada do Japão, Alemanha, Itália, Ministérios da Saúde, Educação, Cultura, Fundação Palmares. Também recebe recursos financeiros de entidades e órgãos internacionais, como a Associação Italiana de *Raoul Follereau* (AIFO), a Organização Norueguesa *Kirkens Bymisjon I Bergen* (KBB), Amigos de GRAZ da Áustria.

Neste trabalho, as atividades descritas são consideradas ações políticas para além de ações de atenção à saúde, sendo de combate ao racismo, em particular, por promover mudanças sociais, culturais e econômicas em seus diversos campos de atuação. Visto assim, o posicionamento dos Manzanos está associado – ao promover saúde às populações humanas – à fala de WHO (1946, p.2): “saúde não é apenas a ausência de doenças ou enfermidades, mas sim um estado de completo bem-estar físico, mental e social”.

Outrossim, em seus 50 anos de vida, a entidade vem desenvolvendo ações educativas que reivindicam a igualdade racial de direitos, a inclusão social e o exercício da cidadania. Essas atividades diminuem a desigualdade relacionada à concentração de renda, à medida que refletem em outras escalas, como moradia, alimentação e educação.

Em síntese, as atitudes se mostram contrárias às realidades na superação dos grupos políticos agropecuários na luta contra o coronelismo histórico. Portanto, no conjunto de seus exercícios, apresentamos um mapa, fruto de trabalho temporal e suas diferentes espacialidades, para exemplificar os eventos escalares desenvolvidos pela COMSAÚDE (Mapa 1).

Mapa 1 – Ações escalares antirracistas da COMSAÚDE – Porto Nacional (TO)

Em análise do mapa, observa-se que um conjunto de políticas de ações escalares foram plantadas e germinadas; hoje florescem ligadas aos grupos da nutrição, cultura e ensino, que atuam em ações das diferentes grafias de saúde. Segundo Buss e Filho (2006), WHO (1946) e Guimarães (2015), há diferentes fatores que intensificam a propagação e o combate às doenças que se comunicam. Nesse segmento, é possível afirmar que o controle de doenças acontece na atuação ambiental, no acesso à renda, na diminuição dos problemas sociais, na valorização cultural, entre outros.

Diante deles, faz-se necessário pensar que a questão sobre saúde envolve refletir e agir contra as desigualdades sociais, contra a fome e a miséria; na busca pelo acesso à água potável, ao esgoto e ao saneamento básico como qualidade de vida, visando não trazer doenças infecciosas, contagiosas e/ou pandemias generalizadas. Logo, relacionar as atividades dos trabalhos manuais artísticos, o atendimento e o tratamento à população no espaço geográfico aos estudos de Epidemiologia e Geografia da Saúde é medida que se impõe.

1. Centro de Saúde Dr. Eduardo Manzano

O conjunto de ações escalares da COMSAÚDE acontece no Centro de Saúde Dr. Eduardo Manzano desde 1995. Efetivamente, essas atividades têm o objetivo de melhorar a saúde dos moradores de Porto Nacional e região, por meio de vários atendimentos curativos e preventivos. Para isso, são oferecidos serviços de eletrocardiograma, colposcopia (cirurgia de alta frequência), fisioterapia e ultrassonografia; assim como atendimentos de vários profissionais da saúde na área de ginecologia, dermatologia, cardiologia, clínica médica, psicologia, nutrição, odontologia e procedimentos de enfermagem, presentes no Quadro 1.

**Quadro 1 – Demonstrativos de serviços prestados pelo
Centro de Saúde Dr. Eduardo Manzano**

CENTRO DE SAÚDE DRº EDUARDO MANZANO DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS					
Ano/Exercício: Jan a Dez 2019					
Tipos de Atendimentos Descrição dos Serviços Prestados	Número de Atendimentos realizados no ano				
	SUS	Recursos próprios	Convênios	Pagos (Particulares)	TOTAL
Biópsia	69	0	0	0	69
Consulta pediatria	0	8	0	221	229
Consulta clínica Médica	12	26	158	139	335
Consulta dermatologia	6	0	44	52	102
Consulta cardiologia	10	2	11	27	50
Consulta ginecologia	350	6	0	13	369
Consulta/sessão nutricionista	0	0	0	8	8
Consulta/sessão psicóloga	21	16	557	232	826
Consulta/sessão psicopedagogia	0	0	0	15	15
Consulta/sessão fisioterapia	4.440	38	1.353	126	5.957
CAF	0	13	0	0	13
Citologia	0	249	0	0	249
Colposcopia	245	0	0	0	245
ECG	641	7	158	137	943
Consulta Hipertensão/Grupo de idosos/cardiologia	0	103	0	0	103
Ultrassonografia	620	6	0	9	635
Procedimentos de enfermagem	0	5.630	0	0	5.630
Visitas domiciliares	0	5	0	0	5
TOTAL	6.414	6.110	2.281	979	15.784

Fonte: Relatório COMSAÚDE

No Quadro 1, encontram-se os atendimentos desenvolvidos por diversos parceiros da COMSAÚDE. Em 2019, o ambulatório funcionou com convênios da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atendendo ao SUS municipal e ao SEMUS em forma de parceria. Alguns procedimentos, como, por exemplo, a endoscopia, estão atrelados a convênios e planos de saúde

privados e a pacientes particulares; contudo as gratuidades da COMSAÚDE atendem essas especialidades no ambulatório. As ações passam pela colaboração e pelo apoio dos amigos voluntários, empresários, simpatizantes e parceria com a Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA). Também conta com o apoio de associados do hospital, com o fito de que os atendimentos continuem favorecendo a população.

2. Centro de Recuperação Nutricional Luzia da Silva e 6. Centro das Crianças Dra. Heloisa Lotufo Manzano

De acordo com o relatório de 2018 e 2019, alguns procedimentos foram desenvolvidos pela entidade. Entre as diferentes escalas temporais e socioespaciais de atuação da COMSAÚDE, atendeu em regime de semi-internato, no modelo de creche, e promoveu ações de redução da desnutrição infantil no município.

Em ambos os pontos, são atendidas crianças desnutridas de zero a seis anos, de forma a desenvolver o exercício da inclusão social para as famílias. Em 2019, foram atendidas 23 crianças; destas, nove receberam alta e foram curadas da desnutrição; a família desistiu do tratamento de uma e 14 foram novos ingressos. Os cuidados oferecidos pelos Centros Nutricional e das Crianças passam pela escala nutricional, psicológica, corporal e social; além da ajuda no transporte escolar, alimentação diária, cuidados de higiene, recreação artística, atendimento médico, enfermagem, orientação e aprendizagem para as famílias nos cuidados com as crianças.

Ademais, há acompanhamento dos familiares em visitas domiciliares, como também de cursos profissionalizantes e palestras educativas para as famílias atendidas. Em 2020, foram atendidas 25 crianças, através de alimentação, assistência médica e social, envolvendo em torno de 40 famílias dos setores: Parque Eldorado, Padre Luso, Brigadeiro Eduardo Gomes, Santa Rita, Vila Operária, São Francisco e Imperial e demais bairros periféricos da cidade.

3. Centro de Especialidades Médicas

No ponto 3, está o escritório central com as Secretarias do Meio Ambiente, da Ação Comunitária Cabaça Cultural e GRUCONTO. Cada qual com

suas atividades em uma perspectiva articulada à concepção de saúde como busca de cidadania, contra a opressão, em prol das políticas públicas da economia solidária e demais atendimentos clínicos. Entre o conjunto apresentado, são evidenciados os núcleos: do ambulatório Eduardo Manzano, do CERI, do Hospital Padre Luzo, da Escola Família Agrícola (EFA) e da Ação Solidário. As escalas, acima, surgiram de acordo com a necessidade e a articulação dos diversos atores envolvidos.

4. Setor Imperial, 5. Setor Padre Luso, 7. Tambores do Tocantins, 8. Setor Brigadeiro Eduardo Gomes, 9. Setor Santa Rita, 10. Setor Vila Operária e 11. Setor São Francisco

Nesse conjunto de ações, considera-se a escala médica como uma atuação política que ultrapassa as barreiras da medicina e se comunica com a epidemiologia médica e social. Em atuação nos bairros denominados de setores na periferia, a escala geográfica da COMSAÚDE age como um antídoto em diferentes espacialidades, temporalidades e atores que atuam na realidade, construindo um novo espaço geográfico. A partir das grafias socioespaciais nos bairros, atenta-se para o conceito de saúde que faz parte do espaço vivido, em que nela está o ponto de partida e chegada para um conjunto que envolve nutrição, lazer e moradia.

Nesse trabalho, o conceito de Ação Solidária ou Desenvolvimento Solidário, também denominada Ação Comunitária, é a escala espacial que estabelece uma relação direta com as lideranças comunitárias, promovendo ações de geração de renda e oferecendo uma visibilidade ao comércio justo e solidário. Tem a atuação da instituição voltada para os princípios da economia solidária, por meio da organização de grupos de geração de renda, apoio à agricultura familiar, artesanato local e feira de economia solidária. Ela exercita projetos e práticas dos movimentos sociais locais. A escala de Ação Solidária tem procurado formar novas lideranças comunitárias para continuar com mais qualidade em suas comunidades. A atividade de formação passa pela orientação dos artesãos sobre comercialização em feiras locais, regionais e nacionais.

Atuando nos bairros periféricos, o grupo realiza reuniões mensais com empreendimentos, gestores e entidades de assessorias, seja em plenárias

estaduais e municipais ou cursos. Como exemplo, podem-se citar os Tambores do Tocantins. As primeiras grafias desse projeto de Arte-Educação foram iniciadas por Marcio Belo em 1992, quando o músico passou a morar em Porto Nacional. Atualmente os Tambores atendem em média 150 adolescentes por ano em Porto, no bairro Parque Eldorado e na EFA, e também 70 alunos em Arraias.

12. Escola Família Agrícola (EFA)

A Escola Família Agrícola de Porto Nacional nasceu em 1993, fruto de um trabalho coletivo ligado ao Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFAs). Essa instituição é pioneira no Estado, quatro delas estão localizadas no Tocantins, nas seguintes cidades: Porto Nacional, Esperantina, São Salvador e Colinas do Tocantins.

A proposta pedagógica da EFA é atender e amparar a carência de oferta educacional por parte do poder público no município. Entre o conjunto de competências e habilidades presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) da EFA, lê-se: “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (PPP, 2018, p.54).

A escola tem como meta contribuir no processo de aprendizagem dos filhos dos agricultores e agricultoras e seus familiares. Um dos seus objetivos é combater o êxodo rural, de forma a atuar na realidade camponesa, desenvolvendo um trabalho de base junto às comunidades. Para isso, produzem-se diversos processos pedagógicos na escola, como: cursos de agricultura orgânica, frutos nativos, sementes caboclas, novas tecnologias de custo acessível, cursos nas áreas de apicultura, olericultura, fruticultura, piscicultura, tração animal, políticas agrícolas, entre outros.

Sobre a produção do espaço, Kowarick (1993) e Chalhoub (1996) realizaram trabalhos a fim de demonstrar a segregação racial com práticas eugenistas na organização urbana no que diz respeito ao abastecimento de água tratada, esgoto, limpeza, energia e demais serviços e obras relacionados ao saneamento. Assim, a ausência de saneamento e água tratada na escola nos ajuda a entender profundamente o racismo presente em Porto Nacional.

O conceito de saneamento é trazido sob olhar geográfico para falar da complexidade do racismo e das desigualdades raciais no Brasil. Pode-se dizer que a relação entre o saneamento e os estudantes passa por outras relações de poder, políticas, culturais e não econômicas como salienta o poder público. A EFA está localizada a dez quilômetros do centro da cidade e a quatro quilômetros do último ponto de água que a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O fato de não haver água tratada ou esgoto estaria ligada a uma política de gentrificação e higienista do poder público? Em 27 anos de vida, a negação do poder público em oferecer serviços básicos de saúde reforça o racismo estrutural e institucional presente no Brasil.

De acordo com o relatório dos anos de 2018 e 2019, elaborado pela EFA, foram atendidos, em média, 250 estudantes de diferente faixa etária, de 27 municípios, no raio de 800 km. Eles estavam representados por filhos de quilombolas, moradores locais e seus descendentes, sendo, assim, pretos. Diante disso, o que esse descaso demonstra? Por sua vez, no que diz respeito ao aproveitamento do Ensino Fundamental e Médio, trazemos os Quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Índices gerais de aproveitamento dos alunos nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2018-2019)

Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
2018 (censo escolar)	82,69%	11,78%	3,53%
2019 (Secretaria EFA)	88,90%	9,25%	1,85%

Fonte: Relatório EFA (2018/2019)

Quadro 3 – Índices gerais de aproveitamento dos alunos no Ensino Médio (2018-2019)

Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
2018 (censo escolar)	91,52%	7,88%	0,6%
2019 (Secretaria EFA)	93,71%	2,09%	4,19%

Fonte: Relatório EFA (2018/2019)

Ao se ler os relatórios da EFA, percebe-se que os rendimentos escolares dos estudantes demonstram um desenvolvimento oscilante. As prováveis causas estão relacionadas às novas demandas que a escola tem recebido nos últimos anos. O resultado é positivo, comprovando que a escola vem caminhando rumo a novos tempos de adaptação e reafirmação da sua proposta.

Os números nos mostram a média geral da EFA, todos os cursos ofertados em 2019: aprovação: **92,39%**; reprovação: **4,06%**; abandono: **3,55%**.

Hospital Padre Luso

Uma última, talvez a grande conquista institucional, é a criação do Hospital Padre Luso, que atua desde 1995, tendo como principal eixo de clínico: “Atendimento ambulatorial; Cirurgias Ambulatoriais; Exames auxiliares ao diagnóstico e ao tratamento; Reabilitação física e motora” (COMSAÚDE, 2019, s/p.). Promovendo palestras educativas que buscam a medicina preventiva e social, o Hospital desenvolve ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de medidas de alcance coletivo e de motivação para a população. No que diz respeito aos atendimentos específicos:

Programa Criando Vida (PCV): Esse Programa tem como objetivo principal preparar a gestante para o momento do seu parto com uma visão humanizada recebeu em média de 294 mães.

Exames de Papanicolau: Conscientizando a mulher sobre a necessidade da prevenção do câncer do colo do útero e outras patologias associadas. A média foi de 680 coletas.

A média de 706 atendimentos individuais, entre gestantes, crianças, adolescentes, adultos e idosos. (COMSAÚDE, 2019, s/p.)

Pode-se elencar desse conjunto o Programa dos Idosos, que se concentra na aferição da pressão arterial, colaborações nas palestras e em eventos externos. Entre o conjunto de atendimento humanizado aos usuários, a equipe integrada possui metas definidas, desenvolvendo ações, principalmente, preventivas e educativas no âmbito da saúde, além de atendimentos gerais em consultas, exames e outros.

Segundo a direção do Hospital Padre Luso, o ano de 2018 impôs desafios que dificultaram o alcance dos propósitos e das metas de Planejamento Anual do Hospital, enquanto instituição de saúde. Ocorreram atendimentos em parceria com a Secretaria Estadual e Municipal, nos convênios na prestação de Serviços do SUS e renovação com a UFT. Por isso, exigiram-se novas parcerias e contratação de novos profissionais para fazer parte do

corpo clínico, como também renovação do convênio de cessão de pessoal com a SESA, parceria com a SMS para o Serviços de Endoscopia pelo SUS.

Além dos atendimentos presentes no Quadro 4, foi dada continuidade, durante o ano, aos exercícios fisioterápicos (alongamento global, relaxamento e integração social a idosos cadastrados no grupo). Juntamente às atividades de atendimento, em leitura do *Relatório do Hospital Padre Luso*, em 2017, foram realizadas 23 reuniões entre a equipe multidisciplinar e os idosos, para tratar de assuntos diversos. Em entrevista com a coordenadora geral Maria Alice, ficou evidenciado que foram realizadas várias atividades festivas externas e internas, em datas de cada mês, passando pela Folia e Alegria não têm Idade, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, com o Arraiá da Mió Idade e feijoadas comemorativas.

Quadro 4 – Atendimentos realizados pelo Hospital Padre Luso em 2019

Tipos de Atendimentos (Descrição dos Serviços Prestados)	Número de Atendimentos realizados no Ano de 2019				
	UFT Gratuitos SUS	Recursos Próprios Gratuidade	Convênios	Pagos (Particulares)	TOTAL
Consultas Médicas	-	1.755	711	720	3.186
Consultas de Nível Superior	-	406	314	120	840
Programa de Idosos e Gestantes	-	568	-	-	568
Exames Laboratoriais	-	08	2.941	4.064	7.013
Ações da Enfermagem	-	5.625			5.625
Terapias Individuais	-	10	900	110	1.020
Peq. Cirurgias e observação 24 hs	-	141	-	24	165
Endoscopia	727	-	09	75	811
Colonoscopia	67	01	02	05	75
Retossimoidoscopia	90	-	-	-	90
Fisioterapia (sessões)	-	51	2.990	273	3.314
Citologia	-	97	160	823	1.080
Raio-X	-	13	106	176	295
Ultrassonografia	-	11	162	1.033	1.206
TOTAL	884	8.686	8.295	7.423	25.288

Fonte: Relatório anual 2019, COMSAÚDE. Org. Ferracini. 2020

No Quadro 4, são apresentados dados dos relatórios anuais, divulgados pela COMSAÚDE, no site do Hospital Padre Luso e também enviados ao Conselho Nacional de Assistência Social. De acordo com o relatório in-

terno do Hospital, 2019 transcorreu dentro do que foi programado. Dessa forma, o Hospital conseguiu renovar os convênios já existentes bem como o de endoscopia com o município, mantendo o convênio de cessão de pessoal com o Estado, por meio do qual foi possível o remanejamento de profissional farmacêutico para esse serviço, também mantida a parceria com a UFT.

Segundo o Relatório de 2019, “foram atendidos: 457 crianças, 245 adolescentes, 7.340 adultos, totalizando o número de 8.042 atendimentos, sendo 2.117 masculinos e 5.925 femininos” (COMSAÚDE, 2019, s/p.). O Hospital também desenvolve ações de caráter preventivo e educativo em saúde, com atendimento para idosos. Com o grupo de terceira idade, ocorrem palestras a respeito do papel do idoso na sociedade, dos seus direitos e de suas necessidades em saúde.

Já no grupo das gestantes, o Hospital desenvolve cursos para futura mãe e sua família, por meio de acompanhamento integral, de preparação para o parto e o aleitamento materno exclusivo. Nessa perspectiva, são realizadas capacitações para fortalecer o processo de formação continuada da equipe de profissionais, com reuniões mensais e participação em atividades internas e externas nas diversas áreas específicas. Para os próximos anos, espera-se que a *segunda etapa do Hospital Padre Luso* esteja pronta para ampliação do atendimento.

Ao ler, conhecer e escrever as ações socioespaciais de promoção à equidade racial pela saúde, desenvolvida pela COMSAÚDE, são lembrados os debates já elencados por Buss (2000). Atividades como essas passam pela articulação que inclui “um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de ensino ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos” (Buss, 2000, p. 167). Na linha da epidemiologia social, a concepção de saúde envolve um conjunto de fatores relacionados às diferentes ações preventivas e intervenções diversas. As ações escalares da COMSAÚDE atuam como antídotos com um único propósito: saúde como capacidade de luta.

Para não terminar

Nesta primeira análise a respeito da COMSAÚDE, procurou-se destacar e reiterar a importância da associação entre a geografia da saúde e os demais

conhecimentos na luta antirracista. Os dados apresentados mostram que o racismo em suas diferentes facetas impacta a vida da população negra, e que é preciso ações para combater a ausência do Estado. A leitura espacial da COMSAÚDE é uma das diversas perspectivas de ação que a instituição realiza. Observa-se que, desde a sua fundação, seus preceitos continuam arraigados a uma pedagogia da autonomia, problematizando e colocando em prática possibilidades de educação geográfica como prática de liberdade.

Estando a entidade articulada a diversos movimentos sociais, com o propósito da medicina preventiva, ligada a uma metodologia interdisciplinar, ela vem atuando na luta contra o racismo, pelo fim das vulnerabilidades e trazendo autonomia a seus pacientes. Essas vulnerabilidades passam pelas escalas de luta citadas, que estão enlaçadas à saúde e à aprendizagem, acesso à escola, à arte e alimentação, e refletem no estado físico, mental e emocional dos moradores locais.

Como redigido por Ferracini (2020, p.311), é preciso considerar “a relação entre moradia e tuberculose, água tratada e disenteria, mortalidade e esgoto, lixo urbano e leptospirose, saneamento e expectativa de vida, rendimento e escolaridade ou natalidade”, uma vez que tais indicadores provocam o pensar a geografia e a sua relevância social e racial. Nesse sentido, o conjunto de ações da COMSAÚDE possibilita o acesso a serviços de atendimento de políticas básicas de saúde como nutrição, alimentação, escolaridade, fatores que contribuem para redução da mortalidade infantil, aumentam a esperança de vida, atuando diretamente na qualidade e nas condições de vida da população por ela atendida.

Ao completar 50 anos em 2019, a COMSAÚDE entende que a promoção da saúde à população negra é um desafio necessário, principalmente para enfrentar os múltiplos problemas que afetam os moradores da zona urbana e rural de Porto Nacional, logo, uma promoção de saúde que envolva os determinantes já elencados. Para tanto, mobiliza um conjunto de profissionais que trabalham com recursos públicos e privados no enfrentamento e na resolução de problemas, que fortaleçam a vida de adultos, crianças, jovens e idosos. Consequentemente, suas ações escalares demonstram a omissão do poder público na atuação de direito à saúde da população de Porto Nacional (TO).

Da Colônia ao Império, chegando ao Período Republicano, sua temporalidade permite diferentes leituras pela negação à saúde, à alimentação e à

moradia. Desse modo, é contrária a uma estrutura coronelista familiar, pois busca o acesso à terra e a demais bens conectados a ela. Além do mais, os diversos movimentos sociais presentes unidos à COMSAÚDE exigiram e ligaram a saúde a outras formas de vida.

Seu poder de ação e articulação ultrapassa uma representação de linguagem, é luta, é vida, são 50 anos de construção que refletem mudanças humanas. Logo, espera-se que não sejam precisos mais 200 anos para uma vida equânime em Porto Nacional; que a educação geográfica seja ligada à vida; que leitores e pesquisadores deste trabalho sintam-se convidados a repensar a sociedade em que se vivem e aquela que querem; que militantes e estudantes incluam a população negra como prioritária na implementação de políticas públicas, uma vez que foi excluída histórica e geograficamente de acesso à saúde nas suas diferentes escalas espaciais.

Destarte, acreditando em seus ideais humanos, acadêmicos e de militância freiriana, o casal Manzano e um conjunto de atores articulados vêm conseguindo atuar na saúde em várias frentes, passando pela epidemiológica, pela psíquica, pela cultural e pela educacional. Visto assim, uma promoção da saúde, da qualidade de vida e da criação de outras estratégias de vida, como o combate à pobreza, as causas de doença, as más condições de vida, trabalho e nutrição são situações que estão próximas às questões de ordem econômica e social. Pode-se dizer que a COMSAÚDE entende e trabalha com a conceitualização de saúde por meio da epidemiologia social, na luta contra a injustiça racial que coloca alguns grupos em risco de vida em relação a outros.

Que Obaluaê permita nossos pares enveredar por esses caminhos na problemática de maiores discussões acerca desse tema na formação de professores, como explanado por Kabengele Munanga (2018), pois, afinal, “numa sociedade racista não basta não ser racista. É preciso ser antirracista”. Sugerem-se, por fim, algumas questões que merecem ser investigadas e aprofundadas pela Geografia, como as aproximações escalares entre o Grupo de Consciência Negra do Tocantins (GRUCONTO) e a Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE). Também aprofundar o quesito raça nos sistemas de informações de saúde, a fim de investigar as constatações empíricas raciais e vulnerabilidades produzidas no processo saúde-doença.

Com respeito e gratidão ao Grupo de Pesquisa Geógrafos da Saúde, aos colegas Eduardo Werneck, Marita Ribeiro, em particular ao professor Raul Borges Guimarães, que Xangô nos cuide.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BARCELLOS, Christovam. Os indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores: uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde. *In: A Geografia e o contexto dos problemas de saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008. p.107-140.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BUSS, Paulo M.; FILHO, Alberto Pellegrini. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(9), 2006.
- BUSS, Paulo M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, p.163-176. 2000.
- CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. *In: Castro, Iná Elias; CORREA, Roberto. Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 114-40.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COMSAÚDE. **Relatório**. 2018.
- COMSAÚDE. **Relatório**. 2019.
- COMSAÚDE. **Relatório**. 2020.
- EFA – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL – TO AEFA. **Relatório**. Associação de Apoio à Escola Família Agrícola de Porto Nacional, 2018.
- EFA – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL – TO AEFA. **Relatório**. Associação de Apoio à Escola Família Agrícola de Porto Nacional, 2019.
- FERRACINI, Rosemberg. Educação geográfica no combate à necropolítica racial do coronavírus. **Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, p. 211-220, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/54459>.

- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde: fundamentos de Geografia Humana**. São Paulo: Unesp, 2015.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOTUFO, Edith Hedwig. **Histórico da Associação dos Artesãos de Porto Nacional, Tocantins**. Porto Nacional. 1983. (datilografado).
- LOTUFO, Edith Hedwig. **Memórias de uma experiência intercultural em torno do artesanato, em Porto Nacional – Tocantins entre 1975 e 1981**. UFG, DM, 2015.
- MANZANO, Eduardo; MAZANO, Heloísa L. **Nas barrancas do Tocantins: memórias de um Casal de Médicos**. Goiânia: América, 2005.
- MANZANO, Eduardo. **Tocantins: novo Estado, antigas lutas**. Goiânia: América, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. **Palestra de abertura Congresso de Pesquisadores Negros COPENE**. Uberlândia, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 1980.
- OMS. Organización Mundial de la Salud. **Documentos básicos**. 48. ed. Ginebra, Suíça, 2014.
- OPAS. **La Salud en las Américas**. OPAS, Washington. 1998. v. 1.
- SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.31, n.5, Oct. 1997.
- SILVA, Luiz Jacintho da. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, out./dez. 1997.
- WHO – World Health Organization. **Constitution of the World Health Organization**. Basic Documents. Geneva: WHO, 1946.

Entrevistas

SOUZA, Luciana Pereira de. **Luciana Pereira de Souza**, 58 anos, Porto Nacional/Tocantins. [jun. 2020]. Diretora Geral COMSAÚDE.

ARAÚJO, Maria Alice. **Maria Alice Araújo**, 60 anos, Palmas/Tocantins. Diretora Geral do Hospital Padre Luso.

SANTOS, Márcio Bello dos. **Márcio Bello dos Santos**, 54 anos, Porto Nacional/Tocantins. Fundador dos Tambores do Tocantins.

CAPÍTULO 11

Comunistas e Ligas camponesas em Campos dos Goytacazes

O caso da ocupação das terras do Imbé (1962-1963)

Leonardo Soares dos Santos

Introdução

A ocupação das terras do Imbé em 1963 foi um acontecimento marcante da história dos movimentos sociais do campo no Brasil, já que foi uma das primeiras iniciativas que implicou na tomada de terras públicas para fins de desapropriação. Entretanto, a leitura de tais acontecimentos acabou sendo orientada pela memória construída por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em tal registro o acontecimento citado teria sido protagonizado exatamente por quadros do partido, em especial José Pureza, muito ligado à Baixada Fluminense. Entretanto, em uma pesquisa mais detalhada de memórias de outros agentes, buscamos comprovar alguns pontos já presentes no trabalho de Mário Grynszpan: o de que outros grupos políticos tiveram grande atuação nos eventos do Imbé, principalmente as Ligas Camponesas (Grynszpan, 1987).

Campos, uma cidade conflagrada

Antonio Carlos Pereira Pinto era, em 13 de maio de 1962, – portanto, pouco mais de um ano antes da ocorrência dos eventos do Imbé (ocupação de terras em abril de 1963) – um deputado estadual do Rio de Janeiro, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, o mesmo do presidente João Goulart e do governador Badger Silveira. Ele era filho de Jorge Pereira Pinto, um dos maiores usineiros da região Norte-Fluminense, dono das Usinas Santa

Maria e Santa Isabel. Apesar disso era envolvido em causas “trabalhistas” e “nacionalistas”, inclusive a “reforma agrária”. Daí que fosse muito ligado a setores do PTB, Partido Socialista Brasileiro e Partido Social Progressista. Pinto tinha ainda relações com figuras como Adão Pereira Nunes, Affonso Celso e Francisco Julião, que extrapolavam os laços políticos.

Em seu livro de memórias *Quem quebrou a casa de meu pai?*, Antonio Carlos Pereira Pinto procurou reconstituir o conturbado cenário político da cidade de Campos, lembrando como foi a passagem do líder das Ligas Camponesas do Nordeste Francisco Julião pela cidade de Campos em 1962. O trecho aqui citado é bem extenso, mas a riqueza da descrição do evento, os aspectos e agentes mencionados, justificam sua reprodução:

A cidade de Campos se preparava para receber o parlamentar socialista e líder das “Ligas Camponesas” Francisco Julião. Tratava-se do advogado que liderava o movimento pela Reforma Agrária e discutia a validade da posse das terras improdutivas. Endeusado no Nordeste e marcado pelos latifundiários, seu nome foi logo projetado para fora das fronteiras, como um perigoso articulador dos movimentos sociais de sua terra. Campos era sede da T.F.P. (Tradição, Família e Propriedade), que tinha como chefe o bispo d. Antonio de Castro Mayer, que amaldiçoava todos os comunistas, qualquer movimento ou militante progressista e seus simpatizantes. Vinte mil pessoas esperavam e festejaram a chegada do grande líder Julião. Foi numa tarde ensolarada de maio. Os camponeses à frente, empunhando suas enxadas e suas catanas. Os trabalhadores de usina, trabalhadores da Leopoldina, rodoviários, metalúrgicos, bancários, funcionários, uma multidão de trinta mil pessoas em volta da rodoviária formava um imenso anel humano. Francisco Julião, com o cabelo desalinhado e roupa de advogado pobre, foi ovacionado e recebido por uma linha de frente formada por presidentes de sindicatos e alguns políticos. No meio estava o filho do velho patriarca, o agora deputado Pereira Pinto, traíndo a burguesia local, incitando o ódio dos latifundiários. O médico e deputado federal Adão Pereira Nunes, figura humana respeitada na região, também se fazia presente. Quando fez uso da palavra, Francisco Julião foi taxativo: “Quando morrer, vocês escrevam em cima da pedra: aqui jaz Francisco Julião, um agitador social”. Campos se amedrontava com o movimento, que ia tomando proporções inesperadas. Na véspera, os trabalhadores da Leopoldina, com o líder Jaci Barbetto à frente, tinham organizado uma passeata com apito na boca.

O desfile pelo centro da cidade tinha mexido muito com a população. Havia muita gente na cidade comprando armas. Fazendeiros e donos de engenho se preparavam para uma luta armada. Reforma Agrária virou palavrão. O bispo havia publicado um livro criticando esse movimento, que foi espelhado por todo Brasil: “Reforma Agrária, Questão da Consciência” (Pinto, 2004).

Pereira Pinto entendia que o grande alvoroço em torno da visita de Francisco Julião se devia a sua imagem como grande líder do movimento pela reforma agrária patrocinado pelas Ligas Camponesas no Nordeste do país. Notoriedade que lhe conferia prestígio e influência junto aos segmentos identificados com o campo das “forças nacionalistas e progressistas”, por um lado, mas também despertando temor e repulsa aos setores mais conservadores da sociedade. E a sua passagem por Campos foi bastante simbólica nesse sentido, pois se tratava de uma cidade imensamente polarizada entre os dois campos. Temos, portanto, líderes políticos da esquerda e representantes de categorias profissionais (trabalhadores de usina, trabalhadores da Leopoldina, rodoviários, metalúrgicos, bancários, funcionários) e uma “multidão de trinta mil pessoas” demonstrando admiração pela figura de Julião. Ao mesmo tempo, Pereira Pinto não deixa de destacar a ojeriza expressada por latifundiários e líderes religiosos ultraconservadores, como o bispo de Campos D. Antonio de Castro Mayer, que era também líder do movimento da T.F.P. (Tradição, Família e Propriedade) pela presença ali na cidade de tal personagem. A rejeição foi tão intensa que tais setores viram nisso um ensejo para compra de armas.

Outro aspecto relevante da descrição de Pereira Pinto é a sua própria iniciativa de enfatizar a adesão de segmentos da política local e regional e do movimento sindical (em especial, aquele mais influenciado pelos comunistas como o ferroviário), os “presidentes de sindicatos e alguns políticos”. Contudo, as menções são cuidadosamente selecionadas. São destacadas então as figuras mais próximas a ele, casos do deputado Adão Pereira Nunes, do PSP e que tinha bom trânsito com segmentos do PCB e PSB (o próprio Julião e Breno da Silveira) e Jaci Barbeto¹, quadro do PCB local, que dis-

1 A grafia correta era Jacy Barbetto, mas a sua filha (Tânia Barbetto) me disse em conversa privada que “praticamente ninguém escrevia o seu nome corretamente”. O nome de seu pai seria citado em vários momentos como Jaci Barbeto, Jacir Barbeto, Jair Barbeto, Darcy Barbeto e Jacyr Barbeto.

putava uma vaga como vereador pelo PSP (ele mesmo era muito amigo de Adão P. Nunes) e líder dos ferroviários. Embora parcial, o trecho da narrativa de Pereira Pinto revela o quanto os segmentos de esquerda em Campos estavam mobilizados. Mais ainda: demonstra o quanto esse campo estava composto por grupos e lideranças distintas, e que o PCB, em função disso, não tinha controle absoluto sobre ele. Por mais que todos os agentes desse campo tivessem algum vínculo com os comunistas, eles também o tinham com outras forças políticas, muitas das quais eram concorrentes dos pecebistas.

Tratava-se, portanto, de um campo heterogêneo de forças. E que num contexto altamente polarizado e conflitivo, era caracterizado por intensa concorrência entre esses mesmos grupos.

Um amigo e companheiro de lutas de Pereira Pinto, o dirigente comunista Delso Gomes, que era também presidente do sindicato dos rodoviários de Campos, recorda os mesmos eventos no seu livro sobre a história do PCB na cidade. E menciona o próprio Pereira Pinto. Mas acrescenta uma série de outros detalhes:

No dia 13 de maio visita Campos, a convite de Adão, o deputado Pernambucano Francisco Julião, dirigente das famosas Ligas Camponesas naquele estado. Ele, juntamente com o professor do ISEB Álvaro Vieira Pinto, profere uma palestra nos altos da Rodoviária sobre as reformas de base, dando enfoque à reforma agrária e à Frente de Libertação Nacional. O ato é presidido pelo presidente do Conselho Sindical Jorge Tâmega, estando presentes os deputados estaduais Antônio Carlos Pereira Pinto, Aristóteles Miranda Melo e o deputado federal Adão Pereira Nunes que, juntamente com Jacy, João Bento, Delso, Antônio João de Faria, Tupinambá, Helson, Jair Pinto e Almirante Costa, compõe a mesa. Presentes também à palestra de Julião o Dr. Edmundo Santos, secretário do prefeito que, no ato, o representava, o major Valdemar Pereira e alguns vereadores (Gomes, 2000, p.195).

Nesta outra passagem, também bem extensa, Gomes procura retratar a existência de um certo paradoxo que envolvia aquele evento, de um lado uma multidão prestigiando e apoiando a fala do líder das Ligas Camponesas (Gomes fala em mil, bem longe dos 30 mil de Pereira Pinto), do outro, a manifestação de repúdio e de provocação por parte de adversários políticos:

Durante a passeata os trabalhadores empunhavam canas de açúcar. Uma multidão assistiu a passeata, tendo ficado vivamente impressionada com tamanha demonstração de vontade pelas reformas de base da sociedade, defendida pelo presidente João Goulart, principalmente a reforma agrária, tema central da palestra de Francisco Julião. Os trabalhadores, durante a passeata, carregavam ainda faixas alusivas às reformas de base e, à frente delas, os líderes sindicais, lado a lado, com Julião, Adão, Edmundo Santos e Pereira Pinto. Acompanhei a passeata ao lado do dirigente do PCB, Raulino Mesquita. Todos os populares que assistiam comentavam que há muitos anos não viam espetáculo tão comovente. Nos dias seguintes a imprensa comentou o ato mas, assustada com o que presenciou, temendo a reversão do quadro político social, fazia provocações anticomunistas. Este acontecimento foi coordenado com discrição pelo Partido Comunista, que acionou seus membros, dirigentes sindicais e parlamentares (Gomes, 2000, p.196).

Na recordação de Gomes, as divergências entre Julião e Jango são minimizadas. É bem provável que o próprio Julião tenha modulado seu discurso, até porque todos os líderes políticos e sindicais citados por Delso eram entusiasmados apoiadores das reformas encampadas por João Goulart. Ao mesmo tempo, certos segmentos da esquerda, principalmente militantes do PCB que tinham maior atuação no meio rural, pareciam pender entre as propostas mais “reformistas” de Jango e as mais “radicais” de Julião. Na verdade, essa tensão se verificava no próprio partido do presidente, visto que o grupo mais ligado ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, demonstrava ter mais afinidades com as ações das Ligas Camponesas (no tocante às ocupações de terra, principalmente) do que com as iniciativas mais moderadas por parte do governo federal (cuja preferência recaía pelas medidas legislativas).

Isso não escapa às lentes de Gomes:

Paralelamente, a liderança de Brizola começa a tomar corpo, extrapolando o Rio Grande do Sul, invadindo espaço na esquerda brasileira, rivalizando com Prestes. Dentro de pouco tempo, junto com outros segmentos políticos, colocará na ordem do dia o plebiscito, para restaurar o Presidencialismo no Brasil. Brizola começa a empolgar uma nova esquerda nacionalista, antiimperialista, renovadora (Gomes, 2000, p.192).

Pode-se dizer que nem a visita de Julião a Campos era casual. A região vinha ganhando grande importância estratégica para os grupos de esquerda, em especial aqueles com maior atuação junto aos trabalhadores rurais. Pereira Pinto lembra que antes de Julião visitar Campos, “a região açucareira do Norte do Estado do Rio tornou-se palco preferido das esquerdas. O ‘Partidão’, como era chamado o Partido Comunista, se preparava para liderar as conquistas do povo” (Pinto, 2004, p.55).

Gomes observa que desde a campanha pela posse de João Goulart, em 1961, logo após a renúncia da presidência de Jânio Quadros, o PCB passa a enviar quadros da direção estadual para reorganizar a estrutura do partido na cidade, implementando novas tarefas, métodos e propostas de mobilização e atuação (Gomes, 2000, p.191). Parece que se iniciava nesse momento uma espécie de corrida pela mobilização e organização das lutas pelo direito à terra no meio rural. Hoje sabemos que Julião procurava arregimentar possíveis quadros para fincar bases em uma possível expansão das Ligas Camponesas no estado do Rio de Janeiro, partindo da região Norte-fluminense. A estratégia de Julião começaria a tomar corpo um pouco antes daquela visita ao enviar para a cidade um jovem militante das Ligas Camponesas, o jornalista Pedro Porfírio. O que teria ocorrido provavelmente entre março e abril de 1962. Em seu livro de memórias *Confissões de um inconformista*, Porfírio lembra a ocasião em que a sua ida a Campos foi decidida:

Julião decidiu me jogar no trabalho de organização de ligas na região de Campos, norte do Estado do Rio. Além de considerá-la parecida com Cuba, pelo predomínio do cultivo da cana de açúcar, acreditava que havia condições objetivas de mobilização no período da entressafra, quando milhares de cortadores de cana ficam sem ter o que fazer (Porfírio, 2004, p.122).

Para que tal trabalho pudesse ter sido iniciado, um nome seria fundamental: o médico e deputado federal Adão Pereira Nunes, campista, um dos fundadores do PCB em Campos ainda na década de 1920 e que ainda mantinha vínculos com os comunistas locais. Era também muito ligado a Julião e “via com bons olhos a organização dos camponeses em sua região” (Porfírio, 2004).

Antes de pegar na Leopoldina o trem noturno para Campos, Porfírio ainda teve uma conversa com Nunes, que lhe deu “o nome de alguns cama-

radas do PC que ainda não haviam esconjurado Julião e sugeriu que poderia encontrá-los num bar da Praça São Salvador” (Porfírio, 2004). Assim que chegou, Porfírio entraria em contato com Raulino Mesquita, que além de correspondente do Última Hora em Campos era presidente do comitê municipal do PCB. Com a ajuda de Mesquita, Porfírio chegaria a Fábio Ferraz, estudante de filosofia e “simpatizante de propostas mais radicais”; Jacy Barbetto e Amaro, ambos do Sindicato dos Ferroviários; Yvan Senra Pessanha, jovem advogado do STIAC e Edmundo Barros, chefe de Gabinete do então prefeito José Alves de Azevedo. E nota ele: “com tais contatos feitos no primeiro dia, tinha meio caminho andado” (Porfírio, 2004).

Seria Ferraz que mencionaria o nome de João Guarda a Porfírio. Ele seria informado que Guarda simpatizava com Julião, morava “para os lados de Itererê, o primeiro distrito de Campos, onde funcionava a Usina Santa Cruz”. Além de pequeno lavrador, Guarda era funcionário da CERJ (Companhia de energia do estado). Fábio enfatizaria que “quem quisesse organizar camponeses por ali tinha de ir saber o que o João Guarda pensava” (Porfírio, 2004).

Consciente dessa necessidade, Porfírio e Fábio partiriam então para as primeiras conversações com Guarda. Com base em indicações obtidas junto a membros do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar, seguiram para a localidade de Itererê. Lembra que “tratava-se de uma figura conhecida na área”, fato que facilitou a localização do sítio de Guarda numa área quase inacessível no meio rural campista. Porfírio recorda que aquele se mostrou bastante desconfiado ao dizer que estavam ali “em nome de Julião”. Segundo Porfírio, ele “tirou os óculos e nos mirou de cima a baixo: – Mas vocês não são lavradores” (Porfírio, 2004, p.125).

Os detalhes dessa primeira conversa foram reproduzidas por Porfírio em seu livro de memórias. Eis sua versão:

Disse-lhe que era cearense e largara tudo para ajudar o movimento. Minha função era levar a Campos a experiência do Nordeste e ajudar a criar associações camponesas devidamente legalizadas. O Fábio era de Campos e simpatizava com a nossa causa. Aparentando quase 40 anos, João Guarda mostrou-se reservado, mas nos convidou para almoçar. Sentamos à mesa e devoramos uma polenta de milho, bom teste para quem não gostava de nada parecido, como eu. Na conversa, ele ia nos observando, procurando saber mais sobre as

Ligas e sobre a possibilidade de falar diretamente com Julião. A seu convite, empreendemos uma caminhada de três horas e meia pela área, onde se percebia uma boa distância entre uma casa e outra (Porfírio, 2004, p.25).

Guarda também explicaria nessa ocasião como passou a admirar Julião, fato que ele atribuiu ao “milagre do radinho de pilha”. Por esse meio ele tomaria conhecimento da campanha da resistência de Brizola em 1961, razão pela qual “não tirava mais o ouvido dos noticiários”. Ouvia com toda a atenção os discursos do governador gaúcho e “encantara-se com uma entrevista que Julião dera à Rádio Mayrink Veiga”.

Guarda diria ao fim do encontro que precisaria pensar mais e “marcou um outro encontro para o fim-de-semana quando teria conversado com alguns conhecidos” (Porfírio, 2004, p.25-126).

Para esse segundo encontro, num fim-de-semana, Porfírio iria sozinho e lá chegando afirma ter ficado surpreso “com um bom número de lavradores reunidos no seu terreiro”. A reunião, segundo Porfírio, “varou a noite, em meio a perguntas e queixas”. Entre estas, as principais diziam respeito à transformação das lavouras para a organização de pastos e as manobras utilizadas pelos usineiros para pagar a menor quantia possível pela cana dos pequenos fornecedores.

Os usineiros pressionavam os pequenos fornecedores de cana, fazendo-os baixar de preço por uma manobra malvada: o carrinho permanecia no pátio da usina, exposto ao sol, sob os mais variados pretextos. No desespero, o pequeno plantador queimava seu produto ao gosto do comprador. Estabelecera-se ali uma cadeia de exploração que dependia de jogo político. Quem não tinha cota do IAA (Instituto do Alcool e do Açúcar), mesmo tendo plantado, morria na mão dos apadrinhados. Quem não tinha como moer a cana penava na usina. Quem não tinha terra dependia da cabeça dos latifundiários (Porfírio, 2004, p.24).

Um terceiro encontro seria marcado, poucos dias depois, numa terça-feira. Ela se daria durante a sessão espírita organizada por Alcides em seu centro: “mais de cem pessoas presentes, estavam criadas as condições mínimas para formalizar a primeira Liga Camponesa de Campos”. A formalização do ato seria assim descrita por Porfírio:

Nesse dia, em meio à empolgação geral, pronunciei inflamado discurso, encerrado com uma intespetiva citação de Danton, o jacobino francês, para quem as três virtudes do homem eram audácia, audácia e audácia. Lavramos uma ata, lemos uma proposta de estatuto, escolhemos Alcides para presidente provisório e pronto. Era levar tudo para o cartório (Porfírio, 2004, p.127).

Após esse evento, Porfírio voltaria para o Rio e escreveria uma matéria sobre a fundação da Liga para *O Semanário*. Nessa viagem ao Rio, ainda em abril, ele acertaria com Julião a ida deste a Campos, no primeiro de maio. Por sinal, a ideia dessa iniciativa partiria de Adão Pereira Nunes, que pretendia “promover uma grande concentração no auditório da rodoviária”. O evento é assim lembrado:

A notícia alastrou-se por toda a região. Os sindicatos operários e os estudantes ajudaram na mobilização e no transporte dos mais de mil camponeses que lotaram o auditório, amontoaram-se em frente e só arredaram pé depois de apertarem a mão de Julião, que brindou a todos com suas imagens e a firmeza de suas convicções. João Guarda foi um que, de tão emocionado, a partir daí, converteu-se inteiramente ao trabalho de organização dos camponeses. Foi um acontecimento noticiado por toda a imprensa local e prestigiado por algumas lideranças políticas, entre representantes de vários partidos. Estávamos, afinal, num ano eleitoral e ninguém queria perder voto (Porfírio, 2004, p.30).

Em suas memórias, ele nota ainda que desde maio outras Ligas foram sendo criadas, “já não era só a liga do Alcides”. Outras quatro seriam montadas. E – frisa ele – “um sonho passou a ser acalentado: invadir o Vale do Imbé, implantar uma experiência nova de plantio, voltada para a produção de arroz e feijão”.

A articulação entre as Ligas Camponesas e quadros do “Partidão” em Campos, que já estava sendo esboçada antes da chegada de Porfírio, não só se consolidou como foi ampliada no caso do Imbé:

O próprio João Guarda assumiu a coordenação de todo o trabalho na área. Campos fervilhava e dava uma lição em termos de unidade das esquerdas:

o Jaci Barbeta decidiu abrir o sindicato dos ferroviários para facilitar o nosso trabalho. O Ivan Pessanha organizava a cobertura pelos açucareiros e o Edmundo Barros atraía segmentos do trabalhismo (Porfírio, 2004, p.128).

Não seria coincidência que logo após tal visita de Julião, o jornal *O Semanário* publicasse a matéria sobre a criação de uma Liga Camponesa na localidade de Itererê, bem próxima a região do Imbé. O órgão por sinal era muito ligado ao grupo de Leonel Brizola e onde Adão Pereira Nunes e Francisco Julião publicavam artigos². Na primeira delas, a matéria intitulada “Ligas Camponesas instalam-se oficialmente no estado do Rio”, afirma que “102 camponeses” presenciaram a instalação da Liga Matriz do Estado em “Tererê”, “realizando-se, ao mesmo tempo, a posse do Conselho das Ligas Camponesas do Estado do Rio”. Naturalmente, Porfírio omitiria que essa reunião era na verdade uma sessão espírita que transcorria no “centro” de Alcides.

Os detalhes mais importantes dessa reportagem são os dois trechos seguintes. Num deles, encontramos a identificação de alguns personagens e seus vínculos políticos, no que parece ser a listagem dos membros do referido Conselho:

Ao ato de instalação solene da Liga de Tererê estiveram presentes Amaro Maciel, representando o Sindicato dos Ferroviários, o estudante Fábio Ferraz, Edmundo Santos, representando a Frente de Libertação Nacional; Roberto Chabo, presidente do Conselho das Ligas do Estado; Regina Albuquerque, representante do Conselho Nacional das Ligas; Josival Alves Barreto, da Comissão Jurídica das Ligas e o jovem Pedro Porfírio Sampaio, responsável pelo setor campo das Ligas Camponesas do Estado do Rio (*O Semanário*, 07/06/1962, p.11).

Outro aspecto marcante dessa reportagem é a reprodução do discurso que teria sido pronunciado na solenidade por um membro da “direção da Liga Camponesa de Itererê” (cujo presidente era Alcides Riscado), o “camponês João Batista Coelho (João Guarda)”:

2 Ler o verbete *O Semanário*, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/semanario-o>. Acessado em: 15 mai. de 2020.

A união de vocês, camponeses, é a Liga. Sem união, vocês não tem força. Temos uma sociedade, agora, com quatro advogados e um médico. O resto é com vocês. Unidos teremos a reforma agrária, finalidade da Liga. Aqui não há política. Apenas defesa dos direitos da massa camponesa (*O Semanário*, 07/06/1962, p.11).

Por diversos momentos do evento, os “oradores”, como Roberto Chabo, enfatizariam a ideia de que “as Ligas não são um partido político, com fins eleitorais, mas um movimento amplo, sem ideias pré-concebidas, podendo dele participar cristãos, materialistas, democratas e liberais.” A única menção à Julião seria proferida no discurso de encerramento, a cargo de Porfírio:

A Liga Camponesa – disse – é a maior amiga, a bandeira, o caminho do camponês. Ele deve ter fé em Deus no céu. Ele deve ter fé em Deus, no céu, e na Liga, na terra.” E depois de recordar a frase de Julião no sentido de que quem “tem vergonha na cara” deve lutar pela libertação do camponês, o jovem ativista acentuou encerrando seu discurso: “Três coisas são necessárias para o camponês se libertar: coragem, coragem e coragem (Porfírio, 2004, p.30)³.

Porém, um mês depois, a reportagem adotava outro tom, destacando o vínculo das Ligas com Julião:

[...] As Ligas Camponesas, com base em Itapererê e que se espalha rapidamente por todo o norte fluminense. Registra legalmente e filiadas à Liga Camponesa do Estado do Rio, cujos estatutos as regem, as Ligas Camponesas que trazem a mensagem de Julião constituíram-se na bandeira dos camponeses fluminenses. Imediatamente após a fundação da liga-matriz em Itapererê, no mês de maio último, fundaram-se idênticas organizações dentro de Campos e dos municípios de São Fidélis e São João da Barra, estando

3 Em seu livro de memórias, publicado em 2004, Porfírio relataria assim a sua participação: “Nesse dia, em meio à empolgação geral, pronunciei inflamado discurso, encerrado com uma intempestiva citação de Danton, o jacobino francês, para quem as três virtudes do homem eram audácia, audácia e audácia” (Porfírio, 2004, p.126-127).

em marcha o registro de ligas das fazendas do Largo e Atalhos, neste último município, cujos posseiros lograram grande vitória depois de longa luta, ao verem as terras desapropriadas em seu favor.[25]

Um detalhe importante é que Porfírio voltaria para o Rio logo depois, provavelmente em junho, e nunca mais voltaria a Campos. Adão Pereira Nunes se manteria como principal articulador na inserção do movimento de Julião na região de Campos. O que era bastante curioso, dado que Adão, político do PSP, era oriundo do PCB e mantinha fortes vínculos com os comunistas da cidade, em especial com Jacy Barbetto. Assim, Adão se via na posição de um agente que conseguia ter boas relações com forças políticas concorrentes. E é preciso lembrar que Adão vinha construindo uma plataforma política no estado em aliança com o controverso Tenório Cavalcanti no plano estadual e com Leonel Brizola no plano federal. Figuras igualmente concorrentes do PCB tanto no cenário do estado quanto no do país.

E em meio a todas essas relações e disputas, tinha-se também o jogo político local e estadual.

O PCB, por exemplo, decide apoiar Tenório Cavalcanti nas eleições de 1962 para o governo do Estado. Tal postura implicaria num esfriamento da relação com o grupo do PTB mais ligado a Badger Silveira, herdeiro político de seu finado irmão Roberto.

A presença de Tenório em Campos também se daria de forma mais recorrente. Ele chegaria a encerrar a sua campanha para a eleição estadual exatamente com um grande comício na Praça São Salvador, em Campos (Porfírio, 2004, p.198).

Tenório seria derrotado por Badger, mas perceberia durante a campanha como a cidade de Campos havia crescido em importância política em termos de movimentos sindicais. Não à toa ele enviaria representantes seus, como Paulo Valente – que era seu secretário particular – a intervir nos eventos do Imbé no ano seguinte.

No plano municipal, a expansão do PCB no movimento sindical campestre tinha na figura de Delso Gomes o seu principal expoente. Líder dos ferroviários, torna-se-ia o candidato a vereador mais votado no pleito de 1962. Sua candidatura caminhou junto com as campanhas de Adão Pereira Nunes para deputado, com a de Tenório para governador e com a de Barcelos Martins para prefeito. Embora fizesse parte do PSP (já que o PCB se

encontrava na ilegalidade), Barbetto fazia questão de dizer que era “comunista”. Tanto assim que embora o PSP tivesse um candidato a governador na pessoa de Miguel Couto, Jacy seguiria a diretriz do PCB, fazendo campanha para Tenório Cavalcanti. Por sinal, a relação entre eles se estreitaria significativamente naquelas eleições de 1962. Gomes chega a lembrar que na campanha daquele ano “o Partido recebeu uma Kombi com serviço de som do candidato Tenório Cavalcante, e que ficou conosco até as eleições. O pessoal do Jacy a usava até às 16 horas e, daí em diante, ficava comigo” (Porfírio, 2004, p.195).

Um aspecto que contribuía para a aproximação entre o PCB (campista e fluminense) e Tenório era certamente os vínculos deste com Adão Pereira Nunes. Um pouco antes da visita de Julião, no dia 1º de maio, o Conselho Sindical da cidade, que era dominado pelos quadros do PCB local, já havia organizado uma comemoração com a colaboração do então prefeito José Alves. Depois de uma palestra do advogado pecebista Yvan Senra no sindicato dos Ferroviários, houve um comício à noite na praça São Salvador, “tendo como oradores, além dos líderes sindicais, os convidados Dr. Adão Pereira Nunes, o deputado federal Tenório Cavalcante, (que elogia muito o Dr. Adão) e o vice-prefeito, Dr. Edgardo Machado, representando o prefeito” (Porfírio, 2004, p.30).

Outro aliado de Tenório era Barcelos Martins (PSP), que participaria de vários comícios com Tenório. Os comunistas, por sua vez, também apoiaram Barcelos na votação para prefeito. Apoio decisivo, por sinal, se levarmos em consideração que Barcelos venceria seu principal oponente, o fazendeiro e udenista Ferreira Paes, por apenas 23 votos (Porfírio, 2004, p.199).

Contudo, essa mesma relação exemplificava com muita nitidez o caráter dúbio de uma aliança política. Esta sempre tem um caráter essencialmente provisório e instável, as relações entre aliados exigem uma constante disposição para a negociação e um esforço perene pela satisfação dos interesses das partes. E isso nem sempre é possível, seja por problemas entre as mesmas partes (desentendimento quanto a objetivos ou interesses) ou por questões externas⁴. As relações entre Martins e os comunistas de Cam-

4 Sobre as idas e vindas nas relações entre forças políticas no contexto fluminense da primeira metade da década de 1960 (Grynszpan, 1987; Ribeiro, 2015).

pos foram emblemáticas nesse sentido⁵. Era em meio a essa relação sempre tensa, que a colaboração entre as partes ia sendo tecida. Gomes lembra que em março chegaria a Campos “o dirigente do Partido no Estado, Rubens Vanderlei, acompanhado do economista Moacir Paixão, para uma colaboração com o prefeito Barcelos Martins, no setor das finanças da Prefeitura” (Gomes, 2000, p.207).

E as tensões não se davam apenas no âmbito das disputas partidárias junto às instituições do legislativo ou executivo: ela se fazia sentir no próprio interior do setor sindical.

Ainda tendo por base as memórias de Delso Gomes, podemos observar o lugar de destaque reservado à “conquista” da presidência do STIAC por Almirante Costa em 1962. Seria a primeira vez que um quadro comunista alcançaria esse posto. A diretoria da entidade seria composta também por diversos militantes do PCB local. Costa seria também responsável pela contratação pelo sindicato do advogado Yvan Senra, também comunista. Gomes associaria essa “conquista” à reformulação da estrutura do partido na cidade efetuado um ano antes por Raulino Mesquisa, que desde fins de 1961 era o 1º secretário do Comitê Municipal, “por decisão do Comitê Estadual”. Segundo Gomes:

Primeira consequência de seu trabalho foi a conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores de Usinas de Açúcar. Esta conquista deu mais ânimo às bases do Partido nas empresas do setor. Raulino, com seu estilo ofensivo, conseguiu, em pouco tempo, resultados positivos, que eram notórios e palpáveis. Consolidou as bases e ampliou as do Cupim, Mineiros e Queimado, estruturando a mais nova, a de São José, com Letelbe, Amaro Martins (Matias) e outros novos membros. A seguir, estruturaria as bases nas usinas de Poço Gordo (Gomes, 2000, p.193).

Tal expansão contava com o trabalho de outros quadros do PCB na cidade. Prossegue Gomes: “a atuação de Jacy Barbeta, dando cobertura prática à diretoria nas portas de usinas, em muito ajudava a mobilização dos

5 Um desses desencontros se veria logo que Martins iniciou o seu segundo mandato como prefeito de Campos, no caso da demissão dos funcionários da Prefeitura (Gomes, 2000, p.204).

operários. O advogado Yvan Senra também participava das visitas às portas das empresas” (Gomes, 2000).

Nesse contexto de crescimento das bases do Partido, Gomes não deixaria de mencionar a importância de Adão Pereira Nunes, que era tão próximo do Partido que instalaria seu escritório eleitoral por um tempo em sua sede no centro da cidade, dividindo os dois as despesas por algum tempo (Gomes, 2000, p.194).

O crescimento do PCB junto aos trabalhadores de usina é um dos pontos altos das recordações de Gomes sobre a trajetória do partido em Campos no período pré-Golpe de 1964. As bases do Partido nas usinas de açúcar (Cupim, Queimados, Mineiros, São José, Poço Gordo e a mais nova, Baixa Grande) trabalhavam em sintonia com a direção do sindicato: “neste ano registra-se algumas greves por empresa, para cumprimento do acordo salarial, sempre com duração de algumas horas. O companheiro Almirante Costa e os demais diretores não dão trégua aos empregadores” (Gomes, 2000, p.201).

Entretanto, o mesmo sucesso não se verificava no âmbito dos trabalhadores rurais, aqueles que trabalhavam diretamente nas lavouras e que não eram empregados das usinas. Junto a eles atuava o STR, que era comandado desde a década de 1930 por Antonio João de Faria, que tinha vínculos com o PSB, mas que não tinha qualquer simpatia pelo PCB. O STR, por exemplo, não fazia parte da Federação de Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (Falerj) e sim da FLERJ⁶, ligada ao governo do estado e de tendência conservadora.

Concomitante à expansão do PCB junto aos trabalhadores de usina, Almirante Costa começaria uma ofensiva pela disputa da representação dos trabalhadores da lavoura de cana de açúcar. Faria não deixaria por menos, opondo-se às tentativas de cooptação por parte do STIAC. Gomes relembra que

6 Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) foi criada em junho de 1960 sob patrocínio do governador fluminense Roberto Silveira. Era muito próximo dos Círculos Operários Fluminenses, que por sua vez eram ligados a setores da Igreja Católica e tinha como principal objetivo neutralizar o avanço comunista no meio rural do estado do Rio. Segundo Barcellos (2008, p.33), a FLERJ chegou a contar com o apoio de quase uma dezenas de associações.

No setor de usinas, começa um conflito em torno dos empregados das lavouras de usinas de açúcar. O sindicato, comandado por Almirante Costa, reivindica os operários do campo para seu sindicato. Contrapõe Antônio João de Faria, que não aceita e luta pela manutenção dos trabalhadores em sua entidade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A executiva do Partido estimula os companheiros do STIAC a absorverem os camponeses em seu sindicato, como trabalho tático de unificação das categorias do mesmo setor de empresa, obtendo mais poder de luta. Foi o início de uma luta renhida entre as duas entidades e a unificação nunca ocorreu (Barcellos, 2008, p.204).

As marcas dessa disputa entre PCB e o grupo de Antonio João de Faria se fariam sentir inclusive no plano da memória. Gomes ao recordar a visita de Julião acabaria não fazendo menção à participação do próprio Faria nessa solenidade.

Mas esse não seria o único evento que Delso Gomes deixaria de mencionar a participação ou intervenção de Antonio João de Faria. E nem mesmo Gomes seria o único a deixar de mencioná-lo. Como nos lembra Alessandro Portelli (1996), a memória de um evento é sempre uma construção, feita com os pés no presente. E o próprio ato de relemburar depende muito dos vínculos, preferências e interesses de quem produz as recordações. As lembranças e esquecimentos têm muito a ver, portanto, com o contexto no qual elas são geradas.

O certo é que o cenário político de Campos não era apenas polarizado entre esquerda e direita, ou entre conservadores e progressistas. Havia em paralelo uma situação de grande disputa e concorrência entre forças políticas de um mesmo campo: quadros do PCB, PSP, PTB, PSB, Ligas Camponesas e líderes políticos sem filiação partidária definida como Antonio João de Faria também competiam pelo controle das formas e meios de representação política de quem lutava por terra naquele período.

No interior de um cenário político tão mobilizado e fragmentado, as disputas por protagonismo pelas ações políticas também eram uma questão de representação, razão pela qual as narrativas (ou seja, o sentido e os símbolos) sobre os eventos eram fundamentais.

A deflagração da ocupação do Imbé no início de abril de 1963 seria emblemática dessas disputas. Toda a articulação que vinha sendo promo-

vida entre os quadros das Ligas e o do PCB local desde antes da chegada de Porfírio, sofreu uma inflexão com a chegada de José Pureza, um quadro do PCB, porém mais ligado a Falerj e com atuação na Baixada Fluminense.

Mesmo contando com o trabalho de organização e mobilização de João Guarda para a ocupação, seriam os comunistas a tomarem a frente da iniciativa, exercendo o controle do acampamento das famílias de posseiros que então se estabeleceram no Segundo Norte do Imbé (Portelli, 1996, p.143). O que seria em muito facilitado pela violenta repressão policial que se abateria sobre João Guarda, que teria que fugir da região para não ser detido pela polícia local.

As disputas aflorariam não apenas na iniciativa da ocupação em si, como também nas memórias construídas sobre o próprio evento. Memórias que antes de preencherem as páginas de livros de memórias de pessoas como Pedro Porfírio, José Pureza ou Adão Pereira Nunes décadas mais tarde, já seriam veiculadas por jornais que se dedicaram a realizar a cobertura dos eventos do Imbé. E muitos desses jornais eram ligados a grupos políticos. Mas as disputas em torno dessas memórias é um tema a ser examinado em outro artigo.

Considerações finais

A articulação entre PCB e Ligas Camponesas na ocupação do Imbé foi tão intensa que muitos que dela fizeram parte como Antonio João de Faria chegariam a confundi-los em suas memórias. Faria diria, por exemplo, que José Pureza teria comandado a ocupação com as Ligas Camponesas sob a sua direção (Ferreira, 1995). A confusão feita por Faria é apenas aparente. No fundo, os quadros da Falerj, os membros das Ligas Camponesas e os quadros ligados ao PCB local atuavam de maneira articulada. Mesmo com as discordâncias em termos de linha política e de visão sobre a conjuntura do país, elas não parecem ter influído na relação entre os dois agrupamentos ali presentes. Muito contribuiu para isso a articulação realizada por figuras como Adão Pereira Nunes, que era bem relacionado tanto com o grupo de Julião, como com os quadros do PCB (fosse local, estadual ou nacional). O próprio Francisco Julião era muito bem-visto pelos comunistas de Campos.

Mas se era verdade que uma certa solidariedade sempre estivesse presente, a rivalidade também se manifestou no momento em que José Pureza decidiu tomar a frente da ocupação do Imbé, absorvendo todo o trabalho de organização e mobilização efetuados pelas Ligas, em especial por João Guarda.

As idas e vindas dessas relações não eram manifestações de incoerência, mas resultado direto da complexa conjuntura de relações políticas locais e das relações que cada agente era obrigado a efetivar para deter alguma influência no campo político da cidade, daí vermos vínculos expressivos que ligavam figuras aparentemente irreconciliáveis como Francisco Julião e Tenório Cavalcanti, PCB e PSP, ou Ligas e PCB.

Referências

- BARCELLOS, F. H. G. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro.** Itaguaí. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.
- FERREIRA, Avelino. **Faria tudo outra vez.** Campos dos Goytacazes: Imprinta, 1995.
- GOMES, Delso. **História do Partido Comunista em Campos** (Memórias do Partido Comunista em Campos). Campos: Jornal Dois Estados Gráfica e Editora, 2000. p. 195.
- GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).** Rio de Janeiro, Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1987.
- PINTO, Antonio Carlos Pereira. **Quem quebrou a casa de meu pai?** Rio de Janeiro: Editora Comunità, 2004. pp. 55-56.
- PORFÍRIO, Pedro. “Ligas Camponesas instalam-se oficialmente no estado do Rio”. **O Semanário**, 12/07/1962, p. 7.
- PORFÍRIO, Pedro. **Confissões de um inconformista.** Rio de Janeiro, Fábrica do. Conhecimento, 2004. p. 122.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973).** Doutorado em História, Política e Bens Culturais, FGV/CPDOC, 2015.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alejandro Sánchez Zárate: Doutor em Estudos Urbanos e Ambientais pelo Colegio de México (2020). Mestre em Estudos Urbanos pelo Colegio de México (2013). Graduado em Economia pela Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP). Realiza um estágio de pós-doutoramento em Aplicação de Ciência de Dados às Ciências Sociais no Programa Interdisciplinar de Ciencia de Datos en El Colegio de México. Suas pesquisas estão voltadas para as Geografias Digitais e o uso de Big Data em estudos urbanos. Orcid: 0000-0001-7801-4419

Alice C. Binda Freia: Doutora em Didática de Geografia pela Universidade Paris VII – Denis Diderot (França). Professora no departamento de Geografia, UniRovuma-Niassa, Moçambique. Suas pesquisas estão voltadas para o Ensino e a Aprendizagem da Geografia. Orcid: 0000-0002-2619-4953.

Ana Rute do Vale: Doutora (2005), mestra (1998) e graduada (licenciatura e bacharelado/ 1990) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/ Rio Claro). É professora na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), onde atua no curso de Geografia e na pós-graduação. Foi Pró-Reitora Adjunta de Extensão na mesma instituição (2014-2018). É membra do Grupo de Estudos Regionais e Socioterritoriais (GERES), que compõe a Rede de Estudos Agrários (REA). Suas pesquisas estão voltadas para a área de Geografia Agrária, principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agronegócio, questão de gênero, juventude rural, bairro rural, novas relações campo/cidade e rural/urbano, pluriatividade, educação do campo e questão agrária. Orcid: 0000-0003-3921-165X.

Camila Totti Andrade: Graduada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/ 2022) seu TCC abordou a espacialidade das políticas industriais da Indústria 4.0 no Brasil. Ainda na graduação integrou o Nú-

cleo de Estudos em Economia Política Geográfica (NEEPG) e, atualmente, é Bolsista de Universidade Aberta do projeto de extensão “Processamento e Análise de Dados Ambientais com R” do Laboratório de Meteorologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense (LAMET/UENF). Orcid: 0000-0002-2298-5547.

Erika Vanessa Moreira Santos: Doutora (2012), mestre (2007) e graduada (licenciatura/ 2003) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Presidente Prudente). É professora na Universidade Federal Fluminense, onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG). Bolsista JCNE da FAPERJ. Membro do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru) da UFF/Campos. Suas pesquisas estão voltadas para o rural-urbano, a ruralidade, a agricultura familiar, as agroindústrias de lácteos, o circuito espacial do leite e a agricultura urbana. Orcid: 0000-0001-8918-0068.

Hellen Charlot Cristancho Garrido: Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Nacional da Colômbia - Bogotá (2010). É professora na Universidade de Caldas, Manizales, Colômbia, onde atua no departamento de História e Geografia e como diretora do Mestrado em Estudos Territoriais. Suas pesquisas estão voltadas para as áreas de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, Economia Ecológica e Análise de Política Pública Rural.

Leandro Bruno Santos: Doutor (2012), mestre (2008) e graduado (2005) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Presidente Prudente). Realizou estágio sanduíche na Facultad de Economía, Benemérita Universidad Autónoma (BUAP). Professor na Universidade Federal Fluminense, onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG). Suas pesquisas estão voltadas para a reestruturação produtiva, a financeirização e a competitividade territorial. É bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 – CNPq. Orcid: 0000-0001-9163-8568.

Leonardo Soares dos Santos: Doutor (2009) e mestre (2005) em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF/ 2003). Professor e pes-

quisador na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no curso de História e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP). É pesquisador do Instituto Histórico-Geográfico da Baixada de Jacarepaguá e é um dos editores-chefes da Revista Convergência Crítica, ligada ao Núcleo de Pesquisa e Estudo em Teoria Social (NEPETS). Suas pesquisas versam basicamente sobre as relações entre o espaço rural e urbano e suas implicações em termos de políticas públicas e configuração de grupos sociais. Orcid: 0000-0002-5798-8123

Lisandra Pereira Lamoso: Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP/ 2001). Mestre (1994) e Graduada (1990) pela Unesp – Presidente Prudente. Realizou Estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/ 2009), na Universidad Autónoma de Madri (UAM/2017) e no Instituto de Geociências da Unicamp (2022). Professora Titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde atua nos cursos de Geografia e Relações Internacionais e como docente efetiva no Programa de Pós-graduação em Geografia. Suas pesquisas estão voltadas para as exportações brasileiras, industrialização e desenvolvimento econômico. É bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 – CNPq. Orcid: 0000-0002-5705-3280.

Lívio Bissonho de Almeida Pinheiro: Mestre em Desenvolvimento Regional, Ambientes e Políticas Públicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF/ 2022). Especialista em Arquitetura da Cidade: suas demandas e tecnologias pelo Instituto Federal Fluminense (IFF/ 2019). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (2013), Atua como pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU). Suas pesquisas estão voltadas para as Smart Cities, desenvolvimento regional e democracia urbana. Orcid: 0000-0003-3649-3575.

Maria do Socorro Bezerra de Lima: Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ/ 2008). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/ 1998). Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM/ 1992). Realiz-

zou estágio de pós-doutoramento em Geografia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM/2018). Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP), onde também é coordenadora. Coordena o Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) e é Tutora do Grupo Propet Ciranda Rural. Suas pesquisas estão voltadas para as áreas de Geografia e Ensino de Geografia, Desenvolvimento Rural e Territorial, Políticas Públicas, Redes e estratégias empresariais do Agronegócio.

Paula Junqueira Braga do Carmo Fontanha: Graduada em Geografia (licenciatura/ 2022) pela Universidade Federal Fluminense (UFF/ Campos dos Goytacazes). É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Suas pesquisas estão voltadas para as áreas de Geografia e Gênero, Geografia e Sexualidade, Território e Territorialidade.

Paula Ramos Mendonça: Graduada em Geografia (Licenciatura/ 2022) pela Universidade Federal Fluminense (UFF/ Campos dos Goytacazes). Atua como professora de Geografia na Educação Básica. Suas pesquisas estão voltadas para a Educação Geográfica e Cidadania. Orcid: 0000-0003-0496-9276.

Ricardo Luigi: Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/ 2017). Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj/2011). Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2008). Graduado em Relações Internacionais (Bacharelado) pelo Centro Universitário Internacional (Uninter/ 2018). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG). Suas pesquisas estão voltadas para a Geografia das Relações Internacionais e para a Educação Geográfica. Orcid: 0000-0002-6634-2471.

Rosemberg Ferracini: Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP/ 2012). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás

(UFG/ 2006). Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/ Presidente Prudente/ 2001). Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), onde atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Educação. Suas pesquisas estão voltadas para as áreas de Geografia, História e Pedagogia: Ensino de África, Africanidades, Étnico-racial, com ênfase na Formação de Professor, Metodologia e Prática de Ensino, Currículo e Didática. Orcid: 0000-0003-1203-8893.

Sandra Milena Franco Patiño: Doutora em Ciências Sociais pela Flacso/ Argentina. Mestre em Desenvolvimento Humano e Social pelo Centro Internacional de Desenvolvimento Humano (CINDE) e pela Universidade de Caldas (Manizales/ Colômbia). É professora-pesquisadora do Departamento de Estudos da Família da Universidade de Caldas (Manizales/ Colômbia).

Tamyris Maria Moreira da Costa: Mestra e graduada (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG). É membra do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES).

Thais de Cássia Silva Lemos: Mestra em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). É professora na Educação Básica da Rede Estadual de Minas Gerais. É membra do Grupo de Estudos Regionais e Socioterritoriais (GERES) e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas de Ensino em Geografia (NEPPEG).

Vanuza da Silva Pereira Ney: Doutora em Produção Vegetal (Linha de Pesquisa: Engenharia e Economia na Agricultura) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/ 2010). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/ 2001). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/ 1998). Professora da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Departamento de Ciências Econômicas de Campos e no Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP). Coordena o Núcleo

de Estudos Rurais e Urbanos (NERU), o Programa de Educação Tutorial Institucional Economia da UFF (ProPET) e atua como pesquisadora do Núcleo de Estudos de Economia Aplicada (NEEA). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária e da Rede de Agroecologia da UFF. Suas pesquisas estão voltadas para desenvolvimento, políticas públicas, agricultura, trabalho e renda. Orcid: 0000-0002-1824-0673.

Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro pela Consequência Editora em outubro de 2023. Na composição foi empregada a tipografia Adobe Garamond.